



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em História**

**MULHERES E POLÍTICA NO ESTADO DA PARAÍBA: A ATUAÇÃO DE
LÚCIA BRAGA EM MEIO ÀS PRÁTICAS POLÍTICAS LOCAIS**

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa – PB
Fevereiro de 2017

**MULHERES E POLÍTICA NO ESTADO DA PARAÍBA: A ATUAÇÃO DE
LÚCIA BRAGA EM MEIO ÀS PRÁTICAS POLÍTICAS LOCAIS**

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES

Trabalho de Dissertação apresentado à Banca Examinadora, em cumprimento às exigências para aquisição do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

João Pessoa - PB

Fevereiro de 2017

R696m RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite

Mulheres e política no estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais / Dayanny Deyse Leite Rodrigues – João Pessoa, 2017.

211f. : il.

Orientador: Paulo Giovani Antonino
Nunes Dissertação (Mestrado) -
UFPB/CCHL

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

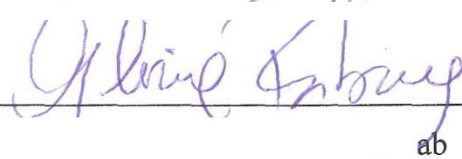
**MULHERES E POLÍTICA NO ESTADO DA PARAÍBA: A
ATUAÇÃO DE LÚCIA BBAGA EM MEIO ÀS PRÁTICAS
POLÍTICAS LOCAIS**

Dissertação de Mestrado avaliada em: 09/02/17. Com conceito Aprovado



Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (PPHG – UFPB)

Orientador



Professora Dra. Glória de Lourdes Freire (DEJOR-UFPB)

Examinadora externa

Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho (PPGDH — UFPB)

Ex: Avaliador externo



Professora Dra. Monique Guimarães Cittadino (DEP-HIST)

Avaliadora convidada

Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (PPGDH — UFPB)

Examinadora Suplente externa

Professora Dra. Solange Pereira da Rocha (PPGH — UFPB)

Examinadora Suplente interna

João Pessoa—PB

Fevereiro de 2017

*Dedico este trabalho à minha mãe, Rosa. Sua perseverança é um exemplo que tento
seguir a cada dia!!!*

AGRADECIMENTOS

Toda caminhada gloriosa requer esforço, dedicação e renúncia... Assim foi a minha. E aqui estou. Agradeço a todos que fizeram parte desse percurso!

A Deus por se fazer presente em minha vida todas as horas dos meus dias. Mesmo quando se mantinha em silêncio eu sabia que Ele estava comigo, pois me ensinou a crer no seu poder e confiar na sua promessa em resiliência.

À minha família, em especial à minha Mãe Rosa, a quem dedico este trabalho, minhas irmãs Cássia e Mayza, meu sobrinho, Cauê Renan, meu avô Manoel e minha avó Terezinha. Tudo só deu certo devido ao apoio de vocês. Obrigada por tanto amor, carinho, paciência e confiança.

Aos demais familiares, tios, tias, primos, primas.

Aos meus Mestres, aqueles com os quais cresci academicamente e pessoalmente. Aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em História da UFPB, o meu obrigada.

Ao meu orientador Paulo Giovani. Paciência e doçura deveriam fazer parte do seu sobrenome. Grande professor. Grande ser humano.

À minha estimada professora Glória Rabay, uma das pessoas que mais contribuiu com a minha caminhada. Ao me apresentar a temática “Mulher e Política”, mal sabia ela que estava me ajudando a abrir as portas para o mundo. Obrigada Professora Glória.

À banca avaliadora desse trabalho, professora Monique Cittadino e professor Rodrigo Freire. É uma honra contar com a colaboração de vocês para a concretização deste sonho.

Aos meus amigos/irmãos que a UFPB me apresentou. Luiz Mário, com seu encanto e sua perspicácia acadêmica; Miray, com sua calma e eficiência; Larissa, com sua praticidade e desenvoltura; Janyne, com seu jeito marrento, mas acolhedor; Thayná, com sua presteza e sempre disposta a ajudar; Carla, com sua irreverência e transparência; Juliana, com toda sua ternura, sempre com um olhar e uma palavra de carinho. À vocês eu agradeço por cada puxão de orelha, por cada gargalhada. Amo vocês!

Aos demais amigos que estiveram comigo no decorrer desses dois intensos anos. Penha, Vera, Fatinha, Vera Lima...

Aos colegas da turma 2015.1 do PPGH – UFPB.

À minha companheira de todas as horas Danielle Alvarenga.

Salmos 91

Aquele que habita no abrigo do Altíssimo e descansa à sombra do Todo-poderoso. Pode dizer ao Senhor: Tu és o meu refúgio e a minha fortaleza, o meu Deus, em quem confio. Ele o livrará do laço do caçador e do veneno mortal. Ele o cobrirá com as suas penas, e sob as suas asas você encontrará refúgio; a fidelidade dele será o seu escudo protetor.

Você não temerá o pavor da noite, nem a flecha que voa de dia, nem a peste que se move sorrateira nas trevas, nem a praga que devasta ao meio-dia. Mil poderão cair ao seu lado, dez mil à sua direita, mas nada o atingirá. Você simplesmente olhará, e verá o castigo dos ímpios.

Se você fizer do Altíssimo o seu refúgio, nenhum mal o atingirá, desgraça alguma chegará à sua tenda. Porque a seus anjos ele dará ordens a seu respeito, para que o protejam em todos os seus caminhos; com as mãos eles o segurarão, para que você não tropece em alguma pedra. Você pisará o leão e a cobra; pisoteará o leão forte e a serpente. "Porque ele me ama, eu o resgatarei; eu o protegerei, pois conhece o meu nome.

Ele clamará a mim, e eu lhe darei resposta, e na adversidade estarei com ele; vou livrá-lo e cobri-lo de honra. Vida longa eu lhe darei, e lhe mostrarei a minha salvação.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação de Lúcia Braga entre os anos de 1982 a 1988, momento em que adentra o campo da política. No ano de 2017 completa-se 85 anos que o direito ao voto feminino foi institucionalizado no Brasil por meio do Decreto nº 21.076/32. Até então, às mulheres não cabia a participação na política partidária, sendo esse espaço ocupado majoritariamente por homens. Insatisfeitas com esta realidade, algumas mulheres transgrediram as normas vigentes e buscaram defender a participação feminina no campo político. Crescendo de forma gradual desde a conquista do direito ao voto, percebeu-se um aumento significativo da participação feminina na política partidária a partir da década de 1980, momento em que pela primeira vez alguns partidos políticos passaram a inserir as bandeiras de lutas femininas em seus programas políticos. É nesse contexto que Antônia Lúcia Navarro Braga inicia sua caminhada junto ao campo da política. Seu protagonismo não deve ser desconsiderado, assim como não se pode desconsiderar o fato de que, apesar de assumir uma aparente autonomia política, Lúcia Braga nunca rompeu de fato com as práticas características da política oligárquica da época. Enquanto primeira-dama do Estado, Lúcia Braga se faz valer de diversas práticas políticas conservadoras para efetivar muitas de suas ações. Práticas assistencialistas, populistas e controladoras são verificadas no desenvolvimento das ações encabeçadas por Lúcia Braga e sua equipe da Funsat, a exemplo da distribuição de cestas básicas, materiais de construção, e o próprio desenvolvimento do projeto Mutirão, que devido à sua metodologia de trabalho, pode ser apontado como uma forma de exploração da mão de obra dos usuários. É por meio de sua atuação junto à população periférica do Estado, proporcionada pelo cargo que ocupou na Funsat que Lúcia Braga se configura enquanto um importante nome político no estado paraibano em meados da década de 1980. Longe de objetivar negar o capital político familiar portado por Lúcia Braga, aponto a experiência vivenciada por esta e o cargo que ocupou por ela na Fundação Social do Trabalho, como os principais delegadores e constituidores de capital político da então primeira-dama. Este trabalho se insere na perspectiva da História Política, não aquela do século XIX, voltada apenas para as instituições do Estado, para os eventos de curta duração ou para os grandes eventos, descrita pela primeira geração da Escola dos *Annales* como “factual, idealista e psicologizante”. Segue-se a perspectiva da História Política Renovada, que a partir da década de 1980 teve que se aproximar e buscar aplicar questionamentos das Ciências Humanas e Sociais e da Ciência Política, respondendo, de certa forma, às novas possibilidades propostas pela Nova História Cultural. Inserido nessa perspectiva, o conceito de “Capital Político” foi abordado de forma transversal em todo o trabalho. Como fontes foi feito uso de três livros autobiográficos, *Tempo de viver tempo de contar*, *A casa da Palmeira e Garfes nossas de cada dia e outras histórias*; de textos publicados na imprensa local, como o jornal *A União*, *O Norte*, *O Momento* e o *Correio da Paraíba*. Também inserido nesse conjunto de textos pertencentes à imprensa, a *Revista da Funsat*, fez parte do escopo documental; Além de informações e dados disponíveis nos endereços eletrônicos oficiais do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Palavras-Chave: Lúcia Braga; Capital Político; Práticas assistencialistas; Política Partidária.

ABSTRACT

The objective of this paper was to analyse the actions of Lúcia Braga between the years of 1982 and 1988, in which it enters the field of politics. In the year of 2017, the right of the vote for the women, sanctioned with the law nº. 21.076/32, completes 85 years old. Until that time, the political participation was closed for the women, and this space was occupied principally for the men. In this way, the women fought for more rights and changed the rules. They were searching to defend the female participation in the political field. Growing in a gradual mode since the conquest of the right to vote, we observe the progress in the women participation in the political world especially after the 1980's decade, time when, for the first time, some parties started to have the feminist flags in their political programs. In this context, Antônia Lúcia Navarro Braga started her way in the political field. Her role can't be forget, but we also can't forget that, same with her apparent political autonomy, Lúcia Braga never cuts her relationships with the oligarchies of her time. Like first lady of the state, Lúcia Braga used a lot of the conservative political practices for to effective her actions. Welfare and populists practices were observed in the development of the actions of Lúcia Braga and her group in the Funsat, like the distribution of staple based products, materials for construction, the development of the project Multirão, whose methodology of work can be appointed like a exploration of the worked force of the clients. With the actuation near to the peripheral population of the state, started with her work at Funsat, that Lúcia Braga turned herself in a important political name in Paraíba in the middle of the decade of 1980. The intention is not to forget the political capital of the family which Lúcia Braga had, I show the experiences of her and her work in the Social Foundation of Work like important constructs of the political capitals of that first lady. This work is inside of the perspective of the Political History, but not that of the 19th century, made for the institutions of the state, for the events of the the short duration or for the big events, describes for the first generation of the *Annales* like "factual, idealist and psychologist". It works in the perspective of the New Political History, which appears in the 1980's, using the questions of the Social Sciences and the Political Science, answering to the new propositions of the New Cultural History. In this perspective, the conception of "Political Capital" was in all paper. The documentation was composed for three autobiographic books, *Time to live time to tell*, *The house of the palm-trees*, *Our blunders of each day and other histories*, texts published in the local press, like the newspapers *A União*, *O Norte*, *O Momento*, *o Correio da Paraíba*. Inside of that, the *Revista da Funsat*. With that information, the data of the High Electoral Tribunal and the Regional Electoral Tribunal of Paraíba.

Key-words: Lúcia Braga; Political Capital; Welfare Practices; Political world.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ANC - Assembleia Nacional Constituinte
API - Associação Paraibana de Imprensa
APPF - Associação Parahybana pelo Progresso Feminino
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BNH - Banco Nacional de Habitação
CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Cnpq - Conselho Nacional de Pesquisa
DEM – Democratas
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FBPF - Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FEPAC - Federação Paraibana de Associações Comunitárias
Funsat - Fundação Social do Trabalho
IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBES - Instituto Brasileiro de Educação Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
INPS - Instituto Nacional da Previdência Social
JUC - Juventude Universitária Católica
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MAF - Movimento de Ação Feminina
MFA - Movimento Feminista pela Anistia
NPCs - Núcleos de Planejamento Comunitário
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PRONAV - Programa Nacional do Voluntariado
PRODASEC/URBANO - Programa de Ações Sócio-Educativas e Populações Carentes do Meio Urbano
PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR - Programa de Erradicação de Sub-habitações
PLANHAP - Plano Nacional de Habitação Popular
PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PV - Partido Verde
PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil
PP - Partido Progressista
PCB - Partido Comunista Brasileiro
SAMI - Serviço de Apoio ao Migrante
SESI - Serviço Social da Indústria
SINE - Sistema Nacional de Emprego
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UEE - União Estadual dos Estudantes
UNE - União Nacional dos Estudantes
UCES- União Campinense de Equipes Sociais
UnB - Universidade de Brasília
UDN - União Democrática Nacional

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Sede da Funsat

Foto 02 - Áreas de atuação da Funsat

Foto 03 - Capas das revistas da Funsat encontradas do IHGP

Foto 04 - Passeata em solidariedade à Lúcia Braga

Foto 05 - Ofício enviado ao Tribunal de Contas do Estado

Foto 06 - Visita de Mário Andreazza ao Projeto Mutirão

Foto 07 - Projeto Mutirão de Bayeux

Foto 08 - Lúcia Braga e o Embaixador alemão

Foto 09 - Lúcia Braga e o Gustavo Heck

Foto 10 - Cidade Mário Andreazza em 1984

Foto 11 - Propaganda eleitoral de Marcus Odilon

Foto 12 - Operação desabrigados

Foto 13 - Casas do Projeto Taipa

Foto 14 - Casas do Projeto Taipa

Foto 15 - Antigo Matadouro: Renascer I

Foto 16 - Projeto Renascer II

Foto 17 - Interior da fábrica de redes em Mandacaru

Foto 18 - Arte da Feira da Paraíba

Foto 19 - Casa do Artesanato

Foto 20 - Capa do jornal *O Correio da Paraíba* – edição de 20 de junho de 1986

Foto 21 - Capa do jornal *O Correio da Paraíba* – edição de 13 de julho de 1986

Foto 22 - Capa do jornal *A União* - edição especial de domingo, 05 de outubro de 1986

Foto 23 - Capa do jornal *A União* – edição 23 de outubro de 1986

Foto 24 – Grupo de deputadas constituintes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRAJETÓRIA DE LÚCIA BRAGA E A PARAÍBA NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	36
1.1 Lúcia Braga: narrativa biográfica	37
1.1.1 Assistencialismo e Projeção Pessoal	57
1.2 Processo de redemocratização	64
1.3 Campanha eleitoral de 1982: embates políticos	74
2 LÚCIA BRAGA E A POLÍTICA PARAIBANA NA DÉCADA DE 1980	88
2.1 Atuação de Lúcia Braga entre 1982 a 1986: do MAF à Funsat	88
2.2 A questão habitacional como centro de atuação: Projeto Mutirão de Bayeux	109
2.3 Para além do Mutirão de Bayeux: Projetos Beira-Rio, Taipa, Renascer I e II	128
2.4 Feira da Paraíba em suas três edições	139
3 A CAMINHADA DE LÚCIA BRAGA RUMO À CÂMARA FEDERAL E SUA ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	149
3.1 A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988	153
3.2 Primeira campanha eleitoral de Lúcia Braga: a disputa por uma vaga na Câmara Federal	163
3.3 A atuação de Lúcia Braga na Assembleia Constituinte – 1987 e 1988	174
3.3.1 Lúcia Braga frente aos anseios dos trabalhadores e das mulheres	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	204

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da História é, por natureza, o homem (leia-se indivíduo). Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios da paisagem, dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens (indivíduo) que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas no máximo um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2001, p. 54).

Já nas décadas de 1920 e 1930, Marc Bloch destaca o papel central ocupado pelos indivíduos na história, podendo, portanto, as trajetórias individuais serem objeto dos historiadores. Este, como o ogro da lenda, fareja carne humana, fazendo dela a sua caça e o seu objeto de estudo. No entanto, os indivíduos retratados nas narrativas historiográficas são em sua maioria representados por homens (*les hommes*, em francês). Partindo dessa inquietação, este trabalho buscou “caçar” a representação feminina em meio a um ambiente tão inóspito e ainda considerado masculino, que é a política partidária. Durante muito tempo as mulheres foram excluídas dos espaços públicos, englobando os de poder e decisão e, por consequência, desconsideradas enquanto sujeitos históricos, permanecendo ausentes nas narrativas historiográficas, ou aparecendo num pano de fundo de alguma questão em torno da figura masculina¹. O panorama atual da historiografia, paulatinamente, vem apresentando mudanças, demonstrando a presença de novos sujeitos, aderindo as discussões teóricas e sugerindo a inserção de novos conceitos bem como de outras abordagens. Nesse sentido, principalmente a partir da década de

¹ Esta pesquisa analisou a atuação de Lúcia Braga durante a década de 1980, momento em que a pernalidade adentra a política partidária, por meio de seu papel de primeira-dama. Dessa forma, mesmo se inserindo no campo da política como pano de fundo também de uma figura masculina, seu marido Wilson Braga, considero que a personalidade consegue construir e assumir um protagonismo próprio, mesmo isso não implicando em uma ruptura com as práticas política oligárquicas.

1970, percebe-se um ligeiro incentivo às produções referente às questões que envolvem as mulheres enquanto protagonistas da história².

Essa exclusão das mulheres não se deu apenas no campo historiográfico, mas em diversos outros setores, sejam eles da sociedade ou da produção do conhecimento científico. Tendo sua atuação condicionada aos espaços privados, a presença/participação feminina quando ultrapassadas as barreiras em direção ao âmbito público foram tidas como subversivas. Exemplo nítido disso é a tardia inserção das mulheres na política partidária.

Em 24 de fevereiro de 2017 completam-se 85 anos que o direito ao voto feminino foi institucionalizado no Brasil, por meio do Decreto nº 21.076 do ano de 1932. Até então, às mulheres não cabia a participação na política, sendo esse espaço ocupado quase exclusivamente por homens. Insatisfeitas com a realidade imposta, algumas mulheres transgrediram as normas vigentes e buscaram defender a participação feminina no campo político já no início do século. Como exemplo dessa transgressão, consta como sendo do estado do Rio Grande do Norte, especificamente da cidade de Mossoró, a primeira eleitora da história política do Brasil. Em 1927, Celina Guimarães Viana iniciou uma luta jurídica requerendo sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró. Celina Guimarães conseguiu votar nas eleições seguintes, sendo apontada dessa forma como a primeira brasileira a exercer a atividade eleitoral³.

As lutas femininas eram muitas e das mais variadas, por saúde, educação e direitos trabalhistas. No campo político se configurou um movimento conhecido como *sufragismo*. O movimento sufragista se originou com campanhas realizadas a partir de meados do século XIX para garantir às mulheres da Inglaterra e dos Estados Unidos algo

² Dentre alguns nomes e obras importantes podemos citar os de: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984; MOTT, Maria Lúcia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988; PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890–1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985; PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004; PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012; entre outros.

³ Em 1926, o artigo 17 da lei eleitoral do Rio Grande do Norte sofreu uma modificação, o qual passou a explicitar o direito de voto às mulheres. O referido texto trazia o seguinte enunciado: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei”.

então inédito para elas, o direito de votar em eleições políticas⁴. Esse movimento chegou e teve grande impacto no Brasil em fins do século XIX e início do XX, tendo como grande êxito a conquista do direito de voto, garantido em 1932. Trigo e Brioschi (2009), destacam que o *sufragismo* brasileiro se espelhou em princípios republicanos e democráticos, no qual dava grande atenção à igualdade. Em âmbito local, Rabay e Carvalho apontam que “O crescimento do engajamento político das mulheres refletiu-se, na Paraíba, na fundação da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino – APPF, em 1933” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 15).

Com o passar dos anos, ultrapassando barreiras, vencendo obstáculos, e muitas vezes sendo usadas enquanto massa de manobra e forma de se perpetuar no poder, algumas mulheres foram se fazendo presentes na política partidária. Nesse interim, corroborando com Bourdieu (2011[1986]), enxergo a política partidária enquanto parte do campo político. O sociólogo aponta que tudo aquilo que é passível de ser pensado e falado politicamente é limitado pelas leis que regulam o campo da política. Nesse sentido, o autor entende por noção de “campo”, a conjuntura de relações entre as posições desempenhadas pelos agentes, de acordo com suas colocações nas distribuições e lutas de poder, sendo a existência dessas relações independente da consciência e intenção individual. Na mesma direção Rabay e Carvalho (2010) inspiradas em Bourdieu salientam que “a política é uma instituição corporativa de representação de interesses, com normas próprias de recrutamento e de treinamento político” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 33).

Para Bourdieu (2011[1986]), aqueles/las que não possuem um conhecimento peculiar, ou capital cultural, que no meio político se torna capital político, terão que delegar representantes aparentemente aptos, ou profissionalizados, à realização da chefia política. Ou seja, ou se tem o conhecimento necessário e pertinente ao campo político para poder nele adentrar e permanecer, ou lhe caberá o exercício de escolher seus representantes que, por ventura, devam ter determinados conhecimentos. A política é apontada dessa forma como um campo monopolizado por profissionais a ele adaptados. Dessa forma, as mulheres tiveram que se adequar às regras do campo político, para adentrar e nele permanecer.

⁴ Vale destacar que nem todas eleições são políticas. Ver RÉMOND, René. As Eleições. In: _____ (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

Crescendo de forma gradual desde a conquista do direito ao voto, percebe-se um aumento significativo da participação feminina na política partidária no Brasil a partir da década de 1980, momento em que, pela primeira vez, alguns partidos políticos passaram a inserir as bandeiras de lutas femininas em seus programas políticos. Em meio a uma conturbada conjuntura de abertura política, em 1982 ocorrem as primeiras eleições diretas para o cargo de governador dos estados, sendo eleitos também os deputados e senadores⁵. No referido pleito apenas oito mulheres foram eleitas para Câmara Federal e 28 para as Assembleias Legislativas estaduais. Na Paraíba, Vani Braga, irmã do governador eleito também em 1982, Wilson Braga, foi eleita deputada estadual pelo Partido Democrático Social (PDS). Nas eleições seguintes, em 1986, 26 mulheres se elegeram deputadas federais, dentre elas a paraibana Lúcia Braga, esposa de Wilson Braga. No âmbito estadual, na Paraíba, 20 mulheres lançaram suas candidaturas, das quais duas obtiveram êxito. Mais uma vez Vani Braga, agora pelo Partido da Frente Liberal (PFL), e Geralda Medeiros, esposa do político local Rivaldo de Medeiros, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Realizando uma leitura a contrapelo a respeito do processo de abertura política e seus desdobramentos no decorrer da década de 1980, vale destacar que este não ocorreu de forma homogênea, assim como salientar que muitas são as peculiaridades que fazem das eleições de 1982 momento decisivo em meio a toda essa conjuntura. No contexto paraibano, os embates políticos se estenderam até as prévias da referida eleição, dando a esta, contornos próprios.

Após realizar algumas leituras referentes à ascensão feminina à esfera partidária a partir da década de 1980 e observar a atuação de algumas personalidades e suas características, chamou-nos atenção a performance política de uma pessoa em especial. Política paraibana eleita pela primeira vez em 1986, Antônia Lúcia Navarro Braga, que traz a luz uma trajetória política não tão simplista como o seus sobrenomes possam aparentar. Pertencente a uma renomada família política, os Navarro, e casada com um conhecido político na Paraíba, Wilson Braga, também pertencente a uma influente família paraibana, de forma ingênua a atuação de Lúcia Braga muitas vezes é atribuída unicamente ao fato da ex-primeira-dama estar inserida nesse contexto de pertencimento

⁵ Em 1964 foi instalada uma ditadura no país, que se estendeu até 1985, momento em que o primeiro presidente civil é eleito, após um espaço de tempo de 21 anos. Durante esse período, as eleições para governador passaram ser indiretas (Ato Institucional nº 2). A última eleição direta para o referido cargo ocorreu em 1965, sendo realizada novamente nesses moldes em 1982. Mais informações ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

familiar. Ao reduzir sua atuação a esse pertencimento, acaba-se por excluir ou negar as peculiaridades e singularidades de sua desenvoltura política e, por conseguinte, negligenciar a participação feminina no campo político. Seu protagonismo não deve ser desconsiderado, assim como não se pode desconsiderar o fato de que, apesar de assumir uma aparente autonomia política, Lúcia Braga nunca rompeu de fato com as práticas características da política oligárquica da época.

Eleita a primeira deputada federal paraibana, Lúcia Braga se lança no cenário partidário muitas vezes assumindo posturas políticas aparentemente divergentes daquelas defendidas por seu marido Wilson Braga e demonstrando assim certa autonomia política. Dessa forma, considerando a atuação de Lúcia Braga singular e repleta de contribuições ao entendimento do processo de ascensão e permanência das mulheres na política partidária, esse trabalho tem por objetivo analisar sua atuação, destacando e discutindo suas práticas políticas no decorrer da década de 1980, apontando os tipos de capital político portados por ela, sua participação no governo de seu marido enquanto espaço de construção de seus capitais políticos, suas estratégias para alcançar a tão significativa vitória eleitoral em 1986 e sua participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 a 1988. Sob a égide da História Política, que será discutido à frente, este trabalho não tem por finalidade a construção de uma biografia tradicional da personalidade escolhida, mas a discussão de sua atuação no cenário político partidário, mediante o diálogo com alguns conceitos que colaborarão para esta compreensão.

O primeiro contato com a temática ocorreu em 2012, momento de meu ingresso no Programa de Iniciação Científica, no projeto “As mulheres paraibanas no poder municipal e suas estratégias de comunicação”, com plano de trabalho “As prefeitas paraibanas de 2009 a 2016”. A pesquisa foi coordenada pela Professora Glória Rabay e tinha como principal objetivo entender a participação feminina na política paraibana no âmbito municipal. Como produções advindas dessa experiência tiveram-se alguns artigos publicados em revista eletrônicas, assim como em anais de congresso. Minha monografia de final de curso, orientada pela Professora Monique Cittadino, foi mais um dos frutos dessa aproximação com a temática. Por meio desse contato, foi possível ter acesso a documentações referentes ao cenário político paraibano na década de 1980, e me chamou atenção a atuação de Lúcia Braga, política local que teve relevante participação no cenário político durante os anos de 1982 a 1986, momento em que seu marido, Wilson Braga, foi governador da Paraíba, fato que condicionou sua entrada de fato na política partidária.

O processo de ascensão de Lúcia Braga ao cenário político paraibano teve início na década de 1980, desenvolvendo trabalhos junto ao governo de Wilson Braga, considerado por Cittadino (1999), como político populista⁶. Segundo a historiadora, seguindo a política populista/clientelista dos Braga, durante seu governo Wilson utilizou o quanto pôde a máquina estatal, fazendo nomeações a fim de preservar o seu poderio político local. Nessa conjuntura, o então governador nomeou sua esposa Lúcia Braga, presidente da Fundação Social do Trabalho em João Pessoa, e no ano de 1986, a Assistente Social foi eleita a primeira deputada federal da Paraíba (CITTADINO, 1999). De acordo com dados do TSE, naquele mesmo ano mais 25 mulheres conquistaram êxito no processo eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte, em diversos outros Estados da Federação.

Mas por que escolher Lúcia Braga dentre outras mulheres que estiveram presente na política paraibana? De acordo com Bourdieu (2011[1986]), o processo de entrada e permanência na política é algo que está relacionado à adesão e adaptação a determinadas regras. Para ele, ser portador de capital ou capitais políticos é fator essencial para a entrada de um indivíduo na política partidária. Dessa forma, entende-se que os indivíduos, por meio de suas vivências/experiências, constituem seus capitais políticos e adentram a referida esfera, sendo esse percurso, na maioria das vezes, iniciado nas esferas “menores” do cenário partidário. Pressupõe-se que o acúmulo de capital político propicia essa ascensão política. No entanto, me chamou atenção o fato de Lúcia Braga ter sido eleita logo em sua primeira campanha eleitoral para deputada federal, sendo a mais bem votada de seu partido, o PFL. Na Paraíba o caso de Lúcia Braga não é uma exceção, a exemplo de vitórias eleitorais de nomes como Efraim Filho e Pedro Cunha Lima, filhos de Efraim Moraes e Cassio Cunha Lima, respectivamente, evidenciando o poder do familismo na política paraibana. Entretanto, principalmente no que diz respeito à presença das mulheres na política, estas iniciam suas trajetórias partidárias, na grande maioria das vezes, no âmbito municipal. Nesse ponto reside uma das singularidades de Lúcia Braga. Discutida em seus pormenores mais a frente, essa vitória eleitoral pode ser apontada como reflexo da junção do capital político familiar portado por Lúcia Braga, aquele delegado principalmente pelo seu marido, com seu capital político próprio, construído por ela em

⁶ Este conceito vem sendo bastante contestado na historiografia, mas ainda é usado por alguns autores e pela imprensa. Sobre a crítica ao conceito ver. FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história. Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

sua passagem à frente da Fundação Social do Trabalho, marcada por uma atuação pautada em práticas clientelistas e assistencialistas.

Após algumas leituras referentes à atuação de Lúcia Braga, diversos questionamentos me inquietaram. Dialogando com o sociólogo Pierre Bourdieu (2011[1986]), que adota o conceito de Capital Político, lancei os seguintes questionamentos: será que Lúcia Braga era portadora apenas do capital político da família Braga? Será que ela, por meio de sua participação no governo de Wilson Braga, seu marido, conseguiu construir capitais políticos próprios? Será que ela também carregava consigo um capital político familiar dos Navarro, outra família tradicional da política paraibana? Terá Lúcia Braga carregado os mesmos capitais políticos durante toda sua trajetória política? Questionamentos como estes guiaram o desenvolvimento do trabalho proposto. No decorrer da pesquisa busquei refletir sobre tais questionamentos, os quais foram problematizados no desenrolar da narrativa.

Toda produção acadêmica/científica requer uma série de ponderações, assim como rompimentos e desconstruções. Trabalhar com uma personalidade em específico se torna um desafio instigante, principalmente em se tratando de uma personagem que carrega consigo estereótipos de uma cultura histórica produzida a seu respeito. Mesmo contando com uma singela produção acadêmica sobre sua trajetória política e pessoal, em se tratando de Lúcia Braga, o que não falta é cultura histórica, estando seu nome gravado na mente de muitos paraibanos, seja positivo ou negativamente. De “mãe dos pobres” à “primeira-dama assistencialista”, Lúcia Braga é lembrada. Este trabalho levou em conta toda essa cultura histórica produzida, mas buscou em sua essência romper com o senso comum estabelecido a respeito da personagem em questão, pois, como destaca Bourdieu,

[...] construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros (BOURDIEU, 2011[1986], p. 34).

Dessa forma, a atuação de Lúcia Braga é aqui entendida e analisada mediante a compreensão de suas singularidades, particularidades e estratégias de ação, no interior do campo político. Inicialmente, enquanto primeira-dama, espaço onde legitimou sua performance político-social e o governo de seu esposo Wilson Braga, na gestão que se

estendeu de 1983 a 1986, e, após esse período, de fato no campo da política partidária, enquanto deputada federal.

No interior desse campo os agentes políticos produzem e seguem as regras e normas construídas, atuando mediante seu reconhecimento junto àqueles que os elegeram, ou lhes depositaram confiança para representá-los. Dessa forma, o campo político pode ser apontado tanto como campo de forças, quanto como campo de lutas, não estando este alheio à conjuntura à sua volta, muito pelo contrário, dialogando e respondendo o tempo inteiro a fatores externos.

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, que dizer, na maioria dos casos, do seu trabalho, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ou prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade, mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço (BOURDIEU, 2011[1986], p. 185).

O funcionamento e as ações no interior desse campo são permeados pela execução e a noção de poder. Entendendo “poder” como uma força presente nas mais variadas esferas instanciais do campo político, destaco aqui a importância do poder simbólico, aquele que segundo Bourdieu, age de forma quase invisível, mas tem um funcionamento semelhante a outras formas de poder mais explícitas, seja ele material e/ou físico. De acordo com Bourdieu (2011[1986]), reconhecer esse poder invisível e compreender sua importância no interior das atuações do campo político, é fator preponderante para a sua melhor compreensão.

Num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em ele entrava pelos olhos a dentro, não é inútil lembrar que é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2011 [1986], p. 07-08).

No interior do campo político, atuando na administração de seu esposo, Lúcia Braga muito se valeu desse poder simbólico, poder invisível, conseguindo realizar um trabalho de mobilização e manipulação social e popular, que deve ser apontado aqui em

duas vertentes. A primeira disse respeito à legitimação que sua performance proporcionou ao governo Wilson Braga, sendo apontada como um dos grandes pilares de sustentação e afirmação da gestão em vigor. A outra vertente fez referência ao possível acúmulo de capitais políticos por parte de Lúcia Braga que, se fazendo valer desses, se inseriu de fato na política partidária, e se tornou a primeira paraibana a assumir o cargo de deputada federal do Estado. Construindo um nome no interior do campo político, baseado na credibilidade que lhe foi dada, em poucos anos Lúcia Braga se tornou uma peça fundamental no desenrolar da conjuntura política do Estado.

Assim, deve-se destacar que o poder simbólico reside não apenas nos sistemas simbólicos, mas é definido numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que estão sujeitos. “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformadora, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 2011[1986], p. 15). Logo, ainda de acordo com o sociólogo, “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos [...]” (BOURDIEU, 2011[1986], p. 159).

Esse poder simbólico é executado mediante a portabilidade de diferentes tipos de capitais: sociais, culturais e políticos. Este último, o que trabalho nesse estudo, é entendido como, “uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 2011[1986], p. 187-188). Dessa forma, se mostra extremamente relevante compreender a construção e delegação de capitais políticos por Lúcia Braga.

Como mencionado anteriormente, a década de 1980 é marcada pelo processo de reabertura política, pela reorganização de diversos movimentos sociais, dentre eles o de mulheres, e de uma maior participação feminina no campo da política partidária. Vale destacar que esse aumento participativo não implica necessariamente em um empoderamento feminino, estando muitas dessas mulheres condicionadas às práticas políticas excludentes, que as subordinam a relações patriarcais de dominação. Fato destacável é que muitas daquelas que se elegeram nesse contexto de aumento participativo fizeram parte de estratégias de manutenção de poder por parte das elites locais, que na impossibilidade de eleger um representante masculino, inseriram algumas mulheres no cenário político. Vale destacar também que, apesar de representarem boa parte destas, nem todas as mulheres que adentraram o espaço partidário fizeram parte desse jogo de manutenção de poder. Algumas, indiscutivelmente, contaram com a força

familiar, sejam de suas famílias biológicas ou matrimoniais, mas não podem ter suas ações reduzidas a esse fator.

O entendimento deste trabalho é de que o processo de entrada e permanência de Lúcia Braga na política como exemplo desse segundo grupo de mulheres, que mesmo contanto com um significativo aparato familiar, conseguiu constituir seu capital político também por meio de sua própria atuação. Nesse cenário político da década de 1980 é que Lúcia Braga, esposa do governador, Wilson Braga, inicia seu trabalho junto à administração de seu conjugue, tomando posse da presidência da Fundação Social do Trabalho em 18 de março de 1983, espaço onde atuou próximo da população periférica do estado, em especial da capital, e também conseguiu estabelecer o diálogo com alguns grupos de mulheres, não especificamente grupos feministas. Mesmo não representando uma total ruptura no contexto da estrutura de poder vigente na época, por meio de sua atuação, Lúcia Braga adotou posturas particulares, tornando-a figura diferenciada em meio às representações femininas no cenário político partidário paraibano.

A partir do que foi exposto percebe-se que a presença feminina junto à política partidária nacional, assim como no meio historiográfico, é algo recente. Dessa forma, refletir sobre essa presença no campo de atuação política no Brasil, principalmente relacionada à política institucional, se configura como algo complexo. Nesse sentido, este trabalho se insere na perspectiva da História Política, não aquela do século XIX, voltada apenas para as instituições do Estado, para os eventos de curta duração ou para os grandes eventos, descrita pela primeira geração da *Escola dos Annales* como “factual, idealista e psicologizante”. Segue-se a perspectiva da História Política Renovada, que a partir da década de 1980 teve que se aproximar e buscar aplicar questionamentos das Ciências Humanas e Sociais e da Ciência Política, respondendo, de certa forma, às novas possibilidades propostas pela Nova História Cultural, focando principalmente o campo das representações (BERNSTEIN, 1998)⁷.

A produção do conhecimento histórico encontra-se envolvido numa rede de emaranhados, que perpassam as escolhas pessoais adentrando as relações de poder. Posicionamentos teóricos, metodológicos, referentes às temáticas e temporalidade são posturas que o pesquisador tem que assumir frente ao fazer historiográfico. Ações como estas estão condicionadas ao que Certeau (1982) denomina de lugar social. Almejando a

⁷ A Nova História Política continua tratando também das elites políticas e dos assuntos do Estado, mas de forma diferenciada, fazendo um diálogo com o contexto e todos os atores sociais. Ver: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

aceitação dos pares, nós profissionais da história direcionamos nossos trabalhos atendendo certas demandas epistemológicas. Compondo e recompondo paradigmas, a História enquanto área do conhecimento, assumiu diferentes facetas e perspectivas em sua trajetória. Tendências historiográficas se sucederam, umas suplantando outras para se reafirmarem. “Como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa” (RÉMOND, 1996[1988], p. 14).

Nesse contexto de oscilações epistemológicas privilegiando um viés econômico e social a partir da década de 1930, a *Escola dos Annales* buscou afastar os estudos ditos políticos dos pilares historiográficos, tornando-os em certo modo obsoletos. Como afirma Silveira (2010), soberana até o início do século XX, a História Política foi fortemente atacada e rejeitada pelos *Annales*, que se empenhou em desprestigiar-la junto ao fazer histórico das décadas seguintes. Considerada elitista, narrativa e linear, a História Política teve que se reconfigurar para “retornar” ao centro das discussões historiográficas. “Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu e fez-se uma revolução na distribuição do interesse” (RÉMOND, 1996, p. 15).

Como bem destaca Barros (2010) “De certo modo, os historiadores dos *Annales* terminaram por favorecer a construção de uma espécie de mito sobre a exclusividade de uma história política, factual e narrativa no século XIX” (BARROS, 2010, p. 29). O que o historiador quer chamar atenção é que nem toda história produzida no século XIX era história política, apesar de ser, sim, factual e linear. Pode-se, então, falar em predomínio da História Política, mas não em exclusividade. O historiador evidencia que as justificativas da *Escola dos Annales* em relação a superação de uma História Tradicional, coloca a história política como única forma de produção historiográfica da referida temporalidade. Barros vai além quando afirma que a crítica à história política aos moldes tradicionais se inicia muito antes dos *Annales*, realizada além das fronteiras francesas, apontando a historiografia alemã como espaço de debate da questão⁸.

⁸ Podemos lembrar que, na Alemanha de fins dos anos 1880, já começava a se desenvolver acirrado debate entre partidários de uma História Política e partidários de uma História Cultural. Esta polêmica foi encabeçada respectivamente pelos historiadores Dietrich Schäfer (1845-1929) e Eberhard Gothein (1853-1926). Ao mesmo tempo, já mencionamos o fato de que uma polêmica análoga também se desenvolveu na mesma época em torno das proposições de Karl Lamprecht (1856-1915). Tudo isto ocorreu muito antes da emergência da Escola dos *Annales*, mostrando que nem este debate foi uma novidade introduzida pelos historiadores dos *Annales*, e nem tampouco a historiografia do século XIX era exclusivamente política. De todo modo, não há como negar que os investimentos governamentais favoreciam francamente a historiografia política, tal como já teremos oportunidade de verificar (BARROS, 2010, p. 29).

Fator preocupante na atualidade, é a simplificação com que se discute esse “abandono” da História Política e seu processo de renovação. O projeto encabeçado na França por René Rémond se empenhou em refortalecer a História Política. No entanto, deve-se destacar que, apesar de muito criticada, esse tipo de fazer histórico nunca foi deixado de ser produzido, mesmo no interior da escola dos *Annales* que como dito, se propunha a combatê-la.

Tudo tomado em consideração, a história política pereceu, vítima de suas más amizades. Ela não desapareceu. Sob forma narrativa, biográfica, psicológica, ela continua a representar, quantitativamente, uma fração importante, possivelmente dominante da produção livresca consagrada ao passado (JULLIARD, 1976, p.180)⁹.

Com a criação da Escola dos *Annales* e sua revista em 1929 na França o fazer historiográfico passa por um processo de reconfiguração, não de forma pacífica e linear, mas num contexto de conflitos e denúncias à História Tradicional, em sua grande parte política, entendida como factual. Os *Annales* acreditavam na ideia de uma História Total e globalizante¹⁰. Julliard (1995[1976]) destaca que as insuficiências de método da dita história “Tradicional-Política”, justificava o desprezo dos *Annales*.

No que concerne a essas críticas, Rémond se posiciona em seu livro, *Por Uma História Política*, publicado pela primeira vez na França no ano de 1988.

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças de tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cuja decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas (RÉMOND, 1996[1988], p. 15- 16).

⁹ Vale destacar que uma forma de História Política não tradicional continuou sendo feita, na França, na Inglaterra e na Alemanha, mesmo que estes autores não se reivindicassem do campo da História Política. Ver: BARROS, José D' Assunção. História Social e Retorno do Político In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito e; MATOS, Júlia Silveira (orgs). **Campos da política** – discursos e práticas. São Paulo: LP-Books, 2012.

¹⁰ As críticas a História Tradicional não foram proferidas apenas pelo *Annales*. Outras correntes ou escolas historiográficas teceram profundas críticas a esse tipo de história, como o Marxismo.

Rémond demonstra que uma das primeiras “vítimas” nesse processo de reconfiguração histórica encabeçada na França pelos *Annales*, foi a história política, que segundo os que a negavam, carregava características divergentes daquelas que deveriam portar um tipo ideal de história. Essas novas orientações na perspectiva histórica caminhavam dialogando com o ambiente social, político e ideológico europeu, que passara a direcionar seus estudos para as massas.

Atacada e rejeitada por algumas décadas, a história política passou por um processo de renovação que começou a se organizar também na França, no final da década de 1960, ascendendo novamente ao cenário historiográfico. Um dos primeiros textos a apontar essa necessidade de renovação, assim como a apresentar algumas tendências vigentes na história política, surge no interior da própria Escola dos *Annales*, em sua terceira geração, escrito pelo historiador Jacques Le Goff, em 1972. Com o título “A Política: será ainda a ossadura da História?” Neste, o historiador destaca que a história política não se sustenta por si só, sendo necessário um diálogo com outras áreas do conhecimento. Ele discute o processo de crítica e “abandono” da história política pelo *Annales*, salientando que esta teria caído no ostracismo na segunda geração com Fernando Braudel. Ainda destaca que a retomada dos estudos políticos estaria ocorrendo mediante a mudança de noção de poder.

Na mesma década, em 1974, Jacques Julliard também apresenta a sua contribuição a esse processo de renovação, discutindo a respeito da má reputação da história política, seus vícios, suas lacunas, a inviabilidade de seus métodos, destaca a necessidade de sua reorganização, assim como evidencia que a história política já se encontrava revalorizada nos fazeres historiográficos. Para ele, “não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político” (JULLIARD, 1995[1976], p.184).

Já num universo externo a Escola dos *Annales*, grande fora a contribuição de René Rémond e seu grupo, que atuou especialmente na Universidade de Paris-X- Nanterre e no Instituto de Estudos políticos de Paris, buscando superar as críticas proferidas à história política, assim como estabilizá-la como perspectiva histórica coerente com uma nova realidade vivenciada, principalmente após a década de 1980. “É importante mencionar que esses historiadores são externos ao movimento dos *Annales*, que tradicionalmente foi pouco receptivo à história política” (MOTTA, 2009, p.18).

Inquestionáveis são as contribuições da historiografia francesa e dos três pensadores citados acima, quanto aos apontamentos da necessidade de se reconfigurar a

história política, para que essa atendesse às demandas historiográficas emergentes, no entanto, aqui mais uma vez cabe uma crítica. Novamente Barros (2010, p. 29) questiona esse monopólio francês, apontando ser necessário mencionar a existência e importância daqueles historiadores, que ainda que levados pelas circunstâncias a escrever uma História Política vista de cima, aos moldes tradicionais, perceberam e indicaram que havia ainda uma outra História por ser escrita, uma história voltada para outras esferas da atividade humana para além da política, e que enxergasse não apenas o ponto de vista das elites. Barros destaca a importância de Droysen e da historiografia inglesa.

Texto pioneiro do próprio Droysen, datado de 1858, em que este historiador nascido na Pomerânia critica simultaneamente o “predomínio excludente da História Política” e o culto à “produção do puro fato” (historiografia ingênua, narrativa não problematizada). Essa crítica pioneira antecede em 45 anos a crítica de François Simiand aos “ídolos da tribo dos historiadores”, dirigida contra os historiadores metódicos da França (1903) e em cerca de 70 anos a crítica dos historiadores dos *Annales* àquela que consideram uma “história política, narrativa e factual” do século XIX (BARROS, 2009, p. 29-30).

Assim, abandonando uma visão simplificada a respeito desse processo de revalorização dos estudos políticos, destacou que a história política sistematizou sua renovação no Instituto de Estudos Políticos de Paris, no entanto, essa caminhada para uma reformulação já se fazia presente em outros espaços. Tal renovação foi guiada pela rediscussão de conceitos clássicos do mundo político, e sua aproximação com outras esferas do conhecimento, como a sociologia, a psicologia social, a ciência política, a linguística. Seria impossível essa renovação por meio de um isolamento. A utilização de dados quantitativos, a ampliação dos objetos de estudo, agora também incluindo as massas, a articulação com diferentes durações, propondo o contato entre o contínuo e o descontínuo a valorização da longa duração, e a superação de uma abordagem superficial do campo político são as quatro principais características da história política renovada.

Aspectos como a ampliação da ação política e das forças interventivas do Estado, o desenvolvimento de diversas políticas públicas, certa consciência e posicionamento politizado por parte da população, são apontados por René Rémond como impulsionadores da renovação da história política. Julliard (1995[1976]) acrescenta o desenvolvimento dos meios modernos de comunicação e de informação, que torna políticos diversos acontecimentos. “Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se forma pela repercussão que alcança numa sociedade” (JULLIARD, 1995[1976], p.184). Tal renovação foi guiada pela rediscussão de conceitos clássicos do

mundo político, e sua aproximação com outras esferas do conhecimento, como a sociologia, a psicologia social, a ciência política, a linguística.

Muitas vezes faz-se uso da expressão retorno do político, no entanto, esta recebe algumas críticas. Como diz Le Goff (1983), “a expressão retorno é ambígua, fala-se dela como do retorno a uma concepção do passado que teria sido suprimida ou comprimida pela Nova História”. Nessa mesma direção Rémond (1996[1988]) salienta que,

[...] a expressão é imprópria e além disso desastrosa: ela pode induzir a ideia de que é uma volta atrás, e portanto, uma regressão. Não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma história renovada” (RÉMOND, 1996[1988], p. 58).

Dentro desse campo, a história política está ligada à noção de “poder”, não mais o poder apenas do Estado, mas também a discussão do estudo de micropoderes num ambiente cotidiano, no interior da família ou nos discursos populares. Nesse sentido, não há como deixar de destacar a importância do pensamento de Michel Foucault (1979)¹¹, um dos primeiros estudiosos a redirecionar e ampliar a noção de “poder”, fazendo com que este seja entendido/percebido em todos os espaços de socialização humana e não preso apenas as estruturas governamentais dos Estados. Por meio desse redirecionamento, a nova história política pôde se apoderar de outros problemas que não lhe dizia respeito anteriormente, como a preocupação com o estudo da participação na vida política e seus processos eleitorais, integrando todos os seus atores, deixando de lado o caráter apenas elitista e individualista da antiga história política (RÉMOND, 1996[1988], p. 24).

Salienta-se que essa releitura vivenciada pelos estudos políticos deveu-se, em grande parte, a sua aproximação com o campo da Nova História Cultural. Mas afinal, no que consiste essa aproximação entre Nova História Política e História Cultural? Estudos como os de Peter Burke (2004) e Sandra Pesavento (2005), auxiliam na compreensão de tal relação. Segundo Pesavento (2005) tudo que tem história, ou antes, laços simbólicos integrados num conjunto de códigos a que se chama de “cultura”, está passível de ser investigado pela História Cultural. Nesse sentido, “A História Cultural visa atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo. A

¹¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

História cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas representações centrais a definição de uma cultura política” (PESAVENTO, 2005, p. 75).

Uma das grandes contribuições da Nova História Cultural foi a ampliação das possibilidades de estudos. Atuando nas zonas de fronteiras, essa perspectiva historiográfica proporcionou uma aproximação com outras áreas do conhecimento, em especial com a antropologia. Por meio dessa aproximação, o conceito de cultura no campo historiográfico foi ampliado¹².

Para Pesavento (2005), a nova História política é entendida como uma releitura do político pelo cultural, essa vertente se aproximaria de noções como as de imaginário e representação. Segundo a historiadora, entraria em cena uma História Cultural do Político, impulsionada pelos estudos do imaginário do poder, enfatizando as performances de diferentes e até anônimos atores, a questão das ações e poderes simbólicos, os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos.

Um dos pontos destacados é que o viés da História Cultural não exclui a dimensão do político, muito pelo contrário, ela encontra nesse campo diversas possibilidades de estudos de suas representações, trazendo assim novos aportes para ele. Segundo Pesavento (2005) não seria demais falar em uma verdadeira renovação do político, trazida pela História Cultural. Conceito central advindo dessa aproximação entre o campo cultural e o político é o de “Culturas Políticas”. Apresentando novas possibilidades de análise, os estudos sobre as mulheres podem ser inseridos nessa perspectiva.

Desta forma, este trabalho segue a perspectiva da “Nova” História Política. Tendo em vista a atual situação relacionada à presença da mulher na política partidária, considera-se de extrema importância compreender a Cultura Política Brasileira na qual as mulheres se inseriram no cenário político paraibano, entendendo e discutindo as práticas políticas que compuseram; compreender em especial, como Lúcia Braga se inseriu nesse espaço. Partindo desse pressuposto, faz-se uso do conceito de Cultura Política, definido por Rodrigo Pato Sá Motta como o “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma

¹² Segundo Burke (2004), o antropólogo que mais inspirou os historiadores foi o Clifford Geertz, que definia cultura como “um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio dos quais os homens se comunicam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida” (BURKE, 2004, 52).

identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

A possibilidade de formulação e uso do conceito de Cultura Política pelos historiadores, também foi projetada pela efervescente valorização da História Cultural. Segundo Motta (2009), o conceito de Cultura Política foi uma construção teórica formulada pelas Ciências Sociais que foi apropriada pelos historiadores, apontando mais uma característica do que conhecemos historiograficamente como Nova História Cultural e da Nova História, defendida pela Terceira Geração dos *Annales*.

Motta (2009) ainda destaca que o tempo histórico próprio das culturas políticas é o da longa duração, no entanto, apesar de sua dimensão estrutural, elas são históricas, dinâmicas e variáveis. Ressalta a possibilidade do estudo centrado na presença de personagens individuais como inspiradores de culturas políticas, justificando que sua utilização não implica numa ruptura com a história social, nem busca construir mitos históricos. Motta (2009) ainda salienta que existem duas vertentes que possibilitam o uso adequado do conceito de cultura história, sendo estas a pluralista e a singular/nacional. A perspectiva pluralista seria aquela em que o conceito é abordado em seu sentido plural, podendo ser aplicado aos espaços sociais diferenciados servindo para designar coletividades reunidas em torno de projetos específicos de ordenamento da sociedade. Exemplos dessa perspectiva são as derivações conceituais culturas políticas comunista, republicana, conservadora, liberal. A segunda perspectiva exposta pelo historiador é aquela utilizada para designar a coletividade nacional, a exemplo de cultura política brasileira. De acordo com Motta (2009), as duas vertentes caberiam aos estudos historiográficos.

Mais importante é perceber que não há incompatibilidade entre os dois modos de conceber cultura política. No singular e no plural, o modo pluralista e a perspectiva nacional. É possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo, ao mesmo tempo convivendo com culturas ou sub-culturas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum (MOTTA, 2009, p. 24).

Ao se adotar um referencial teórico, o pesquisador faz uma escolha política/ideológica, devendo articular sua pesquisa aos pressupostos e conceitos do referencial adotado. Essa escolha explicita uma percepção de conhecimento histórico, buscando entender por meio dele a relação entre a sociedade e seus indivíduos. Nesse

sentido, teoria e práticas devem caminhar num mesmo sentido para dar validade à pesquisa proposta. Seguindo essa linha de raciocínio, vale destacar que o uso impróprio do conceito de culturas políticas vem gerando debates entre alguns historiadores. Bernstein (1998) salienta que o uso indevido do referido conceito pode ocorrer se confundido com práticas políticas, ideias políticas ou até hábitos políticos. Dessa forma, explicitou-se aqui que trabalho com um conceito de cultura política em sua perspectiva singular/nacional, ou seja, a noção de Cultura Política Brasileira¹³, e dentro desta cultura, analisou-se algumas práticas políticas realizadas por Lúcia Braga, no contexto de sua atuação durante a década de 1980.

Com base no que foi exposto, a proposta deste trabalho foi analisar a temática da participação da mulher na política partidária paraibana, tendo como objeto de estudo a atuação política de Lúcia Braga, visando a compreensão da sua participação enquanto sujeito coadjuvante e protagonista, portadora de práticas políticas, componente das interfaces de uma Cultura Política Brasileira.

Outro conceito que apresenta possibilidades de uso na perspectiva da história política renovada é o de Capital Político. Advindo da Sociologia de Pierre Bourdieu, em suma ele indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. De acordo com o sociólogo, seria necessário portar capital político para avançar na carreira política, e a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representaria uma ampliação deste capital.

Embora Bourdieu não tenha elaborado uma categorização sistematizada do conceito de capital político, por meio dos seus argumentos pode-se estabelecer uma divisão deste capital, em capital pessoal de notoriedade e heroico, e o capital delegado. Por meio dessa divisão pôde-se discutir mais a fundo o conceito, assim como melhor aplicá-lo em nossas pesquisas. Uma das muitas vias de investigação que a obra de Bourdieu possibilita diz respeito aos tipos de capital político portado por determinado

¹³ De acordo com Motta (2009), os enfoques pluralista e singular não são incompatíveis entre si. Alguns estudos tentaram caracterizar a cultura política brasileira com base no suporte teórico-metodológico da ciência política. Motta (2009) aponta as contribuições de alguns historiadores à discussão quanto ao que poderia ser apontado como características da cultura política brasileira, tais como Carvalho (2000), DaMatta (1997), Freyre (1959) e Rodrigues (1982), bem como destaca algumas dessas possíveis características: conciliação, laços frágeis entre o povo e a cidadania, modesta participação popular na política institucional. Como características dessas cultura política brasileira ainda aponto a sobreposição dos laços familiares em detrimento dos ideológicos e o primeiro-damismo como porta de entrada, privilegiada, das mulheres (da elite) na política partidária. Ainda vale pontuar a desigualdade de gênero nos cargos políticos como consequência dessa cultura política.

indivíduo. No caso do nosso estudo, os tipos de capitais políticos portados por Lúcia Braga. A partir do empoderamento teórico de Bourdieu, podemos esboçar uma trajetória pessoal e política da personalidade estudada.

A análise proposta se realizou com base nos livros *Tempo de viver Tempo de contar*, *A Casa da Palmeira* e *Gafes nossas de cada dia e outras histórias*, escritos pela própria Lúcia Braga, entrevistas concedidas por Lúcia, publicadas em livros e pela imprensa local, discussões apresentadas nesse veículo informativo, assim como dados e informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TSE – PB), seguindo a perspectiva da história política renovada, sob os usos dos conceitos de Culturas Políticas e Capital Político.

Aqui também cabe uma rápida discussão a respeito da utilização de textos autobiográficos enquanto fonte para pesquisas históricas. Com o processo de renovação da história política o que era entendido enquanto fonte também foi repensado, alargando seus horizontes, proporcionando uma maior possibilidade de usos e apropriações. Nesse contexto, aqui no Brasil, Ângela de Castro Gomes (2004) nos traz uma significativa contribuição ao debate teórico-metodológico referente à "escrita de si"¹⁴. Vale destacar que apesar deste tipo de escrita terem sido usados como fontes pelos historiadores anteriormente, apenas recentemente passaram a ser considerados fontes privilegiadas de análise e objetos da pesquisa histórica.

A coletânea *Escrita de si, escrita da História*¹⁵, evidencia diversas possibilidades de apropriações e os limites metodológicos para o pesquisador que se propõe a fazer uso de documentos biográficos e autobiográficos. Nesse sentido, Gomes (2004) salienta que,

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 14).

O trabalho de crítica documental exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra fonte de análise historiográfica. No entanto, deve-se levar em conta algumas características próprias da escrita autobiográfica,

¹⁴ Vale destacar que a escrita de si foi desenvolvida de forma pioneira por Foucault, numa perspectiva diferente da de Ângela de Castro Gomes. Mais informações ver: FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: **O que é autor**: Lisboa: Passagens, 1992. p. 01-11. Disponível em: http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/livros/a-escrita-de-si-michel-foucault/at_download/file. Acesso em 25 de maio de 2016.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ou como Gomes (2004) denomina, “escrita de si”, como por exemplo as relações do texto com quem o escreve e suas motivações, objetivos e perspectivas na construção do “eu”.

Vale destacar que o mesmo processo que desqualificou a história política durante a primeira metade do século XX, acabou também estigmatizando os escritos biográficos e autobiográficos. Na medida em que a historiografia privilegiava as análises de natureza econômica ou social, parecia desmerecido focar as análises historiográficas em um indivíduo.

Nesse contexto, assim como a crise da história política produziu uma queda da biografia, o seu retorno aos pilares historiográficos proporcionou sua revalorização, possibilitando uma crescente onda de publicações biográficas. No entanto, a reutilização do método biográfico e autobiográfico nas ciências sociais e na história foi mais complexa. Essa reaproximação deveu-se em grande parte pela revalorização das fontes qualitativas. Vale destacar que, no meio historiográfico, as biografias e autobiografias passaram a ser entendidas como fontes históricas, assim como os monumentos, os arquivos, os símbolos¹⁶.

A utilização dos três livros autobiográficos de Lúcia Braga, enquanto fonte de estudo, caminha dialogando com essa tendência de revalorização e utilização da escrita de si, que entende a individualidade enquanto fornecedora de elementos discursivos da realidade ou do sistema de representações. Dessa forma, este estudo foi desenvolvido mediante as discussões apresentadas.

Também como fonte de estudo foi feito uso de textos jornalísticos publicados na imprensa local, como o jornal *A União* (periódico oficial do Estado), *O Norte* (jornal do grupo Associados, fundado por Assis Chateaubriand), *Jornal O Momento* (fundado e norteado por Jório Machado), e o *Correio da Paraíba* (pertencente a Teotônio Neto)¹⁷. Não obstante, deve-se destacar que a imprensa carrega consigo e disponibiliza um enorme aparato informativo no que diz respeito a eventos cotidianos, demonstrado conflitos, modos de pensar, posturas sócio-políticas, caracterizando-se dessa forma como uma valiosa fonte histórica. Fiz uso de quatro jornais paraibanos que circularam durante a

¹⁶ Para mais informações sobre a questão biográfica e autobiografia no âmbito da nova história, ver: LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. LEVILLAIN, Philippe. *Os protagonistas: da biografia*. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rosseaus a Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

¹⁷ Sobre o posicionamento ideológico da imprensa paraibana ver. ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa paraibana**. João Pessoa: A União, 1983.

década de 1980 na cidade de João Pessoa. A escolha não foi aleatória e, sim, intencional, mediante ao fato desses quatro impressos fazerem parte de um ciclo de debate político vigente na década de 1980. *A União*, Jornal oficial do governo, buscou construir e perpassar imagens positivas e benevolentes de Lúcia Braga e seu esposo, então governador do Estado, durante todo o seu mandato. *O Norte*, apontado como rival do jornal do governo, *O Momento*, com posturas abertamente oposicionistas, realizaram diversas críticas ao governo de Wilson Braga e também a atuação de sua esposa frente à Funsat, e o *Correio de Paraíba*, que assumiu posturas críticas ao governo a partir do ano de 1984. No entanto, deve-se destacar que, mesmo os jornais críticos e de oposição, não deixaram de evidenciar os programas e projetos desenvolvidos pela Fundação Social do Trabalho (Funsat).

Também inserido nesse conjunto de textos pertencentes à imprensa, a *Revista da Funsat* foi utilizada enquanto fonte documental. Ao todo foram utilizadas cinco exemplares da revista. Estes foram localizados no Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP), em uma dessas intensas manhãs de trabalho, depois de muito folhear os exemplares dos jornais *O Momento* e o *Correio da Paraíba*. Me deparei então com alguns números da revista e imediatamente as inseri em meu escopo de fontes. Encontrei e trabalho com exemplares de nº 01 ao 05, referentes às publicações de setembro de 1983 a dezembro de 1984. Não se sabe a certeza sobre a circulação da revista durante os dois últimos anos do governo de Wilson Braga e existência da Funsat.

No tocante à utilização de textos publicados na imprensa enquanto fontes históricas, Tania Regina de Luca destaca que, “a renovação no estudo da História política, por sua vez, não poderia dispensar a imprensa que, cotidianamente, registra cada lance dos embates na arena política” (LUCA, 2005, p. 128). Essa aceitação dos jornais enquanto fontes históricas fez parte do processo de alargamento da noção de fonte histórica, no qual a História enquanto disciplina não estaria mais presa a estudos baseados apenas documentações ditas oficiais. Nessa nova perspectiva, os periódicos são encarados como próprios atores políticos.

Quanto à utilização da internet, vale destacar que esta pesquisa preconizará em fazer uso de informações e dados disponíveis nos endereços eletrônicos oficiais do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Além dos dados quantitativos, números de eleitos em cada pleito, porcentagem de votação de cada candidato, número de eleitores, de abstenções, etc., as atas eleitorais disponibilizadas pelo órgão fornecem informações qualitativas, como os nomes dos candidatos concorrentes

nas eleições, a trajetória cronológica política de cada um, as declarações de rendas e prestações de contas, etc.

Como bem destaca Marcos Napolitano, “não se trata de decidir qual a fonte mais ‘verdadeira’, mas ampliar o escopo documental na abordagem dos processos de fenômenos sociais estudados pelo historiador” (NAPOLITANO, 2005. p. 253). Longe de objetivar esgotar as possibilidades de análise do objeto estudado, este trabalho se propõe, assim como o ogro da lenda citado por Bloch, a farejar carne humana, no caso a participação feminina, em meio às práticas políticas paraibanas, valorizando sujeitos, métodos e referenciais teóricos numa perspectiva inovadora.

Deve-se destacar o uso de fotografias no decorrer da narrativa. Corroborando com Lima e Carvalho (2011) ressalta-se a ambiguidade da fotografia, à medida em que, por um lado ela esvazia o sentido da experiência, e, por outro, democratiza a informação que carrega consigo. Fonte histórica contemporaneamente valorizada pelos historiadores, as fotografias não aparecem neste trabalho como tal, ou seja, como fontes de estudo, mas como recurso didático visual na construção da narrativa. Seu uso não se configura enquanto fonte na medida em que não é realizado uma análise de sua construção, apropriação e circulação, sendo utilizadas como reforço visual dos acontecimentos apresentados na narrativa. No Trabalho consta 24 fotografias, todas relacionadas à atuação de Lúcia Braga e seus espaços de atuação. As imagens são oriundas de periódicos impressos, os mesmos utilizados em toda a pesquisa (*O Norte, O Correio da Paraíba, O Momento, A União*)¹⁸.

Este trabalho consta de uma introdução, que como viu-se, discorre sobre o itinerário da pesquisa, discutindo as abordagens teórico-metodológica que guiaram o estudo, a escolha e o trabalho com as fontes e os conceitos abordados; e mais três capítulos. No primeiro capítulo realizou-se uma curta narrativa biográfica de Lúcia Braga, destacando elementos cotidianos como infância, relações familiares, educação e formação acadêmica, casamento, posturas políticas antes e depois da entrada na política partidária. No segundo ponto deste capítulo, discutiu-se, bem como se enfatizou o assistencialismo presente nas ações de Lúcia Braga, e a questão de sua projeção para o cenário político partidário. É entendimento da pesquisadora que o ano de 1982 foi um

¹⁸ Ver mais sobre Fotografia e História em: BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. História e Imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004. DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, Papirus, 1994. FELIZARDO, Adair & SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. In: **Revista Discursos Fotográficos** - Volume 3, nº 3 p. 205-220, Londrina-PR 2007. KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

divisor na vida política de Lúcia, pois defende-se a ideia de que é a partir de sua atuação na campanha e no governo de Wilson, que ela começa a construir um capital político próprio, ligado às demandas populares, esfera social que acabou legitimando a sua vitória na eleição de 1986. Diversas práticas assistencialistas podem ser apontadas na atuação de Lúcia Braga durante o período entre os anos de 1983 a 1986. No entanto, não se enxergou nem se apontou essa atuação de Lúcia Braga de forma puramente instrumental, apenas enquanto legitimadora da administração de seu esposo, mas a problematizo tendo em vista a temporalidade, as práticas e as culturas políticas em vigor.

Ainda neste capítulo, se apresentou o contexto político vivenciado durante a década de 1980, destacando a conjuntura paraibana no momento de discussões em torno do processo de abertura política, enfatizando suas particularidades locais. Longe de almejar realizar uma longa revisão bibliográfica e entendendo que essa abertura política não ocorrera de forma tão simplista e pacífica, busquei pontuar e discutir algumas posturas paraibanas em meio a essa conjuntura nacional. Finalizando o primeiro capítulo desta dissertação discuti-se como se desencadeou a campanha eleitoral de 1982, a qual Wilson Braga foi eleito governador do Estado, destacando os conflitos e impasses políticos que a marcaram. Se apresentando com características bem peculiares, não apenas por ser o primeiro pleito direto para o cargo de governador dos estados, as eleições de 1982 na Paraíba ocorreram em meio a diversos embates políticos e ideológicos. A escolha de Wilson Braga à candidatura pelo PDS, a dúvida na escolha do vice para compor sua chapa, o apoio inesperado do ex-governador Tarcísio Burity, a oposição do PMDB, o PT tentando aparecer na disputa mas ficando a margem das reais possibilidades de vitória, foram pontos discutidos no decorrer do referente tópico.

No segundo capítulo, intitulado *Lúcia Braga entra na vida pública: a primeira-dama atuando sob o respaldo da Funsat*, delineou-se uma discussão a respeito das práticas políticas que permeavam a Paraíba na referida década, analisando a atuação de Lúcia Braga entre 1982 a 1986, enfatizando sua atuação junto ao Movimento de Ação Feminina, à Fundação Social do Trabalho e ao Programa Nacional de Voluntariado, assim como se configurou o seu protagonismo no desenvolvimento de diversos projetos executados por esses programas. Identificou-se, assim como se apontou justamente que por meio de sua atuação à frente desses espaços que Lúcia Braga iniciou seu processo de projeção pessoal e adentramento ao mundo da política partidária. Dessa forma, buscou-se analisar constituição e o porte de possíveis capitais políticos por Lúcia Braga. Nesse ponto, dialogou-se com Bourdieu (2011[1986]), quando o autor afirma que o capital

político é um tipo de capital simbólico, que seria o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política.

Ainda nesse segundo capítulo realizou-se uma discussão referente à centralidade atribuída à questão habitacional, durante o período em que Lúcia Braga estava à frente da Funsat. Nesse interim, foi analisado o desenvolvimento de alguns projetos, tais como: Mutirão de Bayeux, Beira-Rio, Taipa, Renascer I e II. Fator mencionável foi o disfarçado manipulação social/popular existente por traz de uma falsa impressão de participação e assistência comunitária. Finalizando o capítulo foi apresentado a execução das três edições da Feira da Paraíba, também planejada e executada sob o comando de Lúcia Braga.

Concluindo este trabalho, o terceiro capítulo, *A caminhada de Lúcia Braga rumo à Câmara Federal e sua atuação na Assembleia Constituinte*, começa com uma discussão a respeito da Assembleia Constituinte de 1987/8, apontando os debates em prol da necessidade de uma nova Carta Magna e a composição da Assembleia Constituinte. Em seguida, analisou-se a campanha eleitoral de 1986, na qual Lúcia Braga é eleita deputada federal, assumindo também funções constitucionais, destacando algumas de suas estratégias eleitorais. Finalizando o capítulo discuto a atuação de Lúcia Braga junto a Constituição, destacando suas posturas frente às questões dos trabalhadores e das mulheres.

1 TRAJETÓRIA DE LÚCIA BRAGA E A PARAÍBA NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Trabalhar com trajetória de vida pode inferir uma série de questionamentos, desde sua abordagem metodológica até as análises empíricas. Aqui foi objetivo iniciar uma discussão sobre as práticas políticas de Lúcia Braga, mediante uma breve apresentação de sua trajetória, a qual carrega elementos, materiais e simbólicos, indicadores de seu fazer político. A análise ocorreu mediante a problematização de sua escrita autobiográfica, especificamente os livros *Tempo de viver tempo de contar* (1996), *A casa da Palmeira* (2009) e *Garfês nossas de cada dia e outras histórias* (2002), e uma entrevista concedida por Lúcia Braga a Glória Rabay e Maria Eulina Carvalho em 1998, publicada no livro *Mulher e política na Paraíba: história de vida e luta*, em 2010. Corroborando com a problematização, recorri aos dados disponibilizados pelo TRE da Paraíba e as informações diárias publicadas pela imprensa local sobre a imagem que estava sendo construída em torno da primeira-dama Lúcia Braga.

Levando em conta a questão da dimensão subjetiva dos escritos autobiográficos, observou-se a relevante preocupação em se estabelecer procedimentos metodológicos de críticas às fontes. “Diários íntimos e autobiografias são escritos por motivos variados: respondem as necessidades de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam” (CALLIGARIS, 1998, p. 43). Utilizou-se a escrita autobiográfica de Lúcia Braga nesse trabalho não enquanto uma narrativa desproposita e verdadeira dos fatos, mas como fonte histórica cabível e condicionada a críticas, cruzamento de dados e informações, congruências e divergências bibliográficas. Como apontado por Calligaris (1998) e Gomes (2004), diversos são os motivos impulsionadores da escrita autobiográfica, no entanto, foi possível notar seu apego na busca de construção e/ou representação de verdade, muitas vezes apegada aos fatos, tornando a crítica a esse tipo de escrita, indispensável em se tratando de sua utilização enquanto fonte histórica.

Entendendo a autobiografia como um tipo de “representação” do sujeito por si mesmo (GOMES, 2004), este trabalho fez uso da escrita como fonte, buscando entender como a Lúcia Braga se auto representa na contramão de uma imagem construída de outras formas, a exemplo dos periódicos e da própria historiografia paraibana.

1.1 Lúcia Braga: narrativa biográfica

Nascida em 13 de dezembro de 1934 na cidade de João Pessoa, Antônia Lúcia Navarro Braga, mais conhecida com Lúcia Braga, foi criada por sua tia materna, Amanda Toledo, chamada por ela de “mamãe Manda”. Passou a sua infância na casa de seu avô materno, o desembargador Joaquim Eloy Vasco de Toledo, localizada na rua da Palmeira nº 73, atual rua Rodrigues de Aquino. Filha biológica de Maria Augusta Toledo e João Navarro Filho, Lúcia foi separada de seus irmãos muito cedo, momento em que foi morar com sua tia, pessoa que a tomaria como filha e lhe dedicaria parte de sua vida.

De mamãe, como sempre chamei tia Amanda, recebi carinho extremado até. Só não fiz sair do seu útero. Mas, no aconchego do seu colo me aninhei, não somente quando bebê, mas até adolescente e jovem, quando precisava de calor humano, quando tinha problemas ou mágoas para desabafar, ou simplesmente quando estava feliz e queria dividir essa felicidade com ela, mãe dedicada que foi para mim, sorrindo quando eu sorria, triste se eu chorava, projetando nas minhas realizações o seu sentido de viver (BRAGA, 2009, p. 24).

Pertencente a uma tradicional família política paraibana, os Navarro, apesar de não conviver cotidianamente com seus pais biológicos, Lúcia cresceu em meio a um contexto no qual as conversas envoltas da política eram constantes. Seu pai, João Navarro Filho, fora Juiz de Direito; seu primo Antenor Navarro, interventor do Estado da Paraíba, entre 1930 e 1932; seu tio Vasco ex-deputado da Constituinte; seu avô Toledo, desembargador. Esses são alguns nomes e personalidades com quem Lúcia Braga convivera parte de sua vida, e que de forma direta ou indireta colaboram com seu processo de formação pessoal e político. Embora os nomes citados acima não formassem um grupo homogêneo da política paraibana, eles, tomadas as suas devidas proporções, estiveram presentes na história política do estado. Acontecimento importante narrado por Lúcia em seus livros, diz respeito a perseguição que seu avô e seu pai sofreram do então governador da Paraíba, João Pessoa.

Sua forma drástica e “açoadada” de governar, mesmo com a intenção modernizadora, visando derrubar oligarquias, tentando mudanças bruscas na estrutura política do Estado, modificações que poderiam com melhor êxito, serem realizadas gradativamente, valeram-lhe admoestações do seu mentor e tio Eptácio Pessoa, que lhe aconselhava moderação nas ações políticas [...]. Daí, a perseguição ao meu avô, desembargador Vasco de Toledo, que

concedeu *Habeas Corpus* aos motoristas, no célebre caso das porteiras, lei arbitrária de João Pessoa (BRAGA, 2009, p. 98. sic)¹⁹.

“Tímida e introvertida por temperamento, Lúcia descreveu sua infância como feliz. Conviveu com gente grande, e ouviu música erudita na vitrola do avô, passou as férias nos engenhos dos parentes, onde vivenciou a diversidade de uma família extensa” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 174). Lúcia Braga estudou no Colégio de freiras Nossa Senhora de Lourdes, mais conhecido como Lourdinhas, desde as primeiras letras até o colegial, momento no qual contou com o apoio afetivo de sua mãe Amanda e financeira de seu irmão Afonso para dar continuidade aos estudos. Importante instituição educacional do estado, o colégio das Lourdinhas foi fundado em 1940 iniciando suas atividades no prédio da rua Monsenhor Walfredo Leal, nº476, com 45 alunas, número crescente durante o decorrer do ano, que ao findar-se contava com 80 discentes. Constituído por um viés católico o colégio, inicialmente, destinado à educação feminina, ganhou privilégio entre as camadas mais abastadas da capital, se constituindo como um importante espaço no campo da educação²⁰.

Moralistas e rígidas parecem ter sido os primeiros passos educacionais de Lúcia Braga. Ela nos narra seu desejo de estudar no colégio Lyceu Paraibano, e a não aceitação de suas tias, tão destinadas a dar-lhe uma instrução aos moldes católicos. Nair, tia materna de Lúcia, tornou-se freira e ao retornar do convento no Rio de Janeiro, assumiu a diretoria do Colégio Lourdinhas, permanecendo no cargo por muitos anos.

Lúcia destaca que no momento de seu ingresso no colegial sua família passara por uma delicada situação financeira, não tendo condições de continuar custeando seus estudos no Colégio Lourdinha. Segundo a biografada, seu irmão Afonso, então, assumiu essa responsabilidade, garantindo sua continuidade na instituição. A respeito do fato, Lúcia Braga relata que sua mãe, após alguns momentos de hesitações, procurara Afonso, irmão biológico de Lúcia, na época tenente do Exército, solicitando-lhe ajuda para custear os estudos de sua filha, sendo atendida pelo sobrinho.

Esse fato levou-se a questionar até que ponto o poderio econômico da família Navarro fora usufruído por Lúcia Braga, demonstrando assim que pertencer a uma família inserida no rol da elite política de uma determinada localidade não é necessariamente um

¹⁹ Sobre a interventoria de Anthenor Navarro. Ver. SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

²⁰ Informações disponíveis em: <http://www.lourdinhas.com.br/historia>. Acesso em 19 de março de 2016.

indicativo de uma favorável estabilidade econômica. No entanto, evidencia ainda o quanto as redes de solidariedade se constituíram como fator importante nas relações entre essa elite. Assim, mesmo as elites políticas não sendo necessariamente abastadas financeiramente, elas mantinham redes de solidariedade poderosas, que as auxiliavam em determinadas situações. No caso da personalidade estudada, mesmo seu núcleo familiar não podendo arcar com suas despesas educacionais naquele momento, souberam recorrer a alguém próximo, pertencente a uma rede de solidariedade, possibilitando assim sua permanência no Colégio das Lourdinhas. Considero rede de solidariedade pelo fato de Lúcia e Afonso sendo irmãos, terem sido criados em núcleos familiares diferenciados, este com seus pais biológicos, aquela com sua tia materna. Observa-se assim, que as elites locais, como afirmava Victor Nunes Leal²¹ não eram necessariamente abastadas, mas remediadas. Em compensação, essas famílias sempre podiam contar com uma rede de solidariedade entre os parentes que mantivessem o status do grupo.

Passado o colegial, Lúcia Braga inicia o curso superior de Serviço Social em 1955, pela Faculdade de Serviço Social da Paraíba, formando-se em 1961, quando a referida instituição já havia sido integrada à Universidade Federal da Paraíba. De acordo com Lúcia, o Serviço Social era a área acadêmica que teria lhe apresentado sua vocação ideológica.

Optei pelo curso de Serviço Social, talvez pelo exemplo de mamãe, a pessoa mais caridosa que conheci. Minha visão social era nula. Não sabia sobre lutas de classes, injustiça social. Ricos e pobres sempre existiram, nos diziam no colégio. Somente conhecia o espírito generoso de mamãe, que me emocionava [...]. O curso de Serviço Social, especialmente a sua prática me trouxe o sentido ideológico que transforma vidas, levando-as a compromissos permanentes com a luta por uma sociedade mais justa e mais humana (BRAGA, 1996, p. 51 – 52).

Inserida agora no ensino superior, carregando consigo uma longa bagagem educacional moralista, Lúcia teria contato com novas formas de entender o mundo. “No início sua vocação era apoiada na visão cristã da época. Mesmo engajada no movimento estudantil, Lúcia não tinha inclinações esquerdistas” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 177). Iniciou o curso superior durante a década de 1950, Lúcia Braga se deparou com uma forma de assistência social que, por vezes, confundia-se com a caridade da Igreja, com a ajuda aos pobres, com o assistencialismo aos necessitados. Esse viés da assistência

²¹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

social modificou-se apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, momento em que a assistência social foi inserida ao campo das políticas públicas. Na prática, esse processo de mutação ideológica ocorreu num ritmo lento e heterogêneo. A posteriori, enquanto primeira-dama, Lúcia Braga ainda se valeu de seus valores cristãos em suas atuações. Como afirma Torres “A representação de papeis sociais de primeira-dama envolve uma dimensão simbólica que evoca valores cristãos, a figura do líder carismático e concepção de gênero fundadas na cultura do patriarcado” (TORRES, 2002, p. 192 -193).

Eleita presidente do Diretório da Faculdade de Serviço Social logo no primeiro ano do curso, Lúcia conheceu aquele que se tornou seu esposo, em um encontro universitário em Areia, município interiorano da Paraíba no ano de 1957. Wilson Braga era presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e fazia parte da organização do evento. “Recém egressa de colégio de freiras, menina pobre, mas de formação burguesa, me arrepiava os arroubos socialistas da minha segunda paixão, Wilson Braga, militante da UNE, presidente da UEE, aos 22 anos já deputado estadual, engajado na luta nacionalista do Petróleo é Nosso” (BRAGA, 1996, p. 53). Na mesma passagem em seu livro, Lúcia Braga narra que antes de se apaixonar por Wilson já teria passado por outra experiência amorosa. Lúcia teria se apaixonado por João Marques, atleta paraibano, estudante do curso de medicina, o qual Lúcia namorou durante oito meses. Em 1957 Lúcia e Wilson Braga começam a namorar, e após quatro anos e meio de namoro os dois se casam em sete de outubro de 1961. A partir daí Lúcia iniciara sua caminhada junto a Wilson, não como candidata, mas como esposa de político.

Seis anos após o casamento, em 1967, Lúcia Braga e seu esposo foram morar em Brasília. Três anos antes da mudança do casal para o Distrito Federal, iniciou-se no Brasil a Ditadura militar, que se estendeu até meados dos anos de 1980. Wilson Braga se elegeu deputado federal em 1967 pela Arena, partido do governo, e com isso alinhou-se ao projeto político conservador do regime militar em voga. Em seu livro de memórias, *Tempo de viver, Tempo de contar*, Lúcia Braga relata que nunca enxergou com bons olhos o partido que sem marido mantinha-se filiado, assim como diversos correligionários que frequentavam sua casa. No entanto, ressalta que “era a política de esquerda ou a paz no casamento”, e a última opção foi a seguida por ela. Lúcia Braga ainda salienta que ao respeitar as posições políticas de seu marido, estabelece com ele um acordo, no qual ele também iria respeitar seu convívio com pessoas ligadas às suas ideias. É claro que essas ligações de Lúcia Braga com pessoas contrárias ao governo foram estabelecidas de forma

bastante camufladas, pois a boa imagem de seu marido junto aos arenistas não poderia ser manchada. No que diz respeito ao golpe estabelecido em 1964, Lúcia Braga afirma ter sido contrária a ele, mas sem expressar publicamente seus posicionamentos, devido ao envolvimento de Wilson Braga com a ARENA, partido governista.

Na capital do País, a então assistente social entrou no curso Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal, posteriormente integrado à Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, se formando em 1973. Lúcia ainda iniciou o curso de Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB), mas abandonou no segundo ano. Em plena década de 1970 ser portadora de dois cursos superiores não era para qualquer um, ainda mais na condição de mulher. Vale salientar que esse feito foi favorecido pela posição social ocupada por Lúcia Braga, então esposa de um deputado federal. Lúcia destaca que apesar de ter que abrir mão de uma série de coisas em prol de seu casamento, não deixou de lado sua formação pessoal e pública. Na década de 1970 as formas de ascensão social eram bastante restritas depois de alcançado o ensino superior, de forma que a estratégia utilizada por muitos para se qualificar era o ingresso em uma segunda graduação. Àquela ocasião ser portadora de dois cursos superiores era fator diferencial, sobretudo, em se tratando de uma mulher e dispondo em um dos certificados do título de bacharel em Direito, curso que desde o século XIX serviu à preparação dos homens de elite para a vida política, vide José Murilo de Carvalho (1980)²².

Lúcia Braga afirmou que no início do seu casamento não havia se identificado com a política partidária, destacando que na primeira campanha de seu marido após o matrimônio, não havia se posicionado publicamente.

Na primeira eleição de Wilson para deputado estadual, após nosso casamento, eu não sabia pedir um voto. Os eleitores de Conceição já iam para a urna com as chapas prontas e quando eu ousava, timidamente, perguntar o nome de seus candidatos e entregar-lhes a nossa chapa, não me davam o mínimo de atenção (BRAGA, 1996, p. 57-58).

Ainda sobre o assunto, Lúcia expõe,

Eu não tinha a menor ideia de como se fazia política partidária [...]. Mas, por força da minha profissão de assistente social, como esposa de deputado, primeiro estadual, depois federal e, em seguida, governador, comecei a ajudar (entrevista contida no livro “Mulher e política na Paraíba”) (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 180).

²² CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Mesmo estando ao lado de seu marido Wilson Braga, Lúcia afirma não ser conhecedora e adepta ao mundo político no início do seu casamento. Seu discurso reforça o quanto o binômio público *versus* privado ainda existe em nossa sociedade, sendo o homem condicionado ao primeiro e a mulher ao último. Dessa forma, mesmo quando as mulheres, no caso Lúcia Braga, se encontram em espaços de fronteira ou mesmo transgressores, como os bastidores da política, se veem como não pertencedoras daqueles espaços.

O fato narrado por Lúcia Braga também possibilitou outro questionamento. Por que ela faz questão em dizer que não conhecia e que não era adepta ao mundo político? Afirmava assim fazer parte então do mundo privado? Mesmo pertencendo, em sua fala Lúcia Braga nega esse pertencimento, escondendo assim sua imagem de figura pública. Com base do modo da escrita de si, Lúcia Braga procura criar uma representação de si, pautada na autoimagem de esposa, não se projetando ao mesmo patamar de seu esposo. Essa fala de Lúcia ainda reflete a ideia de que grande parte das mulheres, primeiras-damas, estiveram presentes nos bastidores das campanhas políticas eleitorais de seus maridos, mas de certa forma, não se enxergaram como protagonistas do processo. Diante disso, Rabay e Carvalho destacam que,

A exclusão das mulheres da direção pública e da representação política, ao longo da história precedente, não significa que elas tenham estado ausentes do jogo político. Antes e depois de conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais, bem como nos movimentos populares. Na representação legislativa e executiva é que sua participação é recente (RABAY; CARVALHO, 2010, p.13).

Mãe de três filhos, Lúcia Braga fala de forma apaixonada de sua família. Destaca que apesar de alguns conflitos ideológicos, Wilson seria um esposo compreensível em relação a suas posturas. Com esse discurso, Lúcia acaba criando assim uma representação de si enquanto portadora de características como mãe amorosa, pessoa caridosa, companheira fiel e atenciosa, atributos típicos do que ficou estabelecido socialmente como primeira-dama.

Mesmo num contexto de matrimônio duradouro e permeado por concessões por parte da esposa, divergências no âmbito político surgiram. As primeiras desarmonias ideológicas entre o casal foram notadas já nos contatos iniciais, momento em que Lúcia

pertencia à Juventude Universitária Católica (JUC)²³, entidade de caráter progressista ligada à Igreja, e Wilson à União Estadual dos Estudantes (UEE), entidade estudantil com ideários socialistas, se fazendo presente em eventos comunistas. A aproximação de Lúcia com ele foi então temida por parte das representantes da JUC, que enxergavam em Wilson um foco de atuação vermelha ligada ao comunismo tão receado naquele momento. Mello (1993) destaca que Wilson nunca tivera de fato posturas de esquerda, mas soube jogar o jogo da política, aderindo a lados diferentes nos momentos oportunos. Autores como Mello (1993) e Cittadino (1999) destacam que Wilson tinha a sua maneira própria de fazer política, estando isso além do partido ao qual estivesse ligado.

Wilson será sempre o mesmo, mais ele próprio que o partido, como estratégia que flutuará entre assistencialismo, composições de bastidores e identificação com os amigos muitos dos quais datados na Casa do Estudante onde sua liderança já se voltava contra a UDN de Oswaldo Trigueiro e Josmar Toscano Dantas (MELLO, 1993, p. 206).

Ainda sobre os choques ideológicos com seu esposo, Lúcia narra que o segundo ocorreu no momento por ela denominado de “inversão de papéis”. Ela relata que sua postura ideológica mudou “ao final do curso de Serviço Social, com a nossa vivência, as nossas leituras, as discussões sobre Marx e o Capital [...]” (BRAGA, 1996, p. 54). Wilson, em um primeiro momento aparentando certa simpatia ao movimento socialista e comunista, participante do Partido Socialista durante seu primeiro mandato como deputado estadual, se filia a União Democrática Nacional (UDN) partido conservador, e se reelege deputado estadual, segundo Lúcia “seguindo orientações de seu pai, Francisco Braga, coronel político em Conceição” (BRAGA, 1996, p. 55). Mello (1993) destaca que diversos caminhos levavam o político à UDN, desde que “aos 14 anos Wilson foi estudar em Patos, no colégio Diocesano do Padre Manuel Vieira, considerado um verdadeiro reduto da UDN” (MELLO, 1993, p. 205). O principal dos caminhos que impulsionaram a ida de Wilson Braga para a UDN seria o posicionamento político de seu pai, Francisco Braga, coronel udenista muito influente no vale do Piancó durante as décadas de 1950 e 1960.

²³ Posteriormente a JUC viria a formar Ação Popular (AP), em 1962. Mais informações ver: CIAMBARELLA, Alessandra. “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3).

A terceira colisão ideológica/política veio na eleição presidencial de 1984. No referido pleito, Lúcia Braga pela primeira vez discordou publicamente das convicções de Wilson. Enquanto Wilson Braga decidiu apoiar Paulo Maluf, Lúcia declarou seu apoio ao candidato Tancredo Neves. Sobre isso, Lúcia afirmou que “O meu [seu] ideário democrático falou mais alto nesse momento de decisão cívica. [...] Esperava, há muito tempo, pela abertura democrática e a minha adesão a Tancredo Neves foi a forma que encontrei para um início de libertação, para a defesa dos meus princípios, por tanto tempo reprimidos” (BRAGA, 1996, p. 106). Em 1984, Lúcia Braga estava à frente da Fundação Social do Trabalho, desempenhando relevante papel na base da gestão Wilson Braga, e constituindo sua identidade e seu capital político próprio. A divergência quanto ao apoio presidencial evidencia certa autonomia política de Lúcia em relação a Wilson, demonstrando o quanto ela, após quase dois anos de atuação junto as camadas periféricas da capital, conseguira se projetar no cenário político, a ponto dessa divergência ser utilizada por adversários políticos de Wilson a fim de atingi-lo. Por outro lado, esse posicionamento de Lúcia Braga pode ser visto como uma ponte para que ela e seu esposo se aproximassem do PFL, partido pelo qual se candidatou e se elegeu deputada federal em 1986. Wilson Braga também se filia ao PFL na ocasião.

Em meio a um processo de redemocratização, imersa em uma cultura política brasileira marcada por práticas políticas estigmatizantes, ao decidir apoiar Tancredo Neves, Lúcia aparentemente demonstra ter consciência de que aquela atitude simbolizava um rompimento com a cultura de dominação masculina que durante séculos propunha a submissão e o silêncio da mulher sob a vontade do marido. Contudo, Lúcia suaviza suas divergentes posições políticas, destacando que Wilson respeitava suas decisões, mesmo algumas vezes estando em lugares opostos politicamente. A esse respeito Lúcia relata que:

[...] tinha dois caminhos: como esposa bem comportada e obediente, calava o meu sentimento favorável à candidatura do Doutor Tancredo e levava de volta para casa toda a frustração do meu silêncio; ou divergia do meu marido, para anunciar que repudiava o seu candidato, instalando, assim, o primeiro impasse político da história da instituição matrimonial neste país (BRAGA, 1996, p. 109).

Evidenciado essa dissidência política de Lúcia Braga em relação à postura de seu esposo, por outro lado, deve-se destacar que ter cada um dos conjugues apoiando um lado

das forças políticas em questão, no caso o PDS e a Aliança Democrática, colocaria o casal em uma posição privilegiada, independente daquele que fosse eleito.

Assim, Lúcia Braga, pela via do “primeiro-damismo”, construiu seu capital e sua imagem política junto à população paraibana, sendo apoiada por parte da população pessoense para se candidatar ao cargo de deputada federal em 1986. Atuação semelhante teve Alice Carneiro durante a década de 1940. Fazendo-se também do papel de primeira-dama atuante, durante o governo de Ruy Carneiro, Alice se aproxima e trabalha junto às classes periféricas da sociedade, no entanto, diferentemente de Lúcia Braga, não se candidata e se insere assim no palco central da política partidária. Nessa forma, corroborando com Rabay e Carvalho (2010), é inegável que trajetória política de Lúcia Braga é original, estando além de seu casamento com um político local e seu papel de primeira-dama.

Voltando ao núcleo familiar composto por ela e Wilson, Lúcia fala de forma carinhosa e melancólica de seus três filhos. Não conseguindo engravidar, Lúcia e Wilson adotaram três crianças, as quais inseriram em seu contexto familiar. Marcelo, seu filho mais velho, faleceu aos 41 anos, no ano de 2007 de um aneurisma aórtico. Casado, pai de três filhos, Thiago, Wilson Neto e Pedrinho, Lúcia evidencia a pretensão de Marcelo em adentrar na política partidária, seguindo os caminhos dos pais. “Meu filho estava muito animado para disputar as eleições de 2008. Aspirava um mandato de vereador em Cabedelo” (BRAGA, 2009, p. 226).

Patrícia é a segunda filha do casal. Lúcia considera a história de vida de sua filha ainda como uma chaga aberta em seu peito. Em 1988 Patrícia sofreu um acidente automobilístico no estado de Minas Gerais, ficando tetraplégica por mais de duas décadas. Patrícia faleceu em 2011, aos 43 anos. Lúcia descreve de forma dolorosa essa passagem de sua vida, e ressalta que seu “mundo caiu, até poucos instantes feliz, desabava. Dessa hora até hoje as luzes deram lugar às sombras, a noite substituiu o dia, a vida perdeu o encanto aos mais recôndito do nosso ser” (BRAGA, 1996, p. 19). O acidente de Patrícia influenciou de forma direta os rumos políticos de Lúcia Braga. Em 1988, ano do acidente, Lúcia estava no segundo ano de mandato junto à Câmara Federal, e era apontada como o nome mais forte eleitoralmente dentro do partido à concorrer às eleições para prefeitura da capital paraibana naquele mesmo ano.

Pelo lado do PFL, partido de Braga, o nome natural parecia ser o da deputada Lúcia Braga [...], mas quando acidente com a filha Patrícia afastou do páreo aquela parlamentar, o candidato das oposições tornou-se o próprio Wilson que, desenvolvendo a técnica de arrastões nos bairros, ao invés de comícios do centro, venceu facilmente aos seis adversários que se habilitaram (MELLO, 1993, p. 225).

Vale destacar que na mesma época, Lúcia se afasta por um ano da sua condição de deputada federal para cuidar de sua filha Patrícia, retomando as atividades parlamentares em 1989. Aqui vale ressaltar mais uma vez o indicativo da mulher à vida privada. Wilson sem exercer cargos políticos no momento, pois havia perdido a eleição para senador em 1986 e Lúcia deputada federal atuante na Câmara Federal, quem abre mão da vida pública para se dedicar às questões de cunho familiar, englobadas no âmbito privado? Lúcia Braga deixa de lado sua atuação parlamentar e assume o papel de mãe, deixando Wilson continuar suas atividades políticas.

A terceira filha do casal é Mariana. A mais nova, hoje aos 28 anos, é formada em Direito e, de forma ainda discreta, parece se interessar bastante pela política partidária, chegando a ser apresentada por Wilson em algumas ocasiões como sua futura sucessora. O casal Braga adotou Mariana logo após o acidente da primeira filha, Patrícia.

Profissionalmente, Lúcia Braga se apresenta como uma mulher realizada. Ainda estando no curso superior, começou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (Sesi), na capital paraibana, exercendo a função até 1958, quando se transferiu para o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), também em João Pessoa. No ano seguinte, concluiu o curso de assistente social e começou a trabalhar no Hospital Clementino Fraga, núcleo hospitalar destinado ao tratamento de tuberculose da capital, instituição em que ficou até três meses antes de se casar com Wilson.

Ali eu trabalhava como assistente social, e havia implantado o Serviço Social Médico, após estágio de três meses no hospital-escola Curicica, no Rio de Janeiro. [...] O Clementino Fraga representava um pedaço da minha vida. Entrava no serviço às 7:30 e saía às 20:30, excedendo o horário devido, por puro gosto de dedicação (BRAGA, 1996, p. 56).

Em 1962, Lúcia passou em um concurso como assistente social no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI)²⁴. Em 1967 foi morar com toda família

²⁴ O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado em 1936, durante o Estado Novo e, após 1945, expandiu suas áreas de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades. O IAPI foi fundido com outros cinco institutos de pensões de outras

em Brasília, onde tempos depois assumiria o cargo de supervisora de um grupo de concluintes de Serviço Social, estagiários do Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES), comunidade paroquial. Lúcia relata que após o Congresso aprovar o Ato Institucional nº 5, em 1968, o salário de seu marido, então deputado federal, caíra pela metade. Dessa forma, a convite de Germana Guedes Barbosa, assume um cargo no Serviço Social da Indústria (SESI). Aqui, mais uma vez Lúcia Braga busca justificar seu acesso ao mundo público, no caso o mundo do trabalho.

Na construção de sua autoimagem, aparentemente, Lúcia insinua que aceitou trabalhar no Instituto Brasileiro de Educação Social pelo fato do salário do seu marido ter diminuído, e não por vontade própria ou por objetivar se inserir em um dos espaços possíveis de atuação profissional. A escrita autobiográfica de Lúcia evidencia que, mesmo escrevendo sobre si, ela apresenta uma perceptível preocupação com a construção ou na firmação da imagem do seu marido Wilson Braga. Justificando suas ações, relativizando os embates ideológicos com Wilson, expondo suas renúncias, mais que política, Lúcia se mostra esposa de Wilson Braga.

Ainda no tocante à atuação profissional, no início da década de 1980, Lúcia foi nomeada para uma assessoria na Câmara dos Deputados. Na edição nº 459 o Jornal *O Momento* traz uma nota com o seguinte título: “*Esposa de Wilson Braga ganha mais de 540 mil*”. Jório Machado, candidato a deputado estadual pelo PMDB nas eleições de 1982, e também fundador do referido periódico, denuncia o alto salário da esposa de Wilson Braga, alegando que este almejava ganhar as eleições governamentais daquele ano para poder manter sua parentela recebendo benefícios públicos. A denúncia foi realizada em um comício ocorrido na capital paraibana, no Ponto Cem Reis, e divulgada na edição citada acima do jornal *O Momento*. O texto, em tom de denúncia, apresenta o contra-cheque de Lúcia Braga referente ao mês de setembro. A nota dizia o seguinte:

A esposa de Wilson Braga, D. Lúcia Braga, recebeu no mês de setembro, dos cofres da Câmara Federal, a importância de Cr\$ 540.879,00, sem ter comparecido um só dia ao expediente, pois há seis meses encontra-se em João Pessoa participando da campanha política de seu marido. Dona Lúcia Braga exerce a função de assessora administrativa DAS 3, cargo para o qual foi nomeada pelo seu marido depois de ser reprovada em concurso para cargo inferior. O contracheque de setembro registra que a esposa de Braga recebeu somente de serviços extraordinários Cr\$ 262.114,00.

VENCIMENTO.....	Cr\$ 192.942,00
GRATIF.DE REPRESENTAÇÃO.....	Cr\$ 86.823,00

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS.....Cr\$ 262.114,00
 TOTAL..... Cr\$ 540.879,00.
 (JORNAL *O MOMENTO*, 10 a 16 de outubro de 1982, p. 03).

De fato, Lúcia Braga e Wilson mudaram-se para João Pessoa no início de 1982, ano da intensa campanha a qual este concorreu às eleições para governador do Estado. A denúncia de Jório Machado e a publicação do Jornal *O Momento* faziam parte da estratégia eleitoral do PMDB, partido de oposição, e evidenciava a prática de nepotismo, uma das mais enraizadas da cultura política brasileira. Atitudes como esta, de acusações pessoais em tom de denúncia, veiculados nos meios de comunicação do estado, assim como em pronunciamentos públicos, estiveram no centro das práticas e discursos dos personagens políticos que protagonizaram as eleições de 1982.

Apesar de causar certo impacto entre correligionários do PMDB, que buscaram usar tal notícia para desestabilizar a candidatura de Wilson Braga, as estratégias braguistas, que não se diferenciava das dos seus adversários, conseguiram se sobressair as tais denúncias e venceram a eleição com uma margem considerável de votos. A denúncia foi feita pelo jornalista Jório Machado, na ocasião candidato a deputado estadual pelo PMDB. Para ele, Braga queria ganhar a eleição para o governo do Estado para continuar mantendo a “parentela” ocupando cargos públicos, muitas vezes inclusive sem seus familiares trabalharem de fato.

Em seguida, entre os anos de 1983 a 1986, Lúcia Braga assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho, Funsat, em João Pessoa, durante o governo de seu marido.

Ocupei no governo do meu marido um cargo importante como presidente da Fundação Social do Trabalho, criada para substituir grande parte da atuação da antiga Secretaria Social do Trabalho, que passou a ser denominada de Secretaria de Serviços Sociais. A Funsat teve o mérito de inovar a Paraíba com um trabalho de base junto à periferia (BRAGA, 1996, p.77).

Foi a partir dessa atuação que Lúcia passou a trabalhar mais diretamente com o meio social, com as situações de risco em que viviam os moradores dos bairros periféricos da capital paraibana. Durante todo o governo de Wilson, Lúcia atuou de forma intensa nos setores citados acima, construindo uma popularidade entre eles. Discutiu-se essa atuação de Lúcia durante o governo de Wilson de forma mais aprofundada no segundo capítulo, mas já se destaca aqui que o ano de 1982 como marco inicial da carreira política de Lúcia Braga, que mesmo sem participar de forma direta da política partidária, foi base da gestão do governo, desenvolvendo vários projetos, construindo seu capital político.

No tocante à participação efetiva na política partidária, a primeira candidatura de Lúcia Braga ocorrera em 1986. Candidata ao cargo de deputada federal, Lúcia foi eleita a primeira mulher paraibana a assumir tal cargo, com uma votação considerável de 92.324 votos, sendo a terceira mais bem votada do Estado. Lúcia se candidatou pelo PFL e obteve votação expressiva em localidades como Bayeux, Cabedelo, Cacimba de Dentro, Campina Grande, Conceição, Guarabira, Santa Rita e João Pessoa²⁵. Isso demonstra que os espaços onde Lúcia atuou durante o governo de Wilson serviram de base para a sua ascensão política.

No que se refere a esta eleição, Lúcia Braga destaca que não tinha intenção de se candidatar. Nas suas palavras, tinha um projeto social, não se tinha um projeto político. Aproveitava o espaço para fazer assistência social, consciente das oportunidades e limitações político-institucionais, do seu vínculo com Wilson Braga e da posição dele naquela conjuntura política (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 182). Mais uma vez é possível notar certo recuo de Lúcia Braga quando sua fala é voltada para atuações públicas. Dessa vez no âmbito político, a assistente social insiste em afirmar não ter pretensões em se inserir na política partidária, mas assim o faz, permanecendo lá mais duas décadas. Enfatizando uma autoimagem mais próxima de primeira-dama, esposa de político, atuante mais num segundo plano, Lúcia almeja pontuar a política como um acaso em sua vida, fato discutível, se levado em conta todo o contexto de pertencimento familiar, matrimônio, alto grau de instrução, portando dois relevantes cursos para o mundo político, em especial o Bacharel em Direito, assim como suas ações junto ao governo de seu marido durante os anos de 1983 a 1986.

Lúcia Braga destaca que ao ser eleita para a Câmara Federal trazia consigo uma bagagem de luta, discriminação e perseverança, ressaltando que sua candidatura não foi bem vista pelos correligionários de Wilson da época da campanha. A ideia de Lúcia ajudar seu marido era muito bem aceita, no entanto ela mesmo estar à frente de uma campanha partidária de tamanha importância teve seus questionamentos. A esse respeito Lúcia relata que:

Nos comícios eu era a última a ocupar o microfone, por conta das ameaças de alguns políticos ao meu marido, de largar a campanha se ele me desse maiores chances. Isso, fora as difamações e fofocas engendradas em torno do meu nome. Tinha que aceitar as condições sufocando a revolta, pois Wilson era candidato ao Senado e precisava do voto daqueles que me discriminavam.

²⁵ Dados disponíveis em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 09 de out. de 2015.

Mesmo assim, a Paraíba me elegeu para a Câmara Federal, onde tive a oportunidade de participar de um grande momento histórico da vida nacional deste país – a elaboração da nova Constituição de 1988 (BRAGA, 1996, p. 122).

Atuando enquanto coadjuvante, o trabalho de Lúcia Braga parece ter sido muito bem aceito e até inteligentemente explorado no mundo político. No entanto, ao assumir posturas protagonistas, se candidatando ao cargo de deputada federal, algumas resistências foram notadas no interior do próprio partido. Evidenciando o sexismo presente na política partidária, ainda ocupado majoritariamente por homens, as mulheres que nele se inserem passam por esse tipo de problema enfrentado por Lúcia Braga.

No mesmo ano, Lúcia Braga assume seu cargo de deputada federal em fevereiro de 1987, compondo a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, Lúcia Braga ocupou o cargo de vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ainda na Câmara Federal, Lúcia Braga foi titular da Comissão de Trabalho e suplente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social em 1989; titular da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente de 1989 a 1990; e suplente da Comissão de Seguridade Social nesse último ano.

Dois anos após ser eleita para a Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Braga era a candidata favorita para disputar as eleições para a prefeitura de João Pessoa. O lamentável acidente com Patrícia fez Lúcia abandonar a campanha para cuidar da filha, indo morar em São Paulo por um ano. No seu lugar, Wilson Braga candidatou-se e venceu as eleições com 77.377 votos, atingindo um percentual de 52,35%²⁶.

Estávamos em 1988. Eu era candidata à Prefeitura de João Pessoa, com amplas chances de vitória. Em face da tragédia, desisti de concorrer. [...] o meu percentual no Ibope era de 70% de aceitação popular. Wilson [...] havia se candidatado em meu lugar, ganhando as eleições com apenas quarenta e cinco dias de campanha. [...] havia sofrido muitas pressões de políticos para não retirar a minha candidatura (BRAGA, 1996, p. 130-131).

Deste fato apontou-se dois fatores importantes. O primeiro diz respeito à grande popularidade política de Lúcia Braga após apenas dois anos de atuação direta na política partidária. Eleita em 1986 e dando continuidade a seu trabalho junto à população periférica da capital paraibana, Lúcia Braga é apontada por periódicos locais e pela

²⁶ Dados disponíveis em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 09 de outubro de 2015.

historiografia como um grande nome político nas eleições municipais de 1988. O segundo fator diz respeito à impossibilidade ou renúncia de Lúcia em concorrer a referida eleição.

Ao se dedicar aos cuidados da filha mais velha que havia sofrido um grave acidente automobilístico, Lúcia Braga assume uma postura atribuída a figura feminina àquela época. Entre o homem ou a mulher ter que abrir mão de um cargo político para se dedicar às questões de cunho privado, a decisão tomada foi a mais esperada, entendida como natural. Mesmo Lúcia, naquele momento, representando o nome da vez da política paraibana, enquanto Wilson estava fora do cenário havia dois anos, desde o fim de seu mandato como governador em 1986, ano em que perdera a eleição para o Senado, foi ela quem abdicou da vida pública. Daí se sobressai a força política de Lúcia Braga em detrimento à de Wilson em 1988 e o fato dos papéis sociais terem lhe deslocado novamente para mundo privado.

Dividindo seu tempo entre a casa, os hospitais e a Câmara dos deputados, Lúcia retoma suas atividades em 1989, e no ano seguinte se reelege deputada federal dando assim continuidade ao seu trabalho. Agora pelo PDT, segundo dados do TRE, Lúcia obtivera 67.462 votos, sendo a mais votada do Estado da Paraíba. No mesmo ano Wilson perdeu a eleição ao governo da Paraíba, sendo eleito para o cargo Ronaldo Cunha Lima do PMDB. Nessa mesma eleição, em 1990, mais uma vez Wilson e Lúcia fizeram escolhas partidárias diferentes. Enquanto Wilson Braga apoiara Marcondes Gadelha para o Senado, Lúcia apoiara Antônio Mariz. De acordo com o TRE-PB, Mariz foi eleito com um total de 490.376 votos, enquanto Marcondes recebera um total de 296.278 votos, ficando em segundo lugar na disputa eleitoral.

Rabay e Carvalho destacam que “nas eleições federais de 1990, 29 mulheres foram eleitas para a Câmara Federal e uma para o Senado. Na Paraíba, seis mulheres concorreram junto com 173 homens à Câmara Federal. Lúcia Braga na ocasião no PDT, foi reeleita” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 22-23). De acordo com o TRE, as outras cinco candidatas a Câmara Federal foram Cozete Barbosa de Medeiros pelo PT, ficando na suplência, Maria da Penha do Nascimento Silva e Crisantina Cartaxo da Costa também pelo PT, Helena Rosa Maia de Moura pelo PST e Francisca Pereira Lopes Zenaide pelo PC do B²⁷.

Em 1992, mais uma vez Lúcia era um dos nomes cogitados para concorrer às eleições ao cargo de prefeita de João Pessoa, pelo PDT. Wilson Braga havia deixado a

²⁷ Informações disponíveis em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 09 de out. de 2015.

prefeitura há dois anos, e assim entendia-se que não haveria impedimento legal à disputa. No entanto, sua candidatura foi impugnada pelo TSE, que enxergou na ocasião a possibilidade de continuidade do mandato do ex-prefeito e esposo Wilson Braga, que havia se afastado do executivo municipal para disputar o Governo do Estado da Paraíba em 1990. Diante do impasse, Lúcia decidiu apoiar seu vice, “Chico Franca, junto com sua prima Emília Augusta Lins Freire, enquanto Wilson Braga se candidatava a vereador para ajudar na legenda do partido” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 186). Seus candidatos foram eleitos.

Em 1994, Lúcia foi candidata ao Governo do Estado, perdendo para seu antigo aliado e também desafeto Antônio Mariz. Em 1978, Lúcia e Wilson Braga preferiam a indicação de Antônio Mariz em detrimento de Tarcísio Burity ao cargo de governador da Paraíba²⁸; em 1982, Mariz concorreu as eleições governamentais do estado em oposição a Wilson Braga; em 1994 Lúcia e Mariz disputaram o Governo do Estado. Antônio Mariz foi eleito no segundo turno, com o total de 781.349 votos, o equivalente a 58,3% do total de votantes²⁹. Oscilações partidárias ocorreram intensamente tanto por parte de Antônio Mariz, quanto de Lúcia e Wilson Braga. Isso indica o caráter personalístico da política paraibana, na qual os anseios pessoais se sobressaem às ideologias partidárias. Alianças se fazem e se desfazem com muita naturalidade, sem tanto comprometimento político.

Mesmo com a derrota de Lúcia Braga para Antônio Mariz em 1994, é importante destacar a votação expressiva de Lúcia Braga no segundo turno, nos municípios de Bayeux (19.212 - 57,14%), Cajazeira (11.684 - 52,5%), Conceição (8.547 - 76,39%), João Pessoa (89.491 - 46,15%), Guarabira (7.028 - 36,17%), Patos (13.265 - 43,8%) e Santa Rita (17.209 - 51,69%)³⁰, demonstrando sua força política entre eles, assim como a força política da família Braga no Sertão do estado. Vale salientar que Lúcia Braga foi a primeira mulher a concorrer a uma eleição governamental no estado paraibano. No tocante a essa eleição e a participação feminina, Rabay e Carvalho destacam:

²⁸ Vale destacar que a eleição de 1978 para governo de estado ocorrera de forma indireta. Na ocasião, Antônio Mariz e Tarcísio Burity, ambos da Arena, “disputaram” o cargo, sendo este último indicado pelo governo central. Sobre essas eleições ver: MACHADO, Jório. Resistência ao Medo. História de uma eleição indireta para governador. João Pessoa: O Momento, 1978.

²⁹ Informações disponíveis em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 29 de abril de 2016.

³⁰ Informações disponíveis em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 29 de abril de 2016.

Em 1994, foram eleitas, em todo o país, 34 mulheres para a Câmara Federal e seis para o Senado. Na Paraíba, uma se candidatou ao cargo de deputada federal, Nadja Palitot, pelo PDT, e obteve 17.024 votos, mas não conseguiu se eleger. Já para a Assembleia Estadual se elegeram 80 mulheres em todo país, e a Paraíba teve quatro vitoriosas entre 13 candidatas. Embora o número de candidatas tenha sido bem menor comparativamente à eleição anterior, foi eleito o dobro de mulheres. Pela primeira vez, uma mulher se candidatou ao Governo Estadual, Lúcia Braga, pelo PDT, e uma ao Senado, Francisca Zeneide, pelo PC do B (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 23).

Em 1996, Lúcia se candidata mais uma vez à prefeitura de João Pessoa. Agora concorrendo com Luiz Couto, candidato pelo PT, Nadja Palitot pelo PSB, Mário da Cruz pelo PSDC, Afonso Francisco de Abreu pelo PSTU, Alvaro Cavalcanti pelo PMN, Lourdes Sarmento pelo PCO e Cicero Lucena pelo PMDB. Indo ao segundo turno contra Cicero Lucena, Lúcia perdeu o pleito.

Dois anos depois, em 1998, Lúcia Braga é eleita deputada estadual pelo Partido Social Liberal (PSL), ocupando mais uma importante cadeira e posição na política, demonstrando seu poderio político. No mesmo ano, sua cunhada Vani Braga ficou na Suplência e Wilson Braga, agora pelo PSDB, foi eleito o deputado federal mais votado da Paraíba. Assim, percebe-se, o quanto a força da família Braga, a partir da década de 1980, se fizera presente nas mais diversificadas esferas da política paraibana.

No dia 06 de outubro de 2002 realizaram-se as eleições para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual em todos os estados. No referido pleito Lúcia Braga se elegeu mais uma vez deputada federal, com 72.449 votos, e seu esposo Wilson pleiteou o Senado, mas não obteve êxito. Assim como em 1986, Lúcia firma sua atuação na política paraibana e seu marido não obtém êxito eleitoral. Esse é mais um dos fatos que torna possível o questionamento sobre a participação política de Lúcia Braga atrelada unicamente ao seu pertencimento familiar, mesmo o capital familiar tenha sido preponderante em sua trajetória política. Lúcia Braga carregou consigo um capital político delegado de seu pertencimento familiar e de seu casamento, mas sua atuação não deve ser limitada a isso. O fato acima explicita o quanto a personalidade alçou voos políticos nem sempre homogêneos aos de seu marido, assim como os resultados das duas eleições demonstram que Lúcia Braga conseguira se eleger mesmo seu marido não obtendo também uma vitória eleitoral.

Em 2006, Lúcia Braga se candidata ao cargo de deputada estadual, mas não chega a fazer campanha, “renunciando”. No mesmo pleito Wilson Braga, seu marido, concorre a uma cadeira na Câmara Federal, sendo eleito com quase 114 mil votos. O fato nos leva

a supor que Lúcia Braga abriu mão de sua candidatura em prol da do seu marido, explicitando os acordos familiares entre ela e Wilson Braga. Na mesma eleição, Cassio Cunha Lima é eleito Governador do Estado, sendo cassado no ano seguinte. Seu afastamento definitivo é confirmado em 2009, momento em que José Maranhão assume a governança da Paraíba. Numa aliança entre o então governador e o casal Braga, Lúcia é nomeada presidente FAC – Fundação de Assistência Comunitária da Paraíba, atuando mais uma vez na área social com resquícios assistencialistas. Ela permaneceu no cargo até o final do mandato de José Maranhão. Em 2014, a ex-primeira-dama novamente registrou candidatura junto ao TRE-PB ao cargo de deputada estadual, agora pelo Partido Verde, e mais uma vez abriu mão da candidatura antes do pleito.

Tida como esquecida no cenário político paraibano, Lúcia Braga registra candidatura nas eleições de 2016, pelo PDT na coligação *Trabalho de Verdade VI*, declarando apoio ao PSB e a candidatura de Cida Ramos, nome indicado pelo Governador do Estado, Ricardo Coutinho. Lúcia Braga não obteve êxito, assim como Cida Ramos. O eleito ao executivo municipal foi Luciano Cartaxo, que iniciará seu segundo mandato consecutivo. Ao todo, Lúcia Braga concorreu a oito campanhas, saindo vitoriosa em cinco delas.

Uma das principais bandeiras de luta defendidas por Lúcia Braga durante sua trajetória política foi a questão da moradia e a atenção dada aos setores periféricos da capital. No entanto falarei desse ponto mais adiante. Destaca-se de início a preocupação de Lúcia com a questão da mulher. “Sintonizada com a questão feminina, Lúcia reconhece tanto a injustiça na história das mulheres quanto as próprias dificuldades como mulher na vida pública” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 180).

Lúcia Braga viveu a experiência da discriminação e do preconceito de gênero, práticas pertencentes a cultura política brasileira durante o momento de seu ingresso na política partidária. Mesmo não dialogando de forma direta com os grupos feministas, Lúcia buscou, dentro de suas limitações, muitas destas impostas pelo seu casamento, enxergar as demandas femininas e dar-lhes visibilidade. “Com as colegas parlamentares, Lúcia dividia as dificuldades comuns às mulheres de obterem reconhecimento do seu valor pessoal” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 184).

Como qualquer mulher conquistei meu espaço a duras penas, fui para a fogueira muitas vezes. Eu acho que a mulher ainda hoje é discriminada. Ainda somos produtos do machismo, nós mesmas mulheres somos machistas. Quando o homem é candidato não estão nem se preocupando se tenha feito isso ou aquilo. Quando é mulher, caluniam, dizem que a gente tem um amante,

todas as mulheres que foram para a constituinte tinham uma história dessa discriminação. Então, é uma coisa muito sórdida porque a mulher é atacada em sua feminilidade, na honra (entrevista contida no livro “Mulher e política na Paraíba” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 188).

Ainda referente à questão feminina, Lúcia apresenta seu posicionamento sobre a aprovação da lei de cotas de gênero na política³¹. Para ela, essa medida reparatória é uma ação necessária no processo de equalização de gênero da política partidária.

Como grupo em posição de desigualdade estrutural, historicamente subordinado, as mulheres não possuem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 33).

Destaca-se de forma rápida, pois se retomará esse ponto mais adiante, no segundo capítulo, a engajamento de Lúcia Braga no Movimento de Ação Feminina (MAF), que fora criado em 1981. Grupo composto por mais de 5.000 mulheres só na capital paraibana, que juntamente com Lúcia participaram de forma ativa da campanha eleitoral de 1982, a qual Wilson Braga saiu vitorioso. Vale salientar que o Movimento de Ação Feminina não tinha ligação com os grupos feministas do Estado.

Primeiro ponto defendido enquanto bandeira de luta por Lúcia, a questão do apoio à população periférica e à construção de moradias populares merece ser apontado aqui. Ocupando o cargo de Presidente da Fundação Social do Trabalho, a Funsat, Lúcia Braga passou a atuar diretamente com a população periférica da capital. Lúcia destaca que “antes da Funsat, a favela era vista como chaga social, deixada a margem do contexto de desenvolvimento do Estado, como uma mazela que os governantes procuravam esquecer para não assumir os graves problemas da miséria, do desemprego e da habitação, tidos por eles como insolúveis” (BRAGA, 1996, p. 77). A Funsat também será analisada a fundo mais à frente.

De acordo com Lúcia, baseada na metodologia do diálogo direto com a população, ela e a Funsat desenvolveram trabalhos como o Mutirão de Bayeux, impulsionado pela campanha “*Favela – problema nosso!*”. “Fazíamos reuniões com senhoras da sociedade,

³¹ A Lei nº 9.100, em 1995, determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres em todos os partidos políticos. Este dispositivo foi revisado em 1997, com a Lei nº 9.504, que estendeu o percentual anterior para 30% e mantendo-o em todas as eleições seguintes. Vale salientar que os partidos e coligações não eram obrigados a preencher as vagas destinadas às mulheres, o que ocorreu na maioria das vezes. Após muita luta e algumas perdas, as mulheres conseguiram influenciar a mini reforma eleitoral em 2009 e garantir a efetividade formal da ferramenta (Lei 12.034/2009). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> acesso em 10 de março de 2014.

com empresários, e dentro de pouco tempo, coletamos algumas doações para o impulso inicial do trabalho” (BRAGA, 1996, p.91). A construção de casas populares em Bayeux foi realizado em forma de mutirão, no qual o governo entraria com o material e a supervisão, e a própria população local contribuiria com a mão de obra. O projeto Mutirão foi estendido aos outros municípios paraibanos como Campina Grande, Sousa e Guarabira.

Seguindo essa mesma direção, Lúcia colocou em prática o projeto Taipa, “que abrigou duzentas famílias que moravam debaixo de fios de alta tensão, foi outra experiência inovadora, pois o material empregado era de baixo custo – taipa, com reboque de cal” (BRAGA, 1996, p. 92). Mesmo de caráter provisório, por meio desse projeto, parte da população do bairro Cristo Redentor teve acesso a casa própria. Ainda devo citar aqui a ação habitacional desenvolvida no conjunto Renascer em Cabedelo e o projeto Beira-Rio. Este último, na época, beneficiou centenas de famílias. Estas, hoje residem na comunidade São José, considerada uma das mais precárias e desassistidas de João Pessoa.

Esses foram alguns dos projetos elaborados e aplicados por Lúcia Braga, cujo foco era a questão das moradias e o atendimento aos grupos periféricos. Por meio dessa atuação, Lúcia Braga conquistou espaço na política partidária, como dito acima, sendo a primeira mulher paraibana eleita para compor a Câmara Federal e a participar de uma Assembleia Nacional Constituinte. Chama atenção também Lúcia ter iniciado a carreira política partidária em um cargo tão relevante como esse.

Em suas narrativas autobiográficas, Lúcia Braga faz questão de destacar sua atuação junto aos programas citados acima e à população periférica, aparentando objetivar construir uma autoimagem atrelada a esses trabalhos. Muitas também foram as críticas referentes ao seu trabalho e o da Funsat frente à questão habitacional. Elogiada e criticada por essa aproximação, foi no interior dessa população que Lúcia Braga se constituiu e se projetou na política partidária.

Longe de ter uma história de vida e política monótona, previsível e homogênea a de seu marido, Lúcia Braga carrega consigo marcas de uma história própria, pautada em experiências singulares, que fazem dela personagem destacado na política partidária paraibana. É a análise dessas singularidades que guiaram o desenvolvimento deste trabalho de dissertação.

1.1.1 Assistencialismo e Projeção Pessoal

Impossível realizar um estudo sobre a atuação de Lúcia Braga sem levar em conta o teor assistencialista imbricado em suas práticas, principalmente em se tratando de sua performance entre os anos de 1983 a 1986, momento que, enquanto primeira-dama do Estado, assume a presidência da Fundação Social do Trabalho e desenvolve junto ao governo de seu esposo um protagonismo acentuado. Ponto de grande crítica, o assistencialismo carregado por Lúcia será analisado levando em conta alguns fatores, como a sua profissão de formação e sua posição de primeira-dama.

Formada em Serviço Social no contexto da década de 1950, quando o referido curso ainda carregava consigo uma metodologia assistencialista, Lúcia Braga realiza suas ações junto à Funsat em plena década de 1980 embasadas ainda nesse ideal. Vale destacar que, apenas nas décadas de 1960/70, se inicia um processo de mudança no interior do curso e da profissão do Serviço Social, momento em que novos fundamentos teóricos e metodológicos começam a ser discutidos e implantados no curso e na profissão. Adotando uma metodologia crítico-política, o Serviço Social, a partir de então, iniciara um caminho de ação junto ao social, que se institucionalizaria enquanto política por meio da Constituição de 1988. “A assistência social só adquiriu status de política pública a partir de 1988. E somente em 1993 é decretada e sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social” (TORRES, 2002, p. 23).

Desde sua gênese, a prática do Serviço Social sempre esteve em processo reflexivo, carregando consigo uma historicização repleta de reconfigurações, no entanto, como salienta Paulo Netto, “Foi no marco do seu declínio (ditadura militar) que emergiram os vetores que propiciaram um novo alento às forças que, no interior da profissão e vinculadas ao que se passava fora de suas fronteiras, operavam no sentido de promover uma rotação radical no Serviço Social” (PAULO NETTO, 2013, p. 11).

Apesar dessa reconfiguração institucional ocorrer apenas na passagem da década de 1970 para 1980, certa atenção dada ao social, não enquanto política pública, mas enquanto benemerência, é observável no Brasil desde o início da década de 1930. “No Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início à preparação de pessoal para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1930” (TORRES, 2002, p. 28).

No Brasil, o Serviço Social nasce atrelado à necessidade da Igreja Católica em se fazer presente na sociedade que passou por um processo de laicização. Para não perder seu posto junto aos mais variados setores sociais, a igreja estende sua ação, se fazendo presente por meio de muitas instituições de cunho social, como as citadas acima. A esse respeito Iamamoto destaca:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicado, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influência e prestígios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procurou recuperar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

Complementa a Iamamoto,

O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O Processo de secularização e de ampliação do suporte teórico-científico da profissão ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empirista norte-americana (IAMAMOTO, 2013, p. 23-24).

Repensando suas posturas frente às sociedades modernas caminhando à laicização, a Igreja Católica se contrapôs aos princípios do liberalismo e ao comunismo, apontando-os e encarando-os como ameaçadores a sua posição na sociedade. “O movimento de ‘reação católica’ respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo literal” (IAMAMOTO, 2013, p. 20). Nesse contexto, a Igreja deixa de se contrapor ao capitalismo, tendo como foco o combate ao socialismo.

Nessa conjuntura, em meio a participação nacional na Segunda Guerra Mundial, no começo da década de 1940, teve início a atuação da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que acabou servindo de pretexto para que o Estado “institucionalizasse” os serviços voltados para o social, por meio da fundação da Legião Brasileira de Assistência.

A primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista. A primeira presidente dessa instituição foi Dona Dercy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas (TORRES, 2002, p. 29).

Também é nesse contexto que teria nascido o primeiro-damismo. Em plena década de 1940, o Estado se viu obrigado a dar maior atenção aos problemas sociais, e a mulher do governante passa a ocupar um papel estratégico nessa ação. Nasce aí a representação da figura da primeira-dama, enquanto aquela que deveria atuar junto à população, preocupada e defensora das causas sociais. O primeiro nome em torno dessa representação é o de Darcy Vargas.

Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. É assim que as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que encontra-se arraigado ao imaginário social das classes subalternas” (TORRES, 2002, p. 40).

Essa atuação da primeira-dama tinha objetivos práticos e bem definidos. Com um modelo de dominação política pautada no assistencialismo, a atuação das primeiras-damas buscava legitimar a estrutura do poder local. Essa estratégia de dominação silenciosa e mascarada, fez com que algumas primeiras-damas atuassem efetivamente no desenvolvimento de ações sociais, tornando-se grandes contribuidoras dos governos de seus maridos. O caso de Lúcia Braga exemplifica bem esse tipo de atuação, mas não é visto neste trabalho de forma tão instrumentalizada, tendo em vista que a ex-primeira-dama conseguiu, por meio de sua atuação, construir um capital político próprio projetando-se assim na política partidária.

Dito de outra forma, é possível supor que o poder estatal local apropria-se do trabalho das primeiras-damas para dar legitimidade a um processo político que se estabelece em meio à diversidade de forças antagônicas. Assim, utilizando-se dos atributos “femininos” de bondade, amor e doação, as primeiras-damas constroem uma base de sustentação política aos seus maridos, capaz de influenciar a visão dos usuários dos serviços sociais que constituem o alvo de ações sociais (TORRES, 2002, p. 21).

Dessa forma, é nítido o viés assistencialista nas práticas do primeiro-damismo brasileiro, que se institucionalizava principalmente por meio de suas atuações em órgãos governamentais ou filantrópicos. A ação ou apoio ao desenvolvimento social ficava então a cargo dessas primeiras damas. Como dito, só a partir da atual constituição brasileira, é que a assistência social adquiriu estatuto de política pública, tendo que deixar de lado o seu viés assistencialista, fato que na prática demorou, ou está demorando um tanto a se concretizar. Assim,

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever de Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania, ainda que, logo em seguida passe por um processo de desmonte e de inversão da cidadania (TORRES, 2002, p. 132).

Porém, vale destacar que essa mudança metodológica ocorrida no seio do curso e da atuação do profissional do serviço social, não ocorreu de forma linear. Assim, a atuação de Lúcia Braga no início da década de 1980, parece ainda seguir uma “velha” forma de serviço social, descrita por ela em seus dois livros autobiográficos sem receios.

Às vezes era acusada pelos companheiros da Funsat de assistencialista, porque vivia procurando no calendário as datas que justificassem entregas de feiras como presentes comemorativos. Assim, cada família da periferia em miséria absoluta, cadastrada pela equipe social, recebia uma cesta básica na páscoa, no São João, no dia das mães, no dia das crianças e no natal. Era uma forma de amenizar a fome do povo, ao lado do trabalho de geração de emprego e renda e da conscientização que realizávamos, levando-os a uma visão crítica da sua realidade (BRAGA, 1996, p.87).

Assistência e assistencialismo se confundiam, se correlacionavam. Mesmo antagônicas, estiveram presente nas ações de algumas primeiras-damas. No caso de Lúcia Braga, sim, essas duas práticas coexistiram. Mesmo o Serviço social carregando, em partes, algumas características do seu antigo fazer, já no início da década de 1980 alguns grupos se opuseram às práticas assistencialista de Lúcia Braga. Diversas críticas de profissionais do ramo da Assistência Social são notadas já durante a campanha de Wilson Braga em 1982, momento em que, segundo aquelas que teciam as críticas, Wilson e outros candidatos do PDS estariam utilizando as suas sedes de entidades de classe enquanto comitês eleitorais, objetivando transformar a categoria em massa de manobra com fins eleitoreiros³².

³² Jornal *O Momento*, 18 a 24 de abril de 1982, p. 09.

Cabe aqui uma compreensão sobre esse antagonismo entre assistência e assistencialismo. De acordo com Torres (2002), o assistencialismo “trata-se de uma estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma cultura do silêncio e um comportamento de passividade a ordem”. (TORRES, 2002, p. 175). Entendida como um dos elementos fundamentais do populismo, tal prática permite que o poder utilize-o enquanto estratégia política dentro de suas estruturas institucionais, forjando assim, a legitimação junto às classes menos favorecidas da sociedade. Já a assistência social, corroborando com Bobbio (1992), “assume o caráter de política pública, como direitos dos cidadãos e que requer uma intervenção ativa do Estado, produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o estado social” (BOBBIO, 1992, p. 72).

Como já foi dito anteriormente, as duas práticas são observadas quando analisada a atuação de Lúcia Braga junto à Funsat. Contando com a presença racionalizada de técnicos e uma equipe qualificada, a Fundação objetivava institucionalizar o espírito filantrópico e assistencialista de suas ações. No entanto, acabou instrumentalizando-a por meio do primeiro-damismo, atuando pontualmente na questão da habitação. “A ação social do governo deve ser submetida à orçamentação, a manipulação social e à universalização de direitos, o que na prática, não se estabelece nas ações de benemerência” (TORRES, 2002, p. 10-11). Foi o que a Funsat tentou fazer, institucionalizando suas ações sociais por meio de respaldos governamentais.

No contexto pontuado, entendida não enquanto direitos humanos, mas como questão ligada à benevolência, à “humanização”, ou à busca por ela, era mais uma característica das práticas assistencialistas, reafirmando o que boa parte da historiografia aponta. “Analisando a sociedade a partir do suporte da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia humanista cristã” (IAMAMOTO, 2013, p. 31). Dessa forma, observa-se que Lúcia Braga fez uso, entre os anos de 1983 a 1986, de práticas assistencialistas, embasadas na política populista de seu marido, legitimando a estrutura de poder existente junto os grupos periféricos do Estado, em especial da capital paraibana. No entanto, vale destacar que atribuir sua performance unicamente a esse ponto seria um equívoco. O primeiro-damismo impulsionou a projeção de política de Lúcia Braga, no entanto, sua atuação não pode ser vista como uma simples participação

instrumentalizada de legitimação do poder local, pautada no viés humanitário ou assistencialista.

Muitas vezes, o trabalho das primeiras-damas no âmbito da ação social é bem mais significativa que algumas ações governamentais, fazendo com que essas mulheres possam adquirir mais popularidade que os seus próprios maridos, fato que contribui para a legitimidade do poder local estatal junto às classes mais baixas, mas também as projetam para além daquela atuação. Esse é o caso da atuação de Lúcia Braga, que fazendo uso de diversas práticas assistencialistas legitimou o governo de Wilson Braga entre 1983 a 1986, mas conseguiu durante esse período construir seu capital político próprio, projetando-se ao cenário político partidário. A esse respeito, Torres (2002) destaca:

[...] não podemos compreender a representação de papéis das mulheres primeiras-damas apenas sob o ponto de vista da sua instrumentalização, como se essas mulheres fossem meros objetos de manipulação do poder local, isto é, não podemos concordar com a total anulação e subserviência do ser mulher frente à ordem dominante dos papéis sociais. Os tempos são outros. As mulheres estão construindo o seu próprio espaço, portanto não nos parece convincente atribuir absoluta subalternidade às primeiras-damas” (TORRES, 2002, p. 21-22).

Enquanto primeira-dama do estado paraibano, aos poucos, Lúcia Braga foi se colocando na esfera pública, operando como sujeito de decisão e peça fundamental na gestão de seu esposo, evidenciando grande potencial de liderança e poder de persuasão juntos aos sujeitos com os quais trabalhou. Torres (2002) destaca que ações como essa “indicam que, gradativamente, as mulheres vão cavando espaços em lugares tradicionalmente ocupados pelos homens, havendo muitas vezes, certo deslocamento de papéis e de atores sociais, o que não significa dizer que haja um sinal conscientização de gênero” (TORRES, 2002, p. 22).

Ultrapassando as barreiras do âmbito privado, Lúcia Braga adentra o espaço público demonstrando o quanto as relações de poder permeiam diversos espaços, dentre eles o cotidiano. A atuação de primeira-dama pode então ser apontada em dois vieses. O primeiro seria aquele cuja performance de Lúcia serviu de exemplo, ou seja, aquele que, servindo de espaço de construção de identidade social e capital político, pode ser a porta de entrada para os espaços públicos. No segundo viés, essa atuação de primeira-dama, intrinsecamente atribuída à figura feminina, pode interditar a participação feminina para além da esfera privada de atuação.

É interessante registrar que não existem situações de ‘primeiros-damos’. Estamos à frente de uma função considerada feminina o que, de certo modo, interdita a mulher como ocupante do cargo de dirigente pública eleita democraticamente. Neste caso parece caber a ela ser tão só acompanhante e não titular (TORRES, 2002, p. 12).

No caso paraibano, outras primeiras-damas exerceram importante papel de legitimação do governo de seus maridos: Alice Carneiro, esposa de Ruy Carneiro; Glauce Navarro Burity, esposa de Tarcísio Burity. No entanto, no caso de Lúcia Braga, para além de legitimar a estrutura de poder estabelecida por seu marido Wilson Braga, ela conseguiu se projetar de fato na política partidária, sendo eleita em 1986 com um significativo contingente de votos oriundos das camadas periféricas da capital, aquela onde ela atuou de forma mais direta. A imagem de mãe dos pobres, atreladas às características como as de bondade, caridade, vocação para o social, colaboraram para a construção da política Lúcia Braga. Assim, fazendo uso dos micropoderes que lhes foram atribuídos entre os anos de 1983 a 1986, Lúcia Braga se legitima enquanto relevante personalidade política no estado paraibano.

A conquista desses poderes efetiva-se no cotidiano da sua prática social, isto é, no desempenho do seu papel no âmbito da esfera pública. Essas relações de poder materializadas em um prestígio social e em uma popularidade eivada de contradições, mas reconhecidamente importante para a legitimidade do poder local, faz com que as primeiras-damas vivam um momento singular em suas vidas, o que envolve uma dimensão simbólica e dá significado ao papel social que ora desempenham. A imagem social que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas, já que o paternalismo é, inexoravelmente, um instrumento de arrefecimento dos conflitos sociais e de manutenção do *status quo*” (TORRES, 2002, p. 25).

É interessante observar que o governo tinha uma Secretaria de Serviços Sociais, e mesmo assim a maior parte das questões envoltas da assistência social ficaram a cargo da Funsat e de Lúcia Braga. Dessa forma, mais uma vez deve-se destacar o grande peso da Fundação na sustentação da gestão Wilson Braga, que por meio dela conseguiu atingir uma crescente população periférica, atendê-los em partes, assim como controlá-los. Entretanto, vale também apontar que essa coexistência de duas instâncias com finalidades institucionais tão próximas pode evidenciar o quanto a Funsat teria sido criada como lugar excepcional para a atuação da então primeira-dama, que por meio dela teria respaldo governamental para colocar em práticas suas ações assistencialistas, cooptando e

mantendo sob controle diversos segmentos dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa.

O assistencialismo de Lúcia Braga pode ser apontado além de sua atuação na Funsat. Estando à frente da Fundação, Lúcia assume mais um compromisso voltado para o social. Dessa vez, ainda no primeiro ano do mandato de seu marido, a então primeira-dama assume a coordenação do Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. Nesse espaço, Lúcia atua de forma mais livre, mas sempre em diálogo com a LBA.

Dona Lúcia Braga, presidente da Fundação Social do Trabalho, ampliará suas atividades na área da assistência social. Ela vai assumir, no Estado, a coordenação do Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. Ontem ela reuniu-se com técnicos da Legião Brasileira de Assistência – LBA ao qual o programa é ligado, para inteirar-se de suas atividades na Paraíba. O Pronav mobiliza voluntários para participação efetiva nos serviços de apoio às comunidades carentes e, com uma conjunção às propostas da Fundação Social do Trabalho, poderão ser oferecidas melhores condições de vida às populações das áreas periféricas, segundo exposição de técnicos da Funsat, ontem durante reunião (JORNAL *A UNIÃO*, 24 de maio de 1983, p. 01).

Campanha sobre construção, funcionamento e fiscalização de creche, inspeção de hospitais, empreitada a favor de flagelados e desabrigados, assim com chamamento populacional em combate à seca e ao desemprego, foram realizados por Lúcia Braga nesse diálogo entre assistência e assistencialismo, por meio do tráfego entre a Funsat e o Pronav.

Até então, essa benemerência evidenciada não foi algo singular do governo de Wilson Braga ou de sua esposa Lúcia. Singular foi o transcorrer da então primeira-dama do Estado, que por meio de sua atuação entre 1983 a 1986, deu visibilidade e legitimou o poderio local e a gestão de Wilson Braga, assim como construiu seu capital político que lhe serviu de respaldo no processo de entrada na política partidária paraibana.

1.2 Processo de redemocratização

A década de 1980 teve como característica significativa o processo de transição de um regime político ditatorial para uma democracia. Encabeçada por uma cultura política marcada por práticas autoritárias, a política nacional se viu envolvida em uma série de práticas imperiosas que furtavam uma série de direitos civis e políticos de boa parte da população brasileira. Após quase 20 anos de duração, o regime autoritário se esfacela, mas num contexto de lento retorno à democracia. José Murilo de Carvalho (2014) destaca

que o esfacelamento ditatorial, seguido de uma lenta abertura política, teria se iniciado em 1974, sob o governo de Ernesto Geisel.

São complexas as razões para o que se chamou de “abertura” política. Discutiu-se muito se ela partiu dos militares ou da pressão. Há evidências suficientes para se admitir que a iniciativa partiu do general e dos militares a ele ligados. A oposição aproveitou com inteligência o espaço que se abria e contribuiu decisivamente para levar a bom êxito a empreitada. Onze anos depois era eleito o primeiro presidente civil, marco final do ciclo militar (CARVALHO, 2014, p. 177).

A esse respeito, Nunes (2009) fala que o longo processo de abertura política em âmbito nacional, teria iniciado em 1974, no governo do Presidente Geisel, findando-se apenas em 1984 com a eleição indireta de Tancredo Neves. O historiador ainda salienta que,

[...] tão notável quanto a duração da transição foi a tentativa de os militares manterem o controle sobre a situação durante grande parte do processo, bem como o desejo demonstrado pelas forças políticas mais importantes no campo democrático de não precipitar uma ruptura decisiva com o regime autoritário (KECK, 1991, p. 11 *apud* NUNES, 2009, p. 58).

Eleito em 1974 com 400 votos dos 503 do colégio eleitoral, Geisel se mostrava a favor da redemocratização, mas destacava a necessidade de garantir a segurança nacional, sendo esta condição necessária para legitimar o desenvolvimento do país. De forma inesperada na conjuntura vivida, já que a cúpula governamental almejava uma abertura lenta e controlada, o presidente decidiu permitir o acesso parcialmente livre dos candidatos à televisão. Essa medida soou duplamente contra o Governo, pois possibilitou maior projeção à oposição e intentou o povo para o seu poder de decisão. O MDB se empolgou com a medida, fazendo o máximo uso do poder da imprensa televisiva, divulgando suas ideias e assim concorrendo de forma menos discrepante com os candidatos da Arena em diversas localidades do país.

Os resultados das eleições surpreenderam a todos, inclusive os estrategistas mais otimistas do MDB. O MDB tinha quase dobrado sua representação na Câmara dos Deputados (o número total de cadeiras tinha crescido de 310 para 364) elevando-se de 87 para 165. A ARENA caiu de 223 para 199. Os resultados no Senado foram igualmente dramáticos. A delegação do MDB aumentou de 7 para 20, enquanto a ARENA caiu de 59 para 46. [...]. Além disso o MDB ganhou o controle das assembleias estaduais nos estados-chave, onde o eleitorado urbano era crucial: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas (SKIDMORE, 1988, p. 34).

Na Paraíba, em 1974, dentre as personalidades mais conhecidas no meio político da época, Wilson Braga e Antônio Mariz foram eleitos deputados federais pela ARENA e Humberto Lucena e Marcondes Gadelha pelo MDB. Isso demonstra o quanto a oposição estava ganhando força nesse momento de reabertura, o que não agradou o governo, que rapidamente recuou, explicitando mais ainda o caráter “controlado” da transição. A ideia de liberalização controlada pelo governo era agora bastante complicada e sua legitimidade estava ameaçada. “O choque entre o governo e a oposição – que se esperava silenciar – estava acentuado. Havia o perigo de vitória do MDB nas eleições diretas para governador marcada para 1978” (SKIDMORE, 1988, p. 35).

Essa colisão entre o governo central e a oposição não era bem vista por aqueles que objetivavam comandar a abertura já em curso. Pressões do MDB eram camufladas e combatidas. Ao povo deveria ser passado a imagem de controle absoluto do governo, que por contra própria e não por pressão popular ou da oposição, estaria disposto a retomar os caminhos da democracia, assim como fora garantido.

Geisel avisou que as pressões oposicionistas talvez gerassem uma ‘contrapressão’, que ele não se permitia ignorar. O sentido estava claro: qualquer nova política governamental teria que ser o produto do compromisso entre os pontos de vista políticos rivais dentro das Forças Armadas” (SKIDMORE, 1988, p. 37).

Ficando cada vez mais explícito essa contrapressão, o governo logo se apressou em tomar medidas de contenção. Demonstrando certo medo em relação aos meios de comunicação, o governo conseguiu que o Congresso aprovasse a Lei Falcão³³, que restringia o uso do rádio e da televisão para as eleições municipais de 1976. As campanhas seriam guiadas apenas por meio de fotos dos candidatos com um pequeno resumo sobre eles. O receio criado em torno do resultado das eleições de 1974 e as medidas tomadas posteriormente a ela, acabaram obscurecendo a “descompressão” que se iniciara. Diante disso, conscientes de que cada ação poderia representar um passo atrás no processo de abertura, as lideranças da oposição optaram por posicionar-se de forma moderada.

Com as eleições de 1978 se aproximando, Geisel procurou amenizar a situação criada pela insegurança causada pela eleição de 1974. Assim, tomou medidas que garantissem o controle da redemocratização por parte do governo central. A primeira dessas medidas foi o fechamento do Congresso em 1º de abril de 1977. No entanto, a

³³ A referida lei recebeu esse nome por ser de autoria do ministro da Justiça, Armando Falcão.

providência mais tonalizante foi o que ficou conhecido como o ‘Pacote de Abril’. Entendido de forma autoritária e truculenta, algumas das medidas desse pacote foram: a manutenção das eleições indiretas para governador; eleição também indireta de um dos dois senadores eleitos em cada Estado; o mandato presidencial foi estendido de 5 para 6 anos, o que significaria que o próximo presidente, ainda um militar, permaneceria mais tempo a frente do governo, e dessa forma controlaria o máximo possível a transição; mudança na composição dos Colégios Eleitorais nos Estados, incluindo representantes municipais, reduzindo a rápida vantagem que o MDB havia conquistado; por fim, o quórum para votação de emendas constitucionais no Congresso foi reduzido de 2/3 dos votos para maioria simples, facilitando as manobras do governo.

Alguns fatores balanceavam essa contração imposta pelo governo, como por exemplo, a atuação de algumas entidades sociais e setores da oposição.

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas (ALVES, 1989, p. 226)³⁴.

Em 1978, chegando ao fim o mandato presidencial do General Ernesto Geisel, uma importante medida em relação a redemocratização do país foi implantada, a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5), efetivada em dezembro daquele ano. Nessa mesma conjuntura articulava-se a ascensão do último presidente militar, João Baptista Figueiredo, que permaneceria no cargo até 1985, e teria como missão dar continuidade a uma “abertura lenta, gradual e segura”. A presença de Golbery no governo de Geisel, também deve ser apontado como fator balanceador, fato que de certa forma garantia que a liberalização continuaria em curso dentre dos parâmetros graduais.

Já no governo de Figueiredo, a liberalização controladamente continuava. Em 1979 duas medidas de grande importância política foram tomadas, uma foi a Lei de

³⁴ Vale destacar que também houve uma emergência dos movimentos sociais, como o movimento estudantil e principalmente, o movimento sindical com as greves do ABCD, lideradas por Lula. A sigla vem das quatro cidades, que originalmente formavam a região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C) - Diadema (D). Relembramos também o impulso musical evidenciado principalmente por meio do Rock. Mais informações ver o documentário *Democracia em preto e branco*, direção de Pedro Asbeg, 2014.

Anistia³⁵ e a outra o fim do bipartidarismo³⁶. Os dois partidos em vigor, Arena e MDB, deram lugar a novos, como o PDS, antiga Arena, o PMDB, antigo MDB, assim como novas legendas como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Progressista (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT)³⁷. Em novembro de 1980, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional que reinstituiu as eleições diretas para os governadores de Estado e todos os senadores. Essa medida foi de encontro ao ‘Pacote de Abril’ de Geisel, que deu vida nova ao partido governista nas eleições de 1978. Nesse contexto, o ano de 1982 foi dominado pela perspectiva de eleições que haviam sido marcadas para novembro. Eleições em todos os níveis, exceto para presidente.

Com a proximidade da campanha, ficou claro que a reorganização partidária, isolada, não seria capaz de garantir uma vitória do PDS com uma margem suficientemente grande para assegurar o controle governamental sobre o Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente. Portanto, em novembro de 1981, o governo, mandou ao Congresso o ‘Pacote de Novembro’, que proibia as coligações eleitorais e determinava que os eleitores votassem em uma única legenda (SKIDMORE, 1988, p. 62).

Nesse interim, o governo sentiu a necessidade de apoio de Estados menos populosos e desenvolvidos para assegurar sua vantagem nas Câmaras, a exemplo do Nordeste. Nas eleições governamentais de 1982, a oposição se fez presente, obtendo êxito em nove dos Estados mais populosos e industrializados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

O Senador paraibano, Humberto Lucena, se pronunciou a respeito desse processo vivido em todo país, destacando, em forma de protesto, o autoritarismo ainda vivido. O jornal *O Momento* traz a fala de Lucena.

³⁵ A lei nº 6.683, que ficaria conhecida como Lei da Anistia, foi promulgada no dia 28 de agosto de 1979. Até a sua aprovação, diversos setores da sociedade discutiam a respeito do retorno de muitos exilados políticos que haviam se retirado do país em decorrência do regime autoritário vigente. Mesmo a aprovação da Lei de Anistia realizada aos moldes que ocorreu, também concedendo perdão político aos crimes cometidos pelo Estado, e assim apontada com uma vitória parcial do governo, o fato também serviu para impulsionar os movimentos sociais, fortalecidos pelo seu poder de mobilização. “O apelo pró-Constituinte tornava-se um importante ponto de convergência da ampla luta social de oposição ao autoritarismo” (VERSIANE, 2014, p. 366).

³⁶ O bipartidarismo foi extinto pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

³⁷ O Partido Progressista (PP) posteriormente se fundiu com o PMDB, em consequência do Pacote de Novembro, mais especificamente a proibição de coligações.

Ao pedir a reforma da Lei de Segurança Nacional, em pronunciamento do Congresso, o senador Humberto Lucena lembrou que ‘a verdade incontestável é que, apesar da revogação dos Atos Institucionais e dos Decretos Lei n.ºs. 477 e 228, ainda persistem, em nossa ordem jurídica, verdadeiras anomalias que são o caldo de cultura do autoritarismo caboclo que ainda nos governa (Jornal *O Momento*, 25 de abril a 01 de maio de 1982, p. 16).

Nesse momento, a Paraíba vivencia esse processo carregando consigo algumas especificidades, que de certa forma se enveredaram pelo fazer político do Estado, perdurando até os dias de hoje. A especificidade paraibana no processo de abertura política se inicia na escolha do Governador do Estado em 1978. Inicialmente, a ARENA paraibana parecia entrar em consenso quanto a indicação ao governo do estado. O nome cogitado era o de Antônio Mariz. O nome de Tarcísio Burity surgiu, posteriormente, por meio da indicação de Milton Cabral, como um *tertius*³⁸. Burity, professor universitário, sem experiência na política partidária, mas apoiador do regime vigente; Mariz, tradicional político local, bastante atuante junto ao governo, mas apresentando, em algumas ocasiões, opiniões destoantes ao regime. Como destaca Nunes, “A candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao Governo do Estado da Paraíba em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964, com o golpe político-militar, no Estado, e chegou a ter certa repercussão a nível nacional” (NUNES, 2009, p. 70).

Mesmo pertencendo à ARENA, Antônio Mariz por vezes apresentou posições contrárias ao regime, dessa forma, sua indicação ao governo em 1978 foi contestada no interior do próprio partido. Mariz deu seus primeiros passos na política estadual em 1963. Enfrentando as oligarquias locais, se candidatou à prefeitura de Sousa, saindo vitorioso no pleito. “Sua passagem pela prefeitura de Sousa transformou-se num marco a mudar, definitivamente, os rumos de sua vida. Pela primeira vez na história política do Estado, um jovem prefeito se dispunha apresentar tamanho plano de governo em moldes profundamente reformistas para época” (SANTOS, 1993, p. 275). Assumiu a Secretaria de Educação e Cultura do Estado no governo de João Agripino Filho, sendo amigo, parente e aliado político deste. Como mencionado, a indicação de seu nome para ocupar o cargo de governador do estado paraibano foi contestado.

Partido de uma reconciliação política entre os ex-governadores do Estado paraibano, João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, processou-se um acordo político, chamado de Acordo de Brasília. Segundo este acordo, os dois políticos locais deveriam dividir e distribuir os cargos em disputa

³⁸ O terceiro numa disputa que inicialmente era travada entre dois na busca de uma conciliação.

entre os seus correligionários. Pelo acordo, o então governador paraibano Ivan Bichara seria lançado ao Senado, Ernani Sátiro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. No entanto, este acordo não foi visto com bons olhos por diversos líderes políticos da ARENA, por excluir grandes nomes políticos das disputas centrais, como deputado federal Wilson Braga.

Diante do empasse, ressalta Nunes, “o governador Ivan Bichara não aceitou o acordo e começou a trabalhar pela candidatura do então senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo procurava inviabilizar a candidatura de Mariz [ao referido cargo]” (NUNES, 2009, p. 71). Bichara preferia o senador Milton Cabral para governar o estado paraibano, mas não conseguiu adeptos à sua vontade, assim acabou por fazer frente a candidatura do deputado federal Antônio Mariz e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio de Miranda Burity para o cargo de Governador.

Burity era professor universitário na ocasião, e teve em 1978 sua primeira experiência na política eleitoral, quando é nomeado, de forma indireta, pelo poder central, ao cargo de governador do estado paraibano. Alguns políticos locais torciam o nariz para essa indicação, assim como para próprio Burity. Este, considerado por Guedes (1993) como um político de estrela, governou a Paraíba por duas vezes no espaço de uma década. Nomeado em 1978 e eleito em 1986, pelo voto direto. Se tornou grande figura política, “ao ponto de ser figura obrigatória nas equações de todos os partidos e das forças políticas remanescentes” (GUEDES, 1993, p. 290).

Em seu livro autobiográfico, *Tempo de viver Tempo de contar*, Lúcia Braga relata sua preferência quanto à indicação de Antônio Mariz a governador da Paraíba em 1978, alegando ter convencido Wilson, pertencente ao partido, a também apoiá-lo. Nas palavras de Lúcia, “Havia um bloco dissidente no partido, apoiando Mariz. O Deputado Ernani Sátiro, ex-governador o Deputado Waldir dos Santos Lima e os Gaudêncios, liderados pelo Deputado Álvaro Gaudêncio Filho, faziam parte desse bloco” (BRAGA, 1996, p.74). A cisão no interior do partido estava firmada, restava agora ambas as partes recorrerem a seus correligionários em busca de apoio político.

De acordo com Lúcia, Antônio Mariz, morando próximo a sua casa em Brasília, a procurou, solicitando seu apoio político e sua ajuda em conquistar a adesão de seu marido, então deputado federal também pela Arena. Àquela altura, Lúcia se diz então admiradora de Mariz, enquanto destaca sua pouca aproximação com Tarcísio Burity, mesmo este sendo casado com sua prima de segundo grau, Glauce Navarro Burity, filha de Antônio Navarro, sobrinho do pai de Lúcia Braga. Esta destaca,

Reconhecia os seus méritos de intelectual, a sua grande inteligência, mas a ideia de um apoio a Mariz me parecia mais simpática. Conhecia deste a atuação política. Era discreto, tímido, mas adorava posturas progressistas, a despeito de pertencer à ARENA. Além disso, apoiá-lo era uma forma de contestar a imposição do regime militar, que eu detestava pelas suas injustiças e atrocidades perpetradas contra o povo brasileiro (BRAGA, 1996, p.75).

Mesmo se colocando de forma contrária ao governo ditatorial, em poucas ocasiões Lúcia Braga explicitou suas posturas, no entanto, afirma que “não era filiada a nenhum partido político. A ARENA oferecia sustentação à ditadura e jamais pertenceria a uma agremiação que representasse o tocão de botas militares (BRAGA, 1996, p.75).

Dessa forma, burlando todo um sistema de representação, Lúcia Braga resolveu trabalhar junto a Wilson e a outros políticos arenistas pela indicação de Antônio Mariz na convenção da Arena paraibana. Mesmo agindo de forma cautelosa, temendo a posição do seu marido perante o governo central, Lúcia relata que seu apoio e o de Wilson foram evidenciados, gerando assim um clima desagradável com Burity, que seria refletido anos à frente na política local.

As minhas tentativas foram frustradas. Uma inconfidência de Waldir dos Santos Lima, junto a Jório Machado, foi o suficiente para que meu nome aparecesse do seu livro **OPOSIÇÃO SEM MEDO** como conspiradora pró-Mariz. Isso me valeu a mágoa de Burity e dos seus familiares (BRAGA, 1996, p.75).

Após esse jogo de especulações em torno da indicação do candidato arenista à governança da Paraíba, no dia primeiro de setembro de 1978, pela via indireta, Tarcísio Burity foi eleito para o executivo estadual, tendo como vice Clóvis Cavalcanti Bezerra. A ARENA ainda elegeu o senador Milton Cabral, também de forma indireta.

Indo além dos espaços de poder e distribuição de cargos políticos, Cittadino traz mais um elemento quanto a cisão vivenciada pela ARENA.

De um lado, a cisão no interior da ARENA é um indicativo de que as forças políticas, mesmo aquelas vinculadas ao bloco de poder, já não podiam permanecer presas a um espaço político restrito e limitado. Suas divergências internas já extrapolavam os limites da convivência no interior de uma mesma legenda e exigiam a abertura de novos espaços de atuação política. Por outro lado, a maciça presença popular que acompanhou a campanha de Mariz, dando a essa eleição ares de disputa democrática pelo voto do povo, também é ilustrativa da impossibilidade de ainda manter-se a população afastada da vida política nacional (CITTADINO, 1999, p. 127).

Como dito por Cittadino (1999), o desenrolar das eleições de 1978 explicitava a impossibilidade de manter a população à parte das decisões políticas. Individualmente,

ou inseridos em grupos organizados, a população mostrou, ao seu modo e dentro de uma conjuntura desfavorável, interesse em concretizar o processo de retorno à democracia. Em relação à atuação organizada na esfera social, Nunes destaca que,

A Igreja Católica vai ter uma participação importante nestes movimentos, tanto nos conflitos rurais como na organização das oposições sindicais. Ela atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT (NUNES, 2009, p. 79).

Outros grupos também se fariam presente nessa luta em favor da democracia. No cenário universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis e algumas organizações docentes. Outra organização que pode ser apontada é o Movimento Feminista pela Anistia (MFA). O movimento se espalhou pelo país, fazendo surgir uma série de grupos de mulheres. No tocante a realidade da Paraíba, Nunes (2009) destaca,

Também surgirá neste período o Movimento Feminista pela Anistia (MFA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. [...] Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher (NUNES, 2009, p. 80).

Passadas as eleições de 1982 e os embates que trouxe, o processo de redemocratização parecia uma ação sem volta. No entanto, apesar de derrubado por terra diversos dos preceitos dos governos autoritários, o Brasil ainda era um país comandado por um militar. Figueiredo estava na presidência e o mundo político passara a discutir a questão da sucessão presidencial. Com a derrota da campanha das “diretas já”³⁹, foi então confirmado que a eleição presidencial ocorreria de forma indireta, e nesse contexto, dois nomes surgem no cenário nacional como principais aspirantes ao cargo. Pela situação Paulo Maluf (PDS) foi o nome escolhido, e representando a oposição Tancredo Neves (Aliança Democrática - união do PMDB com a Frente Liberal, formada por dissidentes do PDS). Muitas foram as negociações e barganhas políticas realizadas pelo presidente Figueiredo e seu partido, o PDS, a fim de conquistar o apoio dos mais variados setores

³⁹ Movimento político democrático com considerável participação popular, ocorrido 1984. O movimento era favorável à emenda do deputado Dante de Oliveira que restabeleceria as eleições diretas para presidente da República no Brasil. Mais detalhes, ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilda de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

políticos. Na Paraíba, Paulo Maluf contou com o apoio do então governador, Wilson Braga. Segundo Lúcia Braga, “Enquanto o Brasil inteiro vibrava por Tancredo Neves, o meu [seu] marido preferiu emprestar o seu apoio a Paulo Maluf, sendo o único governador do Nordeste a manter um compromisso de fidelidade ao presidente Figueiredo e ao seu partido, o PDS” (BRAGA, 1996, p. 105).

Ao contrário de seu esposo, Lúcia Braga decidiu apoiar Tancredo Neves, indo de encontro à postura adotada por Wilson. “Meus filhos, Marcelo e Patrícia, também apoiavam o meu gesto de rebeldia” (BRAGA, 1996, 106). Contando com o apoio dos filhos, envergonhados com a postura política do pai, Lúcia Braga pela primeira vez discorda e expõe publicamente sua postura política divergente da de Wilson. Lúcia ainda afirma que muitas foram as tentativas de fazer com que ela mudasse de opinião, inclusive, visitas de personalidades ligadas à Figueiredo ao Projeto Mutirão foram realizadas, mas sua decisão continuou a mesma. De acordo com ela, aquele foi um momento pontual em sua carreira pública. “Se eu não tivesse caminhado com meus próprios pés, naquela hora, jamais teria chegado até aqui” (BRAGA, 1996, p. 109). E continua,

Quando informei a Wilson a minha decisão de manifestar, publicamente, o meu apoio a Tancredo Neves, percebi que estava dando um passo decisivo em minha vida. Ali não estava a mulher de um líder político de certa expressão nacional, a divergir simplesmente da orientação do chefe familiar. Tampouco tratava-se de um capricho insensato de esposa ociosa. Naquele momento, rompiam-se diante de mim séculos de submissão e de silêncio ante à palavra final e irrecorrível do marido soberano sobre a vontade e as ações da mulher (BRAGA, 1996, 108).

Lúcia relata o quão fora delicado tomar essa decisão, ao mesmo passo que reafirma que diante da conjuntura do país e suas ideologias, não havia como agir de outra forma.

Eu tinha dois caminhos: como esposa bem comportada e obediente, calava o meu sentimento favorável à candidatura de Tancredo e levava de volta para casa toda a frustração do seu silêncio; ou divergia do meu marido, para anunciar que repudiava o seu candidato, instalando, assim, o primeiro impasse político da história da instituição matrimonial neste país (BRAGA, 1996, 109).

Wilson Braga também sofreu pressão e críticas sobre seu posicionamento político. Dentro da própria casa, descreve Lúcia, o clima entre ele e sua filha Patrícia demorou a amenizar. “Patrícia saiu de casa no dia em que seu pai recebeu, na Paraíba, Dr. Maluf e sua esposa. [...] Não recebi Maluf. Seria incoerente da minha parte” (BRAGA, 1996, 106). Após conceder uma entrevista expondo seu posicionamento político e seu apoio a

Tancredo Neves, Lúcia relata que seus filhos disseram: “Mãe, com a sua entrevista vamos poder entrar na escola de cabeça erguida” (BRAGA, 1996, 110).

Na ocasião, alguns políticos locais como Roberto Paulino, Américo Maia, Soares Madruga e Doca Gadelha se pronunciaram publicamente, exaltando e dirigindo aplausos à atitude de Lúcia Braga. Durante encontro na Assembleia Legislativa da Paraíba, o Deputado Roberto Paulino, do PMDB, elogiou a obra social desenvolvida pela Funsat e lamentou a indecisão de Wilson Braga quanto ao apoio a sucessão presidencial. Na mesma direção, o deputado Américo Maia ressaltou que Lúcia Braga era “uma mulher decidida de um governador indeciso”, explicitando seu posicionamento favorável a postura tomada por Lúcia Braga⁴⁰.

Na visão de Lúcia Braga, ao adotar esse posicionamento político em pleno processo de consolidação da democracia, Wilson teria deixado passar uma oportunidade histórica de caminhar com o povo. As eleições ocorreram em 1985, ainda de forma indireta, mas com civis compondo as partes concorrentes. Como aponta os dados do STE, Tancredo Neves foi eleito presidente para um mandato de 6 anos com 480 votos, equivalente a 72,4%, contra 180 votos de Paulo Maluf, 27,3% do total de sufrágios.

1.3 Campanha eleitoral de 1982: embates políticos

Inserida no contexto de abertura política e trazendo heranças dos embates políticos ocorridos no interior da Arena paraibana na ocasião da eleição de 1978, a eleição de 1982 merece ser observada. No referido pleito, Wilson Braga, candidato pelo PDS, se elegeu para o cargo de Governador da Paraíba, derrotando Antônio Mariz, candidato do PMDB. Com uma maioria de mais de 150 mil votos, Wilson contou com o apoio de Tarcísio Burity, então governador do Estado. Candidato pela situação, Wilson participara de uma campanha singular na história política local, marcada por arranjos, debates e confrontos ideológicos, ofensas públicas, inconsistências partidárias, incertezas quanto ao por vir. Mello (2010) destaca que:

No que diz respeito à eleição de 82, a capital paraibana ganha realce por ter sido palco de confronto entre o populismo do deputado Wilson Braga e a emergência do discurso renovador do falecido líder Antônio Mariz, adotado pelo PMDB nos estertores do regime militar (MELLO, 2010, p.19).

⁴⁰ Jornal *O Correio da Paraíba*, 12 de outubro de 1984, p. 03.

Na mesma direção, Santos (1993) aponta que “Com os dois, a sucessão de 1982 registrou uma das mais disputadas eleições da Paraíba, isto pondo em jogo o carisma popular de ambos, com uma diferença fundamental: Braga dispunha totalmente da máquina do Governo” (SANTOS, 1993, p. 277). No tocante a escolha dos candidatos por parte dos partidos, uma matéria no jornal *O Momento*, periódico oposicionista, faz salientes críticas ao candidato da situação, vangloriando Mariz.

O PARTIDO do governo hoje tem um candidato que faz até vergonha quando fala. Não passa no ditado das 9 linhas. Não conhece os problemas da Paraíba, e quando a eles se aventura referir comete barbarismo e solecismo de arrepiar. Na Casa do Estudante Wilson Braga tinha fama de ser o campeão de filas de sua classe. Na Câmara Federal, onde se alojou, por mais de 20 anos, graças as fraudes eleitorais de Conceição do Piancó, nunca foi à tribuna debater com seus pares. [...] Já com o PMDB a coisa é diferente: o partido escolheu o melhor candidato que a Paraíba poderia ter como Governador na atualidade. Antônio Mariz, além de ser um administrador de comprovada experiência, é um dos parlamentares de maior expressão na Câmara Federal (Jornal *O Momento*, 04 a 10 de julho de 1982, p. 01).

A matéria acima evidencia a visão da oposição a respeito da escolha dos candidatos. Objetivando convencer a população sobre esse posicionamento, o jornal *O Momento*, trazia em todos os seus exemplares apontamentos como este. Explicitando o teor dos embates ocorridos durante toda a campanha, a matéria demonstra que as ofensas entre os candidatos estavam além de suas posições políticas, muitas vezes atingindo também questões pessoais e até familiares.

Algumas práticas políticas paraibanas da década de 1980 se desenvolveram em meio a mudanças na legislação político-partidária nacional, que objetivava promover transformações significativas do cenário. No entanto, para além de ideias e debates teóricos referentes a tais mudanças, percebe-se a implementação de estratégias de manutenção de poder, por meio de diversas práticas. Nesse sentido, observa-se um processo de retorno à democracia que se efetivava menos na prática e mais na formalidade. Exemplo claro desse descompasso são as eleições de 1982, que apesar de ocorrerem sob a égide do pluripartidarismo, ocorreram de forma quase bipartidária, estando em um extremo o PDS e no outro o PMDB, antigos ARENA e MDB, respectivamente. O PT, mesmo lançando candidatura, correu por fora dessa disputa. Essas eleições foram marcadas, na Paraíba, pelo violento e abusivo uso da máquina estatal em apoio ao candidato e partido do governo (CITTADINO, 1999, p. 128).

Mello (2010) aponta que entre os anos de 1979/80 notou-se uma menor atividade parlamentar de Wilson Braga. Este já tinha pretensões de concorrer às eleições de 1982

pleiteando o cargo de governador da Paraíba. Sua esposa Lúcia Braga, nos expõe em um dos seus livros autobiográficos sua insatisfação com a candidatura de Wilson. Para ela, o êxito do seu marido representaria uma profunda mudança em suas vidas e nas de seus filhos, que já estavam tão acostumados a vida na capital federal. Residindo em Brasília desde 1967, Lúcia afirma ter recebido a notícia da candidatura de Wilson Braga ao governo do Estado com muita angústia.

A nossa vida transcorria tranquila e feliz. Os meus filhos adoravam morar em Brasília. Gostavam dos colégios que frequentavam, especialmente o Colégio Marista, onde estudaram a partir da alfabetização, cursando ali todo o ginásio, até nossa transferência para João Pessoa. Sentiam-se livres e felizes nos espaços enormes das quadras, onde brincavam com os amigos. Moramos, no início, 114 Sul. Depois, a Câmara financiou, para os deputados, apartamentos. Foi quando adquirimos o 111 Sul, que trocamos há anos por uma casa, depois de morarmos um período na 302 Norte. Foi assim, com angústia, que recebi do meu marido a comunicação de que gostaria de enfrentar a disputa para o governo do Estado (BRAGA, 1996, p. 72).

De início o então gestor local, Tarcísio Burity, também não gostou da ideia, pois “não via com bons olhos o populismo de Braga” (MELLO, 1993, p. 216). Para Burity, o candidato ideal seria o ex-governador João Agripino, com quem mantinha uma boa relação política desde seu governo⁴¹. Naquele momento, Agripino estava indo para o PP, mas ainda possuía fortes ligações com o PDS. No entanto, o ex-governador cedeu às pressões de Humberto Lucena, que desejava lançar a candidatura de Antônio Mariz pela oposição. Somando-se a isso, o “Pacote de Novembro” acabou obrigando o PP a fundir-se com o PMDB, ligando dessa forma João Agripino à candidatura de Mariz.

Inicialmente, o apoio de Burity a Wilson Braga também parecia esbarrar em antigos antagonismos políticos. Em 1978, ano em que Tarcísio Burity foi indicado governador da Paraíba, o mesmo disputara no interior da ARENA paraibana, a vaga com Antônio Mariz. Entre os dois pretendentes à vaga, Lúcia e Wilson Braga se posicionaram a favor de Antônio Mariz, o que segundo Lúcia, acabou criado um mal-estar entre eles e Tarcísio Burity. Para a assistente social o seu esposo “Era apoiado pelo governador Burity, embora com constrangimento, pois jamais aceitara de bom grado a ideia. Desejava um candidato tirado do bolso do seu colete” (BRAGA, 1996, p.73). O apoio de Tarcísio

⁴¹ João Agripino governou a Paraíba de 1965, última eleição direta no Estado durante o regime militar, a 1971. Sobre o governo de João Agripino. ver. CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

Burity à candidatura de Wilson Braga configurou-se como parte de uma estratégia de manutenção de poder por parte do PDS.

A partir desse momento, o Governador Tarcísio Burity fechou com a candidatura de Wilson Braga, a favor da qual se manifestou não apenas a máquina governamental – particularmente sólida nas áreas de comunicação e imprensa – como a série de casuísmos do pacote de novembro: voto vinculado, Lei Falcão, sub-legenda, proibição de coligação partidárias e municipalização das eleições com o pleito simultâneo para prefeito e vereadores (MELLO, 1993, p. 217).

O apoio de Burity foi um dos fatores essenciais à vitória de Wilson Braga ao Governo do Estado, refletida na pequena maioria de Antônio Mariz na capital paraibana. “Os cálculos admitiam 30 mil, os otimistas esperavam 70 mil, e a maioria real de Antônio Mariz em João Pessoa foi de 10.636 votos” (MELLO, 2010, p. 19). Com a grande maioria dos seus votos concentrados no sertão, em especial no Vale do Piancó, região onde a família Braga detinha muita influência política, um dos motivos que aumentaram a popularidade de Wilson na capital foi o apoio de Burity e da máquina do Estado.

Envolto de todo um clima de incertezas políticas, econômicas e sociais, a mídia paraibana, por meio de seus principais jornais, trazia ao público as principais questões em debate, tornando-se assim instrumento de grande valia para a compreensão das práticas políticas existentes na década de 1980. Periódicos de oposição e da situação tratavam a questão política como central na conjuntura vigente, e por meio deles, pode-se rediscutir diversos pontos.

As estratégias de apoio de Burity à campanha de Braga foram das mais variadas, desde a realização de comícios em diversos municípios, até utilização máxima da máquina estatal em favor do seu candidato, assim como de sua própria candidatura à Câmara Federal. Em diversos números, o jornal *O Momento* denuncia as estratégias de Burity, evidenciando as exacerbadas nomeações no ano do pleito, a efetivação e inauguração de obras públicas de grande porte, além de práticas assistencialistas cometidas. Na capa da edição nº 441, o referido veículo informativo traz a seguinte manchete: “Governo financia lavagem cerebral para obrigar povo a votar no PDS”. Denunciando tal prática, o jornal de oposição realizou inúmeras menções às práticas consideradas abusivas, do Governo Burity, em prol da campanha de Wilson Braga. Grandes críticas e acusações se sucederam em relação à construção do Espaço Cultural, obra considerada faraônica por Guedes (1993).

Na edição Nº 442, de 14 a 19 de junho, o jornal *O Momento* traz manchete afirmando que o “Planalto desaprova gastos de Burity”. Nesta matéria, é apontada insatisfação do presidente Figueiredo em relação aos gastos dos governadores. “E o mais comentado em Brasília é o caso da Paraíba onde o governador Tarcísio Burity construiu um Espaço Cultural, gastando cerca de Cr\$ 3 bilhões e que exigirá, somente para manutenção, cerca de Cr\$ cem milhões mensais”⁴². A notícia evidencia muito mais do que uma preocupação com as contas públicas, mas uma crítica implícita às práticas do governo Burity.

O periódico citado acima era utilizado semanalmente para levar ao povo a fala, as ideias, o posicionamento da oposição. Liderado por Jório Machado, o jornal *O Momento* cedia significativo espaço ao candidato Antônio Mariz, que utilizava-o para proceder profundas críticas a campanha de Wilson e ao governo de Burity. “Mariz na Assembleia do Movimento Trabalhista do PMDB: ‘nunca se viu tanta corrupção na Paraíba’”⁴³. Nesta, Mariz destaca o caráter autoritário do governo, salientando que o mesmo não foi escolhido pelo povo, mas como manobra do governo central, apontando também o esquecimento de boa parte da população. Assim, Mariz tenta deslegitimar as ações do governo e por tabela seu apoio à candidatura de Wilson Braga.

Na contramão dessa perspectiva, o jornal *A União* evidencia diariamente as obras e as diversas nomeações realizadas pelo governo estadual, não combatendo tais medidas, mas ressaltando o bom funcionamento destas. Notícias como “Burity, trabalho e decisão” e “Desenvolvimento, a marca do governo de Tarcísio Burity”⁴⁴, demonstram o caráter exaltador de suas obras, seus feitos e sua popularidade junto ao povo paraibano. No dia 07 de maio de 1982, o Jornal *A União* traz a seguinte notícia: “Governador aumenta salários antes do dia 14. O governador Tarcísio Burity confirmou que anunciará e sancionará o aumento do funcionalismo público antes de deixar o Governo do Estado, juntamente com a paridade dos inativos” (JORNAL *A UNIÃO*, 07 de maio de 1982, p. 01).

A respeito das nomeações, o jornal *A União* também traz algumas evidências das tensões existentes em torno do tema no período da campanha eleitoral. Em um texto de Hélio Zenaide, são explicitados alguns posicionamentos de Antônio Mariz, assim como a contrarresposta desses.

⁴² Jornal *O Momento*, 14 a 19 de junho de 1982, p. 12.

⁴³ Jornal *O momento*, 04 a 10 de julho de 1982, p. 01.

⁴⁴ Jornal *A União*, 16 de maio de 1982, p.03.

Perguntaram ao deputado Antônio Mariz o que achava do Estado como empregador, sobretudo num Estado pobre como a Paraíba, onde o setor privado é limitado em capacidade de empregar. E também qual a sua opinião em torno do deputado Wilson Braga, tipo como um político que sempre lutou para conseguir nomeações em todos os municípios do Estado.

O deputado Antônio Mariz concordou em que o Estado, sobretudo um estado como o da Paraíba, exerça a função empregadora como certa amplitude. A partir dessa premissa entretanto, cuidou de dar uma unhada no deputado Wilson Braga. Disse o deputado Antônio Mariz que, embora sendo favorável à função empregadora do Estado, condenava o empreguismo político, a política de nomeações para angariar votos, por entender que, sendo o emprego, um dinheiro de todos, a todos devia ser dado sem implicações políticas, sem uma contrapartida partidária ou eleitoral.

Ele quis com isso, fazer-se de vestal e de censor quis vestir-se de anjo, pintando o deputado Wilson Braga de diabo. Quis botar na cabeça uma aureola imaculada de pureza, deixando ao deputado Wilson Braga uma coroa de clientelismo eleitoral.

Mas a Paraíba inteira, de Cabedelo a Cajazeiras, tem boa memória, e sabe que não é assim.

Toda Paraíba sabe que o Sr. Antônio Mariz para eleger-se deputado federal, dependeu pura e extraordinariamente, de enxurradas de nomeações (JORNAL *A UNIÃO*, 07 de maio de 1982, p. 03).

Quanto às estratégias de apoio, Mello (2010) aponta a máxima utilização da máquina do governo, explicitado na “proliferação de comitês braguistas em repartições diversas; [...]; as nomeações em números astronômicos efetuados pelo ex-governador Tarcísio Burity; a ocupação dos espaços nos veículos de comunicação pagos a peso de ouro [...]” (MELLO, 2010, p.27). Segundo o historiador, foi criada uma verdadeira blitz governamental em torno da campanha de Braga.

O próprio governo deflagrou verdadeira blitz, que incluiu desde a legitimação de lotes por seus ocupantes, assistência médica e dentária motorizadas e a domicílio, distribuição de feiras, dinheiro em espécie e material de construção, até ligações gratuitas de água e luz, bem como caiação e pintura de barracos” (MELLO, 2010, p.26).

Vale destacar que essa blitz não se limitava a capital, mas foi nela que o apoio de Tarcísio Burity foi sentido. O slogan “*Tijolo neles*” evidenciando a distribuição de tijolos e telhas, eram estampados nas passeatas, comícios, como marca da campanha. Mello (2010) salienta que os bairros que tiveram essa prática bem evidente foram Cruz das Armas, Alto do Mateus, Bairro Roger, Mandacaru, Funcionários, Padre Zé, Cristo Redentor, Oitizeiro, Porto do Capim, São Rafael, Varadouro. Diante do apontamento, o mesmo justifica tal afirmativa, alegando que, “O inchaço da capital paraibana, hoje cercada por um verdadeiro cinturão de miséria, terminou por eleitoralmente favorecer o Governo que dispunha de meios para assistencialismo clientelista, revestido de todas as formas possíveis e imagináveis” (MELLO, 2010, p.26).

No que diz respeito aos empasses e dilemas referentes a eleição de 1982, um dos primeiros pontos enfatizados pela mídia paraibana, é a indecisão quanto a escolha do vice para compor a chapa junto com Wilson Braga. Com as eleições previstas para o dia 15 de novembro, como a notícia abaixo evidencia, a sete meses do pleito o nome para vice era algo incerto.

O deputado Wilson Braga, segundo uma fonte, está deixando com o governador Burity, a solução para o problema da vice-governança. Braga não quer criar áreas de atrito em função do desfeito do problema e passou a “batata quente” ao governador que não tem nenhum mandato político em jogo (JORNAL *O NORTE*, 01 de abril de 1982).

Um dos nomes pensados para a posição foi o advogado paraibano Almir Gaudêncio, no entanto, a polêmica não cessou por aí e, como a nota explícita abaixo, outros nomes surgiram como possíveis companheiros de chapa de Wilson.

O grupo Gaudêncio ainda continua bastante aflito diante da demora da definição da candidatura a vice-governador na chapa encabeçada pelo deputado Wilson Braga. O grupo, contudo, se mantém cauteloso à espera do desfecho do empasse, e confessa que o sr. Almir Gaudêncio tem todas as condições de ser sagrado candidato” (JORNAL *O MOMENTO*, 04 a 10 de abril de 1982, p.16).

Em uma reportagem publicada pelo Jornal *O Norte*, o ex-governador do estado, Pedro Gondim, fazendo oposição à campanha de Wilson, afirma que a escolha do vice pelo PDS gira em torno de um jogo de conveniências, segundo ele o que demonstra que “não há, do lado do governo, uma posição ideológica marcada, mas apenas um jogo de conveniências em busca do poder a qualquer preço, a qualquer título e por qualquer meio”⁴⁵. Essa crítica de Gondim demonstra a tensão política vigente, explicitada tanto pela indecisão referente a escolha do vice pelo partido da situação, como pelo posicionamento de outros políticos frente aos acontecimentos.

Na mesma direção, em tom de crítica e questionamento, corroborando com a ideia da falta de uma ideologia definida, mas visando outros pontos, o financeiro no caso, o jornal *O Momento* traz a seguinte matéria.

⁴⁵ Jornal *O Norte* no dia 02 de abril de 1982.

A escolha do candidato a vice-governança borda as franjas de uma longa e profunda briga no PDS, com prejuízos inevitáveis para novembro. O que explica os avanços e recuos, desmentidos e advertências, conchavos e conversas de bastidores, em torno da indicação, é uma questão muito prática: decide-se a arrecadação de fundos para a sucessão estadual. Não os nomes, é certo. Mas a fonte onde ele pode ter maior respaldo financeiro e a decisão de quanto disporá o candidato Wilson Braga. O PDS precisa de um político com dinheiro sobrando. Só quem tem é José Carlos da Silva Júnior, que não é político. Sobra-lhe dinheiro e inexperiência política. Para os Gaudêncio, é a esperança de que não funcionará a política do café (de São Braz) com o leite (de Wilson Leite Braga). “A canjiquinha engrolou”, dizem as línguas d’ajo. (Jornal *O Momento*, 04 a 10 de abril de 1982, p. 03).

Críticas internas também existiram. O Deputado Antonio Quirino, que apoiava a candidatura de Wilson Braga, expõe seu descontentamento e destaca que a própria classe política governista não está sendo levada em conta nesse processo de escolha do vice. Isso demonstra o quanto esse fato esteve no centro das discussões políticas das eleições de 1982.

O Deputado Antonio Quirino não concorda com o processo que está sendo utilizado para a escolha do candidato a vice-governador, na chapa do deputado Wilson Braga, do PDS, principalmente porque a classe política governista, no seu todo, não está sendo ouvida e nem consultada para coisa alguma. [...]. “O partido não se designou até agora a nos convocar para qualquer informação. Acho que a classe política deve ser ouvida e não apenas deixada à margem” (JORNAL *O NORTE*, 02 de abril de 1982).

Objetivando encontrar um nome que desse consistência ao projeto governista proposto, surgiu então o do empresário Raimundo Lyra. A escolha deste fortaleceria a aliança com o PDS de Campina Grande e agradaria outros municípios, como Cajazeiras, São José de Piranhas e Conceição. Depois de tensões internas e externas, parece que o PDS entrou em consenso quanto à indicação do vice. O nome escolhido foi o do empresário paraibano José Carlos. Anunciado por toda imprensa paraibana em inícios do mês de maio, o nome de José Carlos foi exaltado e apedrejado por essa mesma imprensa. Demonstrando seu poderio na construção do imaginário social/popular, a imprensa paraibana tomava partido das decisões políticas, e a respeito da indicação de José Carlos não foi diferente. O Jornal *A União*, periódico oficial do Governo, anuncia a indicação do vice em 08 de maio com a seguinte matéria: PDS lança José Carlos para Vice-governador.

O industrial José Carlos Júnior vai ser o candidato a vice-governador que o PDS submeterá à convenção do partido. Seu nome foi anunciado por Tarcísio Burity durante a entrevista coletiva concedida à imprensa no Palácio da Redenção, ontem pela manhã. [...] Um empresário muito bem sucedido: O industrial José Carlos da Silva Júnior chega à condição de candidato a vice-governador. Nunca participou de qualquer cargo público (JORNAL *A UNIÃO*, 08 de maio de 1982, p. 01).

Já o periódico de Jório Machado, o Jornal oposicionista *O Momento*, traz acusações, a respeito da escolha do candidato José Carlos, apontando-o como acusado de contrabando: “PDS indica vice envolvido com contrabando”. A matéria completa diz o seguinte:

O Governador Tarcísio Burity anunciou sexta feira, por uma cadeia de emissoras de rádio, o nome do industrial José Carlos da Silva Júnior, proprietário do Café São Braz, como candidato a vice-governador, na chapa do deputado Wilson Braga depois de quase 6 meses de divergências internas que enfraqueceram profundamente a já desgastada sigla do PDS. O sr. José Carlos da Silva Júnior já respondeu a processo por contrabando de automóvel e em 1966 teve seu estabelecimento comercial em Campina Grande vasculhado por agentes federais que apreenderam mercadorias de procedência estrangeira, entre elas bebidas alcoólicas. O Candidato foi indiciado em inquérito na Justiça Federal pela prática de contrabando e descaminho ilícito capitulados nas penas dos do art. 1º da Lei 4.729/66. Ele também respondeu ao crime de falsidade ideológica, cujas penas são capituladas pelos arts. 299 e 304 do Código Penal Brasileiro (JORNAL *O MOMENTO*, 02 a 08 de maio de 1982, p. 17).

Escolhido e anunciado o nome do candidato a vice, a tranquilidade não chegou ao PDS. Como as notícias acima evidenciam, os holofotes agora miraram-se para José Carlos. Ora aplaudido, ora criticado, seu nome virou o centro de mais um capítulo do episódio da eleição paraibana de 1982. Como visto, esse foi mais um dos pontos apropriados pela oposição, que em sua campanha, assim como o PDS, também fizera uso de diversas estratégias para convencer a população de suas propostas.

Para além da importância de uma oposição, a presença e postura no PMDB, em especial, de Antônio Mariz, merece ser observada, tendo em vista que por muitos anos este e Wilson, seu opositor, fizeram parte do mesmo “grupo” ou partido político, a ARENA. O fato se configura como mais uma característica ressaltante das eleições governamentais de 1982 no estado paraibano. O nome de Antônio Mariz surgiu com o slogan de uma oposição inovadora, pautada na busca de uma profunda mudança.

Prefigurando a futura disputa de 1982, os parlamentares Wilson Braga e Antônio Mariz que mesmo pertencentes a idêntico partido expressavam estilos e ideologias diversas, com Wilson aferrado a populismo ideologicamente um tanto fluido, e Mariz o reformismo centro-esquerdizante de classe média que sugeria certa austeridade, entregaram-se a disputa pela condição de mais votado da chapa (MELLO, 1993, p. 214).

Como Mello expõe acima, embora pertencendo a uma mesma legenda partidária por muitos anos, Mariz e Wilson carregaram consigo modos de fazer política diferenciados. Quatro anos antes, Antônio Mariz recorreu ao apoio que Wilson Braga, quanto à indicação ao cargo de governador do Estado paraibano. Agora de lados opostos, não mediram palavras para firmarem suas campanhas em todo o Estado. Dessa forma, cada qual usou suas “armas” para se sobressair nessa batalha. De acordo com Mello (2010),

Mariz recorreu a uma linguagem reformista, como estratégia para atrair a então decantada classe média. Vinha aureolado pela dissidência que logrou capitanear em 78, no PDS, sucedâneo da Arena, em represália ao fato de ter sido preterido na convenção homologatória, que consagrou Tarcísio Burity, descrito como um técnico apolítico e de estilo “pouco convencional”, ao se eleger deputado federal em 82 e retornar ao governo nos braços do povo, em 86 com acachapante maioria infligida ao ex-senador Marcondes Gadelha. Mas em 82 o embate se dava conta Wilson Braga, líder de notória inclinação populista, carisma incontestável e identificação com o cidadão comum, testado em vitórias proporcionais, num raio que se estendia do alto sertão, passando pelo seu “território” no Vale do Piancó e chegando a João Pessoa, com penetração nas áreas periféricas” (MELLO, 2010, p.19).

Considerável porta voz das ideias Marizistas e do PMDB como um todo, o jornal *O Momento* destaca que o candidato da oposição também focou o vale do Piancó em sua campanha eleitoral, mesmo ciente da enorme vantagem de Wilson na referida região. Carregando um ideário de mudança, Mariz se fez presente em diversas localidades do estado, objetivando degradar a vantagem braguistas nestas, e ampliar seu colégio eleitoral. É o que aponta a matéria “*O vale vai mudar*”.

O PMDB criou um slogan que pegou no vale do Piancó, tido como reduto eleitoral do governo: O Vale vai mudar. Com esse slogan, o deputado Antônio Mariz, candidato a governador pelo PMDB, foi recebido pelo povo do vale do Piancó. A inauguração do comitê do comitê em Conceição, cidade do candidato governista Wilson Braga, a grande manifestação em Boa Ventura e a acolhida do povo em Itaporanga e Piancó, demonstraram que “o vale vai mudar”, slogan que se torna realidade (JORNAL *O MOMENTO*, 20 a 26 de junho de 1982, p. 03).

De acordo com a imprensa local, Antônio Mariz contou com o apoio do PMDB – Jovem, de médicos locais, de professores e principalmente de estudantes universitários.

As esperanças da oposição residiam na classe média-média e no setor universitário, este último constituindo a mais ativa base de massas do marizismo e o cerne de passeatas praianas, animadas por ruidosos trios elétricos que propagavam a música “Lambada do Tibúrcio” (MELLO, 2010, p.30).

Em maio, no decorrer da campanha, como vê-se abaixo, o periódico de Jório Machado anuncia que “favoritismo de Mariz é uma realidade.

Ninguém mais de bom senso pode pôr mais em dúvida o favoritismo da campanha do candidato das oposições. Mesmo pressionado pelo poder de violência do Governo estadual e inibido pelas pressões desencadeadas pessoalmente pelo governador Buruti contra os jornais e emissoras de rádio de todo o Estado, é visível a vantagem que o candidato Antônio Mariz está levando sobre o oficialismo perante a opinião pública, especialmente naquelas áreas mais esclarecidas e mais politizadas da comunidade (JORNAL O MOMENTO, 02 a 08 de maio de 1982, p. 16).

Esse entusiasmo quanto à campanha do PMDB não é evidenciado pelo jornal *A União*. Enquanto periódico oficial do governo não podia ser diferente, porém explicita o caráter para além de informativo da imprensa, que se constitui também como um espaço de relações de forças, formadores de opiniões, expositores dos mais diversos debates. Quando observado o que foi posto em circulação sobre a campanha da oposição observou-se um tom crítico e desmotivador.

Em nota, Pedro Alves, vereador pela oposição da capital, expôs seu pensamento e de seu grupo político. Apostando na vitória de Braga e objetivando enfraquecer a campanha da oposição, jornal *A União* apresentou a convicção do então vereador, que alega não acreditar no favoritismo alardeado pela oposição.

O Vereador Pedro Alves de Souza, do PDS e vice-presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, disse ontem que nunca acreditou em favoritismo das oposições em João Pessoa e em toda a Paraíba, por que na realidade, segundo ele, isso nunca existiu. “O favoritismo alegado pela oposição sempre foi artificial, inventado pelos seus líderes, para dele se beneficiarem” (JORNAL A UNIÃO, 01e 02 de maio de 1982, p, 03).

Sempre nesse tom desestimulador, as matérias levadas ao público pelo jornal *A União*, buscavam no geral desestabilizar a campanha de Mariz e impulsionar a de Wilson. Estratégia utilizada pelos dois candidatos, ou pelos partidos, a imprensa desempenhou

papel preponderante no que diz respeito ao desenvolvimento da campanha eleitoral de 1982. Com este título, “*Mariz, o melhor seria desistir*”, o jornal oficial do governo traz a seguinte matéria.

Se o deputado Antônio Mariz fosse um homem inteligente, de bom senso, realista, desistiria de ser candidato a governador, contentando-se em disputar a reeleição à Câmara. Seria muito melhor, para ele, continuar como deputado federal, do que ser um candidato a governador derrotado. Todos estão vendo, percebendo, sentindo sua derrota. Mas o deputado Antônio Mariz é cabeçudo, genioso, persiste em ser candidato por capricho (JORNAL *A UNIÃO*, 09 de maio de 1972, p. 03).

Outro ponto que merece destaque foram as ofensas realizadas por ambos os lados durante a campanha. Os dois partidos, personalizados nos nomes de seus líderes, Antônio Mariz e Wilson Braga, sempre que necessário recorreram à imprensa para atacarem um ao outro. Diariamente, periódicos de ambos os lados traziam a tona esse fogo cruzado entre as coligações. *O Momento* apontava o uso abusivo da máquina do governo pró Wilson, acusava-o de estorquir a população para financiar sua campanha, assinalava acusações contra Lúcia Braga, esposa de Wilson, criticava os resultados das pesquisas de intenção de voto, alegando que elas teriam sido falsificadas, dando vantagem ao candidato da situação. Em compensação, *A União* reverenciava as propostas de Wilson Braga, destacando que o seu governo iria ser voltado para o homem e para o social, trazia a luz as diárias e vultuosas momeações realizadas pelo governo de Tarcísio Burity, que de fato serviram para arrebataram votos para o candidato da situação, tentavam tornar as ideias e posturas do PMDB desacreditadas, assim como rebatiam as críticas feitas à campanha de Braga.

Como estratégia de campanha, Wilson Braga, sempre ao lado de sua esposa Lúcia Navarro Braga, deu atenção especial à população periférica de João Pessoa, objetivando conquistar a confiança e voto dessa parcela tão significativa do eleitorado pessoense. A presença de Lúcia Braga durante a campanha de 1982 é bastante evidenciada pela imprensa local. Fotos e notícias da atuação dela, ao lado de Wilson ou agindo junto ao Movimento de Ação Feminina, circularam pela capital. No dia 27 de junho “Acompanhando de sua esposa, Lúcia Braga, e outras lideranças, Wilson falou para a população do Alto do Céu”⁴⁶. Em outra matéria a presença e participação de Lúcia Braga também é noticiada, agora em comício realizado no bairro do Roger.

⁴⁶ Jornal *A União*, 27 de junho de 1982, p. 04.

Ao falar para a pequena multidão que se aglomerou à porta da residência de Dona Dina, líder do comitê do bairro do Roger, a esposa do sr. Wilson Braga, Dona Lúcia, disse que ‘vamos governar o Estado com a presença da mulher paraibana, sempre esquecida pelas administrações passadas. Ela se referiu ao plano de governo de Wilson Braga, que assegurou a crescente participação da mulher da administração do Estado (JORNAL *A UNIÃO*, 16 de julho de 1982, p. 03).

O eleitorado feminino também foi evidenciado na campanha de Wilson Braga, tendo Lúcia Braga atuado diretamente na organização e mobilização feminina em prol da campanha de seu esposo. Diversas foram as matérias veiculadas pelo Jornal *A União* sobre a preocupação eleitoral de Lúcia e Wilson Braga no que diz respeito ao público feminino. Afirmando desejar dialogar com mais variados setores da sociedade, a campanha de Wilson Braga, busca aglomerar forças com o MAF.

Às 20 horas de hoje, o deputado Wilson Braga, acompanhado de sua esposa Lúcia Braga, estará no centro de proprietários de imóveis de João Pessoa para um encontro com o Movimento de Ação Feminino, oportunidade em que receberá sugestões para o seu plano de governo (JORNAL *A UNIÃO*, 13 de julho de 1982, p. 01).

Percebido a importância do eleitorado feminino, Lúcia Braga atuou de forma direta na campanha de Wilson Braga, sempre propondo encontros, afim de criar uma imagem de uma campanha e um futuro governo no qual as mulheres estariam presentes, não apenas no momento eleitoral, mas também nos processos de tomada de decisão. Com o título “Braga quer governar com a participação da mulher”, o Jornal *A União* traz a seguinte matéria:

Ao se reunir ontem com integrantes de 46 comitês da MAF – Movimento de Ação Feminina – o deputado Wilson Braga acompanhado de sua esposa Lúcia Braga, disse que não repetir os erros de administrações passadas, que receberam planos governamentais sem ouvir a base, as comunidades [...]Vamos acabar com o tabú de que a mulher não sabe administrar a coisa pública, a partir de sua valorização como profissional (JORNAL *A UNIÃO*, 14 de julho de 1982, p. 03).

O Movimento de Ação Feminina (MAF) foi criado em maio de 1981. Tendo Lúcia Braga como grande líder e articuladora, contou com significativa participação de diversas primeiras-damas dos municípios paraibanos, assim como importantes lideranças comunitárias. A articulação e criação do MAF também fez parte do rol de estratégias em torno da campanha de Wilson Braga, evidenciando a importância da participação de sua esposa no processo. O movimento foi extremamente importante na campanha eleitoral de Wilson Braga. “Na época tendo Lúcia Braga à frente o movimento formava quase um

partido, pois contava com 5.000 mulheres só na capital paraibana. Os interiores como Bayeux, Campina Grande Patos, Guarabira, dentre outros possuíam diretórios da MAF” (Jornal *O Norte*, 25 de novembro de 1982).

Visando o eleitorado feminino, o MAF representou na década de 1980 na Paraíba, uma participação relevante das mulheres numa campanha política. Em seus discursos, observou-se que Lúcia Braga recorria à questão da representação feminina como estratégia de obtenção de votos e de projeção pessoal. Em um de seus livros Lúcia narra algumas passagens sobre o Movimento de Ação Feminina.

Criei o Movimento de Ação Feminina, o MAF, cujas camisetas vermelhas chamavam a atenção e eram o terror dos adversários, dos partidários de Antônio Mariz, que, agora já no PMDB, disputava o governo com Wilson Braga, numa eleição direta. Formavam-se um grupo enorme de mulheres. O movimento começou na capital e tomou conta do interior. Contávamos com valorosas companheiras, entre senhoras que nunca haviam feito política e esposas de políticos que formaram as fileiras do Movimento de Mulheres” (BRAGA, 1996, p.76).

Organizando encontros e comícios, por meio do MAF Lúcia Braga foi figura constante e significativa na campanha eleitoral de seu marido. Ainda no ano da campanha, organizou na capital paraibana o 1º Encontro Estadual da Mulher Democrática Social e participou do encontro Nacional, representando as mulheres paraibanas. O Jornal *A União* noticia os dois eventos, assim como dá destaque a atuação da futura primeira-dama do Estado.

A coordenadora do MAF – Movimento de Ação feminina – Dona Lúcia Navarro Braga, esposa do candidato a governador do Estado, o deputado federal Wilson Braga revelou ontem como será realizado em João Pessoa o 1º Encontro Estadual da Mulher Democrática Social, no próximo dia 29, com a finalidade de engajar a mulher no processo político em que vive o país contribuindo para a sua formação política. A senhora Lúcia Braga reconhece que o papel da mulher na política é fundamental principalmente numa campanha política, sabendo-se que 50% do eleitorado paraibano é do sexo feminino, contingente eleitoral capaz de decidir as próximas eleições. O encontro vai servir para se debater a estratégia política a ser adotada pela mulher e, também, discutir a atuação dos comitês do MAF em João Pessoa, já engajados na campanha do sr. Wilson Braga, para o governo do Estado. [...] Com uma delegação de 17 pessoas, a Paraíba marcou presença no 1º Encontro Nacional da Mulher Democrática Social realizado em Brasília, organizado pelo PDS sob a coordenação da senadora Eunice Michelis. Dona Lúcia Braga chefiou a delegação (JORNAL *A UNIÃO*, 12 de agosto de 1982, p. 03).

Vale destacar que o Movimento de Ação Feminina, apesar de objetivar tocar e dialogar com o público feminino do Estado, também organizava e realizava comícios com

propósitos mais generalizados. A menos de um mês da realização da eleição, o Movimento organizou um comício de grandes proporções, cuja pauta principal era o combate à violência. O acontecimento foi noticiado no dia 29 de outubro pelo Jornal *A União*.

Quinze segundos de silêncio marcou o protesto do Movimento de Ação Feminina, liderado pela Sra. Lúcia Braga, contra a violência praticada pelo PMDB, nos comícios da oposição [...]. O protesto foi sucedido por vários pronunciamentos tanto de lideranças do Movimento de Ação Feminina, Lúcia Braga, Glauce Burity, Magda Gadelha, além de esposas de candidatos a outros cargos (JORNAL *A UNIÃO*, 29 de outubro de 1982, p. 03).

O Movimento de Ação Feminina é apontado como uma iniciativa consideravelmente significativa diante da campanha eleitoral de 1982. Vale destacar que o MAF não era o único movimento de mulheres envolvido no referido pleito. Mabel Mariz, esposa do candidato oposicionista, Antônio Mariz, também procurou atuar junto à população feminina da capital do Estado. No entanto, no decorrer da campanha o envolvimento do MAF se sobressaiu a outros organizados por Mabel. Em nota, o jornal *O Momento* evidencia a disputa entre as duas pretensas primeiras-damas do estado pela confiança do público feminino, destacando que tanto Mabel Mariz quanto Lúcia Braga estavam envolvidas em longas jornadas nos bairros da capital, assumindo posturas protagonistas, realizando falar públicas e sendo muito elogiadas por isso.

Com efeito, somando-se aos tantos outros fatores ou estratégias as quais se atribuem a vitória de Wilson Braga no pleito de 1982, a atuação de sua esposa, Lúcia Braga, também merece evidencia e mérito, pois ela atuou junto a grupos deixados em segundo plano nas estratégias e atuações políticas. Pobres e mulheres foram os grupos aos quais Lúcia Braga se debruçou, realizando uma intensa campanha que teve continuidade com trabalho desenvolvido por meio da Fundação Social do Trabalho, espaço ocupado por Lúcia após seu marido tomar posse do governo do Estado⁴⁷.

Assim, com as eleições previstas para 15 de novembro, a ansiedade e a empolgação, de ambos os lados, nos dias que antecederam o pleito, foram as marcas dessa caminhada eleitoral que se iniciou ainda no início do ano de 1982. Com o resultado previsto para sair em até 30 dias, a expectativa só aumentava, e as cogitações se faziam presentes. Ambos os lados confiantes da vitória, por meio dos periódicos que os representavam, lançavam posturas diárias sobre a apuração da eleição. Da certeza de uma

⁴⁷ Jornal *O Momento*, 10 a 16 de outubro de 1982, p. 08.

vitória inevitável, a ala peemedebista foi se deparando com um resultado pouco agradável a seus olhos. Com uma esmagadora força eleitoral no vale do Piancó, em diversas cidades do Brejo, e de forma surpreendente, na capital do estado, Wilson Braga foi eleito Governador da Paraíba com um total de 509. 855 votos, o equivalente a 58,48% do total de sufrágios.

Aglomerador de votos da família Leite Braga desde a década de 1950, Mello (1993) destaca que, em especial a cidade de Conceição, configurou-se como um reduto Udenista e Arenista. “Conceição constituiu município de tradição político-partidária manifestadamente udenista” (MELLO, 1993, p. 203). Importante político local foi Francisco Braga, coronel Chico Braga para os sertanejos. Pai de Wilson, o coronel foi um dos tantos pertencentes a família Braga que usufruiu do poder político na localidade. A esse respeito o historiador aponta:

Chico Braga era amigo pessoal de Argemiro de Figueiredo e João Agripino. Foi um dos fundadores da UDN em Conceição, partido pelo qual se candidatou mais de uma vez. A primeira em 1947 ao cargo de prefeito do município, a segunda em 1950 almejando o cargo de deputado estadual, ficou na suplência e assumiu depois. Candidatou-se mais duas vezes à prefeito de Conceição e saiu vitorioso nas duas, além conseguir se eleger para o mesmo cargo nos municípios de Santana de Mangueira e Ibiara, localidades vizinhas de Conceição (MELLO, 1993, p. 203).

No pleito de 1982 o resultado obtido em Conceição explicitou mais uma vez esse poderio. Com 5.223 votos (72%), contra 2.025 (27%) de Mariz, Wilson apresenta uma vantagem considerável, que se somada ao resto do vale do Piancó, foi fator preponderante para equalizar o jogo de forças com a oposição, que apresentava vantagem de votos na capital. De acordo com os dados do TRE - PB, foram 4.221 votos (89,16%) em Itaporanga, 4.531 (92,92%) em Piancó e 2.598 (99,58%) em Santana de Mangueira. Na capital os cálculos admitiam uma possível vantagem de 30 mil votos a favor de Antônio Mariz, os mais otimistas cogitavam e esperavam uma vantagem de 70 mil sufrágios. Em nota, o *jornal O Norte* expõe a opinião do opositorista José Joffily, que acredita numa vitória Marizista de mais de 100 mil votos⁴⁸. No entanto, a maioria real do candidato do PMDB em João Pessoa foi de apenas 10.636 votos. Wilson saiu vitorioso do pleito com uma vantagem de 150 mil votos, o que demonstra tanto a importância do seu poderio no sertão do estado, como a grande contribuição da máquina do governo, em especial, ao apoio de Tarcísio Burity na capital do Estado.

⁴⁸ Jornal *O Momento*, 10 a 16 de janeiro de 1982, p. 07.

2 LÚCIA BRAGA E A POLÍTICA PARAIBANA NA DÉCADA DE 1980

Em meio a um processo de redemocratização vivenciado em nosso país, a década de 1980 foi portadora de uma série de práticas políticas que modelaram as faces de uma cultura política brasileira em seu sentido mais amplo. Nesta, a inserção feminina na política partidária cresce de forma considerável. Na Paraíba, em 1986, a primeira mulher era eleita ao cargo de deputada federal, assim também, como a ocupar uma cadeira numa Assembleia constituinte. Esta mulher foi Antônia Lúcia Navarro Braga, personalidade que carrega consigo características peculiares em meio a política local.

Desempenhando um importante papel participativo na política paraibana durante a primeira metade da década de 1980, Lúcia Braga consegue se projetar politicamente e alcançar o patamar de frente do cenário em questão. Mais do que adentrar o campo político, Lúcia Braga construiu seu espaço de atuação e, conseqüentemente, seu reduto de votos, permanecendo na política até os dias atuais. Entre pertencimento familiar, projeção política via casamento e construção de capitais políticos próprios, a trajetória de Lúcia Braga é entendida neste trabalho como singular frente aos estereótipos construídos em torno do papel de primeira-dama, bem como em relação à participação feminina na política paraibana. Os caminhos percorridos pela personalidade estudada entre 1982 e 1986, foram discutidos neste capítulo.

2.1 Atuação de Lúcia Braga entre 1982 a 1986: do MAF à Funsat

Retornando da capital da república para trabalhar junto à campanha do esposo, candidato à época ao governo do Estado, Lúcia Braga se fixa em João Pessoa e dá início a um intenso trabalho de mobilização das massas periféricas no ano de 1982. Sobre a candidatura de Wilson, Lúcia afirma que recebeu a notícia com angústia, não concordando com a decisão do marido num primeiro momento. Ela ainda relata que conversou com o esposo a respeito, alegando que sua candidatura modificaria suas vidas. No entanto, mesmo sem aprovar a ideia de Wilson Braga em se candidatar ao cargo pleiteado, Lúcia assume a responsabilidade com ele e segue para Paraíba.

A exemplo de como Wilson fez ainda durante a campanha, Lúcia também destacou a necessária união entre o povo e o governo, afirmando que aquela seria a

“primeira vez em que povo e governo caminham lado a lado, visando resolver os seus problemas”. A participação efetiva de Lúcia Braga na campanha de Wilson se concretizou por meio de sua atuação junto ao MAF, movimento liderado por ela, destinado a mobilizar mulheres em prol da campanha braguista.

Criada em maio de 1981, o Movimento de Ação Feminina, foi extremamente importante nas eleições de Wilson Braga. Na época tendo Lúcia Braga à frente o movimento formava quase um partido, pois contava com 5.000 mulheres só na capital paraibana. Os interiores como Bayeux, Campina Grande Patos, Guarabira, dentro outros possuíam diretórios da MAF (JORNAL *O NORTE*, 25 de novembro de 1982).

Por meio do MAF, foi realizado um trabalho intenso junto aos bairros, às favelas e também nos comitês eleitorais. De acordo com Braga (1996), havia em João Pessoa, 50 comitês, espalhados pelos bairros, cada um com uma líder do MAF. No que diz respeito a participação feminina na política, Lúcia Braga declara ao jornal *O Norte*, em sua edição do dia 25 de novembro de 1982, que a mulher participaria ativamente do governo de Wilson, tanto na execução das obras sociais quanto nas mais infinitas tomadas de decisão. Isso demonstra que Lúcia Braga fez uso de um discurso visando o público feminino. Valorizando as mulheres enquanto sujeito participante da vida política do Estado, Lúcia e seu esposo, aparentemente, perceberam a importância eleitoral destas, e logo cuidaram em inseri-las na campanha em curso.

Até então, Lúcia Braga fora por vezes Assistente Social, esposa de político, mãe de seus filhos. Mesmo Wilson estando na política há mais de 30 anos, apenas em 1982 Lúcia se envolve diretamente enquanto arrebatadora de votos a favor de seu marido. Como mencionado acima em seus discursos, Lúcia Braga recorria à questão da representação feminina, como estratégia de obtenção de votos. Lúcia Braga também aponta sua atuação na campanha e especialmente do MAF como precursora de sua vida na política.

Foi quando comecei a fazer pronunciamentos, primeiro nas reuniões fechadas, depois nos comícios de mulheres, ousando ao fim da campanha, discursar nos grandes comícios, onde as grandes lideranças do partido se faziam presentes. A minha voz também se unia à deles, ainda titubeante e nervosa, pois não tinha nenhuma experiência de palanques (BRAGA, 1996, p.76-77).

Com Wilson já eleito, ainda sobre o trabalho do MAF e sua importância na campanha de governador eleito, Lúcia dá a seguinte declaração ao jornal *O Norte*:

O trabalho desenvolvido pelo MAF ajudou a criar uma maior consciência política na mulher paraibana, que participou ativamente do nosso trabalho, levando a bandeira da vitória e conclamando a família paraibana para a campanha contra a violência dos nossos adversários, que, na realidade e lamentavelmente, deram uma demonstração de descontrole e desrespeito, através de agressões verbais e físicas, durante toda a campanha política. Acredito, portanto, que o MAF, foi um dos baluartes da nossa vitória (JORNAL *O NORTE*, 25 de novembro de 1982).

O jornal *A União* também destaca a importante participação de Lúcia junto à campanha de seu esposo. Na edição de 15 de novembro, dia em que ocorreu as eleições de 1982, o periódico traz a seguinte matéria “*Povo já festeja a vitória de Wilson por mais de 100 mil votos*”. Nesta é apresentada uma série de imagens nas quais são evidenciados os apoios recebidos por Wilson, sendo um deles o de Lúcia: “*Sempre ao lado de Wilson, d. Lúcia Braga foi um dos baluartes da campanha eleitoral*” (JORNAL *A UNIÃO*, 15 de novembro 1982, p.11).

Passada toda a conturbação da campanha eleitoral, Wilson é eleito e Lúcia Braga assume a presidência da Fundação Social do Trabalho (Funsat). Nomeada e empossada no dia 18 de março de 1983, Lúcia Braga inicia seu trabalho junto à instituição cheia de expectativas e responsabilidade, pois durante a campanha assumiu uma série de compromissos com setores pobres da capital e outras localidades do estado. O jornal *A União* destacou a posse da Primeira-dama como presidente da Funsat. “Empossada ontem à tarde a primeira presidente da Fundação Social do Trabalho. Em solenidade presidida pelo Governador Wilson Braga, assumiu a direção da Funsat a assistente social e primeira-dama do Estado, Sra. Lúcia Braga”⁴⁹. Ainda na mesma edição, o periódico expõe detalhes sobre a posse de Lúcia, salientando os objetivos e as prioridades da Fundação. Com a matéria “Lúcia Braga assume Funsat”, é lançado o seguinte texto:

A meta é melhorar a vida do homem – A Primeira-Dama do Estado, sra. Lúcia Braga, garantiu ontem ‘tornar realidade os compromissos assumidos com o povo em tempo de campanha política e que traduzem a meta prioritária do Governo de Wilson Braga – a melhoria da qualidade de vida do homem paraibano’. Ao assumir a Fundação Social do Trabalho Dona Lúcia afirmou ainda que a Capital tornou-se uma cidade virtualmente carente pela aceleração do fluxo migratório, entre o campo e a cidade, intervindo decisivamente na expansão das favelas (JORNAL *A UNIÃO*, 19 de março de 1983, p. 12).

Lúcia Braga fez uso do meio comunicativo se dirigindo ao público carente, aquele que, segundo ela, seria assistido pela Funsat e pela gestão de Wilson como um todo. O jornal *A União* traz notícias quase diárias sobre a atuação da Fundação e o protagonismo

⁴⁹ Jornal *A União*, 19 de março de 1983, nº 38. p. 01.

de Lúcia Braga. Ainda em março do primeiro ano do mandato de seu marido, Lúcia apresenta a Fundação à população. “A Funsat foi criada, segundo a sra. Lúcia Braga, visando sistematizar atividades de proteção social que possibilitem a elevação do número de oportunidades de emprego e renda” (JORNAL A UNIÃO, 19 de março, p. 12).

A respeito da Funsat e sua atuação junto a ela, em seu livro *Tempo de viver, Tempo de contar*, Lúcia (1996) expõe:

Ocupei no governo do meu marido um cargo importante como presidente da Fundação Social do Trabalho, criada para substituir grande parte da atuação da antiga Secretaria do Trabalho, que passou a ser denominada Secretaria de Serviços Sociais. A Funsat teve o mérito de inovar na Paraíba um trabalho de base junto a periferia [...]. por incrível que pareça, a Funsat, que, já existia na minha concepção, tomou corpo a partir de uma conversa entre mim e Eva Therezinha, esposa de Vicente Faleiros, antiga conhecida de Brasília, de quem eu era grande admiradora (BRAGA, 1996, p.77).

Após ser idealizada, a Fundação Social do Trabalho é então implantada ainda no início do governo de Wilson, em março de 1983, por meio do Decreto 4.454. A sede da instituição se localizava na Rua das Trincheiras, nº 262, Centro da capital do Estado. Como Lúcia bem salienta acima, a Funsat surgiu de uma modificação estrutural ocorrida no interior da Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS). Esta passou a se chamar Secretaria de Serviços Sociais, e teve suas atividades ligadas ao campo de atuação da então criada Fundação Social do Trabalho. Como aponta Mello (1993), a Fundação foi criada e transformada em verdadeira sub-secretaria.



Foto 01: Sede da Funsat - Revista da Funsat, ANO II, Volume 05. p. 07.

Por sua ação durante os anos da gestão Wilson Braga, a Fundação é apontada como das grandes bases de sustentação de seu governo. Composta por uma numerosa equipe técnica, a Funsat tinha a seguinte formação: Walter Toledo era o diretor administrativo, Elpídio Soares de Oliveira o diretor de Engenharia, Yolanda Fernandes Mendes era vice-presidente, Martha Klostermann diretora da equipe da área social, Otto Marcelo (sobrinho de Lúcia Braga) diretor de recursos humanos, tendo Maria Célia Dias como coordenadora, Núrcia Brito diretora da Diretoria de finanças e Napoleão Moreno coordenador. O projeto cidadão era dirigido por Maísa Duarte, o programa dos Mutirões e o Projeto João de Barro, dirigidos por Chico Franca (BRAGA, 1996).

No dia 21 de março (de 1983), três dias depois de sua posse, Dona Lúcia Braga reuniu-se com sua equipe para estudar a legalização jurídica da Funsat, publicação, registro, CGC, Estatuto e Ata definida. Debateu nessa mesma reunião, a seleção e requisição de pessoal junto aos órgãos do Estado e da Prefeitura de João Pessoa. No dia 26, foi providenciado e logotipo e o papel timbrado, e mantidos os contatos para liberação de verbas destinadas à implantação da Funsat (Jornal *Correio da Paraíba*, 01 de janeiro de 1984, p. 04).

Iniciado esse processo de institucionalização, em maio do mesmo ano foi criado o Estatuto da Fundação Social do Trabalho, pelo Decreto nº 9841/83, atribuindo-lhe autonomia administrativa e financeira. Nele ficaram estabelecidos os três projetos que a Fundação se pautaria a fim de articular todo o segmento de interiorização das ações de desenvolvimento social, que eram o Serviço de Apoio ao Migrante (Sami), Sistema Nacional de Emprego (Sine), afim de fixar o homem em seu lugar de origem, e o Programa Nacional de Promoção ao Artesanato⁵⁰. De acordo com o Jornal *A União*⁵¹ essa divisão técnica da Funsat teria sido realizada objetivando o melhor funcionamento da instituição, com um consequente aumento do rendimento funcional das equipes. Esses setores da Funsat apesar de independentes deveriam trabalhar de forma coletiva, para melhor atender seu público alvo.

A criação da Funsat pode ser apontada como uma tentativa e/ou estratégia de descentralização administrativa, fenômeno que vinha ocorrendo nos setores públicos brasileiros desde a década de 1950. Assim, a Lei Estadual 4.454 de 14 de março de 1983, que autorizou a criação da Fundação Social do Trabalho, remete a ela “o poder de

⁵⁰ 1º de maio – Jornal *A União*, edição de domingo.

⁵¹ Jornal *A União*, 01 de maio de 1983.

representação do Estado, no tocante à sistematização, à coordenação, à execução e ao controle das atividades do trabalho e promoção social do Governo”⁵².

Ainda pouco discutida pela historiografia paraibana, a Funsat foi um órgão de grande importância política e administrativa no Estado da Paraíba durante a década de 1980. Não só pela projeção de Lúcia Braga no cenário político, mas pela forma de trabalho que implantou, fazendo com que certa parcela da população se sentisse “enxergada e atendida” pelo governo. Entre assistência e assistencialismo, a fundação atuou como base e porta voz do governo de Wilson Braga. A respeito da Funsat, Mello (1993) destaca que:

Convertida em verdadeira sub-secretaria, a FUNSAT partiu para a execução de sem número de projetos que envolviam o Mutirão, Humanização do Núcleo Habitacional Beira-Rio, edificação dos conjuntos Renascer I e II, Projeto Taipa, Programa de Recuperação de periferias Urbanas, logo estendido ao interior, Promoção de Emprego, Apoio ao Migrante, Projeto Operário, Promoção do Artesanato, Incentivo à Geração de Renda e Ocupação, Programa de Promoção Social, Desenvolvimento de Comunidade em Centro Social Urbano e Módulos Comunitários Rurais, Atendimento Social, Saúde para o Povo, Bem-Estar do Menor e Programas Especiais” (MELLO, 1993, p. 220).



Foto 02: Áreas de atuação da Funsat - Revista da Funsat, ANO I, Volume 01. p. 19.

Quando a gestão Wilson Braga se iniciou, a Paraíba estava passando por um conflituoso período econômico. Isso embargava tudo que fosse pensado e que necessitasse de altas quantias financeiras. Lúcia admite que frente a essa realidade, desde o início, as atividades da Funsat foram limitadas, e que muitas vezes a imaginação, a criatividade e a ousadia tiveram que ser colocadas em prática para que as coisas caminhassem. “A Funsat, que desempenhou satisfatoriamente seu papel no governo de Wilson Braga, foi extinta nos governos que nos sucederam. O seu prédio em ruínas foi

⁵² Revista da Funsat, ANO I, Volume 01. p. 13.

transformado em um cortiço” (BRAGA, 1996, p. 113). Para executar alguns projetos e programas idealizados pela equipe, muitas vezes a Funsat, por meio de sua presidente Lúcia Braga, recorreu a outros setores, internos à gestão Wilson Braga ou não, a fim de acarretar patrocínio para Fundação, a exemplo de secretarias do estado e da prefeitura de João Pessoa.

Como ressaltado na citação de Mello (1993), muitos foram os programas e projetos elaborados e executados pela Funsat. Dentre algumas dessas ações podemos citar a restauração das favelas Baleado, Gauchinha I e II, Vila da Palha, Jardim Guaiba, Manguinhos; a extensão do Mutirão aos municípios como Campina Grande, Monteiro, Guarabira, Sousa, Cajazeiras, Patos, Conceição e Catolé do Rocha; a efetivação do Projeto Cidadão, que concedia documentos a todos aqueles que procurassem a as unidades móveis. Porém, as ações realizadas pela Funsat que ganharam maior impacto e visibilidade social foram os projetos Mutirão de Bayeux, Beira-Rio, Taipa, Renascer I e Renascer II. Estes serão esmiuçados mais à frente.

Outra ação bastante significativa da Fundação foi a realização das três edições da Feira da Paraíba. No decorrer do capítulo volta-se a abordá-la. Aqui se destaca a criação e divulgação da *Revista da Funsat*, periódico próprio da Fundação Social do Trabalho. Com publicação trimestral, a primeira edição da revista foi lançada durante a I Feira da Paraíba, em setembro de 1983. Sob a direção de Yolanda Fernandes Mendes, amiga pessoal de Lúcia Braga e vice-presidente da Funsat, a revista tinha uma equipe formada por: editores, Barroso Filho e Fátima Gurgel Araújo; arte, Milton Nóbrega e Land Seixas; reportagem fotográfica, S. Pereira.

Sob o comando e a responsabilidade da Funsat, a revista desempenhou um importante trabalho de divulgação das ações realizadas pela Fundação. Trimestralmente era realizado um balanço a respeito das ações sociais e culturais realizados pela equipe da Funsat. Na revista podia-se encontrar pronunciamentos de Lúcia e Wilson Braga, matérias de jornais evidenciando a execução e a entrega de conjuntos habitacionais por toda grande João Pessoa assim como textos que enaltecem o trabalho da então primeira-dama do estado, apontada como grande idealizadora daquelas ações. Neste trabalho fez-se uso de cinco exemplares da *Revista da Funsat* enquanto fonte de estudo.



Foto 03: Capas das revistas da Funsat encontradas do IHGP

Vale ainda destacar que a Funsat, entendida neste trabalho como uma das instituições bases da administração de Wilson Braga, foi também um dos maiores alvos de ataques referentes à sua gestão governamental, bem como a si próprio e a Lúcia Braga. Aclamadas por uns e criticadas por outros, foram assim que as ações da Funsat foram apresentadas frente à conjuntura política da Paraíba de meados da década de 1980. Muitos foram os apontamentos e acusações do que diz respeito ao trabalho da Fundação. Historiadores como Cittadino (1999) e Mello (1993), apontam a Funsat como um dos principais instrumentos de críticas ao Governo Wilson Braga. De acordo com estes, por meio da atuação dessa instituição, a gestão Wilson Braga teria criado uma imagem de política social, mas que na realidade serviria apenas camuflar a má gestão em vigor e o assistencialismo, que se estendeu de 1983 a 1986.

Tais críticas perpassam o campo da produção historiográfica. No início de 1984 o parlamentar Marcos Odilon teria acusado a Funsat e Lúcia Braga de colocar em risco a vida de todas as famílias beneficiadas pelo projeto Mutirão, pois este estaria construindo um conjunto habitacional próximo à Colônia Getúlio Vargas, destinada a pessoas com

hanseníase. Em resposta, ao ser questionada pela imprensa quanto a posição do deputado, Lúcia faz o seguinte comentário:

Enquanto o governo do Estado se preocupa em construir casas para pessoas de baixa renda, o deputado Marcus Odilon, do PMDB, utiliza-se de falsos conceitos promovendo campanha discriminatória contra os hansenianos da Paraíba, ao ponto de dizer que eles representam uma ameaça para os beneficiários do projeto Mutirão (Jornal *Correio da Paraíba*, 18 de fevereiro de 1984, p. 03).

Em seguida Lúcia Braga se solidarizou com o Movimento de Reintegração do Hanseniano. O Movimento também repudiou a atitude de Marcus Odilon. O governo por sua vez, encabeçado pela secretaria de Saúde do Estado, realizou uma campanha de conscientização sobre a hanseníase.

Em agosto do mesmo ano, o vereador Antônio Augusto Arroxelas levou à discussão na Câmara de vereadores da capital o perigo das casas construídas pela Funsat com o material de taipa. Para o vereador, este material era favorável à criação do *Barbeiro*, inseto responsável pela Doença de Chagas. Dessa forma, a Fundação teria colocado a população atendida em risco⁵³. A Funsat, na pessoa de sua presidente Lúcia Braga rebateu, afirmando que esse modelo habitacional tinha um caráter emergencial, e que diante da real situação de risco daquelas famílias, a construção de casas de taipa era a saída mais viável para aquele momento.

Outras críticas foram surgindo, principalmente relacionadas à utilização de dinheiro público, por meio da Funsat, para fins políticos. Nesse ínterim, os nomes dos deputados Tarcísio Burity (que em 1982 apoiou a campanha de Wilson Braga) e Marcus Odilon (candidato em 1985 a prefeito de João Pessoa), se destacam. Nos comícios, na imprensa, nas tribunas, os referidos parlamentares teciam inúmeras acusações relativas à gestão de Wilson Braga e do uso abusivo do dinheiro público. Por meio do neologismo “funsatear”, a Funsat era apontada como o órgão que estaria financiado a campanha para prefeito de 1985, momento em que Burity apoia Marcus Odilon (PTB) e Wilson Braga opta por Antônio Carneiro Arnaud (PMDB). Nesse momento, se reconfigura uma série de desavenças políticas que já se mostravam vivas desde a vitória de Wilson em 1982 e seu rompimento com Burity no mesmo ano.

Tarcísio Burity afirmava que a luta eleitoral pela conquista da prefeitura de João Pessoa era entre ele e Wilson Braga, realizando contundentes acusações de que o governo

⁵³ Jornal *Correio de Paraíba*, 07 de agosto de 1984, p. 03.

de Braga estaria financiando a campanha de Carneiro Arnaud, fazendo uso do dinheiro da Funsat. De acordo com Burity, a campanha eleitoral de 1985 para prefeitura de João Pessoa estaria sendo “funsateada”⁵⁴. Reagindo a tais críticas, diversas vezes o então governador e a primeira-dama da Paraíba se pronunciaram publicamente. Em uma dessas passagens, o jornal *O Momento*⁵⁵ traz uma reportagem intitulada “Braga responde a Burity”. Na mesma, também fazendo uso de um neologismo, Braga afirma que Burity prefere “espacear” do que “funsatear”, fazendo menção a construção vultuosa do Espaço Cultural realizada por Burity.

[...] “funsantear é sinônimo de trabalhar pelo pobre” – O governador Wilson Braga reagiu com humor às críticas formuladas pelo deputado Tarcísio Burity no sentido que ele estaria funstateando a campanha para prefeito da capital. ‘Acho que ele está certo, porque funstatear é sinônimo de trabalhar pelo pobre, ir ao encontro das aspirações das classes menos favorecidos’. E adiantou, ‘como ele fez um governo de elite, de Espaço Cultural, então não pode funstatear. O que ele vai fazer é espacear (JORNAL *O MOMENTO*, 01 a 07 de setembro de 1985, p. 08).

Lúcia Braga também se mostrou insatisfeita com as declarações de ex-aliado político Tarcísio Burity. Em reportagem publicada no jornal *Correio da Paraíba*, a então primeira-dama rebate as críticas quanto ao uso de recursos da Funsat para fins político-partidários. De acordo com ela, o ataque seria uma afronta ao seu trabalho e à gerência da Funsat. Lúcia ainda aponta que o social nunca foi a prioridade de Burity, que o ele era pouco conhecedor dessa causa. Dessa forma, acabava realizando comentários indevidos, mas que o povo era o melhor juiz nesses casos. A respeito de seu pronunciamento, o jornal expõe:

Ela acusou Burity de nunca de olhado para o campo social, e por isso mesmo acha que a Funsat está no caminho certo, porque pela primeira vez “os favelados estão tendo vez, recebendo tratamento humano e moradia condigna”. Dentro desse quadro, promete Lúcia Braga, “vamos continuar funstateando a campanha, pois isto é bom para o povo” (JORNAL *CORREIO DA PARAÍBA*, 01 de setembro de 1985, p. 03).

Na mesma ocasião, Lúcia Braga anuncia a confirmação de sua candidatura à Câmara Federal, afirmando contar com o apoio daquela população esquecida pelos

⁵⁴ Jornal *O Momento*, 08 a 14 de setembro de 1985, p. 06.

⁵⁵ O Jornal *O Momento* foi arrendado ao engenheiro paraibano Walter Balthar Vinagre, em fevereiro de 1983 (ARAÚJO, 1983, p.299). No ano seguinte Jório Machado vende definitivamente o periódico. O periódico continua publicando textos com teor crítico em relação ao governo de Wilson Braga, principalmente aquelas de autoria de Jório Machado, no entanto, não segue uma linha puramente oposicionista como fizera até metade de 1983.

governos anteriores, fazendo referência à população periférica da grande capital. Salienta que por enxergar e atender essa população, vem recebendo inúmeras críticas, mas que não se arrepende de suas ações. Segundo a Lúcia Braga, não entendendo a importância do trabalho social desenvolvido pela Funsat, a oposição estaria deturpando essa atuação e rebaixando o nível da campanha em curso.

Nesse mesmo contexto e na mesma direção de Burity, Marcus Odilon, candidato pelo PTB à prefeitura de João Pessoa, tecia críticas à Funsat, acusando-a de financiar a campanha de seu principal concorrente, Carneiro Arnaud. Por diversas vezes, Odilon afirmara que Arnaud nem chegou a ser uma má pessoa, nem um mal político, mas ao aliar-se a Wilson Braga e permitir que sua campanha fosse financiada pela Fundação presidida por Lúcia, ele estaria se vendendo ao esquema político braguista. Em reportagem ao jornal *Correio da Paraíba*, o candidato do PTB realiza suas acusações:

O deputado anunciou que vai enviar ao presidente José Sarney um relatório de todos os “abusos” cometidos pelos que apoiam a candidatura de Carneiro Arnaud. “O Presidente assegurou que agirá com imparcialidade e não permitirá corrupção. Mas antes de comunicar ao presidente o desfalque nos cofres públicos realizados na Paraíba por ocasião da campanha, devo informar primeiro aos maiores interessados que são os habitantes de João Pessoa. Eu disse e repito: o senhor Carneiro Arnaud está se servindo do dinheiro que seria destinado ao menor carente”, afirma Odilon (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 01 de setembro de 1985, p. 01).

Em apoio à Lúcia Braga, ao seu trabalho junto a Funsat e ao governo Wilson Braga como um todo, diversas pessoas foram às ruas, por meio da realização de inúmeras passeatas e arrastões pela cidade. Inflamando a população periférica, os ataques à então primeira-dama impulsionaram uma série de manifestações de mulheres e da população periférica de João Pessoa como um todo. É o que traz a matéria do jornal *O Momento*, “*Mulheres repudiam os ataques à Lúcia Braga*”:

João Pessoa viveu uma tarde inesquecível, quinta-feira, quando milhares de mulheres saíram às ruas da cidade na passeata da solidariedade a Dona Lúcia Braga, contra calúnias feitas a ela pelo candidato do PTB à prefeitura de João Pessoa. Milhares de Pessoas saíram de Jaguaribe, nas imediações do Centro Administrativo até o Ponto de Cem Reis, onde a Aliança Democrática promoveu uma grande concentração pública. As milhares de pessoas começaram a se concentrar às 15 horas. Foram mobilizadas pelas mulheres que residem nas favelas da cidade, nas associações comunitárias, funcionários da Funsat, da Federação das favelas do Estado, da Federação das Associações Paraibanas e da Liga de Ação Comunitária (LAC). [...] As associações comunitárias foram fundamentais na confecção das faixas, bandeirolas e camisas. As bandeirolas e camisas em sua grande maioria exibiam o ‘slogan’ de ‘Funsantizando, muda’ ou ‘vamos Funsantezar’. Puxada por carro de som, a passeata da solidariedade reunia o povo em meio a muita animação. E logo

improvisa-se músicas com refrão: ‘Dona Lúcia é da pesada’ ou ‘Dona Lúcia está botando prá quebrar’” (Jornal *O Momento*, 08 a 14 de setembro de 1985, p. 15).



Foto 04: Passeata em solidariedade à Lúcia Braga. Jornal *O Momento*, 08 a 14 de setembro de 1985, p. 15.

Em meio às críticas realizadas, Lúcia Braga se aproxima cada vez mais da população periférica de João Pessoa, constituindo ali o seu espaço de obtenção de votos. Objetivando pôr fim às dúvidas levantadas por Burity e Marcus Odilon, Lúcia pede ao Tribunal de Contas que investigue as denúncias realizadas contra a Funsat:

A presidente da Funsat – Fundação Social do Trabalho, sra. Lúcia Braga, solicitou ontem, ao Tribunal de Contas do Estado, uma auditoria com todos os programas e projetos desenvolvidos pela instituição que dirige. A solicitação decorre, conforme explica o ofício número 85, ‘da estratégia difamatória de caráter eleitoreiro’ desenvolvido pelo candidato a prefeito pelo PTB, o deputado Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, segundo o qual a Funsat, ‘estaria financiando despesas de comício, passeatas e movimentos político-partidário (JORNAL *O MOMENTO*, 08 a 14 de setembro de 1985, caderno B. p. 1).

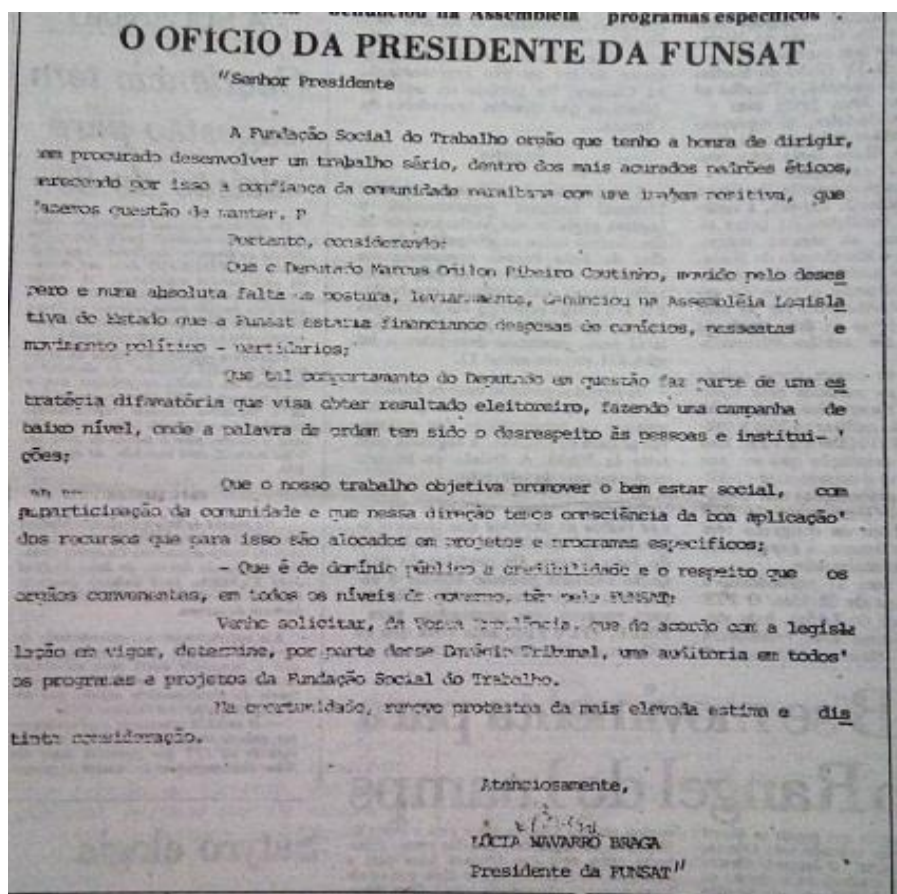


Foto 05: Jornal *Correio da Paraíba*, 14 de setembro de 1985, p. 04

O sistema Correio de Comunicações também evidenciou o uso de dinheiro público em favor da campanha de Carneiro Arnaud. Com a notícia “Milhares de eleitores brigam todo dia por material do João de Barro”, o jornal *Correio da Paraíba* levou a seus leitores a acusação do referido sistema de comunicação. A nota afirma que materiais de construção do Projeto João de Barro, sob o comando da Funsat, estão sendo distribuídos em grande escala na capital do estado paraibano. Um dos pré-requisitos para obtenção dos materiais era ser eleitor da cidade de João Pessoa e se comprometer a votar no candidato do governo, Carneiro Arnaud.

Mais de 2 mil pessoas comparecem à sede do Projeto João de Barro para adquirir material de construção, distribuído pelo governo do Estado, através da Fundação Social do Trabalho (Funsat), segundo constatou, ontem, a reportagem do CORREIO. Para aquisição do material, o interessado tem que preencher dois requisitos básicos: ser eleitor no município de João Pessoa e se comprometer a votar no candidato Antônio Carneiro Arnaud para prefeito. Mais de trinta depósitos estão contratados em João Pessoa e autorizados a distribuir material, desde que autorizados pelo senhor Francisco Franca, coordenador do João de Barro em João Pessoa. Na sede do Projeto a pessoa

apresenta o título de eleitor, preenche uma ficha e recebe autorização para adquirir o material (Jornal *Correio da Paraíba*, 22 de outubro de 1985, p. 04).

Em sua efervescente campanha, Marcus Odilon denunciou abertamente essa distribuição de materiais de construção, assim como a cooptação de votos por meio de práticas assistencialistas realizadas por Wilson e Lúcia Braga. Odilon acusava a Funsat de remediar os problemas sociais para poder desviar verba para a campanha de Carneiro Arnaud.

Também em tom de crítica, Carlos Gláucio, candidato à prefeitura de João Pessoa pelo Partido Liberal, anunciou publicamente que iria pedir proteção policial para voltar ao conjunto Renascer I, no bairro São Miguel. Segundo Gláucio, ele e sua equipe teriam ido até a localidade no dia 24 de setembro com a finalidade de realizarem um pequeno comício, e teriam sido impedidos, devido a uma confusão iniciada por um suposto presidente da Associação de Moradores, o sr. Antônio José Catanan, sob alegações de que a comunidade só receberia pessoas ligadas ao governo do estado e a candidatura de Carneiro Arnaud.

No dia seguinte, o verdadeiro presidente da associação, Anderson Lima, procurou Gláucio e sua equipe para prestar solidariedade quanto ao ocorrido. Anderson, em visita a redação do *Correio*, afirmou que José Catanan não tinha ligação alguma com a Associação, mas sim com a Funsat, sendo seu representante no interior da comunidade. Carlos Gláucio afirmou não ser a primeira vez que é recebido com rispidez por pessoas ligadas à Funsat, e que estaria esperando o momento oportuno para trazer os casos à imprensa. Ele ainda afirmou que pediria proteção policial para retornar à comunidade do Renascer I⁵⁶.

O caso narrado não foi algo que ocorreu de forma isolada durante a campanha de 1985, e até mesmo antes e depois dela, demonstrando a questão da manipulação social exercido pela Funsat. Na maioria das comunidades em que atuava, a Funsat tinha total influência sob as Associações Comunitárias locais, e por meio destas exercia controle dos movimentos que buscavam se organizar, além de criar nessas localidades redutos eleitorais. A reportagem exposta acima, publicada no jornal *O Correio da Paraíba*, trazia como título “*Gláucio vai pedir proteção policial para falar no conjunto da Funsat*”, evidenciando como as comunidades sob influência da Funsat eram encaradas como sua propriedade (Conjunto da Funsat).

⁵⁶ Jornal *O Correio de Paraíba*, 26 de setembro de 1985, p.03.

Em contrapartida, o governo do estado realizava uma intensa mobilização da massa periférica pessoense em prol de seu candidato. A nove dias da realização da eleição, Lúcia Braga organiza um grande comício enfatizando a presença do público feminino. Na referida ocasião a primeira-dama do Estado rebateu as acusações realizadas a ela e a seu esposo, afirmando que nenhuma delas tinham fundamento, e que o povo julgaria o trabalho realizado pela gestão. Segundo Lúcia Braga, o fato da Funsat trabalhar em prol do 'social' incomodaria a oposição, surgindo daí as críticas. Ao findar-se a campanha e o processo eleitoral de 1985, Carneiro Arnaud foi eleito e Lúcia Braga anunciou sua candidatura à deputada federal nas eleições que se realizariam no ano seguinte.

Assim como fez na campanha governamental de 1982, em 1985 Lúcia Braga articula um grupo de mulheres em prol da candidatura de Carneiro, denominada de Aliança Democrática Feminina. A criação oficial do movimento ocorreu em 13 de agosto no auditório do Centro Administrativo do Estado e foi liderada pela primeira-dama Lúcia Braga. O evento reuniu centenas de mulheres de todo o estado, contando também com a participação da esposa do candidato a prefeitura de João Pessoa, Moema Arnaud, da primeira-dama do município Lia Trigueiro do Valle e a vereadora Sônia Germano. Com um discurso direcionado às trabalhadoras das comunidades pobres, às lideranças comunitárias, servidoras da Funsat, esposas de políticos e público feminino em geral, Lúcia Braga expõe que o objetivo do movimento era trabalhar contra a política econômica encabeçada por Odilon, chamado por ela de grupo de usineiros, e estabelecer uma estreita relação entre as mulheres pessoenses e o plano de governo de Carneiro Arnaud⁵⁷.

Como visto, entre acusações, mobilizações populares e disputas políticas, a atuação da presidente da Funsat foi bastante evidenciada durante a década de 1980. Indiscutivelmente, essas acusações, somando às suspeitas do envolvimento de Wilson Braga no assassinato do jornalista Paulo Brandão⁵⁸, dono do sistema Correio da Paraíba, corroboraram para a sua derrota eleitoral no ano de 1986, momento em que concorre ao Senado. Em contrapartida, as análises apontam que Lúcia Braga fez uso dessas acusações a seu favor, apropriando-se de um posto de vítima em meio a toda a situação. Diante do fato, a então primeira-dama inflamou as camadas periféricas da capital, projetando seu

⁵⁷ Jornal *O Correio da Paraíba*, 14 de agosto de 1985, p.08.

⁵⁸ Wilson Braga, na época governador do estado, teve seu nome envolvido no assassinato do jornalista e empresário Paulo Brandão Cavalcanti Filho. Wilson foi apontado como um dos mandantes do crime que ocorreu em 13 de dezembro de 1984. Paulo Brandão era dono do jornal "Correio da Paraíba", que na época acusava Braga de praticar irregularidades no governo paraibano.

nome à esfera política. Lúcia Braga se candidata deputada federal, saindo vitoriosa no pleito, obtendo mais de 90 mil votos.

Diversas vezes a expressão “Dona Lúcia é a mãe dos pobres da Paraíba” foi ouvida no decorrer da pesquisa, quando a personalidade era apresentada enquanto objeto do estudo em construção. Longe de buscar e realizar exaltações à personalidade, a atuação e o reconhecimento de Lúcia Braga junto à população carente pessoense, deve ser destacada, pois foi a grande estratégia política da ex-primeira-dama, que teve como maior e mais impactante resultado a obtenção da vitória no pleito eleitoral de 1986.

“Funsat coordena Operação desabrigados”, “*Governo assiste 750 pessoas desabrigadas*”, “*Dona Lúcia: não vamos deixar vocês abandonados*”, foram algumas manchetes circuladas na imprensa local durante os anos de 1983 a 1986. Dessa forma, por meio de todo esse envolvimento, a Funsat funcionava na condição de uma secretaria, muitas vezes agindo até de forma paralela ao governo, projetando-se assim como um dos órgãos em maior evidência no interior da gestão de Wilson Braga. A esse respeito, Mello (2010) destaca que a fundação usufruía de uma posição privilegiada no governo, retirando em muitas ocasiões a função de secretarias como a do Trabalho e a de Serviços Sociais. A Funsat caracterizou-se dessa forma, com o principal meio de realização e divulgação do “falso” caráter social do governo, assim como um importante instrumento de apreensão de votos.

Os estudos de Silva (2011) e (2014) destacam a grande visibilidade oferecida à Funsat e à imagem de Lúcia Braga, por parte da imprensa local. Em suas pesquisas o Silva trabalhou especialmente com dois periódicos, o Jornal da Paraíba e do Gazeta do Cariri. Por meio destes, Silva (2011) e (2014) analisou as representações construídas a respeito de Wilson Braga e sua gestão enquanto governador da Paraíba. Em algumas passagens o autor ressalva a importância atribuída a Funsat e a Lúcia Braga, como responsáveis pelo desenvolvimento da esfera social do estado. O presente trabalho fez uso de quatro jornais impressos que circularam em todo o Estado da Paraíba. Trabalhou-se com o jornal *A União*, *O Momento*, *O Norte e o Correio da Paraíba*. Por meio da análise realizada, pode-se apontar a grande repercussão dos feitos do governo, principalmente aqueles idealizados e executados pela Funsat, assim também como também destacar o desgaste vivido pela gestão Wilson Braga, que muito foi criticada anos depois.

Longe de objetivar condenar as práticas políticas portadas e executadas por Lúcia durante sua atuação no governo de seu marido, tão pouco vangloriá-la por elas, aponto

sua performance na gestão, que se estende de 1983 a 1986, como o início da carreira política de Lúcia Braga, que fazendo uso do poder que lhe fora atribuído, construiu uma popularidade e fez uso desta para se projetar politicamente, fato evidenciado no pleito de 1986, momento em que é eleita deputada federal, sendo a terceira mais bem votada do estado, com um total de 92.324 votos. Destes, de acordo com dados do TRE-PB, 3.993 (22,77%) em Bayeux, 2.401 (11,8%) em Santa Rita e 30.844 (22,44%) em João Pessoa⁵⁹. Essa votação expressiva na capital mostra o quanto foi significativo o trabalho de Lúcia junto aos setores periféricos da cidade, construindo ali o seu reduto eleitoral.

Vale destacar que na mesma eleição, Wilson Braga concorreu ao cargo de senador, mas não obteve êxito. A derrota pode ser atribuída ao desgaste vivenciado pela figura de Wilson Braga, impulsionado pelas constantes críticas a seu governo, bem como ao envolvimento de seu nome no assassinato de Paulo Brandão. Por outro lado, o fato também evidencia que para além do estigma de esposa de um político com tanta influência no Estado, Lúcia Braga conseguiu não apenas se projetar, mas ultrapassar seu marido no cenário político, adentrando e permanecendo nele, característica peculiar de sua atuação. Poucas foram as paraibanas que ultrapassaram a primeira experiência política partidária, até porque a maioria destas encontram-se na esfera municipal e, fugindo algumas exceções, não excedem essa esfera da política.

Por diversos motivos o poder municipal é aquele que apresenta o mais acentuado quantitativo referente à participação feminina na política. Dentre uma infinidade de fatos, corroborando com Rabay e Carvalho (2014), destaco a proximidade entre “lar” e prefeitura.

Por diversos motivos, o poder local tem sido pensado como um espaço privilegiado da participação feminina no campo político. A proximidade do *lôcus* de atuação política (a prefeitura) do lar, permitindo a conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares, a percepção de que a edilidade demanda ações próximas às necessidades reprodutivas relacionadas à saúde, educação, limpeza urbana, e o questionamento corrente a respeito de uma dependência feminina em relação à família e aos esquemas político-familiares, são elementos que podem contribuir para uma percepção sobre a cidade como um espaço que demanda cuidados femininos, especialmente quando se trata das pequenas cidades do interior (RABAY; CARVALHO, 2014, p. 02).

⁵⁹ Dados disponíveis em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 01 de dezembro de 2016.

A prefeitura se constitui nessa percepção como uma continuidade da casa, não quebrando com o tão estigmatizado binômio público *versus* privado. A atuação feminina no executivo municipal poderia ser caracterizada então como uma continuidade de sua ação no espaço privado, não representando de fato emancipação em termos de consciência e representação. Vale destacar que essa afirmativa não pode ser generalizada, mas apenas apontada como uma possibilidade de argumento.

Lúcia Braga inicia sua carreira política exercendo um elevado cargo, deputada federal, representante paraibana na Constituinte, e nesse momento, seu marido Wilson Braga, estaria fora do comando político paraibano. Esse fato pode ser visto por dois ângulos. O primeiro, estaria ligado à noção de ruptura, fazendo referência a um reconhecimento pessoal de Lúcia Braga, que desempenhou na esfera social, de forma inquestionável, um papel significativo junto ao governo de seu esposo, sendo eleita mediante essa atuação. Segundo, a uma noção de continuidade, por poder ser compreendido como uma forma de permanência do poderio braguista na política local.

Desenvolvendo diversos trabalhos, de cunho social assistencial e assistencialista, por meio de sua performance na Funsat, Lúcia Braga constituiu, desenvolveu, assim como recebeu por delegação, diferentes tipos de capitais políticos. De acordo com Bourdieu (2011[1986]), o capital político dos indivíduos pode ser constituído de diferentes formas e por distintos meios. Por meio da leitura de sua obra foi possível identificar algumas dessas formas e tipos de aquisição de capital político. **O capital pessoal**, podendo ser de notoriedade/propriedade e cunho heroico, e o **capital delegado**.

O capital pessoal de notoriedade ou propriedade, seria aquele firmado no fato de ser reconhecido na sua pessoa, de ter um nome, uma reputação dentro do campo político, assim como também em possuir certas qualidades específicas que colaboram para a aquisição e conservação de uma boa reputação. Comumente esse tipo de capital político é “produto da conversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência” (BOURDIEU, 2011[1986], p. 191). Característica importante do capital pessoal de notoriedade é o fato dele ser construído a longo prazo, de forma lenta e gradual, pautado no acúmulo de experiências e/ou vivências.

O outro tipo de capital político pessoal seria o heroico. Este, diferentemente do de notoriedade, seria construído de forma mais rápida, mediante atuações mais imediatas e

com grande aceitação. No que diz respeito aos dois tipos de capital político pessoal, Bourdieu (2011[1986]) destaca:

Enquanto esse capital pessoal de notável é produto de uma cumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar de heroico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de carisma, é produto de uma ação inaugural, realizada em situações de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou (BOURDIEU, 2011[1986], p. 191).

Residindo em Brasília há mais de 10 anos, Lúcia Braga e sua família mudaram-se para a Paraíba fazendo do ano de 1982 um intenso momento em sua trajetória pessoal e política. Após Wilson Braga ser eleito e empossado, Lúcia Braga fica à frente de uma das mais importantes bases de sustentação do governo de seu esposo, a Fundação Social do Trabalho, espaço em que atuou até se afastar para concorrer ao cargo de deputada federal, no ano de 1986. Foi a partir dessa atuação que Lúcia passou a trabalhar mais diretamente com o meio social, dando sustentabilidade a gestão Wilson Braga e constituído seus próprios capitais políticos.

Ainda durante o primeiro ano do mandato de seu marido, Lúcia Braga assume a coordenadoria do Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. O Programa foi implantado na Paraíba desenvolvendo trabalhos no Estado em conjunto com a Legião Brasileira de Assistência - LBA. Dialogando com a assistência e com o assistencialismo, esses dois programas implantaram importantes projetos na Paraíba, dando especial atenção à setores desfavorecidos economicamente da sociedade. Por meio de sua performance também nesses espaços, Lúcia Braga corroborou para a constituição de seus capitais políticos.

Até 1986, teria Lúcia Braga tido tempo necessário para constituir um capital pessoal de notoriedade, pautado em reconhecimento pessoal e em sua reputação, apontado por Bourdieu com um construto lento e a longo prazo, ou teria ela constituído um capital político pessoal do tipo heroico, pautado em uma atuação imediata, em especial em momentos de crise? Em 1986, Lúcia estaria nesse processo de construção de um capital político pessoal de notoriedade a mais ou menos seis anos, tempo não necessário para a sua total constituição. Até esse momento, consigo perceber, pautada na análise de sua atuação, a constituição de um capital pessoal do tipo heroico ou profético, como sugere Bourdieu, e o início de construção de um capital político pessoal de

notoriedade, que será concretizado no decorrer de sua carreira política. Como dito no primeiro capítulo deste trabalho, Lúcia Braga entrou na política partidária em 1986, permanecendo até os dias atuais, lançando ainda candidatura a vereadora na eleição de 2016. Durante esses 30 anos de vida política, por meio de sua atuação, atrelada ou não à imagem de seu marido, Lúcia Braga consegue constituir seu capital político próprio de notoriedade, sendo eleita em três ocasiões as quais Wilson Braga não foi eleito.

Levando em conta toda a sua trajetória, mas valendo-se de uma conjuntura social, política e econômica específica, até 1986, Lúcia Braga então constrói seu capital político pessoal heroico pautado em uma ação inaugural, por meio de sua atuação junto aos espaços e programas de cunho social assistencial/assistencialista, realizado em um momento de forte crise econômica, na macro esfera representada pela crise do petróleo, e na micro pelo esfacelamento e falência financeira do estado paraibano; impulsionada em grande parte pela forte utilização da máquina pública na campanha eleitoral de 1982, a qual consagrou as vitórias de Wilson Braga para o governo do estado e Tarcísio Burity para o cargo de deputado federal; carregando consigo grande carisma e força de mobilização social. A partir daí, com ênfase em sua atuação junto à Assembleia Constituinte, a ex-primeira-dama começa a constituir seu capital próprio de notoriedade.

Em conjunto com o capital heroico, Lúcia acumula capital político por delegação. Este tipo de capital seria aquele confiado a determinadas pessoas, estando ele concentrado na instituição e/ou grupo que o delega.

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela (BOURDIEU, 2011[1986], p. 191).

Como pressupõe o sociólogo, esse capital político delegado, também entendido como capital simbólico, existe, em sua essência, no interior de determinadas instituições formadoras do campo político. Os partidos, uma gestão, a família e os movimentos sociais podem ser apontados como instituições portadoras de capital político delegado, que por meio de diferentes estratégias delegam este poder a determinados indivíduos, que, em tese, devem corroborar com suas ideologias, ideias, pensamentos. “A delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a

sua materialização em máquinas políticas, em postos e instrumentos de mobilização e sua reprodução continua por mecanismos e estratégias” (BOURDIEU, 2011[1986], p. 194).

Dentre tantos outros locus, a gestão de Wilson Braga foi mais uma instituição que delegou capital político a Lúcia Braga. Instituição permanente, uma gestão governamental, por meio de suas ações, estratégias e nomeações, delega o capital político que possui a determinados indivíduos. Estes, recebem o capital que lhe fora delegado, assumem diversificados postos, construindo instrumentos de mobilização. Na lógica da troca de investimentos, a gestão de Wilson Braga investiu em Lúcia grande roupagem política, colocando-a a frente de uma das mais importantes instituições administrativas do Estado.

Nomeada Presidente da Fundação Social do Trabalho, Lúcia desenvolveu um trabalho de base junto ao governo de Wilson Braga, podendo ser apontada coma um dos grandes alicerces da gestão em vigor. O investimento de Lúcia na gestão foi o trabalho desenvolvido por ela nos espaços e instituições que percorreu durante os quatro anos de mandato de seu esposo. Lúcia Braga atuou junto à população periférica de João Pessoa e, pautada em práticas assistenciais e assistencialistas, conseguiu mobilizar grande parcela desse setor, trazendo para junto do governo, o apoio de importantes lideranças comunitárias, desmobilizando, em partes, alguns movimentos sociais urbanos. Não só em forma de serviços prestados, a investidura de Lúcia na gestão de seu esposo também pode ser apontada na forma de seu apoio psicológico, estando sempre ao lado de Wilson, assumindo posturas além e aquém do seu posto de primeira-dama.

Com base na análise realizada, apontou-se que Lúcia Braga, mediante sua atuação política realizada por meio do primeiro-damismo, conseguiu constituir e portar por delegação diferentes tipos de capitais políticos. Estes, se reafirmaram no decorrer de sua trajetória política, que se iniciara em 1986 e parece está em voga até os dias atuais. Apontou-se também a primeira vitória de Lúcia Braga como uma combinação entre o reconhecimento de sua atuação na base do governo de Wilson, com a grande influência política consolidada por seu marido, e que refletiu e influenciou a sua significativa obtenção de votos. Dessa forma, não nego o peso do pertencimento familiar carregado por Lucia Braga, assim como não negligencio sua projeção pessoal e a construção de capital político próprio.

2.2 A questão habitacional como centro de atuação: Projeto Mutirão de Bayeux

A partir do início da década de 1980 os mutirões habitacionais, em nível nacional, ocorrem em meio às sucessivas crises econômicas, fato que intensificou o problema relacionado à moradia das famílias mais necessitadas. Em meio a essa realidade, o governo central, e vários governos estaduais, buscaram controlar a situação, e na falta de recursos para a construção de novas unidades habitacionais pela maneira tradicional, estes criaram alguns “novos” programas públicos de habitação. De acordo com Abiko e Coelho (2006), pode-se dizer que esse é o início da institucionalização do mutirão, momento em que tal prática é reconhecida e apoiada pelo Poder Público” (ABIKO e COELHO, 2006 p. 10).

Nessa conjuntura econômica desfavorável, teve início o planejamento e o desenvolvimento do Projeto Mutirão na Paraíba. O referido projeto foi o primeiro e, talvez, o mais reconhecido projeto executado pela Funsat. De acordo com Abiko e Coelho (2006) “o mutirão, também conhecido como sistema de ajuda mútua, é uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade – os chamados mutirantes – para a construção de suas próprias moradias” (ABIKO e COELHO, 2006, p.08).

Em uma das passagens sobre sua atuação junto ao governo de Wilson, Lúcia relata em seu livro que se sentia “angustiada já nos primeiros dias na Funsat. Um grupo de pessoas de localidades próximas a Bayeux, sob influência petista, começavam a exigir a construção de casas num terreno do governo, naquele município próximo a João Pessoa” (BRAGA, 1996, p. 89). O relato da então primeira-dama faz referência à uma manifestação realizada por alguns moradores da periferia de João Pessoa, ocorrida no início da gestão Wilson Braga. Após o afastamento de Burity do governo do Estado em 1982, ao assumir o cargo, Clovis Bezerra teria garantido distribuição de lotes de terra às famílias necessitadas da capital. A notícia abaixo evidencia o fato.

Uma comissão formada por moradores do Jardim Veneza, Favela Ernani Sátiro, Grotão e da Cidade de Bayeux, além de outras favelas, concentraram-se ontem, diante do Palácio da Redenção, exigindo que seja determinado a liberalização dos títulos de posse que, segundo eles, resultam de ato assinado pelo então Governador Clóvis Bezerra e publicado no Diário Oficial de novembro de 1982, dando direito de que cerca de três mil famílias ocupassem a área ocupada como “Manguinho São Vicente”, no município de Bayeux (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 25 de março de 1983, p. 03).

O projeto Mutirão surge então como um possível resultado dessa conjuntura, que correlacionou a cobrança da população, à péssima condição financeira do estado e o jogo político (de exploração do trabalho/usuário) da Funsat. Diante da situação financeira do Estado, a Funsat então sugere realizar um trabalho sob forma de mutirão. O Governo parecia não dispor de recurso algum para a implantação de programas emergenciais. Dessa forma, cada família, tendo direito a um terreno de sete metros de frente e 15 metros de fundo, ficaria responsável pelo processo de construção do conjunto habitacional. Cada família trabalharia 850 horas de serviço em média. A respeito do projeto, o periódico *A União* noticiou:

No Mutirão, cada família constrói seu próprio teto – O Projeto Mutirão [...] visa não apenas dar moradia ao homem desempregado ou sub-empregado, mas, ao mesmo tempo em que lhe propicia essa conquista básica, o projeto Mutirão, tenta mudar uma mentalidade, incutindo nas crianças, mulheres e operários beneficiados uma consciência de utilidade social e de dignidade humana (JORNAL *A UNIÃO*, 07 de junho de 1983, p. 01).

Em meio a realidade vivenciada, Lúcia Braga descreveu que, juntamente com o jornalista Luiz Augusto Crispim, então Secretário de Comunicação do Estado à época, teria lançado a campanha “FAVELA – PROBLEMA NOSSO! *“Com ela, pudemos chegar às periferias de João Pessoa, com uma proposta de trabalho que assombrava os outros setores da Administração pela ousadia e pelo otimismo, contrastando com a angústia e o derrotismo da crise dominante em derredor”* (BRAGA, 1996, p. 91). Continua a então primeira-dama, “e assim surgiu o primeiro mutirão da casa própria, o Mutirão de Bayeux, experiência inovadora e vitoriosa, absorvida logo depois pelo BNH e lançada nacionalmente sob o nome de Programa João de Barro. Duas mil casas foram construídas nesse mutirão em cerca de três anos” (BRAGA, 1996, p. 92). Ainda a respeito da realização do Projeto Mutirão, o jornal *A União* noticiou,

Como órgão promotor e coordenador, a Funsat, conta com o apoio do Banco do Estado da Paraíba, como agente financeiro; Prefeitura Municipal de João Pessoa e Empresa Municipal de Urbanização (URBAN), com assessoramento técnico; e do Banco Nacional de Habitação (BNH), como órgão financiador e de apoio. O governo, por sua vez, participa da obra como mutuário, uma vez que terá o ônus de toda a parte não incidente na habitação, como infraestrutura urbana, equipamentos comunitários, etc. Participam ainda os beneficiários finais, que fornecerão toda a mão de obra de construção das unidades habitacionais, em regime de mutirão. Está sendo de grande importância também a colaboração de empresas de construção civil, do Movimento de Ação Feminina, senhoras da sociedade e outras voluntárias (JORNAL *A UNIÃO*, 17 de maio de 1983, p. 12).

Como apontado no primeiro ponto de discussão dessa dissertação, a questão habitacional foi uma das grandes bandeiras de Lúcia Braga que, iniciou esse trabalho durante o governo de Wilson, entre os anos de 1983 e 1986, após adentrar a política partidária de fato, continuou por levar a questão habitacional às discussões parlamentares. A exemplo disso, segue um discurso realizado por Lúcia Braga na Câmara Federal em 2004.

A Funsat, na nossa administração, instituiu o sistema de mutirão habitacional, atendendo prioritariamente os municípios onde o problema da habitação se tornava mais agudo. Estabelecemos uma cota em número de horas trabalhadas para a aquisição da casa. A família toda participava. As mulheres cozinhavam, cuidavam dos seus filhos menores e os das demais mutirantes, que estavam trabalhando nas construções juntamente com os homens e filhos maiores. A atividade comunitária tinha vários objetivos, entre os quais plasmar uma consciência de que a cooperação comum é indispensável ao melhor resultado. Todos se aproximavam, se conheciam, seriam vizinhos-construtores que, esperávamos, se ajudariam mutuamente no futuro também, juntamente lutariam por melhorias comuns.

Continuando seu discurso, Lúcia destaca que,

Levei essa minha preocupação com moradia para populações de baixa renda às comissões e ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, apresentando emenda ao texto constitucional, cap. III, art. 6º da Constituição Federal, que dizia da obrigação do governo em prover as comunidades de baixa renda de moradias dignas, promovendo as regularizações fundiárias das áreas e a sua urbanização. A emenda dispunha também sobre o sistema de mutirões habitacionais. Lamentavelmente, essa emenda foi rejeitada⁶⁰.

Como já mencionado, a Paraíba enfrentou, durante a década de 1980, grandes problemas financeiros. Dessa forma, o Projeto Mutirão foi planejado e executado tendo em vista essa realidade. Muito evidenciado durante seu tempo de execução, o projeto teve grande visibilidade social, em âmbito local, estadual e nacional.

A iniciativa da Fundação Social do Trabalho em desenvolver o Projeto Mutirão, que tem como objetivo construir casas para favelados, está tendo ampla repercussão em diversos setores da sociedade paraibana, servindo, inclusive, de modelo para experiências em outros Estados, como o Rio de Janeiro (JORNAL *A UNIÃO*, 07 de junho de 1983, p. 01).

Em outra edição, mas ainda sobre a repercussão do Projeto Mutirão, o periódico noticiava,

⁶⁰ Ver discurso completo em: <http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=241220>. Acesso em 06 de janeiro de 2016.

Os jornalistas, que percorreram todos os canteiros de obra, ficaram impressionados com a filosofia do Projeto Mutirão, voltada exclusivamente para o social. Todos os detalhes, inclusive os técnicos, foram explicados aos visitantes pela presidente Lúcia Braga e sua equipe da Fundação Social do Trabalho (JORNAL A UNIÃO, 24 de julho de 1983, p. 05).

Em seu livro, *Tempo de Viver Tempo de Contar*, Lúcia relata essa projeção do projeto e salienta a satisfação em sua execução. Entendida como uma experiência ousada, o projeto Mutirão foi um dos grandes pilares da gestão de Wilson, sendo bastante reconhecido interno e externamente.

Por essa época, técnicos do BNH, por recomendação direta de ministro Andreazza, visitavam a Paraíba. Conversamos com o Dr. Gustavo Heck um dos diretores daquele órgão, que se entusiasmou com a ideia do mutirão e resolveu apoiá-la. Mesmo sem o plano definido, somente com o anteprojeto, enviou a primeira soma de recursos. O povo seria o beneficiário. O governo, o devedor do empréstimo (BRAGA, 1996, p.92).

O conjunto habitacional realizado pelo Projeto Mutirão recebeu o nome de Cidade Mário Andreazza. A nomenclatura foi escolhida em homenagem ao então Ministro do Interior e responsável por programas habitacionais em nível federal. Realizando inúmeras visitas a João Pessoa, Mario Andreazza conheceu de perto o trabalho desenvolvido por Lúcia Braga e a Funsat, dando-lhe total apoio⁶¹. Aqui vale destacar de antemão, os altos investimentos aos programas de habitação, em especial ao Mutirão de Bayeux, por parte de Andreazza. O então Ministro, com pretensões de se candidatar à sucessão presidencial que se aproximava, buscava por meio dessas ações conseguir adeptos a indicação de seu nome pelo PDS. Lúcia e Wilson Braga apoiaram a candidatura de Mario Andreazza, mas o PDS optou pela indicação de Paulo Maluf. A presença desse tipo de jogo de interesses é prática característica do casal Wilson e Lúcia Braga, que, sempre que necessário, fizeram uso de jogatinas políticas a fim de permanecer nas esferas de comando.

⁶¹ Disputando a posição oficial de candidato à presidência pelo PDS, Andreazza recebeu grande apoio de Wilson e Lúcia Braga. No entanto, na convenção nacional do PDS, Paulo Maluf saiu vitorioso por 493 votos a 350. Na ocasião, Andreazza rompe com o referido partido e declara apoio a Tancredo Neves, opositor de Maluf, fundando em seguida o PFL.



Foto 06: Visita de Mário Andreazza - Jornal Correio da Paraíba, 02 de setembro de 1983, p. 03.

De acordo com Akibo e Coelho (2006), são considerados a possibilidade de três tipos básicos de gestão no processo construtivo por mutirão. O primeiro seria o mutirão por gestão institucional ou administração direta, correspondente aqueles casos em que o agente público, seja prefeitura, governos estadual ou federal, elabora os projetos, fornece a equipe técnica que gerencia a obra e administra todos os recursos. O segundo tipo seria o mutirão por co-gestão, equivalente às iniciativas nos quais o Poder Público repassa recursos às comunidades, representadas em associações comunitárias. Por último, o terceiro tipo seria o mutirão por autogestão, que consiste na modalidade na qual a comunidade, por meio das associações de moradores, é a responsável pela administração geral do empreendimento, assim como pelo gerenciamento de todos os recursos (ABIKO e COELHO, 2006, p. 09).

O Mutirão de Bayeux, o primeiro realizado durante a gestão de Wilson Braga, consistiu na construção de núcleos habitacionais pautados no primeiro tipo exposto acima, o de gestão institucional, aquele em que o governo se responsabilizou pela parte técnica, burocrática e financeira, e a população beneficiada pela mão de obra.



Foto 07: Projeto Mutirão de Bayeux - Jornal A União, 07 de junho de 1983, p. 12.

Importantes nomes políticos visitaram a Paraíba nesse período para ver de perto a execução do projeto, que para época e conjuntura, foi considerado audacioso. Aqueles

que super valorizaram o Mutirão não levavam em conta a exploração da mão de obra estabelecida pelo modelo de trabalho. Personalidades como o então Ministro César Cals e sua esposa Marieta Cals, e o vice-governador de Pernambuco Gustavo Krause, visitaram a Paraíba e conheceram de perto as obras em andamento. A imprensa também fez seu papel, levando à população passo a passo do planejamento e execução do Projeto Mutirão.



Foto 08 - Embaixador alemão - Jornal A União, 11 de maio de 1983, p.12



Foto 09: Gustavo Heck – Jornal A União, 31 de julho de 1983, p. 12

Com a matéria “Governo preside na Funsat reunião sobre Projeto mutirão”, o jornal *A União* ilustrou início do projeto.

Para analisar detalhes finais da primeira etapa do Projeto Mutirão, que a Fundação Social do Trabalho realizará em terreno que doou a pessoas de baixa renda, em Bayeux, o governador Wilson Braga, presidiu ontem, reunião na sede da Funsat. O encontro com a presença da presidente da Funsat, Lúcia Braga, de técnicos do BNH, da Urban e da própria Fundação Social do Trabalho. Foi assinado na ocasião, um ofício de encaminhamento do Projeto Mutirão ao Banco Nacional de Habitação, prevendo a construção, em sua primeira etapa, 765 casas. Essa é a primeira experiência de mutirão no Governo do Estado da Paraíba, dentro da filosofia de trabalho da presidente da

Fundação, Dona Lúcia Braga, com o fim de minimizar grave problema de habitação na Paraíba (JORNAL *A UNIÃO*, 04 de maio de 1983, p. 12).

A primeira etapa do Mutirão teve início em 04 de junho, após dois meses de planejamento, diálogo com as comunidades e busca de recursos. Nesse primeiro momento, a população beneficiada seria aquela proveniente da Favela Manguinhos, da Beira Molhada e do Bairro dos Estados, localizados em João Pessoa. A imprensa local evidenciava diariamente as reuniões constantes com as comunidades, assim como acompanhou todo o desenvolvimento e aplicação do projeto. Lúcia Braga, enquanto presidente da Funsat, sempre à frente do Projeto Mutirão, fazia uso intenso dos meios de comunicação para se comunicar com a população, mostrando-lhes o que estava sendo executado. Bondade, vontade de ajudar o próximo, estratégia de obtenção de voto, tática de projeção pessoal e de seu marido? Foram pontos levantados a respeito da participação de Lúcia Braga junto à população periférica do Estado, em especial da capital, evidenciando o populismo enraizado em suas ações.

É gratificante ver a comunidade participando ativamente do nosso trabalho, pois os resultados serão a soma do esforço de todos, disse a presidente da FUNSAT, fazendo ver que, dentro da diretriz de construção das casas, em regime de mutirão, os próprios beneficiários procederam a divisão interna de suas casas, de acordo com o trabalho da família. Sem descartar, no entanto, a possibilidade de uma assistência social ao lado do trabalho técnico da FUNSAT, Dona Lúcia levou o Secretário de Serviços Sociais, Eitel Santiago, para conhecer de perto sua atuação nas favelas e agilizar a parte de medicina sanitária, quando será levado às áreas periféricas, o plano de vacinação e assistência odontopediátrica (JORNAL *A UNIÃO*, 18 de maio de 1983, p. 12).

Em um de seus pronunciamentos ao jornal *A União*, Lúcia Braga destaca que sua preocupação não era apenas com a construção das casas, mas em oferecer uma estrutura básica às pessoas beneficiadas. A assistência médica e odontológica, assim como outros serviços distribuídos em outras secretarias ou outros serviços, eram cobrados por Lúcia. A matéria acima evidencia essa questão, na qual a primeira-dama buscava deixar os demais setores da administração de Wilson cientes das necessidades de atendimento em conjunto com o projeto em execução. O início efetivo das obras do Mutirão foi muito comemorado pela população e pela administração.

Cerca de duas mil pessoas compareceram ontem à festa de abertura do Projeto Mutirão da Funsat, em Bayeux, onde teve início a construção da nova cidade Mário Andreazza, beneficiando quase 800 usuários já nessa primeira etapa, selecionado entre os moradores das áreas periféricas de João Pessoa, que recebem até dois salários mínimos regionais. Com o início hoje, da primeira

etapa do Projeto Mutirão, começam a concretizar-se as promessas feitas ao povo paraibano durante a campanha, que se fundamentaram na humanização das favelas, melhoria da qualidade de vidas das pessoas a começar pela habitação, disse o governador Wilson Braga, na ocasião, falando em palanque armado diante da multidão. A presidente da Funsat, Dona Lúcia Braga, agradeceu à sua equipe e a todos os segmentos sociais envolvidos com seu trabalho, os esforços despendidos para que ‘o povo esteja agora realizando o grande sonho da casa própria’ (Jornal *A União*, 05 de junho de 1983, p. 12).

O apoio ao Mutirão veio de diversas esferas, tanto governamentais quanto sociais. Por parte do governo, diversas secretarias, atendendo aos chamados de Lúcia Braga, buscaram contribuir com o Projeto. O Prodasec/Urbano – Programa de Ações Sócio-Educativas e Populações Carentes do Meio Urbano, foi um dos veículos de contribuição do governo. Por parte da iniciativa social, merece destaque o subsídio voluntário que foi oferecido.

O prodasec/urbano está apoiando a ‘brilhante iniciativa de Dona Lúcia Braga’ de execução do projeto Mutirão. Segundo a coordenação estadual do programa, José Raimundo Queiroz, o fortalecimento das associações de bairro da Capital está sendo suporte, para juntamente com a Funsat, desenvolvermos trabalhos comunitários junto às famílias que participaram do Mutirão. [...]. Com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura, foi firmado um convênio através do qual o Prodasec repassou recursos à Funsat para execução do Projeto Mutirão. O Prodasec deverá atuar na orientação das obras de calçamento, esgoto sanitário e outros serviços de infraestrutura habitacional (JORNAL *A UNIÃO*, 08 de junho de 1983, p. 12).

No dia seguinte o mesmo jornal noticia,

A exemplo do que tem feito empresas de construção civil, fornecendo material que está sendo utilizado na complementação das despesas do Projeto de Mutirão, um grupo de voluntariado, criado pela iniciativa espontânea de senhoras de nossa sociedade, vem prestando valiosa contribuição ao arrojado empreendimento do Governo do Estado (JORNAL *A UNIÃO*, 09 de junho de 1983, p. 12).

Objetivando a edificação de 765 casas em sua primeira etapa, o Projeto Mutirão concluiu-se a entrega das primeiras 50 habitações dois meses após o início das atividades práticas. A expectativa e a espera, que se iniciara em meados de março e início de abril, momento em que o projeto estava sendo idealizado, começam a serem sanados a partir de agosto.

Cinquenta casas das 765 da primeira etapa do Projeto Mutirão, estarão concluídas até o fim de agosto, segundo previsão feita por técnicos da instituição, ontem, quando dona Lúcia Braga recebia no canteiro de obras a visita de um grupo de jornalistas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, em companhia do governador Wilson Braga. O projeto é de 4.461 casas e sua execução total ocorrerá durante o governo de Wilson Braga (*JORNAL A UNIÃO*, 24 de julho de 1983, p. 05).



Foto 10: Cidade Mário Andreazza em 1984 – *Jornal Correio da Paraíba*, 12 de setembro de 1984, p.12

O Projeto Mutirão continuou sendo lembrado e incentivado por Lúcia Braga, mesmo após o seu afastamento da Funsat e a sua entrada na política partidária, até porque o referido projeto foi um dos principais porta-vozes de sua atuação na gestão de seu esposo. Em discurso proferido à Câmara Federal em 2004, momento em que exercia mais um mandato enquanto deputada federal paraibana, a ex-primeira-dama do estado ressaltava a importância do referido projeto, as parcerias para sua realização, reafirmava sua filosofia de trabalho, aponta alguns de seus resultados.

O 1º projeto mutirão foi realizado em Bayeux (área metropolitana de João Pessoa). Dois órgãos públicos já extintos, a LBA e o BNH, foram de fundamental importância no trabalho, como parceiros do projeto. Juntos, a LBA e o “projeto operário” do BNH, ajudaram a Funsat no treinamento da força de trabalho para melhor qualificação da mão de obra, o que, ao mesmo tempo, capacitaria os comunitários treinados a um engajamento futuro no mercado de trabalho como pedreiros, mestres de obra, serventes, marceneiros, etc.

O importante era que todos fariam jus à posse de sua casa, quando completassem 780 hs/família, pela realização de tarefas cumpridas. As mulheres representaram ali 80% da força de trabalho. O governo foi o mutuário do BNH. Os comunitários deram a sua força de trabalho e as casas lhes saíram a custo zero.

Em todo o Estado, o Governo Wilson Braga construiu mais de 10.000 unidades habitacionais. Trinta e três favelas da grande João Pessoa foram urbanizadas, muitas através de mutirão na construção das casas. No mutirão de Bayeux, em um ano foram construídas 2.702 unidades habitacionais.

A participação feminina, apontada e defendida por Lúcia Braga durante a campanha de Wilson, também foi evidenciada enquanto colaboradora no desenvolvimento do Projeto Mutirão. Por meio de sua influência e intenso trabalho junto à Funsat, e ao Projeto em especial, Lúcia Braga conseguiu adquirir apoio de diversos setores da sociedade. Com matéria intitulada, “Cresce participação da mulher no projeto de D. Lúcia Braga”, o periódico oficial do governo trazia a notícia:

O crescimento sucessivo do envolvimento da mulher paraibana com o trabalho participativo de Dona Lúcia Braga. [...] Foi o que ficou evidente, ontem, durante a reunião da primeira dama do Estado com cerca de 100 senhoras solidárias com o seu trabalho, em tarde bastante movimentada no Palácio da Redenção. “Estou me reunindo com vocês para que todas possam falar do andamento de suas promoções em prol do Projeto Mutirão, cuja data terá início provavelmente dia 20 do corrente, disse Dona Lúcia Braga, ressaltando a presença das doze senhoras da sociedade campinense que aqui vieram lideradas por Tereza Madalena e Virgínea Veloso, para colaborar com o trabalho da FUNSAT (JORNAL A UNIAO, 06 de maio de 1983, p. 12).

De acordo com o que era noticiado, o projeto objetivava sua realização de forma conexa, valorizando o diálogo entre gestão e população. Dessa forma, diversas reuniões foram realizadas com lideranças locais e com os beneficiários do projeto. Vale destacar que esse diálogo aparente entre gestão e povo fez uma estratégia eleitoral, pois tendo em vista o grande aumento populacional das cidades, no caso João Pessoa, ter a massa da população ao seu lado era algo indispensável para as futuras eleições, assim como já foram no pleito de 1982. Mello (2010) destaca que “a substancial alteração do perfil social da capital paraibana modificou não só a composição da classe média como sua influência política” (MELLO, 2010, p.25). Dessa forma, já na eleição governamental citada acima, “O inchaço da capital paraibana, cercada por um verdadeiro cinturão de miséria, terminou por eleitoralmente favorecer o Governo que dispunha de meios para assistencialismo clientelista, revestido de todas as formas possíveis e imagináveis” (MELLO, 2010, p.26).

Assim, para além de ajudar e assistir essa parcela da população, a estratégia braguista, tão bem desenvolvida por Lúcia Braga, também acabara por controlar alguns movimentos sociais urbanos, pois, na medida em que algumas concessões eram feitas, o governo trazia para junto de si a atuação e a confiança de suas lideranças. A busca desse controle era evidenciada na assistência dada às associações de bairros da capital e até mesmo de algumas cidades influentes do estado, como é o caso da cooperativa de Catolé do Rocha, que foi restaurada logo no início do governo de Wilson, por meio da Funsat.

Vale destacar que a questão habitacional ganhara bastante força no Brasil durante a passagem da década de 1970 para 1980, sendo o “incentivo” a participação popular, característica relevante nesse processo. Como destaca Lopes, Kapp e Baltazar (2010),

Em boa parte dos casos, a participação – o ato de tomar parte numa determinada ação ou instância – assumiria o papel de argumento central nessa luta pela construção de mecanismos de compartilhamento do poder na condução das políticas públicas: a descentralização demandaria convocar os cidadãos tomarem para si a responsabilidade pela composição de seus desígnios e pela determinação de seu futuro – uma bandeira bastante conhecida de uma vertente do discurso socialista (LOPES, KAPP e BALTAZAR, 2010, p. 02).

Silveira (1987) salienta que este ideário teria sido apropriado pelas primeiras gestões estaduais da década 1980. Nesse sentido, essas gestões teriam inaugurado práticas administrativas pautadas num projeto participacionista. De acordo com Lopes, Kapp e Baltazar (2010), “Particularmente, é no contexto dos chamados “programas alternativos” de promoção pública de habitação para os mais pobres [...] que este corolário deixará ver, de modo mais explícito, suas ambiguidades, polissemias, limites congênitos etc.” (LOPES, KAPP e BALTAZAR, 2010, p. 02-03).

Como destacam Abiko e Coelho (2006), o mutirão não é uma forma nova de construção, assim como não tem suas origens no Brasil. Governos de vários países fizeram uso de tipo de construção habitacional em momentos de crise e de dificuldades econômicas, como a Alemanha, durante os séculos XIX e parte do XX, os Estados Unidos nos anos 1930, Porto Rico na década de 1940 e 1960. No Brasil, o mutirão como política pública chegara em meados dos anos de 1970 “por meio de programas federais de financiamento como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) e o Programa de Erradicação de Sub-habitações (Promorar), elaborados pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH)” (ABIKO e COELHO, 2006 p. 10).

A partir da década de 1970 o BNH inicia uma série de ações cujo público alvo são as classes com menor poder aquisitivo, principalmente às famílias que recebiam até dois salários mínimos. Essas ações resultaram na criação de três programas, Profilurb (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), Promorar (Programa de Erradicação de Subhabitação) e Programa João de Barro. O Profilurb foi criado em 1975, e buscava ampliar a clientela atendida pelo antigo PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), consistindo-se em um Programa de lotes urbanizados dotados de infraestrutura básica. Na mesma linha, o Promorar foi instituído em 1979 pelo presidente Figueiredo, e

objetivava "erradicar sub habitações" a partir de intervenções estatais visando a melhoria dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar na a remoção dos moradores. Em 1982, já em plena abertura política e em uma conjuntura de crise econômica, nasce então o Programa João de Barro, cujo fim seria financiar o terreno e cesta de material para construção por mutirão em cidades de pequeno porte.

Durante a década de 1980 o BNH desenvolveu um papel importante junto aos programas habitacionais, em nível federal e também estadual.

A atuação do BNH através do financiamento de unidades habitacionais e do Profilurb evoluiu, em 1983, ao lançar o Programa Nacional de Autoconstrução, que recebeu o nome de “Projeto João-de-Barro”. Experiências de promoção de mutirões foram realizadas em todo o Brasil, porém houve resistência para essa nova modalidade de atuação por parte das Companhias Estaduais e Municipais de Habitação (COHABs), que fizeram com que o programa não tivesse uma expressão maior. Com a extinção do BNH, em 1986, o Programa Nacional de Autoconstrução foi definitivamente encerrado pelo governo federal (ABIKO e COELHO, 2006 p. 10).

Na Paraíba a primeira experiência de mutirão ocorreu justamente em um período de profunda crise econômica mais especificamente no ano de 1983, e recebeu total incentivo do BNH. Carregando consigo um teor aglomerador de forças, momento em que governo e população agiriam “conjuntamente” em prol de melhorias referentes à moradia, os programas em forma de mutirão tiveram bastante repercussão durante a primeira década de execução, sendo suas experiências compartilhadas e divulgadas Brasil a fora, atingindo seu auge com o “programa João de Barro”. No caso paraibano como apontei anteriormente, a imprensa local, em especial o jornal oficial do governo, *A União*, trazia notícias diárias sobre o desenvolvimento e a repercussão que o projeto Mutirão de Bayeux alcançava em todo país.

Posteriormente, um dos pontos mais destacados enquanto positivos por aqueles que idealizavam e executavam os projetos de mutirão, a questão da participação popular, passou a ser bastante criticada, tanto por lideranças populares, agremiações partidárias de esquerda, assim como pela produção historiográfica. Como bem destacam Lopes, Kapp e Baltazar (2010), “foi nas eleições de 1982 que governos estaduais – como o de São Paulo, com Franco Montoro, e o de Wilson Braga, na Paraíba – inauguraram práticas em administração pública que se pautavam fundamentalmente pelo corolário participacionista então em voga” (LOPES, KAPP e BALTAZAR, 2010, pp. 02-03). Nesse contexto, e durante o decorrer da década vigente, surgem os chamados “programas

provisórios”, que acabam por buscar suprir certa insuficiência administrativa da política habitacional promovida pelo Governo Federal, através do BNH.

Diante da realidade, marcada pela escassez de recursos para aplicação das políticas sociais, sente-se a necessidade de legitimação do aparato estatal, condição necessária para assegurar certa estabilidade social. A resposta encontrada seria o “incentivo” a participação popular junto ao desenvolvimento dos programas habitacionais, em especial aqueles executados aos moldes de mutirão. Entretanto, como ressalta Lopes, Kapp e Baltazar (2010), este mecanismo não asseguraria uma relação direta entre participação e democracia. Nessa perspectiva, o movimento se mostrava mais contingente e necessário ao Estado, do que enquanto impulsionador real de um diálogo democrático. De acordo com Silveira (1987), “as estratégias participativas em políticas públicas podem proporcionar uma gama variada de interações políticas que vão desde formas ‘arcaicas’ (clientelismo, populismo) até a negociação democrática na presença de movimentos sociais organizados” (SILVEIRA, 1987, p.03). Resta então analisar em qual dessas formas de interação os projetos em forma de mutirão estariam inseridos. A esse respeito Silveira (1987) aponta,

No que se refere aos diretamente interessados – o povo – nos programas alternativos praticados no Brasil (que nunca foram muitos e nunca dispuseram de volume significativo de recursos), o Estado continuou sua ação paternalista, prescrevendo a participação como instrumento para redução de custos (aporte de mão de obra gratuita) e como recurso para manipular a população e fazê-la aceitar, docilmente, intervenções impostas de cima para baixo (SILVEIRA, 1987, p. 05).

O movimento popular urbano em João Pessoa tomou impulso a partir de fins da década de 1970 e início de 1980, período em que vinha se intensificando o processo de urbanização da cidade. De imediato, cito duas formas de intervenção do Estado no espaço urbano; a) construção de conjuntos habitacionais, investimentos em infraestrutura, financiamento a habitações individuais, entre outras; b) o incentivo à criação de associações comunitárias mantidas sob controle do Estado.

Em conjunto com esse inicial processo de expansão urbanística da capital paraibana, motivados por um período prolongado de estiagem, muitas pessoas advindas de outras localidades deslocaram-se para a zona litorânea. Como consequência, verificou-se a consolidação do *urban sprawl* ou espraiamento urbano, definido por Jakob (2002) como um fenômeno de expansão urbana que segue um princípio de organização desequilibrada e espraiada com a produção de subúrbios, condomínios horizontais de luxo

e conjuntos habitacionais populares localizados nas bordas urbanas distantes do centro principal. Foi exatamente o que aconteceu com algumas capitais brasileiras, a exemplo da paraibana, que a partir da década de 1970 iniciou um processo de expansão urbanística intensa e desenfreada, o que acabou por contribuir para a criação e ocupação de áreas suburbanas, muitas delas de risco.

Nesse contexto, movido por essa lógica urbanística, de acordo com Coutinho (2004), as ações da Fundação Social de Apoio ao Trabalho, no Governo de Wilson Braga (1983-1986), construíram conjuntos, mal planejados nos vales e encostas, com grau mínimo de infraestrutura e precárias condições de moradia. Ainda segundo o autor, “o Rio Jaguaribe passou a abrigar [...] em vários pontos das suas margens, populações inteiras que convivem com a alta densidade, falta de saneamento básico, limpeza urbana, falta de lazer, além de doenças causadas pela poluição e pelo assoreamento” (COUTINHO, 2004, p. 96).

Esse processo de urbanização e/ou expansão do espaço urbano ocorreu de forma paralela, mas não desarticulada, a democratização vivenciada pelo país entre as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, o processo de abertura política recolocou no cenário político o debate sobre "novos atores" coletivos, e a importância desses na mobilização em torno de interesses corporativos ou de carências sociais nos centros urbanos. Emerge então a ideia de participação popular, modelo pelo qual faria com que a população participasse das tomadas de decisão do governo, e este por sua vez, priorizasse as demandas levantadas pela população.

De acordo com Azevedo e Prates (1990), quando a escassez de recursos impossibilita o aparato burocrático estatal de responder às demandas da sociedade, a descentralização na “tomada de decisão” e execução destas é apontada como uma medida importante ao possibilitar a transferência de responsabilidades e a partilha das soluções. Nesse contexto, a noção de participação popular, que seria constituída por meio incorporação de organizações populares, enquanto colaboradora nos processos de elaboração e implementação das políticas e adotada pelos governos, assume posição central. Nesse ínterim, são criadas associações de moradores, organismos comunitários e organizações voluntárias, no contexto do que foi denominado de planejamento participativo, no entanto, enquanto parte da estratégia controladora dos Governos de Estado.

O arquiteto John Turner foi um dos primeiros idealizadores a respeito da participação da população na formulação e implementação de políticas públicas, e sua

concepção de participação estava ligada à ideia de autonomia da população no processo de autoconstrução de suas moradias. Turner, ofereceu o pretexto necessário para o Estado sair de cena e colocar em voga a então participação popular. Nesse contexto, o poder local buscou absorver, de forma organizada, a clientela de determinados programas sociais, como coautores e co-executores de seus programas e projetos, o que ocorreu, por exemplo, em muitos dos programas habitacionais alternativos encabeçados pelos governos estaduais no início da década de 1980.

Estes programas, fundamentados na estratégia de "mutirão", utilizavam o trabalho não remunerado e o tempo livre do usuário (clientela), concedendo a estes um aparente protagonismo, quando na verdade o objetivo principal era a redução de gastos e o controle dos beneficiários. O contexto político do momento, o ideário democrático (re)nascente, o anseio por participação popular, foram fatores que envolveram os movimentos populares emergentes, forjando-lhes uma roupagem que não os cabiam, criando dessa forma uma falsa imagem de movimentos autônomos. É dessa forma que o movimento associativo urbano passa a fazer parte dos projetos governamentais no contexto de redefinição de formas de atuação do Estado autoritário.

Nesse contexto, renovou-se o discurso político, este agora deveria focar o “trabalhar para e com o povo”. Para que isso acontecesse sem a perda de controle da ala governante, em diversos estados foram criados órgãos direcionados a ação junto à população.

Em Natal, a Secretaria Especial tinha como função primordial operacionalizar as diretrizes de Desenvolvimento Comunitário propostas no plano de governo, que entre outras coisas, recomendava a criação de associações de bairro para garantir uma maior participação das comunidades na condução dos destinos do município. [...] Um exemplo concreto da estratégia dessas administrações foi a criação dos Núcleos de Planejamento Comunitário (NPCs), na administração Gustavo Krause (ANDRADE, 1991, p. 18 - 19).

Na Paraíba foi a Funsat quem desempenhou essa função de acompanhamento e assistência comunitária, pautada na noção de controle da participação popular. Essa participação era então um mecanismo de articulação de interesses entre dominantes e dominados, e o espaço privilegiado desse entendimento era a associação de moradores. Para garantir o controle político das associações de moradores, os governos estaduais, não só criavam as associações, mas se propunha a organizar a população, formavam lideranças comunitárias, financiavam candidaturas à diretoria das associações, além de distribuir recursos dos mais variados tipos a sua clientela. Eram estes os mecanismos

pelos quais mantinham-se as associações de moradores como espaços políticos confiáveis, redutos eleitorais.

Dessa forma, inserida nesse contexto de falsa assistência e real manipulação social, apontou-se o associativismo como a principal consequência do planejamento e implantação da estratégia de participação popular aos moldes em que ocorreu no Nordeste, em especial na Paraíba. De acordo com Andrade (1991), em Recife, dois terços das associações de moradores [existentes na época] foram criadas na administração Gustavo Krause (Prefeito de Recife de 1978 a 1982, Vice-governador de 1983 a 1986). O mesmo ocorreu em Natal, Rio Grande do Norte no período de governança de Agripino Maia (Prefeito de Natal de 1978 a 1982 e Governador de 1983 a 1986) e, em João Pessoa, durante a gestão Wilson Braga (Governador de 1983 a 1986).

Ainda de acordo com Andrade (1991) um dado bastante revelador desse processo refere-se ao caso de João Pessoa, que durante o período de Governo de Wilson Braga foi palco de uma experiência participacionista, semelhante à realizada em Natal e Recife. Enquanto até 1982, o movimento de bairro restringia-se a ação de cerca de 50 associações de moradores existentes na cidade, ao fim do Governo Wilson Braga estavam formalmente registradas cerca de 300.

A Funsat agia no interior das precárias comunidades que havia “estruturado”, organizando eventos solidários, montando associações de moradores e colocando seus representantes nas presidências. Com isso apontou-se o uso clientelístico e instrumental da participação popular durante o processo de transição democrática no país, considerando a experiência paraibana enquanto um elemento importante no fortalecimento da estratégia do governo central.

Quando analisou-se os discursos e representações criados em torno da Funsat e de seus propósitos, foram possíveis detectar os vestígios explícitos referentes a estratégia da participação popular aos moldes do Estado. A edição de 01 de maio de 1983 do jornal *A União*, logo em sua capa traz uma reportagem de Fátima Araújo e Barroso Filho a respeito da Funsat. Na parte superior da edição, antecipando a referida reportagem, o jornal coloca em evidência uma grande imagem de Lúcia Braga e a palavra “FUNSAT”, numa pequena reportagem que anuncia a então reportagem.

A estrutura da Fundação Social do Trabalho, os seus objetivos e principais programas estão descritos nessa reportagem de Fátima Araújo e Barroso Filho. Destacam a preocupação da então primeira-dama do Estado, Lúcia Braga, com problema de habitação, desemprego e migração. A Funsat atuará no sentido de minorar as disparidades através da execução de programas de melhoria dos projetos de habitação e aumento de renda da população. Todas as ações em prol do desenvolvimento comunitário e com a participação popular, numa forma de trabalho que corresponde aos novos tempos de abertura (JORNAL A UNIÃO, 01 de maio de 1983, p. 01).

A reportagem citada seria na verdade uma propaganda da Funsat, construída em torno do que estávamos discutindo a respeito da estratégia de falsa participação popular e ação em conjunto com o governo. Tomando toda a capa da edição de 01 de maio, data simbólica de comemoração do dia do trabalho, a reportagem traz inúmeras fotos de Lúcia Braga junto à população periférica da capital, caminhando em meio as obras habitacionais, em reuniões nas associações de moradores. A própria criação dessa imagem da Funsat e da atuação de Lúcia Braga faziam parte da estratégia governamental de uma aparente ação coletiva entre povo e governo.

Na edição de 04 de agosto de 1983, o mesmo jornal traz uma reportagem, em página inteira, intitulada “*Ajudando a paraíba a ajudar-se*”. Nela estão expostos diversas fotos dos projetos habitacionais em execução, especialmente o Mutirão de Bayeux, e uma longa mensagem de autoria da então primeira-dama Lúcia Braga.

Sem falsas filantropias, mas com realidade. Essa é a meta principal do nosso trabalho. Ajudar as classes menos favorecidas a encontrar o caminho da sua realização, fornecendo-lhes os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento. Não faltam ao nosso povo capacidade de trabalho. As vezes lhe faltam os meios para concretizá-lo. E é aí que se desenvolve a nossa ação, através de diversos programas, que, ao longo de sua aplicação, darão ao paraibano uma possibilidade de sobreviver condignamente. É esse ao nosso ver a ação do Estado, uma ação que no futuro não só minimizará consideravelmente os problema de marginalidade e tensões sociais, como lhe fornecerá a renda para aplicar em outros setores [...] (JORNAL A UNIÃO, 05 de agosto de 1983, p. 05).

A mensagem de Lúcia Braga evidencia sua preocupação em justificar o trabalho realizado pela Funsat, apontando-o como algo necessário e digno. Para isso Lúcia reforça a força do homem paraibano, e ressalta que a população do estado, com o apoio do governo, teria uma chance de desenvolver suas potencialidades. O discurso é emergente da estratégia da participação popular.

Diversas críticas nesse sentido surgiram a respeito do Mutirão de Bayeux. O Governo, em especial a Funsat, órgão responsável pela execução do projeto no Estado da Paraíba, foram acusados de, por meio de um discurso e uma prática “conciliadora” entre

as forças do Estado e do povo, “controlar” e manipular a população atendida. Aos olhos de Silveira, dessa forma “o Estado continua orquestrando e a comunidade trabalhando de graça – participativamente – perdendo totalmente de vista a autonomia idealizada” (SILVEIRA, 1987, p. 05).

O Mutirão de Bayeux, um dos pioneiros em todo o país, foi avaliado durante a realização do *Seminário sobre Mutirão: a participação da população na produção de habitações*, realizado entre 15 e 18 de fevereiro de 1984⁶². O seminário se propôs a discutir os resultados obtidos pelos projetos habitacionais, enfatizando a questão da participação popular em meio a esse processo. Escolhido pelo então Ministro do Interior Mário Andreazza como modelo em “modos” de construir, o Mutirão de Bayeux foi apresentado em Seminário ligado ao sistema de Habitação, realizado em Recife. A apresentação ficou por conta de Lúcia Braga, presidente da Funsat, órgão que coordenava o projeto, Yolanda Mendes Leite, vice-presidente da instituição, e Ronaldo Gadelha, coordenador de engenharia. O Seminário foi transmitido ao vivo para todo estado da Paraíba. No início de 1984, o projeto paraibano foi apresentado como uma experiência inovadora e bem sucedida no que diz respeito a participação popular e a melhoria na qualidade de vida.

Em pauta a experiência paraibana, Lopes, Kapp e Baltazar (2010), evidenciam,

Uma das experiências avaliadas no Seminário de 1984 foi o Projeto Mutirão-Bayeux: implantado numa gleba de terras de 83ha situada a 25km de João Pessoa, o Mutirão-Bayeux reuniria, numa primeira etapa, 765 moradias, a serem construídas em regime de mutirão. Até que se definissem os trâmites para o início do empreendimento, foram promovidas intensas negociações envolvendo associações de moradores em favelas – que ocuparam a área logo no início do governo recém eleito de Wilson Braga (1983-1987), reivindicando respostas às suas promessas de campanha – e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos local – que não apenas prestava apoio nas negociações como também ajudara a organizar a própria ocupação. O Mutirão-Bayeux foi então implementado a partir da criação, em março de 1983, da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT). As abordagens da FUNSAT, frente aos processos de produção em pauta, parecem-nos significativas para os fins que aqui agenciamos: era um órgão vinculado diretamente ao Gabinete do Governador e arvorava-se como o órgão responsável pela formulação e implementação de todas as políticas sociais no Estado (LOPES, KAPP e BALTAZAR, 2010, p. 06).

Dessa forma, pode-se apontar que o Projeto Mutirão de Bayeux contou com certa participação popular. Porém, corroborando com Silveira (1987), vale destacar que, ao adotar o tipo de mutirão gerenciado ou institucional, a gestão e a Funsat,

⁶² Para mais informações sobre o Seminário e o Grupo de Trabalho, ver BNH – Seminário sobre mutirão: a participação da população na produção de habitações. Recife: 1984 (P. Oficial);

[...] trazia consigo um interessante elemento de contradição: para que a participação da clientela enquanto mão-de-obra fosse viabilizada, supunha-se a necessidade de efetuar, na organização do trabalho, uma rígida clivagem entre concepção e execução, ou seja, reduzir ao mínimo a participação da clientela na gestão do processo construtivo, reservada exclusivamente à agência governamental (SILVEIRA, 1987, p.25).

Dessa forma, implantando aos moldes de “mutirão gerenciado institucionalizado”, a participação popular era controlada pelo governo, que era o real investidor financeiro e administrativo. Daí surgiram diversas críticas ao Governo Wilson Braga e a sua esposa Lúcia Braga.

Vale evidenciar que a expressão “Mutirão” ganhou grande proporção durante Governo de Wilson Braga. Por parte da gestão, muitos projetos foram implantados sob a “tutela” desse nome. Mutirão da Educação, Mutirão da Saúde, Mutirão da Solidariedade, Mutirão do Voluntariado, Mutirão das Mulheres. Essas foram algumas vezes em que o governo Wilson Braga fez uso da expressão “Mutirão” em forma de neologismo para legitimar suas ações frente à população.

Na contramão, o mesmo neologismo foi intensamente utilizado pela oposição e pelos críticos. Expressões como Mutirão da roubalheira, Mutirão do Crime, Mutirão do Assistencialismo, Mutirão da Violência, Mutirão da Buraqueira, Mutirão da Traição, foram utilizadas, principalmente durante os períodos eleitorais, especificamente em 1985, na campanha eleitoral para prefeitura da capital, momento em que Wilson e Lúcia Braga decidem apoiar Carneiro Arnaud e, em 1986, oportunidade em que marido e esposa disputam cargos eletivos.



Foto 11: Propaganda eleitoral de Marcus Odilon – Jornal *Correio da Paraíba*, 27 de outubro de 1985, p.04

Mesmo com tantas críticas ao seu respeito, o modelo habitacional sob a perspectiva do trabalho em mutirão foi espalhada por diversos estados do país. O Banco Nacional de Habitação continuou atuando junto da questão habitacional após o Governo Wilson Braga, sendo esse incentivo percebido como algo que se fez presente na Paraíba para além da política braguista. Em 1987, o governo federal cria o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, e sua gestão coube à Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. A adoção do programa de mutirões assinala estilo tipicamente clientelista da política habitacional brasileira.

2.3 Para além do Mutirão de Bayeux: Projetos Beira-Rio, Taipa, Renascer I e II

A atuação de Lúcia junto ao Governo de Wilson Braga, principalmente por meio da Funsat, foi além do Projeto Mutirão. Diversos outros pontos foram trabalhados pela primeira dama. De acordo com Mello (1993), a Funsat desempenhou um significativo papel no governo de Wilson, estando envolvido em quase todos “feitos” concretos do governo.

Também inserido no leque de programas voltados para a questão habitacional do Governo do Estado, a Funsat executa o Projeto Beira-Rio ou Projeto São José. O Projeto

consistiu na edificação de quase 200 casas populares. A população atendida encontrava-se em situação de risco, pois vivia próximo a uma grande barreira que ameaçava desmoronar em tempos de chuva. Como apontou Lúcia Braga, “O Projeto Beira-Rio já havia sido elaborado pela Cehap, passou às mãos da Funsat que, após revisitá-lo, partiu para sua execução” (BRAGA, 1996, p. 94).

A primeira-dama ainda destaca que os primeiros contatos com a comunidade foram bem difíceis, marcados por agressões verbais e indiferença. Muitos daqueles, segundo Lúcia, haviam votado em Mariz e olhavam para o governo e seus representantes com desconfiança. O período das chuvas se aproximava, “resolvemos tirar o povo das encostas e da beira do rio e colocá-los em barracas. Para isso precisávamos da sua adesão [...] Foi Yolanda, vice-presidente em exercício, quem comandou essa remoção, com o seu jeito decidido e equilibrado” (BRAGA, 1996, p. 96). Isso ocorrera entre maio e julho de 1984. “Quando a barreira desabou, quase todos os moradores das encostas e da beira do rio estavam a salvo, nas barracas, menos o sr. Gonzaga [morador que se negou a deixar o local] e sua família” (BRAGA, 1996, p. 96), ressaltou Lúcia Braga em seu livro. O jornal *O Momento* noticiou a ação da Funsat junto aos desabrigados da favela Beira-Rio.

Funsat coordena ‘Operação desabrigados’ – As famílias desabrigadas da Saturnino de Brito e Beira Rio foram removidas pela Fundação Social do Trabalho para os Centros sociais de Cruz das Armas, de Mandacaru, Galpões da Metalúrgica Atlas, no distrito industrial, e barracas instaladas pela instituição em conjunto com o 1º Grupamento de Engenharia (JORNAL *O MOMENTO*, 29 de abril a 05 de maio de 1984, p. 04).



Foto 12: Operação desabrigados – Jornal *Correio da Paraíba*, 25 de abril de 1984, p. 08

Com o projeto já em fase inicial de execução, seus moradores foram atendidos pela Funsat e o desenvolvimento das obras incitadas a serem concluídas com maior

rapidez. O trabalho teve início em abril de 1984, se estendendo até novembro do mesmo ano.

Na Beira-Rio, a presidente da Fundação esteve inicialmente na Associação de Moradores, que abriga algumas famílias, seguindo, depois, para o grupo escolar do município. Debateu as providências que foram e serão adotadas em benefício dos desabrigados. [...] Antes mesmo das últimas enchentes do Rio Jaguaribe, a Funsat já havia adquirido terreno para a construção de 200 casas para as famílias que residem ao pé da barreira Beira Rio (JORNAL *O MOMENTO*, 29 de abril a 05 de maio de 1984, p. 04).

Contando mais uma vez com o apoio do BNH, a Funsat também recorreu a outros órgãos para efetivar a construção do conjunto habitacional proposto pelo Projeto Beira-Rio. Como destaca Lúcia Braga, após a situação de calamidade vivenciada com o desmoronamento da barreira, “estava na hora de agilizar a execução do Projeto Beira-Rio, já em andamento. Recursos emergenciais estavam chegando, pois havíamos conseguido sensibilizar o Dr. Salmito, Superintendente da Sudene, para as ações da Funsat” (BRAGA, 1996, p. 97).

Em fins de 1984, a imprensa local expunha os resultados do Projeto. Lúcia Braga destaca que além das casas, “ali no projeto São José, foi construída uma oficina-escola de marcenaria; dois aviários; um grupo de costura industrial; e uma fábrica de doces, todos os grupos de produção gerenciados pelo povo e subsidiados pelo Governo” (BRAGA, 1996, p. 94). A favela, ou comunidade, São José se tornou, posteriormente, em um dos grandes redutos de votos de Lúcia Braga. A inauguração ganhou destaque em diversos veículos informativos.

A humanização da favela Beira-Rio agora é uma realidade. Numa tarde de festa, o governador do Estado Wilson Braga e a presidente da Funsat Lúcia Braga, entregaram, ontem, àquela comunidade, 200 casas populares, um moderno sistema de drenagem e saneamento, eletrificação, muro de arrimo para proteção de barreiras e maior creche já construída no Estado: a creche “Maria de Lourdes Bonavides Lins” (JORNAL *CORREIO DE PARAÍBA*, 25 de novembro de 1984, p. 05).

Ao fim do projeto, “Cento e oitenta unidades habitacionais foram construídas [...], além de quarenta e três famílias que receberam melhoria habitacional, através do Projeto João de Barro. Cento e cinco famílias foram removidas para área próxima, o Projeto Renascer II, onde receberam casas” (BRAGA, 1996, p. 98).

Mesmo com o projeto de construção habitacional em execução, o clima conflituoso entre administração, por meio da Funsat, e população local, aparentemente já

havia se instalado. Em meados de agosto de 1984, líderes da Associação de Moradores da favela Beira-Rio teriam acusado Lúcia Braga de tentar desprestigiar o órgão frente aos moradores da comunidade, movida por interesses puramente eleitorais. No dia 07 de agosto de 1984 o jornal *O Correio da Paraíba* noticiou uma “divisão” entre os moradores da favela Beira-Rio, impulsionada pela forma como as casas estariam sendo distribuídas entre eles.

De acordo com o jornal, Alberto Mário Neves, presidente da Associação Beira-Rio, considerava a preocupação dupla. A primeira seria como o alagamento das casas em construção, pois estas em período de chuva eram invadidas pelas águas do Rio Jaguaribe, sem ao menos terem sido ocupadas ainda. A segunda preocupação disse respeito à ocupação de algumas casas por pessoas de fora da comunidade. Na ocasião o Presidente da Associação pediu que membros da Funsat intervissem no local para que os problemas fossem solucionados. “Sua maior revolta é com a interferência de políticos da distribuição das chaves, auxiliados por funcionários da Funsat”⁶³. Na mesma nota Alberto Mário Neves assinalava que algumas pessoas estavam sendo pagas para causar tumulto no interior da Beira-Rio, e destaca que a Associação nada tem contra as ações da Funsat, mas como a forma como algumas dessas ações são desenvolvidas. A passagem demonstrou o quanto o projeto Beira-Rio era frágil. Primeiro por demonstrar o quanto a interferência governamental modificava os rumos do projeto, e o quanto a população se mostrava insatisfeita com isso. Segundo, pois o seu principal objetivo era retirar pessoas de áreas de risco, porém, as novas construções estavam sendo alicerçadas em espaços territoriais também expostos a enchentes, alagamentos e deslizamentos.

Em resposta, fazendo mais uma vez uso a seu favor desse clima de críticas e ataques oposicionistas, a Funsat conseguiu organizar no interior da Beira-Rio uma grande passeata de apoio a Lúcia Braga, demonstrando o seu grande poderio naquela localidade.

Numa das maiores passeatas já realizadas em áreas periféricas de João Pessoa, o povo da Favela Beira-Rio prestou, anteontem à noite, manifestação de solidariedade à presidente da Fundação Social do Trabalho, Dona Lúcia Braga, que vem sendo vítima, nos últimos dias, de agressões de grupos radicais de insatisfeitos com o excelente trabalho que o Governo do Estado desenvolve em benefício da população carente, através da Funsat (Jornal *Correio de Paraíba*, 20 de setembro de 1984, p. 08).

⁶³ Jornal *O Correio da Paraíba*, 07 de agosto de 1984, p. 04.

A interferência da Funsat junto à comunidade e a tentativa de manipulação popular, são pontos observados nas passagens acima. Constituído enquanto conflituoso território de atuação da Funsat, a comunidade São José, criada por meio do Projeto Beira-Rio, se tornou um dos grandes redutos de voto de Lúcia Braga em sua candidatura à Câmara Federal em 1986, reafirmando a hipótese aqui defendida de que, por meio de sua atuação, Lúcia Braga projetou-se politicamente.

Evidenciando a questão da “manipulação” popular em torno dos projetos habitacionais em execução pela Funsat, o Deputado Jório Machado denunciou o clima de terror vivenciado pela comunidade Beira-Rio. De acordo com o parlamentar, o trabalho assistencial e assistencialista prestado pela Funsat objetivava fins de controle e manipulação social e popular. Estando esse controle em questão, após a derrota da “Chapa do Governo”, na eleição para compor a associação de moradores da referida comunidade, o clima de insegurança teria se instalado naquela localidade.

O Deputado Jório Machado denunciou, sexta-feira, na tribuna da Assembleia, “o clima de terror e ameaça implantado na favela Beira-Rio depois da derrota sofrida pelo governo na eleição realizada no último domingo, na Associação de moradores daquele reduto urbano de João Pessoa”, e responsabilizou Wilson Braga por qualquer atentado e por qualquer ato de violência que venha a ser praticado contra membros da chapa eleita ou contra quaisquer de seus partidários (JORNAL *O MOMENTO*, 25 de novembro a 01 de dezembro de 1984. p. 06).

Ainda de acordo com a matéria, Jório Machado teria feito outras afirmações e acusações aos funcionários da Fundação e aos seus reais propósitos nas comunidades periféricas da capital.

Vários membros da chapa nº 1 estão impossibilitados de transitar livremente pelas ruas da beira-rio, temendo as ameaças e as promessas de vingança, pela via de violência, verberadas abertamente por funcionários da Funsat, que contam com a cobertura da Presidente daquele órgão. Vários deles andam ostensivamente armados de revolver e proclamam que todos ouçam que tem a proteção da Primeira-dama do Estado. A polícia chegou a desarmar Luiz Daniel da Silva, partidário da chapa derrotada, mas como este se identificou como ‘protegido da primeira-dama’, o revolver lhe foi devolvido na hora, na presença de vários moradores. Este é o quadro de tensão e de insegurança que estão vivendo os moradores da Beira rio’ – Expos o parlamentar opositor (JORNAL *O MOMENTO*, 25 de novembro a 01 de dezembro de 1984. p. 06).

Jório ainda ressaltou que a população daquela localidade, apesar das dificuldades financeiras e habitacionais, sempre viveu em paz e com tranquilidade. A Associação União Beira-Rio teria desenvolvido um reconhecível trabalho na comunidade.

Mas, agora enfatizou, depois que a Funsat passou a interferir nas decisões de seus moradores, disseminou-se a discórdia, a intriga, o ódio e a malquerença. Até os advogados da Chapa 1, como Eduardo Loureiro, Geraldo Beltrão, Manoel Pacifico Neto e Luiz Cassiano da Silva, estão ameaçados pelos funcionários entre aspas, da Funsat, empregados às vésperas da eleição, para funcionarem como capangas armados, a serviço dos interesses subalternos daquela Fundação”, enfatiza Jório. O mesmo acrescentou que ‘até o servidor Alberto Mário Neves, um funcionário exemplar do Detran, que em 1983 recebeu o título de “Funcionário do Ano”, foi demitido sumariamente, após haver se candidatado a vice-presidente na chapa vitoriosa. Inúmeros outros servidores foram demitidos ou removidos’ (Jornal *O Momento*, 25 de novembro a 01 de dezembro de 1984. p. 06).

Como a própria Lúcia Braga apontou no início desse tópico de discussão, o diálogo, ou nas palavras de políticos de oposição o “controle”, no tocante à população da Beira-Rio sempre fora conflituoso. As passagens acima explicitam o clima de tensão relacionadas à eleição para associação de moradores da comunidade no ano de 1984. A Funsat recorreu à justiça quanto ao resultado da eleição, alegando fraude na realização do pleito. Segundo Lúcia Braga, em entrevista concedida ao *Correio da Paraíba*, a eleição da Associação de moradores da favela Beira-Rio teria sido manipulada por um pequeno grupos de opositores ao trabalho da Funsat. A Presidente da Fundação afirmou ainda que o objetivo não era anular a eleição, mas fazer com que a justiça investigasse o caso⁶⁴. O fato repercutiu de forma bem intensa na capital paraibana, sendo muito utilizado tanto por aqueles que criticavam a atuação de Lúcia Braga e a execução dos projetos e programas da Funsat, quanto por aqueles que defendiam essa atuação.

Paralelo à execução do Beira-Rio, o Projeto Taipa também era implantado na capital do estado. Como aponta Lúcia, “Em João Pessoa, o projeto Taipa, que abrigou duzentas famílias que moravam debaixo de fios de alta tensão, foi outra experiência inovadora, pois o material empregado era de baixo custo – taipa, com reboque de cal. Zélia Barbosa, dinâmica e eficiente, coordenou o projeto na área social” (BRAGA, 1996, p. 92).

O Projeto Taipa surgiu de uma necessidade, que veio conciliar-se com o plano de governo de Wilson Braga, em sua proposta social, de atender a população carente. A Funsat, responsável pela sua execução em regime de mutirão com os futuros beneficiários, concluiu a obra em cinco meses (JORNAL *CORREIO DE PARAÍBA*, 13 de abril de 1984, p. 08).

Algumas famílias do bairro Cristo redentor, em especial a população próximos à rede de alta tensão da Chesf, e do loteamento Água Fria, procuram a Funsat expondo

⁶⁴ Jornal *O Correio da Paraíba*, 28 de novembro de 1984, p. 08.

situação em que viviam. Inserido no amplo programa de humanização e (re)estruturação das zonas periféricas do estado, a Fundação desenvolveu assim o Projeto habitacional conhecido como Projeto Taipa. O projeto consistia na edificação de 177 casas, que acolheriam aqueles moradores em situação de risco. A esse respeito Lúcia relata,

Essa experiência de auto-construção também surgiu de uma reivindicação do povo. Moradores da área de alta tensão, no Cristo Redentor, foram em grupo à Funsat reivindicar construção de casas. Iam acompanhados de lideranças políticas de esquerda. Dialoguei com o povo. Sabia de um terreno do Governo perto da área onde essas pessoas estavam situadas e levei um dos líderes dos sem-casa, no meu carro, ao local. Recebendo a sua aprovação, e a do restante do grupo, iniciamos o trabalho dentro de poucos dias (BRAGA, 1996, p. 92).

O projeto foi implantado também em forma de Mutirão, no entanto, sua execução ocorreu de forma diferenciada da experiência vivida em Bayeux. Mais conhecido como tipo habitacional pautado na auto-construção, cada família recebia seu lote de terra e construía sua casa com auxílio técnico e financeiro do estado. Como apontado acima, o material de construção era taipa e cal, o que reduzia os custos na execução das obras. Em seu livro Lúcia Braga fala da experiência do Projeto Taipa e relembra algumas diferenças quanto ao Mutirão.

Dessa vez as pessoas não quiseram aceitar o regime de mutirão. Partiram para a autoconstrução. Cada um construía a sua própria casa, com ajuda dos familiares. No mutirão, todos construía as casas da comunidade sem identificação. Também não aceitaram a cozinha comunitária. Preferiram receber cesta básica mensal (BRAGA, 1996, p. 93).

O conjunto habitacional, intitulado posteriormente de comunidade Ernany Sátiro, foi construído na Zona Sul da cidade de João Pessoa, próximo ao Conjunto Costa e Silva, em terreno doado pelo Estado. O Projeto contou também com um sistema viário, instalações de água e energia, uma creche, uma escola, um campo de futebol e um galpão comunitário, e foi executado entre fins de 1983 e início de 1984. A imprensa local evidenciou o desenvolvimento do trabalho. Em nota, o jornal *O Momento*, traz a seguinte reportagem:

O projeto Taipa I conta com 171 casas e são ocupadas pelos ex favelados da rede de alta tensão, e Água Fria, próximo aos Bancários e Pe. Zé. A sua construção deve-se a iniciativa da Funsat, o que foi realizado com ajuda dos beneficiários, pelo sistema mutirão (JORNAL *O MOMENTO*, 29 de abril a 05 de maio de 1984, p. 04).

O *Correio da Paraíba* também noticiou a construção e a entrega do novo núcleo habitacional da capital.

Dona Braga promoveu durante o dia de ontem, a remoção de 177 famílias que habitavam três favelas da periferia da cidade (sob a rede de alta tensão da Chesf, no Jardim Itabaiana e Água Fria, próximo ao conjunto Bancários), para o projeto Taipa, construído pela Funsat, em regime de mutirão e que dispôs de todos os equipamentos da infraestrutura (JORNAL *CORREIO DE PARAÍBA*, 13 de abril de 1984, p. 08).

As críticas referentes ao projeto também ocorreram, principalmente quanto ao material utilizado na construção dessas habitações. As casas de taipa, por terem um custo bem reduzidos, são construídas, na maioria dos casos, em circunstâncias emergenciais. Era muito comum até os anos 2000 se encontrar dessas casas no interior do Estado. No entanto, enquanto método construtivo de uma política pública habitacional, o projeto recebeu muitas críticas. A pouca resistência, a ausência de saneamento e qualidade do material, foram bastante evidenciadas por políticos de oposição e críticos do trabalho de Lúcia Braga e do governo de seu marido como um todo. O Governo e a Funsat se defendiam argumentando o cenário de emergência pela qual passava a Paraíba naqueles primeiros anos da década de 1980, marcada por uma grave crise econômica e, por uma série de chuvas, que acabou desabrigando milhares de pessoas, tanto na capital, quanto no interior do Estado.

Os críticos, por sua vez, também faziam uso do argumento das chuvas para explicitar a necessidade da construção de habitações mais resistentes, insinuando que a administração Wilson Braga em vez de resolver o problema de uma vez só, preferia construir redutos de votos, por meio de ações paliativas de cunho assistencialista. De fato, apesar de momentaneamente atender às necessidades habitacionais dos usuários envolvidos, a ação acabou transferindo a real problemática para governos vindouros, demonstrando assim sua preocupação eleitoral, em detrimento da realidade vivenciada.

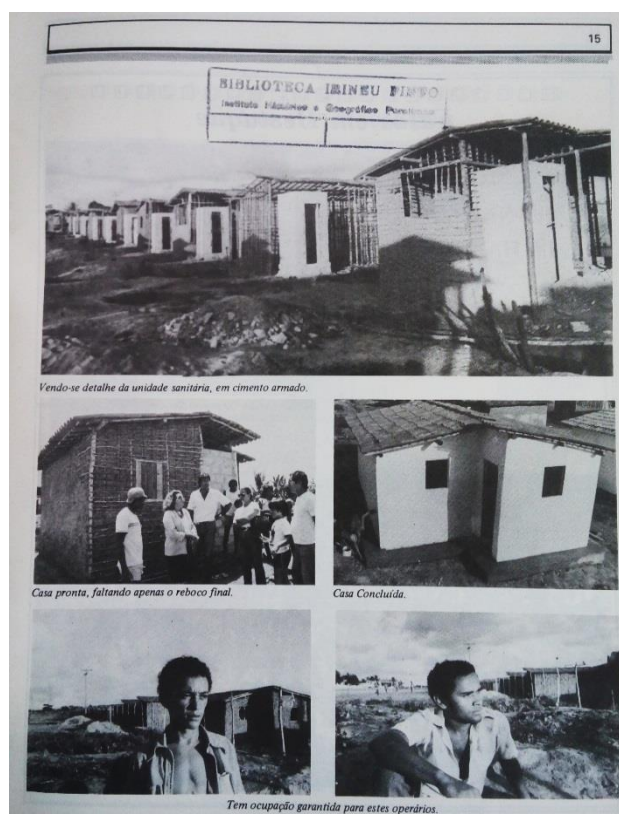


Foto 13: Projeto Taipa – Revista da Funsat, ANO II, Volume 03, 1984, p. 14 e 15.

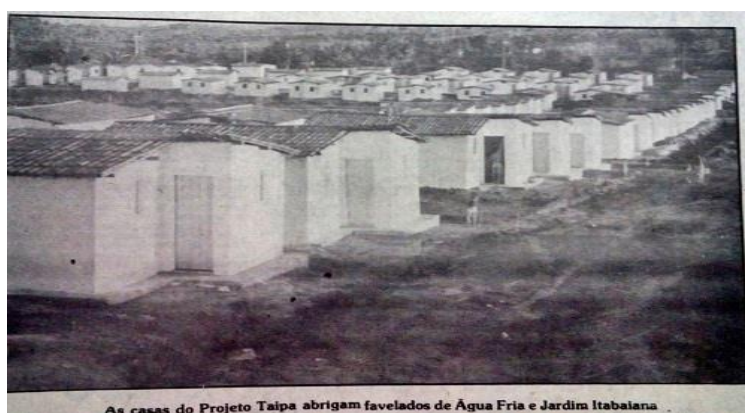


Foto 14: Jornal *Correio da Paraíba*, 13 de abril de 1984, p. 08

Entre críticas, acusações, ofensas e defesas, a Funsat continuou seu trabalho junto à questão habitacional. Nesse interim, mais um projeto foi elaborado e executado pela Fundação, o Projeto Renascer, quer construiu os conjuntos habitacionais Renascer I, II e III. Iniciadas as obras no início de 1984, em dezembro do mesmo ano 312 casas foram entregues a moradores de diferentes espaços periféricos da capital. No tocante ao projeto, Lúcia relata: “perto de um antigo matadouro público abandonado, construímos o Conjunto Renascer. Depois vieram os Conjuntos Renascer II e III, em Cabedelo, abrigamos moradores da Favela do Amen e do Cachorro Assado” (BRAGA, 1996, p. 93).

Como mencionado anteriormente, os primeiros anos da década de 1980 foram marcados por constantes chuvas, fato que agravou a questão habitacional da população carente do estado. Também localizada junto a barreira da Beira-Rio, após as enchentes e os deslizamentos, a favela Saturnino de Brito foi atendida por meio do projeto Renascer I. As primeiras 80 casas do projeto foram construídas próximas à Rua São Miguel, local onde funcionava o matadouro público de João Pessoa.

Pertencendo inicialmente à Prefeitura Municipal de João Pessoa, o terreno mede 1,3 hectares (13,65 metros), e possibilitará um espaço residencial de 9.604 metros quadrado, 3.306 para o sistema viário e 715 para equipamentos comunitários. As 80 unidades residenciais tipo embrião, cada uma medindo 7,5 X 15 m, terão água, luz e esgoto individual, meio fio e linha d'água beneficiando uma população de 400 habitantes (*REVISTA DA FUNSAT*, ANO II, Volume 04, 1984, p. 27).

Logo em seguida, para atender a algumas famílias da favela Beira-Rio, o Conjunto Renascer II é idealizado e executado pela Funsat. Este, planejado para alcançar uma maior escala, previa a construção de 210 casas às margens da BR 230, entre os municípios de João Pessoa e Cabedelo. Ao final da execução, o Conjunto Renascer I abrigou as famílias da favela Saturnino de Brito, que encontravam assistidas em abrigos desde o desabamento da barreira, e o Conjunto Renascer II recebeu pessoas relocada da Favela Beira-Rio e de outras pequenas comunidades carentes.



Foto 15: Antigo Matadouro: Renascer I - Revista da Funsat, ANO II, Volume 04, 1984, p. 27



Foto 16: Jornal Correio da Paraíba, 01 de março de 1985, p. 01

Vale salientar que as críticas relacionadas às ações de Lúcia Braga e seu esposo junto à questão habitacional e à manipulação social implantado continuaram sendo fortemente realizadas. Forte crítico das ações do governo Wilson Braga, o jornal *O Correio da Paraíba* tece contundentes denúncias a respeito das ações de Lúcia Braga junto à população periférica da capital. Com uma matéria intitulada “Lúcia Braga se irrita e deseja que eles ‘mofem’ na praça”, o periódico narra um fato ocorrido em julho de 1986. Na ocasião, um grupo de moradores “sem-casa” teriam acampado na praça João Pessoa a fim de protestar a demora na entrega de suas casas prometidas então pelo governo e o atraso da ajuda de custo para pagar seus alugueis, também fornecido pelo governo.

De acordo com a nota, a ex-Presidente da Funsat teria tentado entrar em acordo com a população, prometendo pagar os alugueis atrasados daqueles que moravam de aluguel, e relocar aqueles que não possuíam habitação para um galpão das fábricas desativadas do estado, para que estes desocupassem a praça João Pessoa. O jornal aponta que “as representantes dos sem casa recusaram mais essa proposta. Ela [Lúcia Braga] se irritou com isso e saiu esbravejando que ‘se querem ficar lá vão quarar, vão mofar, pois nada mais será feito por eles’. Em outra época, o discurso era ‘o social como prioridade’” (Jornal *O Correio da Paraíba*, 11 de julho, p. 01).

A reportagem faz uma crítica a aparente e, segundo eles, dissimulada preocupação de Lúcia Braga e o Governo de Wilson Braga com o social, apontando que essa preocupação não passava de uma estratégia política aplicada aos momentos em que seria conveniente. A acusação foi realizada em plena campanha eleitoral de 1986.

Outras críticas também foram feitas quando da impossibilidade de transitar em territórios comandados por pessoas da Funsat. Em plena campanha para prefeitura de João Pessoa de 1985, o candidato do Partido Liberal, Carlos Gláucio afirma ter seu comício interrompido por pessoas que se diziam da associação comunitária e que estavam agindo sob ordem da Funsat.

Escancarado crítico das ações da Funsat, Jório Machado protagonizou mais um ocorrido em torno da manipulação social exercido pela Fundação. Em abril de 1986, Dona Marly Sarney, à época primeira-dama do país realizou uma visita a João Pessoa. A mesma foi recebida e acompanhada por Lúcia Braga e a equipe da Funsat. O tumulto em torno da passagem da esposa do presidente Sarney pela Paraíba foi noticiado por vários periódicos locais. O jornal *O Correio da Paraíba* publicou uma nota de louvor ao Deputado Jório Machado, por este ter conseguido “*derrotar os patrulheiros da Funsat*”. Na ocasião, Jório teria ajudado o senhor Belarmino, Presidente da Associação de Moradores da Beira-Rio, a entrar em contato com Dona Marly, conseguindo furar um forte bloqueio estabelecido pela Funsat. De acordo com o deputado estadual, a Fundação estaria tentando boicotar o trabalho de Belarmino, pois meses anteriores havia perdido o controle da comunidade quando sua chapa perdeu o pleito para Associação.

Dessa forma, em paralelo com o desenvolvimento desses programas habitacionais, a população periférica conviveu numa esfera de aparente participação popular/social, marcada por uma atmosfera de controle e intervenção governamental, da qual a Funsat e Lúcia Braga ocuparam lugar de destaque.

2.4 Feira da Paraíba em suas três edições

Outro ponto de destaque da atuação social de Lúcia Braga, desenvolvida pela Funsat, foi o apoio dado aos artesãos locais. Com o título “*Funsat apoia pesca artesanal*”, em outubro de 1983, o jornal *O Momento* destaca a atuação do Governo, por meio da Funsat, especialmente de Lúcia Braga, a este grupo.

Apoio para a pesca artesanal da cidade portuária de Cabedelo, visando desenvolver a potencialidade dos pescadores em termos de trabalho com a matéria-prima encontrada no mar, foi o que ficou acertado em reunião, esta semana, entre a presidente da Funsat Lúcia Braga e o vereador Alerto Magno Oliveira da Silva, presidente da Câmara Municipal de Cabedelo. Dona Lúcia compareceu à reunião acompanhada da vice-presidente da Funsat, dona Yolanda Fernandes

Mendes Leite, ouvindo atentamente as reivindicações formuladas pelo vereador Alerto Magno (JORNAL *O MOMENTO*, 02 a 08 de outubro de 1983, p. 07).

No interior da Funsat fora criada a Coordenadoria de Promoção do Artesanato, sob responsabilidade da assistente social Tereza Neuma Gonzaga. Por meio dessa coordenadoria buscou-se incentivar o artesanato paraibano em suas distintas facetas. Logo após sua criação, Funsat iniciara um processo de apoio a estes grupos do estado. Em maio de 1983, como a nota abaixo evidencia, o artesanato paraibano participou da V Feira Brasileira de Artesanato, realizada no estado de São Paulo.

Funsat promove artesão em São Paulo – Numa promoção do Ministério do Trabalho, através do Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato – PNDA, e a Secretaria de Relações de Trabalho do Governo de São Paulo, realizar-se-á no dia 6 próximo, na capital paulista, a V Feira Brasileira de Artesanato, que exporá trabalhos dos artesãos de diversos estados brasileiros, inclusive a Paraíba. O artesanato paraibano chegara à feira através da Fundação Social do Trabalho e com o apoio de sua presidente Lúcia Braga (JORNAL *CORREIO DA PARAÍBA*, 03 de maio de 1983, p. 01).

Esse incentivo à expansão e divulgação do trabalho artesanal local parece ter ocorrido para além da realização das três edições da Feira da Paraíba. Em 1984, mais uma vez o artesanato paraibano ultrapassou os limites territoriais do estado. Dessa vez o trabalho paraibano foi levado ao Rio Grande do Norte, à III Feira dos Municípios do referido Estado.

A Paraíba, através da Fundação Social do Trabalho, participará, com o seu programa de promoção do Artesanato, da III Feira dos Municípios, juntamente com a IX Exposição Nordestina de Criadores de Caprinos e Bovinos e I Exposição de Caprinos e Ovinos do Rio Grande do Norte, [...]. O convite foi formulado pelo Movimento de Integração de Orientação Social – Programa de Voluntariado de Natal (JORNAL *CORREIO de Paraíba*, 03 de julho de 1984, p. 08).

Esse incentivo da Funsat ao trabalho artesanal também foi sentido quando observado as várias restaurações de cooperativas que realizavam este tipo de trabalho, cujo objetivo era transformar o artesanato em uma atividade permanente e diretamente produtora de renda. No ano de 1984, o jornal *O Momento* noticia a restauração da cooperativa do município de Catolé do Rocha, afim de acelerar e incentivar o trabalho artesanal da cidade.

A Fundação Social do Trabalho, Funsat, procedeu a restauração da cooperativa da cidade de Catolé do Rocha, acelerando o ritmo de trabalho das 40 associações que trabalham confeccionando *batikes* para a comercialização em todo o Brasil. O trabalho da Funsat tem por objetivo promover o artesanato na cidade sertaneja (JORNAL *O MOMENTO*, 15 a 21 de abril de 1984, p 04).

Muito noticiada também foi a criação da fábrica de redes na capital do estado. Este trabalho não só incentivaria o artesanato paraibano, como também impulsionaria uma rede comercial encabeçada pelos próprios produtores. A fábrica foi construída no bairro de Mandacaru, e de início concedeu emprego a 60 pessoas que estavam a margem do mercado de trabalho da capital. A fábrica ficou sob administração da própria comunidade, que por meio de sua associação comunitária, deu seguimento a esse empreendimento.



Foto 17: Interior da fábrica de redes em Mandacaru – Revista da Funsat, ANO I, Volume 02, p. 25

Nessa perspectiva, ainda durante o primeiro ano do governo de Wilson Braga, Lúcia Braga, por meio da Funsat, organizou a primeira Feira da Paraíba. A feira contou com uma participação de aproximadamente 171 municípios paraibanos em cada edição, que ficavam sob responsabilidade das respectivas primeiras damas dos municípios, demonstrando certo protagonismo feminino, mesmo sem estar ligado às demandas de classe das organizações feministas e femininas existentes no Estado. Objetivava-se também uma integração intermunicipal. Porém, vale ressaltar, não há como negar o viés assistencialista das ações desenvolvidas por essas primeiras-damas na execução das edições das feiras.

Em destaque, aqui, mais uma vez a complicada situação econômica vivenciada pelo Estado, Lúcia ressalta que em muitas ocasiões teve que fazer uso da criatividade frente às dificuldades financeiras encontradas.

Numa dessas inspirações, o pensamento de uma grande feira de artesanato, a Feira da Paraíba, foi materializada. Realizamos três dessas feiras na Praça da Independência durante três anos do governo de Wilson Braga. [...]. Cada esposa de prefeito se comprometia comigo a levar, no mínimo, dois artesãos para comercializar diretamente o seu produto acabado na Praça. As primeiras damas pagavam à Funsat a taxa de arrendamento da barraca, mas a renda da comida típica era para as suas obras sociais (BRAGA, 1996, p.85).

Evento que incentivou o trabalho artesanal no Estado, possibilitou o diálogo entre as primeiras damas dos municípios e a primeira dama do Estado, o trabalho em conjunto entre diferentes sub-setores da gestão do governo, a Feira da Paraíba teve três edições entre os anos de 1983 a 1986, sendo a primeira experiência do tipo no estado paraibano. A feira foi promovida pela Funsat e em seu primeiro ano ocorreu no mês de setembro, obtendo bastante repercussão em todo o Estado. I Feira ocorreu de 18 a 25 de setembro de 1983. O I Encontro de Artesão Paraibano ocorreu de forma integrada com a feira:

Numa promoção do governo do Estado, através da Fundação Social do Trabalho – Funsat, e secretaria da agricultura, será realizada em João Pessoa a Feira da Paraíba, que será repetida anualmente, programada para o período de 18 a 25 de setembro. Durante o evento, que constará primordialmente do Primeiro Encontro do Artesão Paraibano e da 22ª exposição de Agropecuária e Produtos derivados, a Funsat dará continuidade ao programa de apoio ao artesão e aos artistas paraibanos de uma maneira geral [...]. De acordo com Dona Lúcia Braga, presidente da Funsat, órgão que coordena a ação social do governo, a Feira da Paraíba dará oportunidade aos diversos segmentos da nossa cultura, com a afluência das manifestações folclóricas de todos os municípios paraibanos, que na oportunidade deverão mostrar suas danças, crenças e produtos artesanais. [...] Sequenciando o trabalho participativo da Funsat que, através de sua presidente Lúcia Braga procura atuar de maneira integrada com os diversos segmentos da sociedade, durante a Feira da Paraíba, algumas pessoas desfiles de modas e outras promoções que possam surgir de acordo com a criatividade dos participantes (JORNAL A UNIÃO, 02 de julho de 1983, p. 05).

Tendo Lúcia Braga como uma das grandes idealizadoras do evento, este contou com a colaboração feminina, evidenciando mais uma vez o diálogo firmado pela esposa de Wilson e alguns grupos de mulheres da sociedade paraibana. O Movimento de Ação Feminina e o Programa Nacional de Voluntariado (Pronav) deram suas contribuições, como mostra a matéria do jornal A União abaixo.

MAF participa da Feira da Paraíba – “Com o objetivo de discutir sugestões para a feira da Paraíba, Dona Lúcia Braga reuniu-se ante-ontem, à tarde, no auditório do Centro Administrativo, com as senhoras voluntárias do PRONAV/LBA e integrantes do MAF, que se dispuseram a colaborar com o evento, cuja renda será revertida em benefício do Projeto Mutirão, dos municípios e dos próprios artesãos participantes” (Jornal A União, 30 de julho de 1983, p. 07).

Já em sua primeira edição, a feira se apresenta como um grande evento no estado, pois mesmo sendo realizada na capital do Estado, contou com a participação da população e de artesãos de quase todos os municípios da Paraíba. A I Feira também contou com a participação de artesãos e três outros estados, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Ao todo tinham 260 barracas. “Dentre as 260 barracas, algumas pertencem às entidades filantrópicas da capital, quatro são da Funsat, em prol da campanha de Humanização das favelas, dos flagelados e da alimentação para as pessoas alistadas no Projeto Mutirão”⁶⁵. A repercussão da imprensa local, que apontou a feira com um grande sucesso, também merece destaque.

Mais de trinta mil pessoas prestigiaram domingo a abertura da I Feira da Paraíba, que se realizou na Praça da Independência, sob patrocínio da Fundação Social d Trabalho, PB-Tur e Secretaria de Turismo do Município. A abertura da festa que reúne mais de 100 barracas representado vários municípios paraibanos, contou com a presença do governador Wilson Braga e a primeira dama do estado, Sra. Lúcia Braga. A I Feira da Paraíba reúne a maioria dos artesãos de todo o Estado, e conta com representantes de todos os Estados do Nordeste. Na feira estão expostos objetos de madeira, barro, couro, cerâmica, estopa e outras matérias-primas. Grupos folclóricos fizeram, no domingo, a apresentação para o grande público (JORNAL *A UNIÃO*. Edição especial – Jornal da Feira, 20 de setembro de 1983, p. 01).

Idealizada pela Funsat e a Coordenadoria de apoio ao Artesanato local, para a sua realização em suas três edições, a organização contou com o apoio de diferentes setores da gestão Wilson Braga.

Para a realização do evento, dona Lúcia conta com a colaboração de diversas Secretarias de Estado, Prefeitura Municipal, PB-Tur, PRONAV/LBA, Saelpa, Cagepa, Telpa, Sudene, Ministério do Trabalho, além de toda a sua equipe de voluntariado, dos diversos segmentos sociais e membros da própria Fundação Social do Trabalho (Jornal *Correio da Paraíba*, 30 de julho de 1983, p. 03).

⁶⁵ Jornal *Correio da Paraíba*, 20 de setembro de 1983, p. 03.

A ARTE É DO POVO a praça é do artesão

Setembro chega com um programa obrigatório para quem admira o artesanato e o folclore do Nordeste: a Feira da Paraíba, uma mostra da arte e da cultura popular da região. Na praça da Independência, artesãos de todos os municípios do Estado e representações de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Maranhão, Sergipe e Piauí vão expor o que fazem (e como fazem) com o barro, a cerâmica, a estopa, a madeira, o couro e outras matérias-primas regionais, enquanto grupos folclóricos farão apresentações sucessivas do seu canto e da sua dança, num animado festival das mais autênticas manifestações culturais nordestinas. Além das peças artesanais, as barracas dos municípios e Estados terão comidas e bebidas típicas e industrializadas, com cardápio bem ao gosto da região. Um restaurante de estilo colonial terá pratos mais sofisticados, embora preservando o sabor da cozinha nordestina. Dois



grandes pavilhões servirão para danças (animadíssimo forró) e apresentação de conjuntos folclóricos. O palanque principal será o palco para shows artísticos com grandes nomes da música paraibana (Projeto Araporajé) e cantores de renome nacional. A festa terá rodadas diárias, a partir das 16h, com atrações para crianças e adultos. Na barraca da PT-Tur haverá vídeo-game e vídeo-texto, além de outras

bossas criadas para animação turística. Um grande salão de jogos funcionará todas as noites, ao lado de uma choparia tipicamente alemã, com bandinha e tudo. Música e dança é o que não faltará. Desfiles de trajes típicos e a escolha da Rainha da Feira serão outros atrativos desse festival de entretenimentos. Escritores e artistas plásticos vão expor seus trabalhos na Feira, promovendo a arte e a cultura do Nordeste. Não perca essa festa. Você vai gostar. Paralelamente à Feira, a Funsat promove o I Encontro do Artesão Paraíba, destinado à discussão dos problemas, dificuldades e aspirações dos que fazem a arte do povo. Os dois eventos não seriam realizados sem o apoio do Governo federal e a colaboração do comércio e da indústria. Todos participaram do investimento, barateando os custos da promoção e assegurando para os artesãos os benefícios do movimento financeiro das vendas. Participe você também.

Promoção, coordenação e execução:
Funsat - Fundação Social do Trabalho
PBTur - Paraíba Turismo S/A
Setur - Secretaria de Turismo de João Pessoa

Apoio:
Governo do Estado, Ministério do Trabalho (PNDAT),
Sudene, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Prefeitura
de João Pessoa, C.A. B., Organização das Cooperativas
da Paraíba, C.S.P. e B.N.C.
Colaboração: Prefeitura do Interior, Café São Braz,
Cia. Sousa Cruz, Coca-Cola (Refrescol), Johnson &
Johnson, Artes, Antares, Beldina, Coespeiras e
Bompreço.

Participação Especial: **PARAIBAN**
BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA S.A.

Foto 18: Revista da Funsat, ANO I, Volume 01, p. 31

A primeira edição da Feira da Paraíba foi considerada um sucesso. Não só pela arrecadação adquirida, mas pela repercussão alcançada em todo o estado e para além dele. “O grande sucesso da Feira da Paraíba, dona Lúcia não só deve a sua equipe de assistentes sociais, que se desdobrou dia e noite para atender ao público, nas quatro barracas da Funsat, mas sobretudo à sua assessoria de imprensa, que aumentou consideravelmente o fluxo de pessoas à Feira”⁶⁶. Diante do fato, Lúcia Braga, uma de suas idealizadoras, se comprometeu inserir a Feira no calendário cultural anual da Paraíba. Ainda sobre a feira, *A União* noticia,

Monção de aplausos à Fundação Social do Trabalho, Funsat, na pessoa de sua presidente, sra. Lúcia Braga, pelo sucesso alcançado com I Feira da Paraíba, recentemente realizada, foi apresentado pelo deputado Doca Gadelha. Em sua justificativa diz o vice líder do governo que ‘pelo seu caráter essencialmente pioneiro e sob os auspícios da Funsat, durante os sete dias, reuniu representantes de quase todos os municípios do Estado, com barracas originais e bem instaladas, para mostra e venda do trabalho de artesãos de todo o Estado [...]’ (Jornal *A União*, 29 de setembro de 1983, p. 03).

Para além do incentivo ao artesanal local, as três edições da Feira da Paraíba, objetivavam arrecadar fundos para serem aplicados em causas sociais da capital,

⁶⁶ Jornal *O Momento*, 02 a 08 de julho de 1983, p.07.

encabeçados pela Funsat, e demais municípios envolvidos, representados por suas primeiras-damas. Em matéria, o jornal *O Momento* evidencia a satisfação de Lúcia Braga após a realização da primeira edição da feira e aponta como será utilizado o fundo financeiro adquirido.

Dona Lúcia Braga está muito satisfeita com o resultado obtido durante a I Feira da Paraíba, que gerou recursos para atendimento às populações das zonas periféricas, aos flagelados da seca e para garantir alimentação dos trabalhadores alistados no Projeto Mutirão, correspondente a construção de quase mil casas, em Bayeux, para pessoas de baixa renda (JORNAL *O MOMENTO*, 02 a 08 de julho de 1983, p.07).

Algumas polêmicas surgiram em torno da questão. Por vezes, Lúcia Braga foi acusada de se apropriar de toda, ou da maior parte, da arrecadação da primeira Feira da Paraíba, fazendo uso desta para obras específicas da capital. Como aponta-se abaixo, a presidente da Funsat fez uso da imprensa local para se defender de tais acusações.

A renda da (primeira) Feira da Paraíba [...] vai ser toda revertida em benefícios de obras sociais das primeiras-damas dos municípios paraibanos que estiveram representados no evento com suas barracas, disse ontem, a presidente Lúcia Braga, ao estranhar matéria publicada no dia 25 de agosto, no jornal *Gazeta do Sertão*, de Campina Grande, na coluna *Resenha*, de responsabilidade do jornalista Raimundo Rodrigues, distorcendo o verdadeiro objetivo com que foi idealizada a promoção, pela Funsat (JORNAL *CORREIO DA PARAÍBA*, 02 de setembro de 1983, p. 03).

Na referida notícia, a Funsat era acusada de planejar utilizar todos o dinheiro arrecadado durante a Feira da Paraíba em obras específicas de João Pessoa. Na nota acima, Lúcia Braga tenta rebater tais acusações, afirmando que desde o momento de sua idealização, os objetivos da feira sempre foram arrecadar fundos para fins sociais de todos os municípios representados, e que as primeiras-damas estavam a par de toda a situação.

Sobre a feira, Lúcia traz em seu livro que:

Foi assim a Feira da Paraíba, uma experiência inovadora que nenhum outro governo do Estado conseguiu jamais reproduzir: nove dias que nos traziam a ilusão de que os municípios se encontravam perto de nós, sem limites de território, ao mesmo tempo em que conseguiram eternizar a cultura e a beleza da Paraíba na memória de cada um de nós” (BRAGA, 1996, p.86)

Durante os anos que se seguiram, 1984 e 1985, mais duas edições da Feira da Paraíba foram realizadas. A II Feira ocorreu entre os dias 20 e 28 de outubro de 1984, assim como a primeira na Praça da Independência. “Segundo a presidente da Fundação Social do Trabalho, também desta vez a prioridade será dada ao Encontro do Artesão,

como forma de promover a classe, auscultar-lhe as reivindicações [...]”⁶⁷. O diálogo com as primeiras-damas dos municípios envolvidos foi fortalecido, assim como a interiorização das práticas de incentivo ao artesanato. Outros estados participaram, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Em sua segunda edição a feira atingiu proporções maiores, e como na primeira, foi bastante evidenciada pela imprensa local. Nessa perspectiva de apoio ao artesão, o governo do estado, por meio da Funsat criou a Casa do Artesão.



Foto 19: Revista da Funsat, ANO II, Volume 04. Capa final

A III Feira da Paraíba aconteceu em meio ao tumulto da campanha eleitoral para prefeitura de João Pessoa. Com as eleições previstas para 15 de novembro, a feira ocorreria entre 19 e 27 de outubro de 1985. Estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia participaram do evento. A III Feira da Paraíba foi considerada uma grande realização, contando com uma participação média de 50 mil pessoas durante os nove dias de festividades. Apesar da imprensa noticiar a grandiosidade do evento, por meio da

⁶⁷ Revista da Funsat, ANO II, Volume 04, p. 21.

análise observa-se certo recuo referente ao incentivo às práticas artesanais nos dois últimos anos do governo de Wilson Braga. A exemplo disso, em diversas ocasiões alguns artesãos manifestaram sua insatisfação para com a Funsat.

Um grupo de artistas da casa do Artesão da Fundação Social do Trabalho denunciou ontem, “o descaso que fomos tratados pela Coordenação de Promoção do Artesanato, durante a realização da IV Feira do Municípios do Rio Grande do Norte, que se realizou em Natal no período de 18 a 22 deste mês”, que eles participaram mostrando o artesanato paraibano. Segundo o grupo [...], as irregularidades começaram ainda em João Pessoa [...]. Lá em Natal, eles informaram que a Funsat alugou uma casa sem nenhuma condição para abriga-los, “daí fomos obrigados a dormir no chão” (*JORNAL CORREIO DA PARAÍBA*, 27 de setembro de 1985, p. 06).

Como dito acima, a terceira edição da feira ocorreu em meio à campanha eleitoral de 1985, durante a qual o governo Wilson Braga e, em especial, a Funsat, foram intensamente apontados como financiadores da campanha do candidato Carneiro Arnaud. Durante o período, notou-se uma diminuição, de fato, do trabalho da Fundação presidida por Lúcia Braga. No ano subsequente, 1986, a feira não aconteceu. Lúcia se afastara da presidência da Funsat ainda no início do referido ano, dedicando por inteira a sua campanha à deputada federal.

Apesar de bastante evidenciada pelos veículos de informação ligados ao governo, apreciada por alguns setores da sociedade e apontada como evento que valorizou e desenvolveu a prática cultural e artesanal no estado paraibano, as edições da Feira da Paraíba, bem como os demais estímulos por parte da gestão de Wilson Braga, encabeçadas pela Funsat, não eram implantados em forma de política pública. A Feira acontecia anualmente como parte da agenda de eventos programados e executados por Lúcia Braga em diálogo com outras primeiras-damas municipais. Muitas vezes o evento foi criticado, apontado como exibicionismo da esposa de Wilson, que, além de não incentivar de fato o trabalho artesanal, acabava destruindo a Praça da Independência, devido à grande quantidade de pessoas envolvidas.

Tendo a atividade artesanal ligada às demandas sociais gerenciadas pela Funsat, sob o comando de Lúcia Braga e sua equipe, como mencionado, apesar de bastante evidenciado, o estímulo a essa produção, durante o governo de Wilson Braga, foi bastante restrito, servindo mais enfaticamente para a realização da promoção da imagem da primeira-dama junto à população pessoense, estendendo-se a outras localidades do estado por meio de seus representantes nas Feiras.

3 A CAMINHADA DE LÚCIA BRAGA RUMO À CÂMARA FEDERAL E SUA ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Em meio a agitada campanha à prefeitura da capital paraibana, a gestão de Wilson Braga foi duramente atacada por seus adversários políticos. Na ocasião, o Governo do Estado apoiava Carneiro Arnaud ao cargo de prefeito. Este teve como grande adversário o deputado Marcus Odilon, que contara com o apoio político do também deputado Tarcísio Burity, à época adversário de Wilson Braga. Durante a referida campanha, os nomes de Lúcia Braga e da Fundação Social do Trabalho estiveram em constante evidência. Odilon e Burity acusaram veemente que a campanha do candidato Carneiro Arnaud estaria sendo “funsateada”, fazendo referência ao possível desvio de dinheiro público por meio da Funsat.

Em contrapartida, Lúcia Braga se pronunciou publicamente demonstrando sua insatisfação com tais acusações. Em congruência, diversas passeatas e comícios foram organizadas em solidariedade à Lúcia Braga e ao trabalho da Fundação Social do Trabalho. Fazendo-se valer dessa conjuntura, em fins de 1985 a primeira-dama do Estado anunciou que concorreria ao cargo de deputada federal, e que iniciaria sua campanha logo após o pleito municipal em vigor.

De acordo com Mello (2010), a eleição estadual de 1986 foi uma das mais acirradas da história política do Estado, ocorrendo segundo Cittadino (1999) dentro de uma nova fase da política brasileira, a chamada Nova República, cujo fundamento era a retomada dos princípios democráticos, anteriormente reprimidos. Em nível nacional o PMDB conseguiu soberania política nos executivos estaduais, na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Federal e Estaduais Brasil a fora. De acordo com Cittadino (1999),

Os níveis de popularidade do PMDB (então partido governista), identificado como o autor do Plano Cruzado (plano de estabilização econômica instituído pelo governo Sarney que, temporariamente, havia conseguido deter a inflação) fez com que o partido obtivesse, no plano nacional, uma vitória monumental nunca vista antes na história do país, elegendo 22 dos 23 governos estaduais, a maioria das cadeiras das Assembleias Legislativas Estaduais. 44 das 49 cadeiras em disputa no Senado e 260 cadeiras da Câmara dos Deputados. (CITTADINO, 1999, p. 129).

Na Paraíba, a disputa entre Tarcísio Burity e Marcondes Gadelha ao Governo do Estado ganharam contornos específicos. Esses dois nomes evidenciaram a disputa política

travada entre o PMDB e o PFL, partido formado por dissidentes do PDS. Segundo Mello (2010), O PMDB tinha pretensões de lançar a candidatura de Humberto Lucena a governança do estado, no entanto, o nome de Tarcísio Burity era cogitado com grande euforia desde o seu rompimento com Wilson Braga logo após a campanha de 1982.

Como deputado federal, Burity desempenhou o papel de oposição crítica e forte ao governo de Wilson, muitas vezes travando conflitos públicos e pessoais com este. Na eleição municipal de 1985 o conflito com o grupo de Wilson Braga se delineia e toma formas mais explícitas. Nesse contexto, o PMDB opta pelo nome de Tarcísio Burity, sendo eleito com uma maioria de 296.036 votos. De acordo com dados do TRE-PB, Burity obteve 755.625 voto, 61,27% da votação, contra 459.589 votos, equivalente a 37,26% de Marcondes Gadelha. O pleito também contou com o candidato do PT, Carlos Alberto Bezerra, porém sua candidatura correu por fora da disputa eleitoral, obtendo um total de 18.097 votos.

Na ocasião o governador à época da Paraíba, Wilson Braga, se candidatou ao Senado Federal pelo PFL, partido formado sob a liderança de Tarcísio Burity, e, “tomado” por Braga. Tendo sua vitória tida como certa sofre um duro golpe político ao ser derrotado pelos dois candidatos do PMDB, Raimundo Lira (615.533 votos) e Humberto Lucena (607.266 votos). Wilson Braga ficou em terceiro lugar obtendo um total de 388.878 votos. À essa derrota eleitoral de Wilson Braga foram atribuídas alguns fatores, como o desvio de dinheiro público durante toda a sua gestão e, em especial, durante a campanha de Carneiro Arnaud em 1985, o nepotismo explícito e, principalmente, seu possível envolvimento no assassinato do jornalista Paulo Brandão. De acordo com Mello (2010), esses fatores foram os principais responsáveis pelo desgaste do braguismo.

Durante todo o ano de 1986 o jornal *O Correio da Paraíba* noticiou informações relacionadas ao assassinato de Paulo Brandão e o suposto envolvimento do então governador do estado no crime. A maior parte das matérias sobre Wilson Braga diziam respeito ao assassinato do jornalista. Dessa forma, cada passo do processo policial e jurídico foi acompanhado pela população, que se informava diariamente por meio do impresso. Uma das primeiras e mais impactantes notícias apontou o envolvimento do coronel da PM Geraldo de Alencar, chefe da casa Militar do Governo e responsável pela guarda pessoal de Wilson Braga, no crime. Os laudos de balística foram cotidianamente divulgados. Diversas capas do *Correio da Paraíba* foram direcionadas à críticas a Wilson Braga em tom de acusação.



Foto 20: 20 de junho de 1986, p. 01



Foto 21: 13 de julho de 1986, p. 01

A disputa para a Câmara Federal também evidenciou o predomínio do PMDB, nacionalmente conseguindo eleger 260 deputados federais, na Paraíba conseguindo sete das 12 vagas. Em todos os níveis a disputa do PMDB foi travada com o PFL, que nacionalmente elegeu 118 deputados federais.

Tabela 1: Deputados federais eleitos em 1986

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO
Antônio Mariz	PMDB	106.591 votos
Cássio Cunha Lima	PMDB	93.236 votos
Lúcia Braga	PFL	92.324 votos
Evaldo Gonçalves	PFL	49.219 votos
José Maranhão	PMDB	47.873 votos
Edme Tavares	PFL	37.048 votos
João da Mata	PFL	35.956 votos
Adauto Pereira	PFL	33.128 votos
Edivaldo Mota	PMDB	30.964 votos
Aluísio Afonso Campos	PMDB	26.911 votos
João Agripino	PMDB	26.121 votos
Agassiz Almeida	PMDB	22.833 votos

Fonte: TRE – PB

Os resultados eleitorais de 1986 ganham destaque especial devido à importância e a responsabilidade política atribuída aos deputados federais e senadores eleitos na ocasião. Estes, além dos deveres legislativos, tinham em suas mãos a incumbência constitucional de elaborar a nova Carta Magna do país. A alta representatividade do PMDB nos dois referidos cargos evidenciam a importância do referido partido na elaboração da atual Constituição brasileira. Considerado como um avanço na consolidação da democracia em seu processo de reestabelecimento, como bem destaca Cittadino (1999), até que ponto a ascensão do PMDB pode ser considerada como uma ruptura com a estrutura do poder vigente até então? No plano local, de acordo com a historiadora,

Muito mais do que a indicação da ocorrência de alterações na estrutura de poder local, a vitória peemedebista, sobretudo tendo à frente Tarcísio Burity, que cresceu politicamente à sombra da ditadura militar e a seus grupos econômicos serviu fielmente, deve ser analisada no sentido das transformações realizadas pela elite dominante para, diante das alterações processadas mais amplamente na conjuntura nacional, conseguir manter inalterada sua estrutura de dominação (CITTADINO, 1999, p. 130).

Percebeu-se que, diante das mudanças em curso no plano nacional, as elites paraibanas se reorganizaram partidariamente com a finalidade de se manterem no poder,

inalterado, de fato, a estrutura de poder local. Dessa forma, pontua-se que mesmo diante de um quadro de aparente renovação por meio do êxito eleitoral do partido oposicionista do momento, o PMDB, seus representantes na Paraíba faziam parte dos grupos vinculados aos setores oligárquicos tradicionais do estado.

Nessa conjuntura, após um período de longas e intensas discussões em torno da elaboração da nova constituição do país, em março de 1987, os deputados/as federais e senadores/as eleitos iniciam os debates constitucionais. Lúcia Braga, uma das representantes da bancada paraibana, fez parte desse processo. Neste capítulo, irei discutir três pontos em específico: a campanha eleitoral de Lúcia Braga em 1986; as discussões em torno da necessidade de uma nova constituição e a formulação da Assembleia Nacional Constituinte; e a atuação de Lúcia Braga enquanto deputada federal constituinte.

3.1 A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988

Conhecida como Constituição Cidadã, a Constituição Brasileira de 1988 é considerada a mais democrática da história do país. A Constituição foi elaborada mediante uma série de discussões realizadas no interior da Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos iniciaram em 01 de fevereiro de 1987, se estendendo até 27 de julho de 1988. O processo de idealização dessa assembleia, marcada por inúmeros embates, sua formação e efetivação são analisadas neste tópico mediante sua importância político-social na então conjuntura vivenciada.

Como parte da conjuntura de abertura política em curso no país, a necessidade de uma nova Constituição era ponto chave de discussões políticas. Mas quais seriam aqueles responsáveis pela elaboração da tão esperada Carta Magna? Esse questionamento gerou uma série de debates em torno da questão, instigando mais ainda o processo de abertura política.

Como destaca Versiane (2014), os problemas referentes à década de 1980 estão bem além da instabilidade política em voga. O setor econômico também despertava preocupante atenção da elite política, além de ser altamente sentidos pelas classes menos favorecidas. Versiane (2014) ainda destaca que devido às essas eventualidades negativas, o referido período é apontado por parte da historiografia como a “década perdida”. No entanto, de acordo com a historiadora, ao se estudar o período também se deve levar em conta outras características que lhes cabe, como a ascensão da mobilização social.

A década de 1980 ficou conhecida, no Brasil, como “década perdida”, por ter sido um período de disparada inflacionária e forte estagnação econômica no país. Porém, contrariando a alcunha, ela também foi uma década de mobilização e luta da sociedade brasileira por direitos, marcada por momentos decisivos do esforço de superação, pela via democrática, do longo tempo de ditadura instituído com o golpe civil-militar de 1964 (VERSIANE, 2014. p. 362).

Sob uma nova conjuntura política, que estava se apresentando ao final da década de 80, os movimentos populares ganhavam mais visibilidade e relevância nas decisões e conduções de políticas sociais. Sobre esta perspectiva, Gohn afirma:

Na prática surgem novas lutas como pelo acesso a terra e por sua posse, pela moradia, invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação dos movimentos dos transportes; surgimento de organizações macro entre associações de moradores; movimento de favelados ou novos movimentos de desempregados; movimentos pela saúde (GOHN, 2007, p. 278).

Nesse cenário de ascensão dos movimentos sociais, apontou-se o fortalecimento da demanda social por uma nova Constituinte. Dessa forma, de antemão vale salutar que a Constituição Brasileira de 1988 não se configura como algo ofertado pelos dirigentes políticos do país, mas como uma conquista popular, alcançada mediante esforços coletivos. Na mesma direção, Lúcia Avelar (2007) considera que os movimentos sociais foram essenciais para a expansão da consciência política da população brasileira que passou a reivindicar mudanças conjunturais no campo social. Essas reivindicações puderam ser sentidas mediante a atuação popular nos canais institucionais criados para esse fim, como as audiências públicas organizadas em várias partes do Brasil e também em propostas de iniciativa popular encaminhadas à Constituinte.

De acordo com Versiane (2014), os anseios por uma nova Constituição já se fazia presente no interior do MDB, partido de oposição durante o período de regime militar, desde o início da década de 1970. Porém, o debate só alcançaria maiores extensões sociais no final da referida década. Essa entrada de novos atores no cenário político acabou forçando uma reconfiguração no projeto oficial de “abertura política lenta, gradual e restrita”. Planejado aos moldes do governo central, este projeto não teria mais condições de ser conduzido apenas de cima para baixo. Nessa conjuntura, Versiane (2014) ressalta o apelo lançado pelo MDB, em 1971, na *Carta de Recife*, divulgada durante o II Seminário de Estudos e Debates da realidade Brasileira, em Pernambuco.

Colocava-se, assim, a proposta de uma Constituinte como etapa de um projeto maior de resistência democrática à ditadura, projeto que tinha como ponto fundamental a extinção definitiva da legislação autoritária. [...] Somente a partir do último triênio da década de 1970, a proposta de uma campanha nacional pela convocação de uma Assembleia Constituinte ganha maior abrangência social (VERSIANE, 2014. p. 363).

Historicizando a respeito dos debates envoltos de necessidade de uma nova Constituição, vale apontar a luta em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pois o movimento significou um marco importante na luta pela Carta Magna. Progressivamente o movimento passou a contar com o apoio de diversos setores sociais e políticos, passando também a articular outras bandeiras de luta e reivindicações, como a liberdade de expressão, melhoria salarial para o trabalhador e a necessidade de uma nova Constituinte. Mesmo a aprovação da Lei de Anistia, ocorrendo aos moldes que ocorreu, anistiando também os violadores dos direitos humanos e os crimes cometidos pelo Estado, e sendo apontada com uma vitória parcial do governo, o fato também serviu para impulsionar os movimentos sociais, fortalecidos pelo seu poder de mobilização. “O apelo pró-Constituinte tornava-se um importante ponto de convergência da ampla luta social de oposição ao autoritarismo” (VERSIANE, 2014. p. 366).

Já no início da década de 1980, outro grande momento de mobilização social em prol de uma nova Constituição ocorreu durante o movimento das Diretas Já, considerado por parte da historiografia como o início, de fato, das mobilizações sociais pró-constituinte. De salienta Maria Helena Versiane, foi somente a partir da derrota na Emenda das Diretas Já, em 1984, que o movimento por uma Constituinte tomou caminhos mais firmes.

Assim, a derrota das Diretas Já! Acabou por ser também, e paradoxalmente, um exercício de aprendizagem e um evento impulsionador do movimento pela Constituinte Já! Naquele momento, a ideia de uma nova Assembleia Nacional Constituinte tornou-se um ponto-chave da repactuação social em torno da Aliança Democrática e da eleição de Tancredo Neves e de José Sarney para a Presidência e Vice-presidência da República (VERSIANE, 2014. p. 369).

Vale salientar que os debates sobre a Constituinte não ocorreram de forma homogênea, podendo ser apontadas quatro direções que estes seguiram. A primeira direção, inserida na estratégia política governista, defendia a possibilidade de uma reforma da Constituição existente, visando adaptá-la a realidade, porém, sem a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para tal incumbência. Do lado da oposição, três direções podem ser apontadas. “Um grupo

defendia a organização de uma eleição específica para eleger aqueles que deveriam compor a Assembleia Constituinte ‘exclusiva’, com a atribuição restrita de elaborar, livre e soberana, um novo texto constitucional para o país, e que se dissolvesse imediatamente após a conclusão dos seus trabalhos” (VERSIANE, 2014. p. 366-367).

A terceira direção, também no grupo de oposição, adotando uma postura mais moderada, foi aquela que defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, por meio de uma transição negociada, devendo atribuir poderes constituintes aos membros do Congresso Nacional, que seriam diretamente eleitos em 1986. Dentre os que apoiavam essa proposta estava Tancredo Neves. A quarta perspectiva foi aquela que ainda apresentava alguma resistência à ideia da luta pró-Constituinte. O grupo de apoiadores defendiam que, devido à complexidade dos assuntos constitucionais, o povo brasileiro não sairia de seu cotidiano para se preocupar com essas questões, evidenciando a ideia de um desinteresse político pela população comum, engano constituído e ainda presente no imaginário político nacional.

Observada com bastante cautela pelos grupos políticos situacionistas e oposicionistas, aos pouco, “a demanda por uma Constituinte foi [também] incorporada às práticas dos novos partidos políticos criados”⁶⁸. Nessa conjuntura, o PTB, criado em 1979, em seu primeiro programa oficial, no tópico ‘Plano Político’, aponta a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte. O PT, criado institucionalmente em 1980, no item “Liberdades Democráticas” estimula também a convocação de uma Constituinte.

O PDS, partido originário da antiga ARENA, tratava o tema com precaução, adotando uma postura mais centrada na ideia de reorganização constitucional, sem que esta causasse grandes mudanças estruturais no país. “Entre os partidos políticos, o Partido da Frente Liberal (PFL) – partido de centro-direita, no espectro do sistema político – também lançou, em abril de 1986, uma Carta Compromisso, apresentando propostas a serem defendidas por sua bancada na Assembleia Constituinte” (VERSIANE, 2014. p. 373). No contexto paraibano, o PFL local se manteve convergente com o grupo nacional, sem causar grandes embates políticos no interior do estado. A grande preocupação para o pleito de 1986 era eleger seus candidatos.

Nesta mesma direção, Moisés alertava para que os partidos políticos, os movimentos populares e as instituições da sociedade civil não abrissem mão da

⁶⁸ VERSIANE, 2014. p. 367.

participação na elaboração da nova Carta Constitucional para garantir seus direitos e evitar que a Constituinte se configurasse numa “farsa” (MOISES, 1990).

Na Paraíba, o debate em torno da questão referente a Constituinte foi pouco evidenciada pela imprensa local, se comparada com a cobertura de outras discussões políticas da época, a exemplo da disputa local pelo executivo municipal de João Pessoa de 1985. O referido pleito ganhou reportagens diárias em praticamente todos os jornais impressos que circulavam na capital do estado. Os Jornais *a União*, *O Momento*, *O Correio da Paraíba* e *O Norte*, são demonstrativos dessa afirmativa. Entretanto, alguns posicionamentos mais direcionados pró ou contrários à Constituinte foram noticiados, a exemplo da postura do deputado do PDS, Ernani Sátiro.

Na edição de 04 de janeiro de 1985, o jornal *O Correio da Paraíba* trouxe uma reportagem explicitando os apontamentos do deputado paraibano quanto à Constituinte. De acordo com a matéria, “o deputado acha a Constituinte ‘um negócio da lua’ e que ‘só um louco eleito presidente da república, a convocaria’”. Para ele, inserido no grupo de apoiadores daquela primeira direção descrita por Versiane (2014), que defendia a possibilidade de uma reforma da Constituição existente, sem a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, “o Congresso eleito em 1986 já seria eleito também com poderes constituintes”⁶⁹.

Adotando um posicionamento contrário ao do deputado Ernani Sátiro, o também deputado federal e na ocasião pretendo candidato ao governo do estado paraibano, Tarcísio Burity, se mostrara um convicto defensor de uma Assembleia Nacional Constituinte. Ao retornar da viagem à Brasília, a qual realizou com a finalidade de participar da eleição indireta para a presidência da República, Burity faz declarações à imprensa local, demonstrando seu entusiasmo com a vitória obtida por Tancredo Neves, bem como salientando a importância da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, segundo ele, órgão que devolveria o povo brasileiro o direito de cidadão da República.

Burity entende que somente a Constituinte é que a Constituinte é que poderá devolver ao povo brasileiro o direito enquanto cidadãos da República. Para ele, a Assembleia Nacional Constituinte é a base de todas as reformas políticas que o novo presidente da República, Tancredo Neves, quer promover no Brasil. [...] A Constituinte para Burity, vai instituir uma nova forma no exercício do poder, uma vez que todas as leis e própria Constituição serão assustada ao pensamento e aos anseios dos trabalhadores e do povo brasileiro (Jornal *O Correio da Paraíba*, 18 de janeiro de 1985, p. 03).

⁶⁹ Jornal *O Correio da Paraíba*, 04 de janeiro de 1985, p. 03.

O clima continuou tenso após a vitória eleitoral seguida da morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney. O fato gerou um clima de incertezas quanto ao processo de redemocratização, pois Sarney era uma das fortes lideranças da Arena e do PDS. Nesse interim, visando impedir que o projeto de redemocratização fosse estagnado, novos movimentos sociais começaram a se organizar. A convocação de uma Constituinte era algo considerado certo, procurava-se agora, incentivar e garantir a participação popular nesse processo. Discutia-se o fato de construir uma sociedade democrática, mas também as formas de como construí-la. A participação popular foi apontada e defendida como fator preponderante. “A participação dos cidadãos não poderia restringir-se ao momento de eleger representantes pelo voto. Deveria existir durante todo o debate anterior à eleição, de forma sistemática e influente. O voto seria sua natural culminância” (VERSIANE, 2014. p. 379).

“Em 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional, tendo em vista a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Formou-se, então, no Congresso, para a apreciação da proposta, uma comissão mista, interpartidária” (VERSIANE, 2014. p. 375). O presidente recomendou a organização de uma Constituinte Congressional, compostas por deputados federais e senadores eleitos em 1986, e, também, pelos senadores já eleitos em 1982, acumulando assim funções legislativa e constituinte, o que contrariava a ideia de uma Constituinte exclusiva, defendida por expressiva parcela da sociedade. Segundo Aspásia Camargo e Eli Diniz, a decisão por uma Constituinte congressional foi uma estratégia encetada por forças conservadoras, da coalizão de poder formada em torno da ideia da “transição democrática” e do próprio governo, para garantir “não só fortes linhas de continuidade com o regime anterior como o controle sobre a Constituinte” (CAMARGO e DINIZ, 1989).

“Contra essa proposta, vários segmentos sociais defenderam a formação de uma Assembleia Constituinte ‘exclusiva’, formada por membros eleitos para o fim específico de elaborar a Constituição” (VERSIANE, 2014. p. 375). Afirmaram não ser possível desempenhar bem as duas funções, legislativa e constitucional, ao mesmo tempo. Ainda acreditaram que as duas funções eram coisas distintas, e suas especificidades poderiam interferir na tomada de decisões. Ainda argumentaram que caberia ao povo decidir aqueles que escreveriam a Constituição.

O Plenário Pró-Participação Popular⁷⁰ organizou uma caravana rumo à Brasília, objetivando defender a ideia de uma Constituinte exclusiva. Foi incentivado o envio de cartas de repúdio ao relator da comissão mista. Em meados de 1985 um documento denominado de “Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional” foi lida pelo jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, na sessão paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, na praça da Sé em São Paulo. O referido documento contava com a assinatura de mais de 120 entidades que compunham o Plenário Pró-Participação Popular, e reforçava o quão imprescindível seria a participação da população no processo de elaboração da nova Constituinte do país.

Partimos da afirmação de que o Poder Constituinte não é Poder Legislativo ... Em outras palavras: não pode o Congresso Nacional ser convertido em Assembleia Nacional Constituinte. O ato que o fizer é arbitrário e ilegítimo ... Ninguém nega que o Congresso Nacional tem alguns poderes constituintes. Mas os poderes constituintes do Congresso são somente aqueles que a Assembleia Constituinte lhe delega por meio da Constituição ... Além do mais, devemos observar que, na Constituinte, a atuação dos deputados da Câmara e dos senadores não se poderia livrar de poderosas incitações para favorecer, com normas constitucionais adequadas, a situação desses mesmos parlamentares, dentro da organização estatal (Trecho da fala de Goffredo)⁷¹.

Algumas universidades também se engajaram no movimento de incentivo à participação popular, assim como algumas entidades sociais, artistas, partidos. Nesse contexto, movimentos foram criados amparados no suporte da necessidade da participação popular. Em 1985, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC). “O objetivo era fomentar a criação de núcleos pró-participação na Constituinte em vários estados e municípios do país, onde a população pudesse discutir a propor à nova Constituinte temas de seu interesse e de sua vida” (VERSIANE, 2014. p. 379).

⁷⁰ “Em São Paulo, foi criada também, em 6 de fevereiro de 1985, uma importante matriz da participação da sociedade na Constituinte, o Plenário Pró-Participação Popular. Seu propósito maior era consolidar a criação de instrumentos de participação popular no processo de elaboração da nova Carta, que fossem depois incluídos como regra política no texto constitucional. Na sequência dessas iniciativas, multiplicaram-se os comitês e plenários por todo o país. Ainda em 1985 foi criado, no Rio Grande do Sul, o Movimento Gaúcho Pró-Constituinte; em Curitiba, o Movimento Paranaense Pró-Participação Popular na Constituinte; em Minas Gerais, o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte; no Espírito Santo, formou-se uma Assembleia Municipal Pró-Constituinte. Em 1986, teria destaque, em Pernambuco, o Movimento Povo na Constituinte” (VERSIANE, 2010, p. 240-241)

⁷¹ Ler Carta na íntegra da edição da *Folha de São Paulo*, de 18 de julho de 1985. p. 01. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/109703/1985_07_058.pdf?sequence=1. Acesso em 15 de outubro de 2016.

As articulações que se criaram a partir do Rio e São Paulo reforçaram outras iniciativas existentes. Por toda parte surgiam cartilhas, audiovisuais, conferencistas se deslocavam de um Estado para outro, organizavam-se debates, formavam-se monitores e animadores. E da sensibilização geral começavam a nascer grupos mais voltados para a mobilização. (MICHILES et al., 1989, p.42-43)

Na Paraíba, a Ordem dos Advogados do Brasil, em sua sessão estadual, organizou um Simpósio para apresentar e discutir questões relacionadas à Constituinte. Sob a presidência de Vital do Rego, o Simpósio ocorre entre 7 e 11 de agosto de 1985, e contou com a participação como conferencistas de Hermann Baeta (presidente da OAB nacional), Miguel Realli (advogado, filósofo, professor universitário e poeta brasileiro), Seabra Fagundes (advogado, jurista e magistrado brasileiro) e Evandro Lins e Silva (jurista, jornalista, escritor e político brasileiro). Em nota ao jornal *O Correio da Paraíba*, o presidente da OAB da Paraíba apresenta os objetivos do Simpósio.

O Simpósio sobre a Assembleia Nacional Constituinte, segundo o presidente da OAB, tem o sentido de divulgar o poder Constituinte a todos os segmentos da sociedade e não apenas a políticos ou juristas. Ele acrescentou que também objetivava formar uma consciência coletiva sobre a importância de um novo pacto social (JORNAL *O CORREIO DA PARAÍBA*, 21 de junho de 1985, p. 01).

Em meados de setembro ainda de 1985, um grupo de líderes comunitários da Paraíba foi até Brasília participar de um plenário cujo objetivo era discutir a configuração da Assembleia Nacional Constituinte. Ao todo, 126 lideranças filiadas à Federação Paraibana de Associações Comunitárias, participaram do encontro. A caravana saiu de João Pessoa no dia 14 de setembro.

A delegação da Paraíba está composta de pessoas simples dos bairros, ligados às Sociedade de Amigos de Bairros, Clubes de Mães, Federação Paraibana de Associações Comunitárias – Fepac, e União Campinense de Equipes Sociais – Uces, bem como de Assistentes Sociais, Advogados, Sociólogos, e Jornalistas de João Pessoa e Campina Grande. Objetivando um destaque especial para o estado, o Sr. Marcos Célio do Nascimento, presidente da FEPAC, já manteve contatos em Brasília com o titular da Secretaria de Assuntos Comunitários, o deputado Anibal Teixeira, o Ministro da Educação Marco Maciel e com o Ministro da Desburocratização, deputado Paulo Lustosa (JORNAL *O CORREIO DA PARAÍBA*, 14 de setembro de 1985, p. 04).

Nacionalmente, diversos outros projetos com finalidades semelhantes foram criados (Projeto Educação Popular Constituinte), assim como a realização de plenários, enquanto canais legítimos de participação popular. “O esforço de organização e

articulação dos plenários populares pressupunha haver legitimidade nos interesses de setores tradicionalmente com menos força no jogo político nacional e apostava na politização das ações cotidianas dos indivíduos” (VERSIANE, 2014. p. 372).

No dia 26 de agosto de 1986, Brasília sediou o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O evento contou com a participação de cerca de 1.500 pessoas e colocou em pauta uma série de reivindicações que foram depois entregues aos constituintes, e discutidas na Assembleia⁷². Anteriormente, em novembro de 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou a campanha “Mulher e Constituinte”, que teve como objetivo ampliar os canais de comunicação entre os movimentos sociais e os mecanismos de decisões políticas.

Em resposta, o relator, deputado Flávio Bierrenbach, do PMDB, optou por elaborar um parecer propondo a realização de um plebiscito para decidir se a Constituinte deveria ser congressional ou exclusiva⁷³.

Contudo, apesar de todas as pressões sociais, a proposta do plebiscito não foi aprovada pela Comissão e, em novembro de 1985, ficou determinado a convocação de uma Assembleia congressional. Uma derrota, sem dúvida. Para os movimentos pró-participação na constituinte, porém, igualmente importante, uma derrota que não enfraqueceu a disposição participativa desses movimentos (VERSIANE, 2014. p. 376-377).

A decisão pela implantação de uma Constituinte Congressional pode também ser apontada como parte da estratégia do governo central em conjunto com as forças conservadoras, em torno da ideia da “transição democrática controlada”, garantindo assim, não apenas a continuidade política, como o controle sobre a Constituinte, sendo esta entendida como peça central no tabuleiro que então se formava.

Como destacou Versiane (2014), considerada uma derrota participativa num primeiro olhar, os movimentos em defesa da participação popular não se enfraqueceram. Foram várias e intensas as campanhas em prol da ideia da iniciativa popular. Como

⁷² Do referido encontro foi lançado a Carta das Mulheres aos Constituintes. Na Carta encontram-se temas relacionados à igualdade e regularização dos movimentos sociais organizados, além de pontuar elementos relacionados à família, trabalho, saúde, educação, cultura e violência. Ver a Carta na íntegra em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao_citada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em 01 de outubro de 2016.

⁷³ Constituinte Congressional: formada por membros eleitos para a Câmara Federal e para o Senado. Constituinte Exclusiva: formada por membros eleitos exclusivamente para a Assembleia Nacional Constituinte.

resposta, no dia da instalação da Assembleia, em 01 de fevereiro de 1987, em seu Regimento Interno, a Iniciativa Popular foi aprovada, devendo as propostas serem subscritas por 30 mil pessoas. Começaram-se as campanhas de arrecadação de propostas e assinaturas populares. “No dia 12 de agosto de 1987, realizou-se um ato público para a entrega unificada de todas as emendas populares no Congresso Nacional, que somariam 122 propostas, subscritas por mais de 12 milhões de assinaturas” (VERSIANE, 2014. p. 379).

A Constituinte de 1987-1988 recebeu 122 emendas populares, com mais de doze milhões de assinaturas. O instituto foi previsto pelo Regimento Interno da Assembleia (art. 24). Organizações da sociedade civil saíram às ruas para colher assinaturas para as mais diversas emendas, entre as quais estavam as referentes aos direitos das mulheres. As propostas foram defendidas em plenário por representantes de movimentos sociais. Entre as emendas populares mais ligadas aos temas defendidos pelos movimentos de mulheres, encontravam-se propostas diversas: a favor e contra o aborto; sobre aposentadoria das donas de casa; sobre direitos dos empregados domésticos, da mulher (estabelecendo a plena igualdade entre os sexos), das crianças e dos adolescentes; direito a creche, direito à saúde da mulher e da família (AZEVEDO e RABAT, 2012, p. 150).

Como mencionado no início do texto, mesmo inserido no cenário de busca de controle político e manutenção do poder por parte de certos grupos políticos, e vivenciado em pleno 2016 fortes ataques e tentativas de retrocessos, a Constituição Brasileira de 1988 ultrapassa a barreira de uma oferta à população, configurando-se como uma conquista social/popular.

A instalação de uma nova constituinte, em 1987, não foi uma medida política ‘ofertada’ à sociedade brasileira por alguns parlamentares comprometidos com a redemocratização – como o discurso governamental do período sustentava. Ela foi uma resposta a um amplo movimento social que congregou experiências e iniciativas por todo o Brasil, mobilizando entidades civis, grupos sociais e pessoas as mais diversas. Um movimento exemplar e raro do que, em História e Ciência Política, entende-se por participação popular ampliada, no caso, da própria sociedade brasileira, em vários de seus segmentos, embora como sempre acontece, com formas e graus diferenciados (VERSIANE, 2014. p. 363).

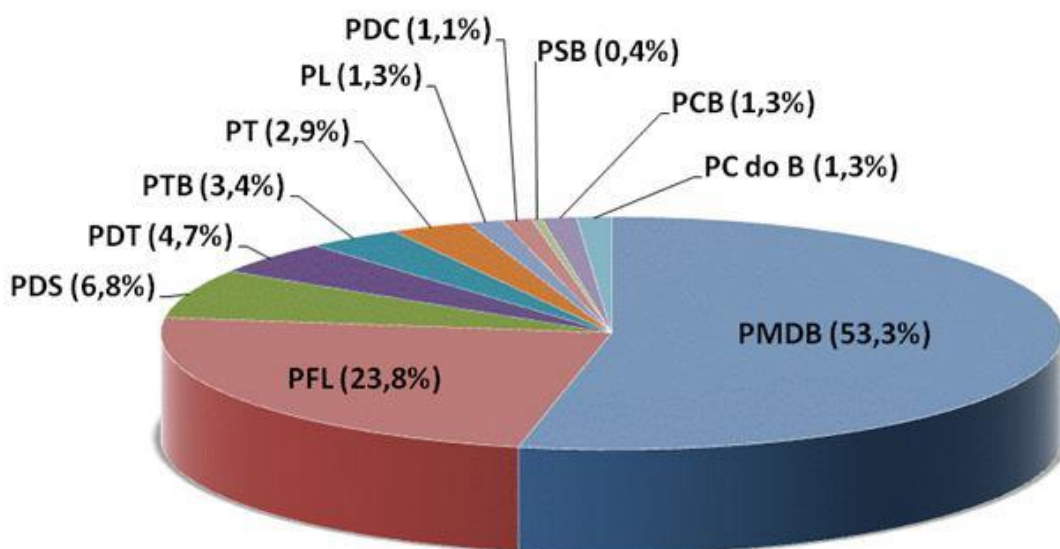
Segundo Maria D’Alva Kinzo, apesar da Assembleia Nacional Constituinte ter sido amplamente criticada, na época, por causa da sua natureza congressual foi, segundo a autora, “certamente a experiência mais democrática na história constitucional brasileira” (KINZO, 2001, p. 82).

Nessa conjuntura, sob discurso do Ministro José Carlos Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 01 de fevereiro de 1987. No referido discurso, o Ministro destaca a importância da assembleia

que então se formava, historicizando a significância de uma Carta Magna na constituição das sociedades modernas. O Ministro finaliza sua fala: “senhores constituintes, na feitura de uma Constituição, as questões são múltiplas e as dificuldades várias. Resolvê-las com prudência e sabedoria é o grande desafio que se apresenta a esta como a todas as Assembleias Nacionais, Os olhos conscientes da Nação estão cravados em vocês”⁷⁴.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 foi composta então por 559 congressistas, sendo 487 deputados federais eleitos em 1986 e 72 senadores, 49 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986, e 23 eleitos em 1982. A ANC contou com a participação de 26 deputadas e nenhuma senadora.

Figura 01: Distribuição partidária da Assembleia Nacional Constituinte 1987/88



Fonte: “O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova constituição”. Milton Guran (Coordenador). Brasília: AGIL, 1988

⁷⁴ Discurso na íntegra disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224180>. Acesso em 02 de novembro de 2016

3.2 Primeira campanha eleitoral de Lúcia Braga: a disputa por uma vaga na Câmara Federal

Como apontado em todo o trabalho, durante os primeiros anos da década de 1980, Lúcia Braga conseguiu desenvolver um trabalho social/assistencialista junto as camadas periféricas da capital paraibana mediante sua atuação enquanto presidente da Fundação Social do Trabalho, cargo que ocupou durante o governo de seu esposo Wilson Braga, e por meio desta atuação alcançou a significativa vitória eleitoral de 1986.

Em seu livro *Tempo de viver tempo de contar*, Lúcia Braga evidencia que durante os anos de atuação no interior da gestão de seu esposo não havia pela sua cabeça adentrar para a política partidária enquanto portadora de algum cargo político. De acordo com a Lúcia, o que ela tinha era um projeto social e não um projeto político. Demonstrando uma visão ponderada sobre a política eleitoral, Lúcia Braga destaca que sua entrada na esfera partidária ocorreu em resposta à demandas populares que pediam a continuidade de seu trabalho.

Terminei aceitando a convocação das comunidades para continuar a vida pública. Abaixo-assinados circularam para que eu me candidatasse a deputada federal. [...] Por essa época, as associações comunitárias começaram a se organizar e lhes emprestei todo o apoio possível. Daí o desejo do povo organizado para que eu permanecesse na política. Fui compensada pela fidelidade às pregações da campanha, através do trabalho desenvolvido frente à Funsat. O povo paraibano me elegeu deputada constituinte em 1986 (BRAGA, 1996, pp. 102-103).

No entanto, os anseios políticos de Lúcia Braga são visíveis desde o início de sua atuação à frente da Funsat. No início de 1985, após dois anos de sua atuação frente à Fundação Social do trabalho, algumas lideranças políticas expunham sua preocupação com a popularidade e projeção política alcançada por Lúcia Braga, passando esta a representar uma “ameaça” a algumas personalidades da época. Na edição de 12 de janeiro de 1985 o jornal *O Correio da Paraíba* lança uma matéria intitulada “A influência de D. Lúcia”. A publicação explicita a importância política eleitoral do trabalho desempenhado por Lúcia Braga no interior da Funsat, destacando que seu envolvimento teria indiscutível repercussão no cenário político local. A notícia aponta que essa aparente visibilidade adquirida pela primeira-dama vinha incomodando alguns políticos locais, a exemplo do Deputado Federal Joacil de Brito.

A Sra. Lúcia Braga movimenta-se dentro do governo com visíveis objetivos políticos. A ação administrativa que desenvolve num dos órgãos-chaves do governo tem indiscutível repercussão política, e as posições públicas que ela tem tomado favorecem o crescimento de sua imagem, a exemplo de sua alegada preferência pela candidatura de Tancredo Neves, ou das suas confissões, feitas em círculos de confiança, de que abomina a convivência com setores reacionários infiltrados no PDS (JORNAL *O CORREIO DA PARAÍBA*, 12 de janeiro de 1985. p. 03).

Na ocasião o deputado pedessista Joacil de Brito havia se pronunciado publicamente, demonstrando sua insatisfação com Lúcia Braga por ela ter afirmado que o PDS havia se desgastado. Em resposta, a primeira-dama, com o apoio de seu esposo, organizou uma manifestação pública, contando com o apoio de mulheres associadas à Liga de ação Solidária. A manifestação aconteceu no Hotel Tropicana e contou com a participação de centenas de mulheres. Antes da manifestação Lúcia concedeu entrevista à imprensa presente no local, e destacou que a o ato tinha por objetivo combater posicionamentos preconceituosos como o preferido por Joacil de Brito. De acordo com a presidente da Funsat, a fala do deputado carregava consigo um teor preconceituoso e agrava o gênero feminino. Ao Jornal *O Correio da Paraíba* ela argumentou que: “não fizemos campanha eleitoral para que a mulher fosse enxovalhada dentro de sua própria terra”⁷⁵. Ao jornal *O Momento*, periódico que nesse período dava mais espaço ao governo, Lúcia destaca que ainda não havia pensado sobre a possibilidade em se candidatar a algum cargo político. De acordo com a primeira-dama, a candidatura ocorreria se isso fosse uma vontade do povo e não uma imposição dela e de Wilson. *O Momento* publicou partes da fala de Lúcia Braga:

Eu não pensei nisso. Mas, quem sabe?... se as coisas acontecerem dentro do que a gente aspira, num clima mais favorável onde a gente tenha melhores oportunidades... mas a gente ainda não conservou sobre isso, porque eu nunca tive problema político, sinceramente. Em toda a minha vida só tive só tive projetos sociais e quero fazer o meu trabalho. Então, eu não tenho essa pretensão nesse momento. Vamos deixar que o povo se manifeste, porque eu não gosto dessa ideia da gente mesmo impor uma candidatura (JORNAL *O MOMENTO*, 13 a 19 de janeiro de 1985, p. 07).

Lúcia Braga fazia questão de deixar claro que não haviam pretensões políticas em suas ações. Todavia, fez da oportunidade um aglomerador de forças a suas ideias e a uma possível candidatura. Assim como fez na campanha de seu marido em 1982, Lúcia Braga pareceu buscar organizar entidades femininas em prol de sua campanha em 1986. A

⁷⁵ Jornal *O Correio da Paraíba*, 10 de janeiro de 1985, p. 01.

própria imprensa destacava que a postura crítica de Joacil de Brito era uma explícita insatisfação com a sua provável candidatura. Este, com objetivos voltados à reeleição à Câmara Federal temia perder o apoio de importantes nomes ligados ao PDS e a Wilson Braga, bem como temia a influência que Lúcia Braga tinha sobre as posições políticas de seu esposo. Como temia, Joacil de Brito, concorrendo a uma cadeira na Câmara Federal pelo mesmo partido de Lúcia Braga (PFL), obteve apenas 26.062, não conseguindo se eleger. Na eleição de 1982 Joacil foi eleito com 70.262 votos⁷⁶.

A atitude contestação assumida pelo deputado Joacil de Brito parece ter sido consequência da projeção que a Sra. Lúcia alcançou no atual governo. Ele considera seu espaço pessoal uma ameaça pela presença expansionista da primeira-dama, que deverá, se a legislação a permitir, disputar um mandato nas próximas eleições na mesma faixa em que concorrerá o Sr. Joacil, e em condições infinitamente privilegiadas, dado o seu fácil à máquina e ao seu poder de penetração em todo o estado. Mas outro fator terá, ainda, motivado a reação do parlamentar malufista: a influência significativa que a Sra. Lúcia Braga exerce junto a seu marido em relação aos fatos políticos do Estado (JORNAL *O CORREIO DA PARAÍBA*, 12 de janeiro de 1985. p. 03).

O ano de 1985 foi bem agitado politicamente, e mesmo a Paraíba vivenciado um drama social devido à falta de recursos financeiros e aos males causados em diversos bairros periféricos pelas chuvas em excesso, Wilson e Lúcia Braga fizeram intensa campanha a favor de Carneiro Arnaud. Inúmeras foram as inaugurações realizadas pela Funsat, bem como atos e passeatas em defesa de Lúcia Braga, que no momento era bastante criticada pelos candidatos oposicionistas. A primeira-dama fez uso desses espaços e oportunidades para realizar pronunciamentos públicos, conceder entrevistas à imprensa local e se aproximar incisivamente de alguns grupos sociais da capital, seus futuros eleitores.

Em setembro de 1985, a candidatura de Lúcia Braga à Câmara Federal já algo tido e publicitado como certo para o ano seguinte. De antemão, afirmo que sua campanha teve início ainda em meio a campanha eleitoral para o executivo municipal de João Pessoa. Numa conjuntura de fortes críticas à Funsat e a utilização de seu dinheiro para fins eleitorais, Lúcia Braga dá início a sua caminhada eleitoral. Em entrevista concedida ao jornal *O Correio da Paraíba* em 01 de setembro de 1985, Lúcia Braga responde a algumas acusações proferidas por Tarcísio Burity, e salienta que sua candidatura faz parte de um

⁷⁶Dados disponibilizados pelo TRE-PB. Ver: <http://www.trepb.jus.br/eleicoes/eleicoesanteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

postulado político que tinha por objetivo dar continuidade ao trabalho iniciado durante sua atuação na Funsat. Em matéria no mês posterior, os jornais *O Correio da Paraíba* e *O Momento* anunciam que a então primeira-dama do estado se prepara para sua campanha eleitoral. Na ocasião, Lúcia Braga afirma está totalmente focada no pleito eleitoral para o executivo municipal, mas que logo em seguida, iniciaria de fato a sua primeira campanha para cargos políticos, concorrendo pelo Partido da Frente Liberal, PFL⁷⁷.

Em dezembro estará deflagrada a minha candidatura a deputada federal”. Foi o que anunciou na última quinta-feira, durante entrevista coletiva concedida à imprensa na granja Santana, a primeira-dama do estado, d. Lúcia Braga. “Só pretendo pensar na minha campanha depois de passada a eleição para prefeito da capital. No momento, só estamos preocupados com a vitória de Carneiro e Cabral”, disse. Ela lembrou que a sua candidatura surgiu “por força das circunstâncias”, ou seja, da necessidade da população de ver continuado o seu trabalho social. “Eu gostaria de repetir que, inicialmente, não tive um projeto político. Ele surgiu por força das circunstâncias, desse trabalho que realizo junto ao povo; surgiu por conta dessa fé e esperança que o povo tem no meu trabalho. Eu me sinto comprometida com ele e estou à disposição do Partido da Frente Liberal a disputar um mandato na Câmara Federal”, acrescentou (JORNAL *O MOMENTO*, 13 a 19 de outubro de 1985, p. 06).

Na mesma edição do jornal *O Momento*, Lúcia Braga pontua que conta com o apoio do público feminino junto a sua campanha. Sendo as mulheres a maioria do eleitorado paraibano na época, salientou a primeira-dama, elas tinham a força de decidir os rumos da campanha que estava por vir e que esperava poder representar essas mulheres na Câmara e na Assembleia Constituinte. Em fevereiro de 1986, Lúcia Braga se afasta do cargo de presidente da Fundação Social do Trabalho e passa a se dedicar exclusivamente à sua campanha eleitoral. A Fundação continuou seu trabalho sob o comando da então vice-presidente Yolanda Mendes Leite.

Fato bastante evidenciado durante toda a narrativa foi a aproximação de Lúcia Braga com os setores periféricos da capital. Essa aproximação se dava por meio de relações estabelecidas entre a Funsat e seus programas sociais, muitos de cunho assistencialista, com as associações comunitárias dos vários bairros onde Fundação atuou. Pautada na lógica “participativa”, em diversas situações essas associações perderam de foco o seu objetivo central, que era a luta coletiva em prol de melhorias para a comunidade, favorecendo a atuação coercitiva do governo. Com essa relação de trocas emergenciais, por diversas vezes a Funsat “assistiu” as comunidades, mantendo-as sob

⁷⁷ Jornal *O Correio da Paraíba*, 11 de outubro de 1985, p. 03.

controle. Dessa forma, um número considerável de associações de bairros tornaram-se importantes redutos eleitorais de Lúcia Braga na campanha de 1986.

Os presidentes de aproximadamente 100 Associações de Bairros da grande João Pessoa, reuniram-se durante o dia 28 do corrente [fevereiro] no sentido de firmar posição quanto à candidatura de Lúcia Braga à Constituinte, nas eleições deste ano. Por unanimidade, é pensamento dos representantes comunitários unirem suas forças para levar à Câmara Federal a líder paraibana, não só pelos serviços prestados à sociedade, em prol dos mais carentes, como também pelo significado de sua inteligência e sua voz na Câmara, em defesa dos direitos humanos e sociais. [...] Todos os presidentes de Associações, presentes na reunião, se pronunciaram, sob aplausos (JORNAL *O MOMENTO*, 02 a 08 de fevereiro de 1986, p. 10).

O apoio dos setores pobres da sociedade pessoense também foi explicitado durante uma assembleia do Programa Creche familiar ligada à Funsat. N ocasião, “várias faixas de saudação a Dona Lúcia Braga foram colocadas no espaço Cultural, inclusive algumas defendendo seu nome como candidata a deputada federal nas eleições de novembro deste ano [1986]”⁷⁸.

Lúcia Braga também buscou expandir sua influência política eleitoral para espaços além região metropolitana de João Pessoa, espaço onde ela pôde atuar de forma mais próxima durante sua passagem pela Funsat. “[...] D. Lúcia Braga, participou na última sexta-feira de uma série de visitas a bairros e favelas de Campina Grande, tendo também naquela cidade sido homenageada por associações comunitárias, diretores e estudantes de colégios que foram levar o seu apoio a sua candidatura”⁷⁹.

Esse período de campanha eleitoral é narrado por Lúcia Braga em apenas um dos seus três livros de memória. Nele, *Tempo de viver, tempo de contar*, Lúcia reserva a terceira parte para refletir “o direito de ser mulher”, no qual ela discute a questões da sub-representação feminina na esfera pública, incluindo a política, sendo isso um reflexo da predominância de uma sociedade machista e patriarcal. Buscando historicizar a trajetória de luta das mulheres no decorrer dos séculos, Lúcia Braga afirma que as conquistas adquiridas na Assembleia Constituinte, inclusive o direito de compô-la, faz parte da persistência e coragem de tantas mulheres que não se debruçaram frente as imposições sociais patriarcais as quais foram expostas. De acordo com a ex-primeira-dama, “a caça às bruxas continua em nossos dias. De uma maneira dissimulada, porém muito real e

⁷⁸ Jornal *O Momento*, 04 a 10 de maio de 1986, p. 08.

⁷⁹ Jornal *A União*, 05 de outubro de 1986, p. 08.

cruel. Basta que uma mulher se projete em qualquer ramo de atividade pública. Com certeza, sua caminhada será árdua” (BRAGA, 1996, p. 120).

Lúcia Braga faz uso da expressão “caça às bruxas” para apontar as perseguições sofridas por diversas mulheres nos dias atuais. Nesse sentindo, ela ressalta que sua trajetória até a Câmara Federal foi marcada por perseguições e discriminações, iniciadas no momento de sua campanha política. Para ela a sua condição de mulher era fator questionado inclusive por correligionários do PFL, partido que lançou sua candidatura. Em tom de rancor e contestação, Lúcia narra alguns desses momentos discriminatórios em seu livro:

Enquanto servia, em eleições anteriores, de massa de manobra, de cabo eleitoral, era aceita carinhosamente por todos os correligionários de Wilson. Mas quando resolvi assumir o meu compromisso com o povo e pleitear a uma vaga de deputada federal, passei a não ser benquista como antes. Uma mulher desejando competir com homens, ingressar na vida pública? Crime imperdoável! (BRAGA, 1996, p.121).

A passagem acima encorpa um dos meus argumentos quando afirmo que o papel de primeira-dama faz parte de um segundo plano da política partidária, e que a permanência das mulheres nesse âmbito é impulsionada, a medida em que estas deveriam em tese realizar um trabalho instrumentalizado em prol dos projetos políticos encabeçados por seus esposos. “É interessante registrar que não existem situações de ‘primeiros-damos’. Estamos à frente de uma função considerada feminina o que, de certo modo, interdita a mulher como ocupante do cargo de dirigente pública eleita democraticamente. Neste caso parecer caber a ela se tão só acompanhante e não titular” (TORRES, 2002, p. 12). Na mesma direção Rabay e Carvalho (2010) destacam:

Antes e depois de conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais, bem como nos movimentos populares. Na representação legislativa e executiva é que sua participação é recente (RABAY; CARVALHO, 2010, p.13).

Esse parece ser o caso de Lúcia Braga, que, enquanto ocupou esse segundo plano da política, atuando nas campanhas eleitorais de seu esposo, tinha total apoio da camada masculina pertencente ao grupo. De acordo com a ex-primeira-dama, esse apoio foi recuado após sua ascensão ao cenário central da política partidária. A ex-primeira-dama afirma em uma das passagens de seu livro, que durante os comícios ela era a última a assumir o microfone, sofria injúrias de correligionários de seu esposo, era excluída das

discussões densas no interior do PFL no período de campanha, mas que mantinha-se passiva diante da situação para não ofuscar as alianças que arrodeavam Wilson Braga⁸⁰.

A passagem além de explicitar a discriminação sofrida por Lúcia Braga por parte da ala masculina ligada a seu esposo Wilson Braga, demonstra também o quanto Lúcia era fiel aos acordos políticos travados no interior do matrimônio, sempre ponderando suas ações e posturas como parte de uma estratégia travada entre ela e seu esposo quanto a obtenção de apoio político.

Entretanto, Lúcia Braga não nega a importância do papel de primeira-dama no seu processo de ascensão ao cenário central da política. Em entrevista concedida ao jornal *a União*, a então candidata afirma que seu papel de esposa do governador lhe proporcionou a oportunidade necessária para que ela se inserisse na política partidária. Seguem as palavras de Lúcia Braga:

Foi importante ser mulher do governador. Porque a gente tinha as portas abertas. Se por um lado, no início, a gente lutou com dificuldades junto aos órgãos técnicos pelo fato de ser mulher do governador, porque a gente sentia as portas fechadas em relação a credibilidade de uma primeira-dama, porque eles achavam que era aquela questão do chazinho, da filantropia, e nos olhavam com reservas em relação a aprovação de alguns projetos. Mas depois eles começaram a sentir que o trabalho tinha peso, era feita com seriedade. A coisa começou a mudar e encontramos muita abertura. Por outro lado, o fato de ser mulher do governador, na área estadual abriu muitas portas de outras secretarias (JORNAL *A UNIÃO*, 23 de outubro de 1986, p. 01).

Como estratégia de campanha, Lúcia Braga fez intenso uso de sua imagem enquanto mulher e defensora dos direitos femininos junto a Assembleia Constituinte. A pouco mais de um mês da eleição, que ocorreu em 15 de novembro de 1986, Lúcia Braga foi recebida por 45 lideranças comunitárias na cidade de Campina Grande. A candidata fez uso do espaço para declarar que seria uma defensora das mulheres no Congresso Nacional, lutando contra qualquer tipo de intolerância de gênero⁸¹.

O MAF, Movimento de Ação Feminina, tão fortemente utilizado na campanha eleitoral de 1982 a favor de Wilson Braga, bem como durante sua gestão apoiando os projetos desenvolvidos pela Funsat e Lúcia Braga, também se fez presente prestando seu apoio à candidatura da ex-primeira-dama do estado, que na ocasião continuava ocupando a presidência do Movimento. Espaço aglomerador da forma feminina, o Movimento levou às ruas centenas de mulheres. Palestras, comícios, passeatas foram organizadas, e

⁸⁰ BRAGA, 1996, p. 122.

⁸¹ Jornal *A União*, 04 de outubro de 1986, p. 08.

nestas, Lúcia Braga assumia o seu protagonismo, realizando falas direcionadas ao público carente e feminino.



Foto 23: Jornal *A União*, 23 de outubro de 1986, p. 01.

A imagem acima, estampada na capa do jornal *A União*, faz referência a marcha das mulheres organizada pelo Movimento de Ação Feminina. A menos de um mês de pleito eleitoral, no dia 22 de outubro o apoio do Movimento à Lúcia Braga foi demonstrado por meio de uma grande mobilização de mulheres.

Uma multidão acompanhou ontem à noite, pelas principais ruas de João Pessoa, a Marcha da Mulher Paraibana. A passeata teve início da igreja de Lourdes (Trincheiras), e terminou na praça Dom Adauto (Palácio do Bispo), onde foi armado um palanque. Às 23 horas a cantora Amelinha encerrou a manifestação com um show. Antes, muitas mulheres falaram, entre elas d. Lúcia Braga e d. Magna Gadelha (esposa do candidato a governador Marcondes Gadelha). [...] A iniciativa da passeata partiu do Movimento de Ação Feminina. Vieram mulheres de vários bairros da capital, inclusive representantes femininas de outras cidades, todas em apoio a Marcondes Gadelha e Lúcia. D. Lúcia, que liderou o movimento, considerou que as mulheres deram uma demonstração de força, caracterizando a importância do voto feminino no dia 15 de novembro (JORNAL *A UNIÃO*, 23 de outubro de 1986, p. 01).

A imprensa local também foi bastante utilizada por Lúcia Braga em sua campanha eleitoral. A candidata a deputada fazia uso dos periódicos para transmitir sua mensagem política, sendo muitas delas direcionadas às mulheres. Numa edição especial de domingo do jornal *A União*, Lúcia Braga ganha destaque especial, tendo suas fotos e uma entrevista estampada na capa do periódico.



Foto 22: Jornal *A união*, edição de domingo, 05 de outubro de 1986, p. 01

O Jornal *A União* dá muita visibilidade a campanha de Lúcia Braga, noticiando seu cotidiano eleitoral, sua agenda política, seus projetos políticos em prol da população periférica e das mulheres do Estado. Na contramão, a campanha de Wilson Braga ao senado não foi tão evidenciada quanto. Alvo de intensas críticas devido a seu possível envolvimento com o assassinato de Paulo Brandão, a partir de meados de 1986, aparentemente, Wilson Braga sai de cena. Nesse momento, o protagonismo político do matrimônio se encontra com Lúcia Braga, se concretizando após sua vitória eleitoral, em detrimento da derrota de seu esposo.

Ao que parece, percebendo o desgaste da imagem de Wilson Braga, o casal então assume a estratégia de montar campanhas eleitorais distintas, tanto que raras as vezes Lúcia e Wilson são noticiados juntos na campanha de 1986. A ela foi proferida certa autonomia, para que o desgaste vivido por seu esposo não respingasse na sua campanha. Aparentemente deu certo, pois Lúcia Braga recebeu a maior terceira votação do estado, ficando atrás apenas de Antônio Mariz e Cassio Cunha Lima.

Muito evidenciada pelo periódico oficial do governo, o jornal *A União*, Lúcia Braga também sofreu muitas críticas da imprensa, advindas principalmente do jornal *O Correio da Paraíba*, durante sua campanha. Na verdade o principal alvo do referido periódico era Wilson Braga, devido ao seu suposto envolvimento na morte de Paulo Brandão. Quanto a esse assunto, apesar de muito noticiado, nenhuma vez o nome de Lúcia Braga foi citado juntamente com o de seu esposo. Mas, vez por outra, o *Correio da*

Paraíba, trazia à tona algumas reportagens em tons de crítica e denúncia quanto a campanha da ex-primeira-dama. Com o título “Funsateada quase acaba em tragédia”, o jornal noticia o caos ocorrido durante a distribuição de cestas básicas pela equipe da Funsat, e acusa a Fundação de estar distribuindo alimentos em troca de votos para Lúcia Braga.

A Campanha que Fundação Social do Trabalho (Funsat) organizou para angariar votos para sua ex-presidente, Lúcia Braga, a pretexto de homenagear as mães carentes de João Pessoa, quase acabou em tragédia. Pelo menos cinco pessoas foram atendidas em hospitais da cidade por conta das brigas, empurrões e agressões ocorridas ontem pela manhã e no início da tarde no Ginásio Clube Ástrea. Cerca de 10 mil pessoas foram ao local em busca de uma feira constituída de feijão, arroz, óleo, açúcar, bolacha e farinha. Pelo menos a metade desse contingente foi atendida e esvaziou rapidamente os sete caminhões. Na confusão uma mulher deu à luz a uma criança no interior do clube e foi levada pela polícia em uma ambulância para o hospital. Um garoto caiu no meio da fila e sofreu pisões de alguns adultos, sendo também socorrido pelos policiais (JORNAL *O CORREIO DA PARAÍBA*, 13 de maio de 1986, p. 01).

Ainda referente à Funsat, *O Correio* noticia o projeto político da candidata a deputada estadual pelo PCB, Emília Correia Lima, de extinguir a Fundação se fosse eleita. De acordo com a reportagem, a candidata teria afirmado que “a Funsat foi criada para dar suporte eleitoral à esposa do ex-governador Wilson Braga, Antônio Lúcia Braga, além de que a comunidade não tem acesso e nem controle dos recursos financeiros da instituição”⁸².

Com o título “*Funsat dá e toma casa*”, o *Correio* acusa a Fundação de estar ameaçando tomar as casas de quem não votar nos candidatos indicados por Lúcia Braga. Na mesma matéria, publicada há 15 dias da eleição, em 31 de outubro de 1986, o periódico ironiza a imagem de Lúcia Braga como sendo portadora de um “bom coração”. De acordo com este, o bom coração se resumiria aos anseios políticos da ex-primeira-dama em assegurar estabilidade ao governo de seu esposo num primeiro momento, e de projetar seu nome à política partidária num segundo⁸³.

O jornal *O Correio* também concedia espaço às lideranças comunitárias contrárias a Lúcia Braga, a fim de denunciar que nem todo o movimento urbano dos bairros eram favoráveis e apoiadores da campanha da ex-primeira-dama. Em setembro de 1986 o Presidente da Associação Comunitária do conjunto José Américo, Antônio Batista Melo,

⁸² Jornal *O Correio da Paraíba*, 15 de agosto de 1986, p.01.

⁸³ Jornal *O Correio da Paraíba*, 31 de outubro de 1986, p. 01 e 09.

declarou ao *Correio* que seria falsa a informação de que ele e a comunidade apoiavam a candidatura de Lúcia Braga. Essa informação foi noticiada pelo jornal *O Norte*, e colocava Antônio Batista como uma das lideranças apoiadoras da esposa de Braga. O presidente desmentiu a afirmação e declarou que tudo não passava de uma manipulação política de grupos ligados à Lúcia e Wilson Braga⁸⁴.

Na mesma linha crítica, o periódico noticiou diversas vezes algumas ameaças tecidas por Lúcia Braga a grupos contrários à sua candidatura e à candidatura de Marcondes Gadelha.

Se Burity ganhar aqui, eu mando passar um trator por cima desses casebres”. A ameaça foi feita pela candidata a deputada federal, Antônia Braga, aos moradores das favelas Cachorro Assado e Renascer, depois de constatar que o “seu” eleitorado demonstra uma tendência espontânea para votar no candidato do PMDB: Tarcísio Burity. Antônia Braga desesperou-se ao tomar conhecimento, através de seus cabos eleitorais, de que os moradores das favelas não estão permitindo que sejam afixados cartazes de propaganda política dos candidatos do PDS em suas residências. “Eu mandei derrubar esse casebre e mando derrubar se Burity ganhar aqui”. [...] Segundo moradores das favelas, a ameaça foi feita essa semana durante um comício a que compareceu um número reduzido de pessoas (JORNAL *O CORREIO DA PARAÍBA*, 03 de outubro de 1986, p. 01).

As reportagens em tons de propagandas (*A União*) e crítica (*O Correio da Paraíba*) estiveram no centro dos debates políticos até o dia da realização do pleito eleitoral, e dessa forma é apontado aqui como um valioso instrumento político. Entre críticas e supervalorização a respeito de seu nome, Lúcia Braga protagonizou, segundo as suas próprias palavras, “uma das mais instigantes campanhas de sua vida”. Nessa agitada conjuntura política, a eleição de 15 de novembro de 1986 consagrou o nome de Lúcia Braga como a maior força do PFL paraibano. Ela foi eleita com 92.324 votos, configurando-se como a terceira mais bem votada do estado e a primeira mais bem votada do PFL. O segundo mais votado do seu partido foi Evaldo Gonçalves de Queiroz, obtendo praticamente a metade de sua votação, 49.219 votos.

3.3 A atuação de Lúcia Braga na Assembleia Constituinte – 1987 e 1988

No dia 01 de fevereiro de 1987 instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte. Iniciada as atividades, os constituintes realizaram diversos pronunciamentos. Em linhas gerais, estes faziam menção às atividades a serem desenvolvidas no transcorrer da

⁸⁴ Jornal *O Correio da Paraíba*, 11 de setembro de 1986, p. 07.

elaboração da Constituição. Em comemoração ao 25º aniversário de promulgação do texto da Constituição Federal de 1988, em 2013 a Coordenação de Histórico de Debates publicou uma coletânea de discursos de Deputadas constituintes. A coletânea reúne discursos que nortearam a atuação parlamentar de cada oradora. Nesta, encontra-se o discurso proferido por Lúcia Braga, em 19 de fevereiro de 1987, logo após a instalação da Assembleia. Em seu primeiro discurso, Lúcia Braga traz uma narrativa referente ao momento econômico do Brasil e apresenta os princípios que, segundo ela, deveriam nortear a elaboração da nova carta constitucional⁸⁵.

Senhor Presidente, Sra, e Srs. Constituintes, o povo brasileiro está perplexo e desiludido. O sonho da inflação zero acabou, com a morte do Plano Cruzado decretada pelo Cruzado II. A economia brasileira atravessa um momento crucial, quando a inflação bate recordes ao atingir o índice de 16,82%. E mais as expectativas para este mês de fevereiro não são nada animadoras. À escassez de gêneros soma-se a falta de peças para a indústria em geral. Dentro deste quadro padecem sobretudo os trabalhadores, e mais que estes aqueles que vivem marginalizados, em regime de subemprego ou desemprego. A hiperinflação que a todos pune a estes atinge com mais rigor. Voltam-se, então, as esperanças, num derradeiro apelo de náufragos, para esta Assembleia, na perspectiva não de que possamos, como pretenderam os artífices do Plano Cruzado, mudar a face da economia num passe de mágica, numa farsa montada com fins eleitoreiros, mas de que dotaremos este País de uma Carta que reflita os anseios nacionais, consubstanciando mudanças estruturais que permitam um padrão de vida digno para a grande legião dos oprimidos que vivem à margem do contexto socioeconômico nacional.

E continua Lúcia Braga,

É indispensável, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Constituintes, que os brasileiros, em todos os níveis, disponham de emprego, moradia e educação e que haja uma melhor distribuição de renda, a fim de que as desigualdades sociais sejam minimizadas. Impõe-se alteração radical nas estruturas sócio-econômicas atuais, reconhecidamente obsoletas, que permitem a existência de bolsões de miséria ao lado do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, que possibilitam a existência de grandes áreas improdutivas, quando em sua volta os camponeses são enxotados para as cidades onde vão habitar favelas, alagados e palafitas e contemplar, impotentes, a desagregação do núcleo familiar – os filhos levados à marginalidade ainda na infância. É necessário, pois, que no texto da Carta que esta Assembleia vai redigir seja expressa a obrigatoriedade de o Governo realizar a reforma agrária, expressando a vontade do povo brasileiro, interpretando a consciência nacional, e não apenas em lei ordinária como se fora uma benesse do chefe do Executivo.

⁸⁵ Coletânea Mulheres Constituintes de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25anosdaconstituicao-de-1988/mulherconstituente/mulheres-constituientes-de-1988>. Acesso em 01 de novembro de 2016.

A deputada finaliza sua fala ressaltando a emergência da realização da reforma agrária, bem como salientando a soberania e responsabilidade da Assembleia frente a todo o processo político vivenciado. Na mesma direção, os demais deputados e deputados realizaram discursos estimulantes, objetivando reafirmar suas posições frente à Assembleia.

O trabalho inicial da Assembleia Constituinte foi a elaboração de um Regimento Interno, para que em seguida fosse iniciada a discussão do texto constitucional. A luta pela participação popular, em curso desde os debates em torno da possibilidade de uma constituinte exclusiva, teve sequência durante as discussões e aprovação do Regimento Interno da Assembleia recém instalada. Este, em linhas gerais, garantia certas formas de participação popular, ao desconcentrar o procedimento de atuação dos Parlamentares Constituintes.

A tramitação referente ao Regimento Interno ocorreu de fevereiro a março de 1987, sendo este promulgado em 24 de março do referido ano, após longas sessões discursivas, presididas por Ulisses Guimarães, que havia sido eleito Presidente da ANC dia 02 de fevereiro. O Regimento, aprovado pela Resolução nº 2, contou com 86 artigos, os quais organizava internamente o trabalho dos constituintes. Pelo seu caráter descentralizador, o método de trabalho inserido no Regimento Interno foi considerado ousado e inovador, pois não tomou como base um anteprojeto pré-elaborado. Não coube a nenhum grupo parlamentar específico a incumbência constituinte de formular um primeiro estudo. O modelo decisório adotado incluía, de forma igualitária, todos os parlamentares na elaboração do texto constitucional, diferentemente das constituições de 1891 e de 1934, em que os constituintes receberam um anteprojeto do poder Executivo a partir do qual iniciaram os trabalhos de elaboração de nova Constituição.

Não havendo um anteprojeto prévio, considera-se que o Regimento apontava para a necessidade da elaboração de um texto elaborado de baixo para cima. Dessa forma, os trabalhos teriam início pela formação de comissões e subcomissões responsáveis por apresentar esboços preliminares em suas áreas temáticas específicas. Nesse interim, o trabalho da Assembleia foi dividido em nove Comissões Temáticas, subdivididas em 24 subcomissões. As subcomissões deliberavam baseadas em sugestões encaminhadas por constituintes e pela sociedade civil. Em paralelo, foi instituída também uma Comissão de Sistematização que, após o trabalho das Comissões Temáticas, deveria organizar um projeto e acompanhar sua tramitação entre os constituintes. Em seu art. 15 do Regimento Interno foram criadas as seguintes Comissões e Subcomissões:

- 1 – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:
 - a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;
 - b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;
 - c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.
- 2 – Comissão da Organização do Estado:
 - a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;
 - b) Subcomissão dos Estados;
 - c) Subcomissão dos Municípios e Regiões.
- 3 – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:
 - a) Subcomissão do Poder Legislativo;
 - b) Subcomissão do Poder Executivo;
 - c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- 4 – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições:
 - a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;
 - b) Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;
 - c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas.
- 5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:
 - a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas;
 - b) Subcomissão de Orçamento e fiscalização Financeira;
 - c) Subcomissão do Sistema Financeiro.
- 6 – Comissão da Ordem Econômica:
 - a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica;
 - b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;
 - c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
- 7 – Comissão da Ordem Social:
 - a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;
 - b) Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente;
 - c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.
- 8 – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:
 - a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes;
 - b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;
 - c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.
- 9 – Comissão de Sistematização

Estando as Comissões em voga, no dia 28 de maio de 1987 começou o prazo para que os membros das Comissões Temáticas apresentassem emendas aos anteprojeto das Subcomissões. De acordo com os Anais da ANC, foram apresentadas nessa fase 7.728 emendas. Em meados de junho do mesmo ano, as Comissões Temáticas apresentaram relatórios gerais, após um processo de unificação das respectivas áreas de atuação, e os submeteram à análise da Comissão de Sistematização. Esta Comissão, formada por membros de todos os partidos, foi presidida pelo senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL) e teve como relator-geral o deputado Bernardo Cabral (PMDB).

Lúcia Braga ocupou o posto de primeira vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais foi instalada em 07 de abril de 1987, em reunião presidida pelo Constituinte José Mendonça de Moraes, com a presença dos Constituintes Antônio Mariz, Darcy Pozza,

Antônio Câmara, José Mendonça de Moraes Joaquim Haickel, José Fernandes, Djenal Gonçalves, Narciso Mendes, Lúcia Vânia, Cleonânio Fonseca, Ubiratan Spinelli e Jose Mendonça Bezerra e Lúcia Braga. De acordo com sua ata de instalação⁸⁶, a primeira ação da subcomissão foi a eleição dos seus presidente e vice-presidentes. Após os partidos indicarem os nomes de seus representantes, a votação foi iniciada. Apurou-se o seguinte resultado:

[...] para Presidente o constituinte Antônio Mariz, com 12 votos e 2 em branco; para Primeiro Vice-Presidente a Constituinte Lúcia Braga, com 12 votos e 2 em branco; para Segundo Vice-Presidente o Constituinte Antônio Câmara, com 12 votos e 2 em branco. Anunciado o resultado, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Constituintes e declarou eleitos os Constituintes Antônio Mariz, Lúcia Braga e Antônio Câmara, respectivamente Presidente, Primeiro-Vice- Presidente e Segundo-Vice-Presidente, empossando-os em seguida (ATA DA SUBCOMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, 1º reunião. 07 de abril de 1987).

A Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais travou intensos debates sobre os mais diversificados temas, tais como, *orientação sexual, pena de morte, a permissão e proibição do aborto, liberdade individual e sexual, direitos trabalhistas*. No que diz respeito a discussão envolta da “orientação sexual”, esta se fixava no debate sobre o uso do termo no texto constitucional ou não. O Relator Darcy Pozza (PDS-RS) leva a questão aos constituintes, apontando que o termo “orientação sexual” seria mais adequado se comparado a outros termos colocados para o debate, como “particularidade ou condição social”.

Na ocasião, Lúcia Braga (PFL-PB) perguntaria à assembleia sobre a adequação da expressão “orientação sexual”, apresentando certo receio em virtude da educação sexual nas escolas. Lúcia Braga se mostrava conservadora a respeito da questão, não diferentemente do que ocorria com seus colegas constituintes. “Nossa preocupação, como mãe, seria a de nosso filho ainda adolescente tender para o homossexualismo, induzido pelo mestre, pela força que o professor tem diante do aluno”⁸⁷. A preocupação em torno da homossexualidade girava em torno de sua adequação as normas sociais e não objetivando assegurar as garantias individuais dos sujeitos. Vale ressaltar que as

⁸⁶ Atas da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais disponíveis em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicaocidadada/o-processo-constituente/comissoes-esubcomissoes/Comissao-1/subcomissao1c. Acesso em 01 de novembro de 2016.

⁸⁷ Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento ao nº 66). Quarta-feira, 27 de maio de 1987. p. 132.

discussões se concentravam em torno da Constituição trazer ou não o termo “orientação sexual”. Na conjuntura em vigor, os grupos de homossexuais não chegavam a reivindicar a possibilidade de reconhecimento de união estável ou casamento.

Em relação à pena de morte, a pauta causou densas discussões entre os constituintes. Durante a vigésima reunião, ocorrida no dia 11 de maio de 1987, o Relator Darcy Pozza realizou uma apresentação do Anteprojeto da Subcomissão, fazendo a leitura do documento. Vale ressaltar que para a formulação inicial desse Anteprojeto foram recebidas 1.121 (mil cento e vinte e uma) propostas, das quais 730 (setecentas e trinta) haviam sido acolhidas total ou parcialmente pelo então relator. Em relação a pena de morte o projeto apresentava as seguintes propostas:

Art. (...) São direitos e garantias individuais:

I – A vida. Não haverá **pena de morte**, de prisão perpétua, de trabalhos forçados, de banimento ou de confisco, ressalvados, quanto à pena de morte, a legislação aplicável em caso de guerra externa e, quanto à prisão perpétua, os crimes de estupro ou sequestro, seguido de morte. Será punido com crime o aborto diretamente provocado (ANTEPROJETO DA SUBCOMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS).

A partir da vigésima segunda reunião da Subcomissão, ocorrida em 14 de maio de 1987, os Constituintes debateriam a proposta apresentada pelo relator. Na ocasião, Lúcia Braga (PFL-PB) foi a primeira a se pronunciar, combatendo enfaticamente a possibilidade de pena de morte, mesmo nos casos de estupro. Para Lúcia Braga, se a pena de morte fosse aprovada, somente os pobres seriam punidos. Na verdade, Lúcia se manifestou sem perceber que a proposta fazia referência à prisão perpétua e não à pena de morte em caso de estupro. Ainda nessa sessão, Lúcia Braga faz referência ao caso de Ana Lídia Braga, criança que foi estuprada e morta, cujos responsáveis não foram punidos por pertencerem à elite de Brasília⁸⁸. Em relação a essa discussão, Lúcia Braga se mostra então mais progressista e defensora do direito à vida.

O artigo apresentado acima, exposto pelo relator Darcy Pozza, traz a toma a questão da punição referente ao aborto. Durante a vigésima terceira reunião da subcomissão, Lúcia Braga inicia uma série de discursos em defesa de uma emenda que permitiria o aborto em caso de estupro, risco de vida e má formação do feto, ampliando assim as possibilidades da realização do aborto. Em sua emenda, Lúcia Braga contou com

⁸⁸ Ata da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, 22ª reunião. 24 de junho de 1987.

o apoio de Costa Ferreira, que acreditava que nos casos pontuados pela constituinte, de fato, as mulheres não deveriam ser punidas.

Em sua atuação junto a Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, Lúcia Braga se mostrou muito presente, discutindo a fundo com os demais constituintes que a formava, assuntos relacionados aos interesses do povo. Logo no início dos trabalhos, na sétima reunião da Subcomissão, em meio as discussões que a permeavam, Lúcia Braga faz um vibrante pronunciamento referente aos direitos das mulheres, destacando que estes deveriam ser assegurados no texto constitucional em construção.

Gostaria de, nesta oportunidade, ressaltar junto aos Srs. Constituintes, especificamente juntos aos membros desta Subcomissão, a importância das sugestões apresentadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Que fique presente em nossas mentes a necessidade de ser explicitada no texto constitucional uma discriminação que existe, que não pode ser mascarada e, como disse com tanta oportunidade, com tanta lucidez a brilhante conferencista de hoje, vamos fazer uma Constituição e partir do aqui e agora. Estamos vivendo em uma sociedade de distorções sociais, em uma sociedade – tomando como base e referencial mulher, que é nossa abordagem de hoje – em que a mulher é realmente discriminada. Partindo desse ponto, acho importante que, mesmo considerando que para prejudicar, como disse o Senador, o aspecto jurídico, a questão não pode ser abordada genericamente. Temos de levar em conta a proposta social, já que aqui temos como obrigação construir uma sociedade nova. Que essa Constituição seja até coercitiva, mas que contenha dispositivos auto aplicáveis que lhe permitam ser um instrumento eficaz de mudanças sociais. Muito obrigada (ATA DA SUBCOMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, 7º reunião. 23 de abril de 1987).

Aprofundando seus apontamentos e defesas relacionadas aos direitos das mulheres, Lúcia Braga aponta a necessidade de assistência das mulheres após o período da gravidez, tema em bastante evidência na época. Na oitava reunião da Subcomissão, que ocorreu no dia 24 de abril, Lúcia Braga faz um pronunciamento em prol dos direitos das mulheres gestantes e após o parto. Na ocasião, a reunião contou com a participação de representantes ligados ao setor industrial e comercial. Nesta, Lúcia indagou a falta de assistência a essas mulheres.

Gostaríamos de fazer uma indagação ao conferencista de hoje sobre o que pensa a Confederação que S. S^a preside em relação ao problema da mulher trabalhadora, a importância de assegurar a estabilidade de um ano no emprego para a mulher no período de amamentação do seu filho. O que ocorre na prática, é a mulher, após o período de licença gestante, ser demitida do emprego. Então, pergunto a V. S^a qual o pensamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria em relação a problema tão grave, a essa injustiça, a essa violência que se comete no dia-a-dia contra a mulher trabalhadora. A indagação decorre da preocupação que V. S^a demonstra relativamente ao sindicalizado, contra quem acontece tal injustiça. Achei, então, que seria oportuno lembrar o problema da discriminação em relação à

mulher (ATA DA SUBCOMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, 8º reunião. 24 de abril de 1987).

Lúcia Braga demonstrou adotar a problemática da mulher trabalhadora como uma de suas pautas de defesa. Com uma representatividade feminina firmada na presença de 26 congressistas, apesar de não comporem um grupo político homogêneo, elas apresentaram-se, por meio de suas propostas e defesas, convergentes quanto a temas especialmente relevantes para as mulheres. Foi dessa convergência que resultou a expressão “lobby do batom”. De acordo com Pitanguy “O Lobby do Batom foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática” (PITANGUY, 2011. P, 12).

Ao longo de todo o processo constituinte, as mulheres parlamentares atuaram intensamente, apresentando emendas ao projeto de Constituição e participando do debate por meio de pronunciamentos sobre os temas em pauta. Mulheres de diferentes partidos, regiões e bases políticas participaram da Assembleia discutindo não somente questões femininas, mas também todos os temas abordados e votados.

Como apresentado acima, a bancada feminina da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 foi formada por 26 deputadas federais titulares, mais três suplentes.



Foto 24: Grupo de deputadas constituintes.

Compondo um grupo heterogêneo, a bancada feminina foi analisada por Santos (2008), em seu trabalho de conclusão da especialização em Ciência Política pela Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. No referido Trabalho, Santos (2008) nos apresenta um perfil da bancada feminina, apontando elementos como grau de instrução, profissão, idade e partido político,

demonstrando, de fato, como esta era mesclada em sua composição. Segue o perfil da bancada feminina da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88.

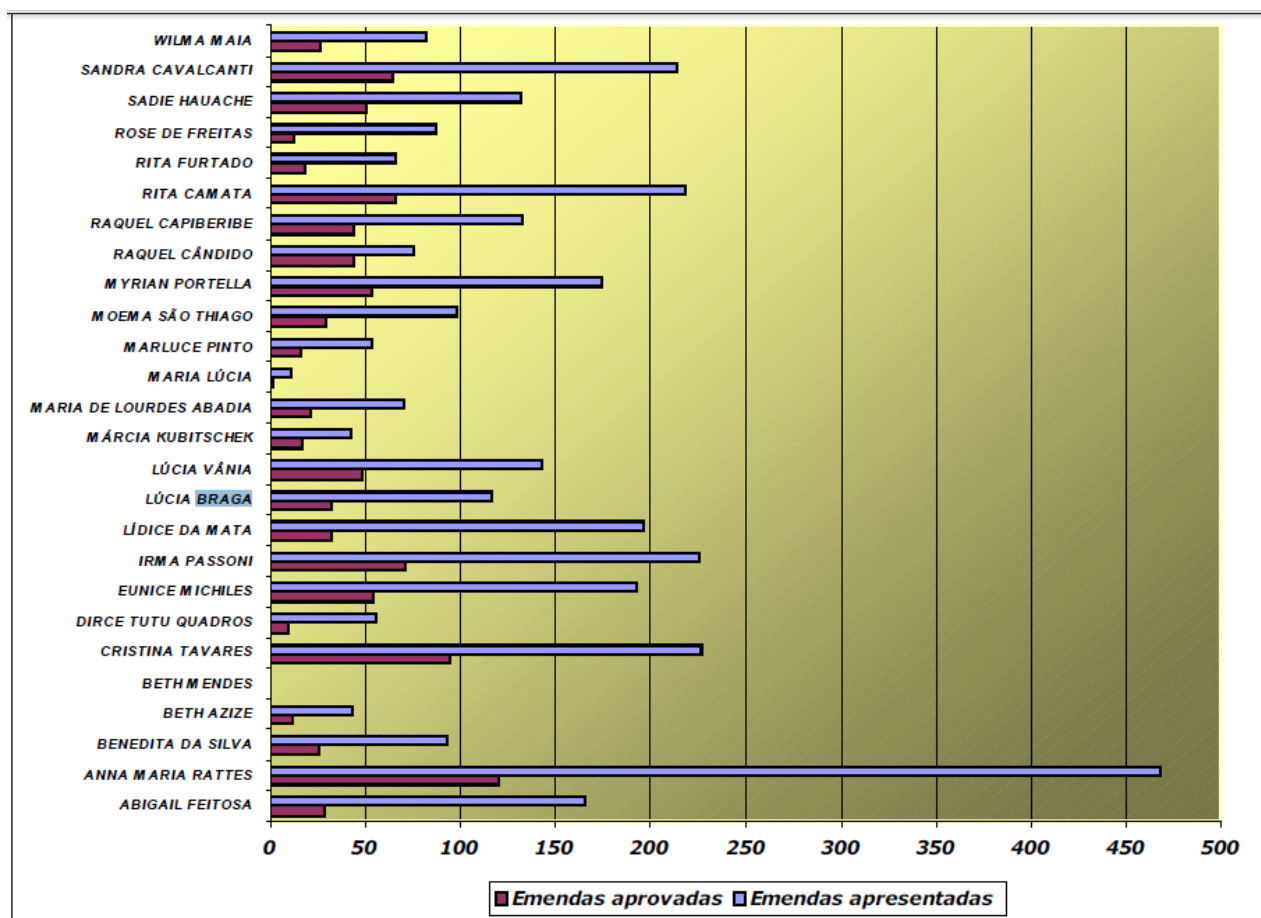
A bancada feminina da ANC possui um perfil: o superior completo como grau de instrução; as ciências humanas como formação acadêmica; o jornalismo, o magistério, a advocacia e a assistência social como profissões; os 40 anos como idade e o PMDB e o PFL como suas principais agremiações políticas. A maioria das parlamentares (84%) dispunha de diploma de nível superior e (8%) com superior incompleto e nível médio. As regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram a maior proporção de constituintes femininas com instrução universitária (100%). O Sudeste com (85,7%) e o Norte com (62,5%). No extrato regional o Norte apresentou deputadas com menor nível de escolaridade. A formação acadêmica da bancada baseava-se nos cursos de Comunicação (20%), Direito (16%), Assistência Social (12%), Pedagogia (8%) e Letras (8%). (16%) das parlamentares sem formação acadêmica (SANTOS, 2008, p. 39).

Ainda sobre o perfil panorâmico da bancada feminina que compôs a ANC, Santos (2008) aponta:

A ocupação profissional das parlamentares era de jornalistas (24%), professoras (20%), advogadas (16%) e assistentes sociais (12%) e empresárias (8%). A idade média da bancada feminina situa-se na faixa etária dos 40 anos (48%), havendo uma segunda proporcionalidade de (28%) na faixa de 50 anos. A bancada mais jovem com menos de 30 anos representa (4%) e a mais velha com mais de 60 anos (4%). A idade representativa demonstra indivíduos com oportunidade de maior experiência. [...] O PMDB foi o partido que mais contou com representação feminina em sua bancada, 36% das parlamentares da ANC pertenciam a esta agremiação. O PFL foi o segundo, com 28% - PDS, PTB e PT com (8%), e PDT, PCdoB e PSB com (4%). PMDB e PFL foram os únicos partidos com representação feminina em todas as regiões (SANTOS, 2008, p. 39).

Assim como sua composição, vasta também foi o teor das emendas defendidas pela constituintes parlamentares. Estas, em conjunto, apresentaram centenas de emendas a serem discutidas na Assembleia, algumas delas ganhando grande repercussão política. Abaixo segue um quadro ilustrativo referente ao quantitativo de emendas apresentadas e aprovados pela bancada feminina de 1987/88.

Figura 02: Quantitativo de emendas apresentadas e aprovadas pela bancada feminina de 1987/88



Fonte: Banco de discursos – Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados

Em seu livro *Tempo de viver tempo de contar*, Lúcia Braga destaca que assim como ela, “algumas companheiras da ANC romperam grilhões, rebelaram-se contra posições políticas tradicionais, contestando algumas o autoritarismo do marido, para obedecer aos ditames de suas consciências” (BRAGA, 1996, 123). Lúcia aponta alguns exemplos desses rompimentos femininos, a exemplo das posturas adotadas por Myriam Portella, esposa de Lucídio Portella, na época governador do Piauí. Segundo Lúcia Braga, Myriam Portella entrara sempre em choque o seu partido, o PDS, por adotar posturas progressistas frente as emendas discutidas e votadas. De acordo com Lúcia Braga, “Myriam e Ana Maria desfizeram os casamentos, talvez e principalmente, pelas divergências ideológicas no relacionamento conjugal” (BRAGA, 1996, p. 125).

A esposa de Wilson Braga ressalva ainda que por adotar posturas progressistas, era bem aceita pelos grupos de esquerda que formavam a Assembleia e também pelo grupo de mulheres que, de certa forma inconscientemente, estava se formando. Em seu

livro, Lúcia destaca algumas características de suas colegas constituintes, apontado a postura de algumas que ficavam mais no âmbito de obediência de seus partidos conservadores, perpassando por aquelas que mesmo pertencendo a partidos de centro-direita, se posicionaram progressivamente, como ela própria, chegando ao grupo de mulheres eleitas por partidos progressistas de esquerda, atuando de forma mais livremente autônomas dentro da Assembleia.

Passada a fase de discussões e debates a respeito das ideias e emendas elaboradas, numa fase intitulada fase C da Constituinte, foram entregues os Anteprojetos das Comissões Temáticas e suas Subcomissões à Comissão de Sistematização. A partir dessa fase, as propostas entregues foram discutidas em âmbito geral pelo corpo de constituintes que compunham a Assembleia. O Anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais foi aprovado pela Subcomissão em 23 de maio de 1987. O Anteprojeto continha 15 páginas, composto por um conjunto de 34 (XXXIV) incisos e 37 parágrafos. O anteprojeto foi entregue pelo seu relator, Darcy Pozza, à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, no dia 25 de maio de 1987.

3.3.1 Lúcia Braga frente aos anseios dos trabalhadores e das mulheres

No decorrer sua participação Junto a Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Braga Apresentou 117 emendas, das quais 32 foram aprovadas. As emendas de Lúcia versavam entre a garantia de direitos trabalhistas específicos do público feminino e a garantia de moradia digna à população carente. Em seu livro Lúcia destaca que lutou pelas causas nas quais daqueles que lhes depositaram confiança, fazendo referência a população periférica e feminina do estado da Paraíba. Dentre as emendas apresentadas pela então deputada encontra-se a proposta de aposentadoria da mulher aos 25 anos de idade, justificada pela “dupla” jornada de trabalho destas. A emenda não foi aprovada por seus colegas constituintes. Estes alegaram que a emenda apresentada se mostrava inviável diante da real situação financeira do país. Lúcia Braga, provavelmente, tinha a mesma concepção, e sabia que tal proposta não passaria pela Assembleia, mas fez uso do espaço ocupado para fortalecer seu discurso em prol dos direitos das mulheres.

Defendi a aposentadoria da mulher aos 25 anos, pela sua dupla, e as vezes tripla, jornada de trabalho: mulher-mãe, dona de casa e trabalhando fora, algumas assumindo as funções de chefe de família, quando abandonadas pelo marido. Nas classes mis pobres isso sempre acontece. A mulher nordestina vai à luta sozinha, quando o marido migra para o sul, em busca de miragem de melhor condição de vida (BRAGA, 1996, p. 122).

A questão da assistência habitacional também foi pautada por Lúcia Braga. Ao se candidatar, a ex-primeira-dama do estado paraibano reafirma junto à população periférica da capital um compromisso de lutar na Assembleia e no Congresso por seus interesses. A problemática habitacional já vinha sendo discutida por Lúcia desde o início de seu trabalho enquanto presidente da Fundação Social do Trabalho, e chegado o momento de se debater as propostas que iriam compor a mais nova Constituição brasileira, ela então levanta novamente a questão.

Na 49ª sessão geral da Assembleia Nacional constituinte, ocorrida no dia 10 de abril de 1986, Lúcia Braga pontua enquanto sugestão, a aplicação de percentagem do produto da arrecadação de impostos em programas de construção de habitações para as populações de baixa renda. Em discurso proferido na Assembleia, Lúcia ressalva a importância em beneficiar a população de baixa renda com programas habitacionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes: O problema habitacional brasileiro não pode mais ser tratado de forma tímida e relegado a plano secundário quando avulta em dimensão realmente insuportável. Embora a falta de moradia afete igualmente a classe média e as populações de baixa renda, preocupa-me em particular a situação destas últimas porque as suas carências assumem proporções inimagináveis. Falta-lhes tudo: emprego (vivem ou sobrevivem de subempregos), alimentação, escola, assistência sanitária e social, moradia digna e adequada. O número assustador divulgado pela ONU de que já chega a 10 milhões de unidades o nosso déficit habitacional, não deixa margem a dúvidas quanto a nossa responsabilidade para com um problema de tal gravidade e que reclama de nós, Constituintes, uma posição firme na adoção de medidas constitucionais capazes de debelá-lo ou pelo menos de minimizá-lo (ATA DA 49ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 10 de abril de 1987).

Na sequência de sua fala, Lúcia Braga apresenta sua experiência à frente da presidência da Fundação Social do Trabalho e seu trabalho com a população carente de João Pessoa, fazendo menção aos trabalhos em mutirão desenvolvidos na Paraíba durante os anos em que atuou na Fundação. Lúcia reafirma a necessidade vivenciada por estas populações carentes e conclama maiores atenções de seus colegas constituintes quanto a questão habitacional.

Convivi com o problema em toda a sua extensão na condição de presidente da Fundação Social do Trabalho do Estado da Paraíba – FUNSAT –, e tive oportunidade de realizar programa de construção de habitações populares nas áreas periféricas de João Pessoa e outras cidades de maior porte, em regime de mutirão, que se revelou com um saldo altamente positivo. O contato direto com o sofrimento das populações periféricas dos grandes centros deu-me a dimensão exata do débito que temos para com esses brasileiros descrentes da ação do Poder Público e que já afastaram do seu vocabulário a palavra esperança, pois a sucessão de governos em nada tem mudado suas vidas. Fazer-lhes recobrar a crença, humanizar suas vidas é um imperativo até da consciência de cada um de nós que temos a responsabilidade de dotar o País de uma nova Constituição (ATA DA 49ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 10 de abril de 1987).

Tomando a experiência dos programas habitacionais implantados na Paraíba em forma de mutirão, Lúcia Braga propõe que o referido modelo de autoconstrução seja refletido pelos constituintes e assegurado na Carta Constitucional em processo de elaboração. Ao mesmo tempo em que Lúcia Braga aparenta se preocupar em debates questões relacionadas à população de baixa renda, ela também realiza uma propaganda do trabalho desenvolvido por ela durante o governo de seu marido, Wilson Braga.

Sabemos que a política habitacional posta em prática pelo Governo tem-se revelado particularmente ineficiente no que se refere às camadas sociais de menor poder aquisitivo, impossibilitadas de arcar com os altos custos de financiamento, ainda que subsidiados. Assim, cumpre ao Governo investir com firmeza e decisão na construção de moradias para as famílias que não dispõem de um mínimo de condições de comprometimento de suas rendas, doando-lhes terreno urbanizado, material de construção e prestando-lhes a devida assistência técnica, para que, em regime de mutirão, edifiquem suas próprias moradias. [...] Nesse sentido, entendo que não basta afirmar na nova Carta que todos os cidadãos terão direito à moradia nem que é dever do Estado prover as populações de baixa renda de habitações dignas e adequadas. É preciso haver dispositivo constitucional autoaplicável, obrigando a destinação de percentual no orçamento da União. A nova Constituição deve ser mesmo coercitiva neste aspecto. Apresentarei ao julgamento desta Assembleia proposta para que seja inserido no texto constitucional, no título Disposições Gerais e Transitórias, a obrigatoriedade do Estado de aplicar durante 15 anos 5% (cinco por cento) do produto da arrecadação dos impostos em programas de construção de habitações destinadas às populações de baixa renda, com regularização fundiária e desapropriação das áreas urbanas ociosas, urbanização das áreas ocupadas e doação de lotes urbanizados e material de construção, além da prestação de assistência técnica, cabendo ao beneficiário a tarefa de construção da habitação em regime de mutirão (ATA DA 49ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 10 de abril de 1987).

Ainda referente à questão habitacional, mas saindo um pouco da extensão de programas governamentais, na 72ª Sessão geral da Constituinte, a deputada faz um pronunciamento sobre os efeitos da Resolução rr 1.161, do Banco Central, sobre a classe média. A referida resolução limitou o prazo máximo de financiamento para aquisição de casa própria e se tornou ponto de relevante discussão na Assembleia. Diante do fato,

alguns parlamentares, a exemplo de Lúcia Braga, criticaram e combateram tal resolução, sob o argumento de que ela havia reduzido a margem de comprometimento da renda familiar.

Dando continuidade aos trabalhos na Constituinte, Lúcia Braga realizou incisivo pronunciamento referente ao combate à seca no Nordeste, destacando que este fenômeno atinge a região à séculos, devendo dessa forma, ser vista com olhos prioritários pelos Constituintes.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, vários Estados do Nordeste debatem-se mais uma vez com o problema da seca. Repete-se o fenômeno que desde o século XVI castiga a região. Os dramas são os mesmos ao longo desses quatro séculos de colonização de nosso País. Variam de proporção. Mas nem os esforços de alguns governos de desenvolverem projetos de açudagem em larga escala, vieram resolver em definitivo o problema (ATA DA 69ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 21 de maio de 1987).

A deputada não perde a oportunidade de, mais uma vez, realizar propaganda do governo de seu esposo no estado da Paraíba. No mesmo pronunciamento Lúcia destaca o Projeto Canaã, executado durante a gestão de Wilson Braga, entre os anos de 1983 a 1986.

Citamos como exemplo o Governo Wilson Braga, na Paraíba, que, através do Projeto Canaã, duplicou a quantidade de água armazenada existente, visando a atenuar os efeitos das estiagens sobre as populações rurais do Semiárido Nordeste. É verdade que não faltou nem decisão nem vontade aos governos estaduais que se preocuparam com o problema da seca. Mas os poucos recursos dos Estados não lhes permitiram ora construir uma rede de açudes ou promover o represamento dos rios como desejavam, ora os planos de irrigação - etapa posterior à acumulação de água - não puderam ser postos em prática (ATA DA 69ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 21 de maio de 1987).

A deputada chega ao extremo de se pronunciar em defesa da Administração de seu esposo, após o Wilson ter suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Não vim aqui fazer a defesa de Wilson Braga, mesmo porque esta Casa o conhece o suficiente para dispensar-me dessa tarefa. Estou aqui para restabelecer a verdade, só a verdade, como um preito de justiça a um homem tão injustiçado. A Paraíba também conhece o seu espírito público e jamais poderá ser esquecido o Governo que realizou, voltado para o social, humanizando favelas, irrigando o semiárido e criando escolas e serviços de saúde para as comunidades de baixa renda (ATA DA 95ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 13 de julho de 1987).

Posturas como estas corroboram com o argumento levantado nesta dissertação, o de que Lúcia Braga mesmo transgredindo algumas fronteiras patriarcais existentes no

campo da política partidária, não rompe de fato com as práticas políticas oligárquicas efetivadas por grupos políticos os quais ela e seu esposo estavam inseridos. As negociações conjugais, aparentemente, prevaleciam em detrimento de atitudes puramente progressistas realizadas em prol da população.

Dando continuidade à sua atuação junto à Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Braga não se isenta de uma das mais efervescentes discussões ocorridas. Como mencionando no começo deste capítulo, o Regimento Interno da Assembleia foi elaborado logo nos primeiros meses de trabalho, marcado pela descentralização das tomadas de decisões e pela considerável possibilidade de participação popular no processo de desenvolvimento da nova Constituição. Passados os primeiros meses de trabalhos das subcomissões, após os relatórios serem entregues, algumas lideranças partidárias passaram a se posicionar contrariamente ao rumo que as decisões estavam seguindo. O Centrão⁸⁹, grupo de centro-direita, inicia então um processo no interior da Assembleia para que o Regimento Interno da casa fosse revisto e reformulado, objetivando com isso obter mais força diante as tomadas de decisão.

Após tensas discussões e diversas articulações político-partidárias, o projeto de mudança do Regimento Interno, assinado por 319 constituintes, foi aprovado em 03 de dezembro de 1987, com 290 votos favoráveis e 16 contrários, além de 4 abstenções. O projeto foi implementado através da Resolução nº 3, de 5 de janeiro de 1988. Com essa alteração regimental, o plenário, de acordo com Coelho (1999), tornou-se *locus* de negociação e de articulação de forças em torno de emendas, antes impossível devido à centralização desses recursos nas mãos do relator da Comissão de Sistematização.

De acordo com Gomes (2006), algumas propostas só puderam ser aprovadas depois da alteração do Regimento, apesar de nem todas essas vitórias poderem ser creditadas exclusivamente aos “conservadores”, como a manutenção do sistema presidencialista, a fixação do mandato presidencial em cinco anos para Sarney e futuros presidentes, a rejeição da proposta de estabilidade de emprego após 90 dias de

⁸⁹ Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney. Foi responsável pela reviravolta no processo de elaboração constitucional ao conseguir alterar, por meio de um projeto de resolução, as normas regimentais que organizavam os trabalhos constituintes. Era comandado por lideranças conservadoras do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e contava também com parlamentares do Partido Liberal (PL) e do Partido Democrata Cristão (PDC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

contratação, a fixação da jornada de trabalho em 44 horas semanais e a rejeição da desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária.

Na ocasião dessas intensas discussões, Lúcia Braga assume uma postura contrária a aprovação do novo Regimento, alegando que com isso os direitos até então assegurados pelas minorias sofreria grande risco de retrocesso, fato que se concretizou. Na 175ª Sessão geral da Assembleia, realizada no dia 15 de dezembro de 1987, Lúcia Braga faz um longo discurso, destacando o jogo político que havia girado em torno da aprovação do projeto de mudança de Regimento, e o quanto isso poderia afetar os trabalhos da casa.

Sr. Presidente, Srs. e Sr' Constituintes, difícil e penoso é o caminho das conquistas sociais do povo brasileiro. [...] Sistematização açularam os ânimos dos setores mais reacionários e conservadores do País, que se organizaram contra os trabalhadores e contra o povo simples, golpeando as suas aspirações. A vitória do "Centrão" na mudança do Regimento da Assembleia Nacional Constituinte significou, além de tudo isso, a manipulação de uma minoria sobre uma maioria ausente do Congresso Constituinte. Nesse jogo desleal, venceram os grupos dominantes, as, multinacionais, os privilégios dos afortunados. Perdeu o povo brasileiro. Por isso, esta foi uma vitória de Pirro, cujo preço foi o aniquilamento das aspirações dos milhões de brasileiros que não possuem o mínimo de condições para o exercício pleno e efetivo da sua cidadania (ATA DA 175ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 15 de dezembro de 1987).

Diante do fato, Lúcia Braga assume então uma postura progressistas, ao lado do povo, semelhante aquelas assumidas pela maioria das lideranças dos partidos de esquerda, contrariando a lógica do partido ao qual pertencia, o PFL, cuja diversas lideranças compunham o Centrão e votaram a favor do projeto de aprovou a mudança do Regimento Interno da ANC.

Presente em quase todas as sessões do primeiro turno da Assembleia, além da questão habitacional, sempre destacado por ela, Lúcia Braga ainda apresentou propostas como a licença gestante de cento e vinte (120) dias e o direito de planejamento familiar como livre opção do casal. No tocante a primeiro proposta, a deputada ressaltava a necessidade em atender a especificidade das mulheres após o parto, assegurando-lhes o direito do emprego. Vale destacar que ela não enxergava como necessário que esse direito fosse estendido aos homens (maridos). Em seu livro ela traz algumas passagens a respeito.

Defendi o direito de moradia digna para as populações de baixa renda, como obrigação dos governantes. Entre as minhas emendas à Constituinte, está a licença gestante de cento e vinte dias. Além desta, muitas outras, como por exemplo, a que defende o planejamento familiar como livre opção do casal, proibindo-se a coerção do Estado, que respeitará a liberdade de decisão, mas

se obrigará a fornecer os meios necessários para o planejamento familiar (BRAGA, 1996, p. 123).

Durante os trabalhos de elaboração da Constituição, Lúcia Braga teve participação efetiva no primeiro turno de votações da Constituinte. Na maioria das vezes se pronunciou e votou de forma progressista, indo de encontro ao ideário defendido pelo seu partido, o PFL, que pertencia ao grupo político identificado como Centrão. Lúcia Braga votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da estatização do sistema financeiro, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Outros posicionamentos progressistas foram adotados e foram trabalhados no decorrer do texto.

No tocante às questões de interesse da classe trabalhadora, Lúcia Braga sempre se posicionou favorável a estas. Em 1990, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, DIAP, por meio da publicação *Quem foi Quem na Constituinte - nas questões de interesse dos trabalhadores – 1988*, apresenta um perfil panorâmico dos parlamentares que compunham a Assembleia, apontando e avaliando cada membro mediante seus posicionamentos frente aos temas de interesse dos trabalhadores.

O DIAP é o órgão de assessoria parlamentar dos sindicatos brasileiros. Idealizado e fundado no início da década de 1980 (1983), o departamento busca atuar junto aos poderes do Estado, como o Congresso Nacional, às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações da classe trabalhadora. A publicação *Quem foi Quem na Constituinte - nas questões de interesse dos trabalhadores – 1988*, se deu em meio ao processo de consolidação dos direitos dos trabalhadores, então garantidos pelo Constituinte de 1988. A publicação apresenta como cada constituinte votou em relação as emendas relacionadas aos anseios da classe trabalhadora, realizando uma avaliação mediante essa votação. O DIAP selecionou dez matérias mais importantes de cada turno de votações e fixou um peso para cada uma delas, variando de zero a um ponto e meio para cada. Ao final foi feito a média obtida mediante a votação nos dois turnos.

Os temas selecionados pelo DIAP para avaliação dos parlamentares, quanto às questões de interesse dos trabalhadores, no primeiro turno foram: estabilidade no emprego; quarenta horas semanais; turno de seis horas; salário mínimo real; prescrição de cinco anos; férias 1/3 do salário; piso salarial; direito de greve; aviso prévio mínimo

de 30 dias; comissão de fábrica. Para o segundo turno foram selecionados os temas: estabilidade, 40 horas, turno de seis horas, prescrição de 5 anos, direito de greve, aviso prévio proporcional, estabilidade do dirigente sindical, sindicato como substituto processual, participação dos trabalhadores em órgãos como SESC, SESI e auto-aplicabilidade dos direitos sociais.

O DIAP aponta a postura de Lúcia Braga junto a Assembleia como nacionalista e progressista, destacando sua votação favorável à proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo brasileiro. Contrariando o ideário do partido pela qual foi eleita, o PFL, Lúcia Braga assume posturas diferenciadas de outros constituintes pertencentes ao mesmo partido, a exemplo do deputado Edme Tavares, que mesmo não se posicionando diretamente contrário as emendas que assegurassem os direitos dos trabalhadores, votou contra a nacionalização do subsolo nacional, seguindo orientações do PFL. O também deputado paraibano Evaldo Gonçalves, novamente seguindo orientações do PFL, votou contrário a proteção na empresa nacional. Apontada também como presidencialista, fazendo menção a votação favorável ao presidencialismo, Lúcia Braga ainda votou a favor da participação popular no processo legislativo e ao direito do voto aos 16 anos de idade.

Ponto de grande discussão na época, foi a emenda que estendia o mandato eleitoral do presidente José Sarney de 4 para 5 anos. A proposta foi elaborada mediante diálogo e acordo firmando entre o grupo do Centrão e o Executivo, na figura do próprio Sarney. Juntos, PMDB e PFL sustentaram o governo Sarney no Congresso (Fleicher, 2007). Os dois partidos principais que compoem a Aliança Democrática, eram também os maiores da ANC e os que tinham mais representantes no Centrão.

A votação nº 624, ocorreu em 3 de junho de 1988, e propunha que o mandato do atual Presidente da República terminasse em 15 de março de 1990, configurando-se em 5 anos. As Lideranças partidárias favoráveis aos 5 anos de mandato para o Presidente José Sarney foram PFL, PMDB e PTB; enquanto as lideranças do PSB, PT, PDT, PCdoB e PCB declararam-se em favor do mandato de quatro anos. No que diz respeito a essa emenda, contrariando mais uma vez a ala conservadora de seu partido, Lúcia Braga vota contra o mandato de cinco anos de José Sarney. A emenda foi aprovada por 328 votos contra 222 e 3 abstenções, no total de 553 constituintes. 6 constituintes estiveram ausentes na votação. Toda a bancada feminina esteve presente. Na região Nordeste, toda a bancada feminina votou contra o mandato de cinco anos: Abigail Feitosa (PMDB-BA), Cristina

Tavares (PMDB-PE), Lídice da Mata (PCdoB-BA), Moema São Thiago (PDT-CE), Myriam Portella (PDS-PI), Wilma Maia (PDS-RN) e Lúcia Braga (PFL-PB).

Dos quinze (15) constituintes paraibanos, apenas três se posicionaram contrários ao mandato de cinco anos de José Sarney: Antônio Mariz (PMDB), Cássio Cunha Lima (PMDB) e Lúcia Braga (PFL). Os doze demais foram favoráveis a emenda: Adauto Pereira (PDS), Agassiz Almeida (PMDB), Aluizio Campos (PBMD), Edivaldo Mota (PMDB), Edme Tavares (PMDB), Evaldo Gonçalves (PFL), Humberto Lucena (PMDB), João Agripino (PMDB), João da Mata (PDC), José Maranhão (PMDB), Marcondes Gadelha (PFL), Raymundo Lira (PMDB).

Intensas também foram as discussões referentes a necessidade da realização de uma reforma agrária do país. A votação nº 533 ocorreu em 11 de maio de 1988, e teve como pauta a proposta do relator Bernardo Cabral referente a reforma agrária. A muito tempo a questão vinha sendo debatida na Assembleia, mas os constituintes não chegavam a um consenso. As proposições apresentadas até então, não alcançaram os 280 votos necessários à aprovação do capítulo da reforma agrária. O texto apresentado pelo relator Bernardo Cabral trazia: “A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o comprimento dos requisitos relativos à sua função social”. A parte sujeita à decisão do plenário foi o Destaque de Votação em Separado, com a seguinte redação “cuja inobservância permitirá sua desapropriação, nos termos do art. 208”. O destaque causou intensas discussões entre os constituintes. Na ocasião, o deputado Ricardo Fiúza, do PFL de Pernambuco, foi um dos primeiros a se manifestar contrariamente à ideia de desapropriação da propriedade produtiva que não cumprir função social.

Os líderes partidários que recomendaram o voto contrário ao Destaque foram Amaral Netto (PDS-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Adolfo Oliveira (PL-RJ) e José Lourenço (PFL-BA). Os que incentivaram o voto favorável foram Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA), Aldo Arantes (PCdoB-GO), Amaury Muller (PDT-RS), Roberto Freire (PCB-PE) e Mário Covas (PMDB-SP). Após a votação, a expressão objeto do Destaque foi rejeitada com 267 votos “sim”, 253 votos “não” e 11 abstenções, no total de 531 constituintes. Os 280 votos necessários à aprovação da matéria que previa a desapropriação da propriedade que não observasse sua função social não foram alcançados.

A bancada paraibana se mostrou em sua maioria favorável ao destaque. Os votos constituintes que votaram “sim” foram: Agassiz Almeida Amorim (PMDB), Antônio

Mariz (PMDB), Cássio Cunha Lima (PMDB), Edme Tavares (PMDB), Evaldo Gonçalves (PFL), Humberto Lucena (PMDB), João Agripino (PMDB), José Maranhão (PMDB) e Raymundo Lira (PMDB). Os contrários foram: Adauto Pereira (PDS), Aluizio Campos (PMDB), João da Mata (PDC), Marcondes Gadelha (PFL). Constatou-se uma ausência, a do deputado Edivaldo Mota (PMDB).

A bancada feminina estava quase completa. Das 24 presentes, 19 votaram a favor, cinco votaram contra ao Destaque referente à desapropriação justificada. Toda a bancada feminina do Nordeste votou favorável, incluindo Lúcia Braga.

Lúcia Braga ainda votou favorável às emendas referentes à Estabilidade no emprego, a regulamentação das quarenta horas semanais, ao turno de seis horas, a fixabilidade do salário mínimo real, a prescrição de cinco anos, ao direito de férias e 1/3 do salário, a piso salarial e ao aviso prévio mínimo de 30 dias. Lúcia não compareceu à sessão que votou a emenda referente ao direito de greve. Todas essas emendas constitucionais foram votadas no primeiro turno da votação da Assembleia. Lúcia Braga recebeu nota 9,5 do estudo realizado pelo DIAP. A análise nos mostra que atuação de Lúcia Braga durante o primeiro momento da Constituinte foi visivelmente progressista, com posturas mais próximas daquelas adotadas pela bancada feminina, em detrimento ao posicionamento do PFL, partido ao qual havia se elegido.

Figura 03: Avaliação de Lúcia Braga pelo DIAP

1º TURNO		2º TURNO		INFORMATIVAS	
Estabilidade	○	Estabilidade	A	Unicidade sindical	S
40 horas	○	40 horas	A	Presidencialismo	S
Turno de 6 horas	○	Turno de 6 horas	A	5 anos para Sarney	N
Salário mínimo real	○	Prescrição / 5 anos	A	Aposentadoria proporcional	S
Prescrição / 5 anos	○	Direito de greve	A	Reforma agrária	S
Férias / 1/3 do salário	○	Aviso prévio proporcional	A	Direito de greve / servidor público	S
Piso salarial	○	Estabilidade do dirigente sindical	A	Defensor do povo	S
Direito de greve	A	Sindicato como substituto processual	A	Mônopolio distribuição de petróleo	A
Aviso prévio / mínimo de 30 dias	○	Trabs. / participação órgãos seus interesses	A		
Comissão de fábrica	○	Auto-aplicabilidade dos direitos sociais	A		
Nota do 1º turno: 9,5		Nota do 2º turno: ZERO		Média final: 4,75	

Fonte: Quem foi quem na Constituinte, 1990, p. 354.

Como o quadro acima nos mostra, diferentemente do que ocorrera no primeiro turno da votação, Lúcia Braga não participa do segundo turno, se mostrando ausente em todas as votações realizadas. O fato ocorreu devido ao afastamento da ex-primeira-dama de suas atividades constitucionais, em decorrência do acidente sofrido por Patrícia, sua filha mais velha.

A votação em plenário em primeiro turno do Projeto “A” da Comissão de Sistematização e das respectivas emendas teve início em 27 de janeiro de 1988, encerrando-se no dia 01 de junho do mesmo ano. A maior parte do documento final foi definida nessa etapa do processo constituinte. O 2º turno iniciou o processo de votação em 21 de julho de 1988, estendendo-se até 01 de setembro. Em 22 de setembro de 1988 o Plenário aprova a redação final transformada do texto Constituinte. Este texto continha 315 artigos, dos quais 245 eram disposições permanentes e 70 transitórias.

O acidente com a filha mais velha do casal Braga ocorreu exatamente após o início da votação em segundo turno, no dia 01 de agosto de 1988. A esse respeito Lúcia destaca que “Foi no segundo turno que aconteceu o acidente de Patrícia. Perdi todas as votações para ficar debruçada ao seu leito, acompanhando cada minuto de sua luta pela sobrevivência” (BRAGA, 1996, p. 130). O acidente ocorreu no estado de Minas Gerais e a filha de Lúcia e Wilson Braga foi encaminhada para São Paulo. Como descrito pela ex-primeira-dama, ela acompanhou de perto todo atendimento à sua filha, permanecendo ao seu lado durante todo o primeiro ano de intenso tratamento. Patrícia ficou tetraplégica e nunca recuperou os movimentos do corpo. Depois de mais de 20 anos de luta, Patrícia faleceu em 2011.

Ocorrido o acidente, Lúcia Braga se afasta de suas atividades constituintes e passa a morar em São Paulo para acompanhar o tratamento da filha. No entanto, vale lembrar aqui que, provavelmente, o afastamento de Lúcia Braga da Assembleia viria mesmo se tal tragédia não tivesse ocorrido. Em 1988, ano de eleições municipais, a esposa de Wilson Braga era apontada como o principal nome a ser lançada candidata ao executivo de João Pessoa. As pesquisas de intenção de voto chegavam a apontar uma alta vantagem de Lúcia Braga.

Mello (1993) aponta Lúcia Braga como umas das três grandes forças políticas do estado paraibano no transcorrer do ano de 1988, e atribui, em partes, a ela, o retorno de Wilson Braga aos pilares da política do Estado.

O ponto de partida dessa ressurreição tomaria por base não só o caráter de periferia urbana do populismo braguista, com sua multidão de cabos eleitorais disseminados pelas favelas Beira-Rio, Saturnino de Brito, Renascer I e II Mandacaru [...], como principalmente, **o carisma da esposa Lúcia Braga**, que disputava, agora com Tarcísio Burity e Antônio Mariz, a hegemonia eleitoral da capital paraibana (MELLO, 1993, p. 224 - 225).

Mediante sua atuação durante um ano e meio na Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Braga ultrapassa de fato seu marido em termos de capital político, sendo ela agora, a delegadora desse capital e apontada como uma das principais responsáveis pela vitória de Wilson Braga nas eleições municipais de 1988, já que ela era o grande nome cogitado para concorrer a tal cargo. A esse respeito Mello aponta:

Pelo lado do PFL, partido de Braga, o nome natural parecia ser o da deputada Lúcia Braga [...], mas quando acidente com a filha Patrícia afastou do páreo aquela parlamentar, o candidato das oposições tornou-se o próprio Wilson que, desenvolvendo a técnica de arrastões nos bairros, ao invés de comícios do centro, venceu facilmente aos seis adversários que se habilitaram (MELLO, 1993, p. 225).

Wilson de Braga foi eleito com 77.737 votos, três vezes mais que o segundo colocado João da Mata, que contou com apoio de Tarcísio Burity e a máquina do estado, pois este ocupava o executivo do estado. Dessa forma, com uma contribuição inegável do capital político construído e delegado por Lúcia Braga, o braguismo volta ao centro das discussões políticas em todos os níveis.

Devido ao impasse da tragédia familiar, Lúcia Braga não participa da campanha eleitoral do estado paraibano, assim como do segundo turno da votação, recebendo assim nota 0,0 do DIAP. Na média geral a deputada recebe 4,75, pois esta foi realizada mediante a soma da votação nos dois turnos dividido por dois. Entretanto, deve-se ressaltar a postura fortemente progressista de Lúcia Braga durante o período em que atuou nos trabalhos da Assembleia Constituinte, caracterizando-a assim enquanto uma deputada que defendeu as principais emendas ligadas aos anseios dos trabalhadores brasileiros.

Tendo sua atuação comparada a de membros do seu partido, o PFL, a atuação de Lúcia Braga se apresenta como a mais progressiva possível, sendo o referido partido aquele mais mal avaliado de acordo com o estudo realizado pelo DIAP.

Do ponto de vista partidário, o destaque na menção maior foi para o PT, PCdoB, PSB, PDT e PDS. Note-se que as deputadas do PDS, partido conservador, foram bastante favoráveis às propostas dos trabalhadores com notas entre 7 e 10. O PTB com duas constituintes com notas divergentes, abaixo de 5 (50%) e acima de 7 (50%). O PMDB mostra-se a agremiação mais

heterogênea, recebendo menção em todas as médias. O PFL revelou a pior avaliação, 71,4% da bancada mostram-se contrárias às questões dos trabalhadores, com menção abaixo de 5 (SANTOS, 2008, p. 76).

Como mencionado no decorrer da narrativa, durante seu período de atuação Lúcia Braga se mostrou mais alinhada à bancada feminina do que ao partido que pertencia. Analisada em conjunto, a bancada feminina apresentou posturas convergentes em relação a diversas emendas em discussão. No entanto, como já foi ressaltado, não chegaram a compor um grupo homogêneo atuante no interior da Assembleia.

Figura 05: Avaliação da bancada feminina - DIAP

DEPUTADAS	PARTIDO	NOTAS PARCIAIS		NOTA FINAL
		1ª etapa	2ª etapa	
Maria Lúcia Araújo	PMDB	0,50	06,0	05,50
Raquel Capibaribe	PSB	09,5	04,0	06,75
Bete Azize	PSB	10,0	10,0	10,00
Eunice Michiles	PFL	02,0	01,0	01,50
Sadie Hauache	PFL	02,0	zero	01,00
Abigail Feitosa	PSB	10,0	10,0	10,00
Lídice da Mata	PC do B	10,0	09,0	09,50
Moema São Tiago	PDT	10,0	10,0	10,00
Márcia Kubscheck	PMDB	04,5	03,0	03,75
M. de Lourdes Abadia	PFL	08,5	10,0	09,25
Rita Camata	PMDB	09,5	07,0	08,25
Rose de Freitas	PMDB	07,5	07,0	07,25
Lúcia Vânia Abraão	PMDB	06,5	zero	03,25
Lúcia Braga	PFL	09,5	zero	04,75
Cristina Tavares	PMDB	10,0	enferma	10,00
Myriam Portela	PDS	07,5	10,0	08,75
Wilma Maya	PDS	09,5	10,0	09,75
Ana Maria Rattes	PMDB	06,5	10,0	08,25
Benedita da Silva	PT	10,0	10,0	10,00
Sandra Cavalcante	PFL	05,0	zero	02,50
Raquel Cândido	PFL	07,5	08,0	07,75
Rita Furtado	PFL	zero	zero	zero
Marluce Pinto	PTB	0,50	03,0	04,00
Beth Mendes	PMDB	**	**	**
Dirce Quadros	PTB	10,0	10,0	10,00
Irma Passoni	PT	10,0	10,0	10,00

Fonte: DIAP – Quem foi quem na Constituinte

O quadro acima nos mostra que algumas constituintes, membros da bancada feminina, foram avaliadas positivamente pelo estudo do DIAP, a exemplo de Bete Azize (I – PSB), Abigail Feitosa (AM – PSB), Lídice da Mata (BA – PC do B), Moema São Tiago (CE – PDT), Maria de Lourdes Abadia (DF – PFL), Rita Camata (ES – PMDB), Rose de Freitas (ES – PMDB), Cristina Tavares (PE – PMDB), Myriam Portela (PI – PDS), Wilma Maia (RN – PDS), Ana Maria Rattes (RJ – PMDB), Benedita da Silva (RJ – PT), Raquel Cândido (RO – PFL), Dirce Quadros (SP – PTB), Irma Passoni (SP – PT). Além destas, algumas receberam média final baixa por estarem ausentes no segundo turno da votação das emendas constituintes, a exemplo de Lúcia Braga.

Desde o início dos trabalhos da Assembleia, uma grande mobilização foi organizada pelos movimentos feministas e movimentos de mulheres espalhados por todo o país. Estes, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), trabalharam enfaticamente para que as reivindicações das mulheres fossem incorporadas à Constituinte em elaboração. Nesse interim, organizou-se uma campanha nacional, com o tema “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”. Por meio da realização de passeatas, pronunciamentos à imprensa, ida de caravanas à Assembleia nas sessões abertas a participação popular, entre outras ações, o movimento conseguiu mobilizar muitas outras organizações de mulheres, sistematizando suas propostas em um único documento, intitulado Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte⁹⁰. Após intensos debates, a Carta foi elaborada ainda no decorrer de 1986, e entregue a Assembleia no dia 26 de março de 1987.

Na Carta encontram-se temas relacionados à igualdade e regularização dos movimentos sociais organizados, além de pontuar elementos relacionados à família, trabalho, saúde, educação, cultura e violência. Diante dos pontos de discussão elaborados a partir dos temas acima mencionados, em convergência com o posicionamento da bancada feminina, Lúcia Braga votou a favor da Licença Maternidade remunerada de 120 dias, da Licença Paternidade de oito (8) dias, do Direito de Posse de Área Urbana e do direito do Divórcio. Ainda em convergência com a bancada feminina, Lúcia Braga votou contra a criminalização do aborto. Esta foi uma das pautas mais polêmicas discutidas na Assembleia e a que contou com um maior número de ausências de membros da bancada feminina, 10 ao total.

A Região Norte apresentou maior número de ausentes (cinco das oito integrantes). Na Região Nordeste, foram três as ausentes. Na região Centro-Oeste houve uma abstenção. Na Região Sudeste, uma ausência e um voto sim. Apesar de dividida quanto ao mérito da matéria, a bancada feminina consensuou para que o tema não fosse tratado no âmbito constitucional (SANTOS, 2008, p. 65).

A maioria das emendas votadas favoravelmente por Lúcia Braga, tanto as referentes aos direitos dos trabalhadores como aquelas de interesse do público feminino, tiveram votação majoritariamente contrárias por parte dos membros de seu partido, o

⁹⁰ A Carta das Mulheres encontra-se disponível na íntegra em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2016.

PFL. Dessa forma, apontamos aqui a postura divergente da então deputada constituinte em relação às indicações de votação de sua legenda partidária frente à emendas de interesse dos trabalhadores e das mulheres, e suas convergências quanto a postura assumida pela bancada feminina da ANC de 1987/88.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, pontuo algumas considerações, ressaltando a importância dos resultados obtidos, bem como da operação historiográfica que guiou o estudo. Como destaca Certeau (1982), a nossa operação historiográfica está limitada à capacidade de análise do objeto em questão, exigindo do pesquisador a percepção das relações entre um lugar, apontado na proposta de pesquisa, os procedimentos adotados nas análises e a elaboração de um texto final, que implica em diálogos com a literatura produzida a respeito da temática abordada. O produto final dessa operação, o texto narrativo, deve corresponder aos anseios dos grupos institucionais aos quais a pesquisa encontra-se vinculada, seguindo as leis explícitas e implícitas do meio acadêmico, o não-dito, que tem tanto poder de decisão quanto as regras oficiais institucionalizadas.

Na elaboração da narrativa final, pontua Certeau (1982), há uma transformação no estilo da escrita, denomina de inversão escriturária. De acordo com o historiador, a escrita do texto, neste sentido, segue um caminho inverso ao da investigação, ou seja, ao do momento da recolha, sistematização, interpretação e análise das fontes de pesquisa.

A operação historiográfica que guiou este estudo foi marcada de várias surpresas. A temporalidade inicialmente planejada, de 1982 a 1986, foi estendida mediante o contato com um universo de fontes então desconhecidas no planejamento do trabalho. Nosso recorte final estendeu-se então até o ano de 1988. Alargou-se também a quantidade e o teor das fontes utilizadas, variando desde o intenso uso dos periódicos que circularam na capital paraibana na década de 1980, de revistas da Fundação social do Trabalho, atas da Assembleia Nacional Constituinte, e os livros de memória da personalidade estudada, Lúcia Braga. Das idas e voltas que marcam o processo de pesquisa, chegou-se então no momento da escrita de sua redação final, momento de condensar as impressões historiográficas obtidas.

Buscou-se, no decorrer dos três capítulos, refletir e discutir a atuação de Lúcia Braga entre os anos de 1982 a 1988, momento em que a personalidade se fez presente em diferentes espaços que compõem o campo da política partidária. Como foi apontado no decorrer da narrativa, mesmo casada com um conhecido político local desde a década de 1960, apenas no início da década de 1980 é que Lúcia Braga se envolve diretamente em uma campanha eleitoral do seu marido. Em 1982, Wilson Braga lança sua candidatura ao governo do estado e a família Braga, então residente em Brasília, se muda para a Paraíba.

Lúcia Braga inicia então sua trajetória na política, não enquanto candidata, mas se configurando enquanto figura de destaque na campanha de seu esposo.

Por meio de Movimento de Ação Feminina, MAF, Lúcia Braga participa de forma direta da campanha eleitoral de 1982, fazendo desse movimento um centro aglomerador de força e representação feminina em prol da vitória eleitoral de Wilson Braga. O MAF, com suas lideranças espalhados pelos mais variados bairros da capital paraibana, inaugura comitês, organiza passeatas, realizada distribuição de materiais de campanha. O movimento criado ainda nos primeiros anos da década de 1980 continua desempenhando papéis representativos durante a gestão de Wilson Braga, que se estendeu até 1986, bem como ocupou papel de destaque na campanha eleitoral de Lúcia Braga ao cargo de deputada federal, também no ano de 1986. O MAF é, então, apontado como um dos primeiros espaços ocupados e utilizados por Lúcia Braga no processo de constituição de seus capitais políticos.

Passada a campanha eleitoral de 1982, Wilson Braga se elege e nomeia sua esposa à presidência da Fundação do Trabalho. A Funsat foi criada e agiu durante toda gestão de Wilson Braga em forma de subsecretaria, portando total autonomia gerencial frente à problemáticas ligadas a população periférica da região metropolitana de João Pessoa. Inúmeros projetos foram executados pela Fundação, como programas habitacionais e a realização da Feira da Paraíba. O desenvolvimento desses programas habitacionais e a realização das três edições da Feira da Paraíba, ao mesmo tempo em que são apontados como a principal “contribuição” de Lúcia Braga durante o governo de seu marido, é também responsável pela mais duras críticas em relação a seu trabalho. Enquanto primeira-dama do estado, Lúcia Braga se faz vale de diversas práticas políticas conservadoras para efetivar muitas de suas ações. Práticas assistencialistas e controladoras são verificadas no desenvolvimento nas ações encabeçadas por Lúcia Braga e sua equipe da Funsat, a exemplo da distribuição de cestas básicas, materiais de construção, e o próprio desenvolvimento do projeto Mutirão, que devido à sua metodologia de trabalho, pôde ser apontado como uma forma de exploração da mão de obra dos usuários.

A questão da manipulação dos movimentos sociais urbanos não pode deixar de ser destacado. Inserida numa estratégia maior da criação de uma “falsa” ideia de participação popular no processo de redemocratização política do país, a gestão de Wilson Braga, por meio da Fundação Social do Trabalho, passou a interferir no processo de montagem e estruturação das associações de moradores de bairros. Com isso, ao mesmo

tempo em que se consolidava aquela pretendida imagem de participação social/popular, o Governo do Estado manteve sob seu domínio o controle de muitas associações comunitárias. Nesse contexto, diversas lideranças populares foram corrompidas pela estratégia de manipulação social, em troca de benefícios próprios, ou ações benevolentes executadas de formas pontuais e emergenciais.

Por esses motivos foram vastas as críticas relacionadas a atuação de Lúcia Braga junto à Funsat. Apesar de pouco analisada historiograficamente, a Funsat é apontada como um dos órgãos que mais contribuiu para legitimar o governo de Wilson Braga junto à população carente do estado. Nesse sentido, destacou-se o risco em apontarmos a atuação de Lúcia Braga, enquanto Presidente da Fundação, de forma puramente instrumentalizada, apenas enquanto legitimadora da administração de seu marido. É por meio de sua atuação junto a população periférica do estado, proporcionada pelo cargo que ocupou na Funsat, que Lúcia Braga se configura enquanto um importante nome político no Estado paraibano em meados da década de 1980. Dessa forma, apontou-se a experiência vivenciada por Lúcia Braga e o cargo ocupado por ela na Fundação Social do Trabalho, como os principais delegadores e constituidores de capital político da então primeira-dama.

Longe de objetivar negar o capital político familiar portado por Lúcia Braga, também salientou-se que este, juntamente com a projeção pessoal alcançada entre os anos de 1983 a 1985 (enquanto presidente da Funsat), foram os fatores que propiciaram as condições necessárias para que ela se projetasse ao cenário central da política partidária, lançando sua candidatura a deputada federal em 1986.

Nesse contexto, Lúcia Braga participou de uma intensa campanha eleitoral em 1986 e se consagrou como uma significativa força política local, sendo eleita a primeira deputada da Paraíba, obteve a terceira maior votação do estado, a maior votação de seu partido, o PFL. Na mesma eleição, seu esposo Wilson Braga, candidato a uma cadeira no senado federal, não obtém êxito, ficando afastando de cargos políticos até 1988.

Conquistou também poderes, direitos e obrigações constituintes, Lúcia Braga participou de um dos mais importantes momentos da história do país, momento em que a nova Carta Constituinte é elaborada. Iniciado os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Braga foi eleita primeira vice-presidente da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, pertencente a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, desenvolvendo junto à essa subcomissão, intensos debates referentes aos direitos trabalhistas da mulher, dos trabalhadores e das população carente.

Durante os trabalhos de elaboração da Constituição teve participação efetiva no primeiro turno de votações da Constituinte. Votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, da Reforma Agrária, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da estatização do sistema financeiro. Se posicionou contrariamente à emendas como mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, a criminalização do aborto e a pena de morte. Votou ainda, favoravelmente, a todas as questões de interesse da classe trabalhadora e da agenda feminina, tais como a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, o aviso prévio proporcional, a unicidade sindical, o direito ao Divórcio e as Licenças Maternidade e Paternidade.

Lúcia Braga, mesmo pertencendo ao um partido de centro-direita, o PFL, assumiu uma postura altamente progressistas, realizou contundentes pronunciamentos em defesa dos direitos das mulheres, da classe trabalhadora e da população carente. Pontuou-se dessa forma, que a atuação de Lúcia Braga junto a Assembleia Nacional Constituinte se manteve mais convergente com a bancada feminina e ao ideário dos grupos e partidos de centro esquerda, do que com a legenda partidária a qual estava vinculada, o PFL.

Mas como compreender tamanhas contradições políticas carregadas por Lúcia Braga? Manipuladora, assistencialista, clientelista e populista num primeiro momento, em sua atuação junto à Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Braga assume posturas incontestavelmente progressistas e nacionalistas o que contrariou, na maioria das vezes, o ideário da sua legenda partidária, o PFL. Foi inserida numa Cultura Política nacional que tem como algumas de suas principais práticas o clientelismo, o familismo, o populismo e o desapego às ideologias e/ou partidos políticos, o estudo nos mostrou que quando se trata de questões mais amplas, discutidas e abordadas em nível nacionais, Lúcia Braga assumiu posturas progressistas, alinhadas ao ideário centro-esquerda. Na contramão disso, no que diz respeito aos assuntos locais ela assumiu posturas relacionadas às práticas conservadoras, postura característica da elite política brasileira, nordestina em especial, cuja finalidade é a perpetuação do poderio político local.

Dessa forma, foi possível se deparar com uma personalidade que, por meio de sua atuação junto à população periférica, da apropriação de práticas políticas inerentes ao primeiro-damismo, juntamente com o acúmulo de capital político familiar, advindo de seu matrimônio, consegue se projetar ao cenário da política nacional, realizando uma significativa participação na Assembleia Nacional Constituinte. Longe de transpor os

limites das práticas oligárquicas inerentes ao grupo político ao qual ela e seu esposo pertenciam, a trajetória política de Lúcia Braga não se resume a isso, se mostrando também transgressora em meio a uma cultura política brasileira marcada pelo machismo. Dessa forma, vale destacar que, enquanto mulher, Lúcia Braga tem sua singularidade, apesar de fazer o jogo da classe à qual pertencia.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya, COELHO Leandro de Oliveira. **Mutirão Habitacional: Procedimentos de Gestão**. (Recomendações Técnicas HABITARE, v. 2). Porto Alegre: ANTAC, 2006.
- ANDRÁDE, Ilza Araújo Leão de. A incorporação das associações de bairro na implementação de políticas sociais como estratégia de dominação política no nordeste. **Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú - MG, 1991**. Disponível em: file:///D:/Downloads/IlzaAndrade_Incorporacao.pdf. Acesso em 01 de outubro de 2016.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres Candidatas e Eleitas nas Prefeituras Brasileiras**. Primeiro Turno das Eleições de 2004. Escola Nacional de Ciência Estatística (ENCE) do IBGE. São Paulo, 2001.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.
- ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa paraibana**. João Pessoa: A União, 1983.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stifting, 2001.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. O. **Participação política**. (orgs.), Sistema Político Brasileiro. 2. ed. Campinas: Ed. UNESP, 2007.
- AZEVEDO, Sérgio e PRATES, Antonio Augusto Pereira. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva: a questão do Estado e populações periféricas no contexto brasileiro. **Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú-ij- MG, out. 1990.
- AZEVEDO Débora Bithiah de; RABAT Márcio Nuno. **Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. História Social e Retorno do Político In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito e; MATOS, Júlia Silveira (orgs). **Campos da política – discursos e práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012.
- BERNSTEIN, Serge. “A Cultura política”. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOX, Jean-Pierre (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa. 1998. p. 349 – 364.
- BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, Tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1996.
- BRAGA, Lúcia Navarro. **A casa da Palmeira**. João Pessoa: A União, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales: 1929-1989**. A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo, Unesp, 1991.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2004.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. História e Imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLONDEL, J. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro; FGV, 1957.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 1987. 180 pp. (Textos Básicos; 3).

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 42-58, 1998.

CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Org.). **Continuidade e mudança no Brasil na Nova República**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARNEIRO, Renato César. **Cabresto, curral e peia: a história do voto na Parahyba até 1930**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: -; -, **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 7-38. cap. 1.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Ed. Universitária/ Idéia, 1998.

CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964 – 1986) In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.4).

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006].

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3).

COELHO, R. C. (1999), Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e Tomada de Decisão na Constituinte. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COUTINHO, M. A. F. Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa. 2004. 202 f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)** – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Quem foi quem na Constituinte**: nas questões de interesses dos trabalhadores. São Paulo: Cortez: Oboré, 1988. Disponível em:
<http://www.diap.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/23-quem-foi-quem-na-constituente-nas-questoes-de-interesse-do-trabalhadores-1988/233-quem-foi-quem-na-constituente-nas-questoes-de-interesse-do-trabalhadores-apresentacao?Itemid=0>.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, Papirus, 1994.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FELIZARDO, Adair & SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. In: **Revista Discursos Fotográficos** - Volume 3, nº 3 p. 205-220, Londrina-PR, 2007.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é autor**: Lisboa: Passagens, 1992. p. 01-11.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (org.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. Konrad Adenauer Stiftung e Unesp, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

GHON, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- GOMES, S. O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, 2006. vol. 49, nº1, p. 193 a 224. Rio de Janeiro.
- GURAN, Milton. **O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova constituição**. Brasília: AGIL, 1988.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaio Críticos. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- JAKOB, A. A. E. Urban sprawl: custos, benefícios e o futuro de um modelo de desenvolvimento do uso da terra. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.
- KINZO, Maria D'Alva G. 2001. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 1-12.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseaus a Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- LOPES, João Marcos de Almeida; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. **Trabalho apresentado no Simpósio Ibero-Americano de Cidade e Cultura: Novas Espacialidades E Territorialidades Urbanas**, 3, São Carlos: EESC-USP, 2010.

MELLO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise.** (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.

MELLO, José Otávio de Arruda; SANTOS, Walter; PONTES, Francisco da Silva. **Poder e política na Paraíba.** Uma análise das lideranças locais. 1960-1990. 1º ed. João Pessoa: Ed. A União/API, 1993.

MELLO, José Otávio de Arruda. **Conflitos e convergências nas eleições paraibanas de 1982, 2002 e 2006.** João Pessoa: Sebo Cultural, 2010.

MICHILES, Carlos et al. **Cidadão constituinte:** a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidadania e participação:** ensaio sobre o plebiscito, referendo e iniciativa popular na nova Constituição. São Paulo: Marco Zero e CEDEC, 1990.

MORAES SOBRINHO, João. A implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato na Paraíba: análise do programa Paraíba em Suas Mãos. **Dissertação (Mestrado em Administração).** Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências sociais Aplicadas, 2014).

MOTTA, Marly Silva da. **O relato biográfico como fonte para a história. Vida, Santa Maria (RS),** nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000

MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Cultura Política na História:** novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). Prima Facie. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB.** Jan./jun, 2009. pp 57-84 - 27.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba:** Construção e Trajetória do Partido no Estado (1980-2000). João Pessoa-PB: Sal da Terra, 2003.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras:** presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política:** uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PITANGUY, Jacqueline. **As mulheres e a Constituição de 1988.** Disponível em <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>. Acesso em: 16 outubro de 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. A construção da memória social: o discurso dos líderes populares urbanos. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (Org.). **Movimentos sociais: produção e reprodução do sentido**. Recife: Universitária da UFPE, 1999.

QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.

RABAY, G.; CARVALHO, M; SILVA, M. B. As Prefeitas Paraibanas de 2013 a 2016. In: FAZENDO GÊNERO 10 - DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS: Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 2010** - Desafios Atuais dos Feminismos: Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385662442_ARQUIVO_GloriaRabay.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

_____. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 51-61.

_____. **Por que a História Política?** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p. 7-19. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1969/1108>. Acesso: 10 ago. 2015.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 99-140.

_____. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

SANTOS, Walter. Antônio Mariz – o constituinte nota 10. In: MELLO, José Otávio de Arruda; SANTOS, Walter; PONTES, Francisco da Silva. **Poder e política na Paraíba**. Uma análise das lideranças locais. 1960-1990. 1º ed. João Pessoa: Ed. A União/API, 1993.

SANTOS, Maria do Carmo Carvalho Lima. **Bancada Feminina na Assembleia Constituinte de 1987/1988**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Políticas). Centro de Ciências Humanas. Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Brasília, 2008.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SILVEIRA, C. M. **Trabalho e Renda - Ações Institucionais de Fomento no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; COORDEIRO JR, Raimundo Barroso (Orgs), **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. p. 37 a 68.

SILVA, Josenildo Marques da. **As duas faces**: a construção da imagem pública de Wilson Braga em jornais paraibanos (1980-1986). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

SILVA, Josenildo Marques da. **Um novo “pai dos pobres”?** representação do governo de Wilson Braga no Jornal Gazeta do Cariri (1982 – 1985). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de educação, 2011.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890–1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. P.27 – 73.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIGO, Maria Helena Bueno; B RIOSCHI, Lucília. Política e gênero. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org). **Gênero, educação e política**: múltiplos olhares. São Paulo: Ícone, 2009.

TURNER, J. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. In **Revista Arquitetura IAB**, no. 68, 1968, p. 17–19.

VERSIANE, Maria Helena. Constituição de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 362-385.

VERSIANE, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, 2010, p. 233-252.

PORTAIS ELETRÔNICOS

<http://www.tse.jus.br>
<http://www.tre.jus.br>
<http://www.camara.gov.br>
<http://www.lourdinas.com.br/historia>.
<http://www.planalto.gov.br>
<http://www.fgv.br>
<http://www.diap.org.br>
<http://www.cepia.org.br>
<http://www2.senado.leg.br>

FONTES

Documentos:

A Carta das Mulheres aos Constituintes
 A Carta do Povo aos Constituintes
 Anais da Assembleia Nacional Constituinte
 Atas da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais
 Atas das Sessões Gerais da Assembleia Nacional Constituinte
 Banco de discursos – Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados
 Quem foi Quem na Constituinte - nas questões de interesse do trabalhadores – 1988.
 Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte

Periódicos:

Jornal “O Norte”. 1982 a 1986
 Jornal “A União”. 1982 a 1986
 Jornal “O Momento”. 1982 a 1986
 Jornal “O Correio da Paraíba”. 1983 a 1988
 Folha de São Paulo, de 18 de julho de 1985.

Livros de memória.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, Tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1996.
 BRAGA, Lúcia Navarro. **Gafes nossas de cada dia e outras histórias**. João Pessoa: A União, 2002
 BRAGA, Lúcia Navarro. **A casa da Palmeira**. João Pessoa: A União, 2009.